Banco do Nordeste do Brasil

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste FNE

Relatório de Resultados e Impactos
Exercício 2021

Fortaleza, CE
2022

Banco do Nordeste

Presidente
José Gomes da Costa

Diretores
Anderson Aorivan da Cunha Possa
Bruno Ricardo Pena de Sousa
Haroldo Maia Junior
José Gomes da Costa
Lourival Nery dos Santos
Thiago Alves Nogueira

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene

Economista-Chefe
Luiz Alberto Esteves

Gerente
Tibério Rômulo Romão Bernardo

Célula de Avaliação de Políticas e Programas – CAPP
Gerente Executivo
Airton Saboya Valente Junior

Coordenação
Airton Saboya Valente Junior
Luiz Fernando Gonçalves Viana

Equipe Técnica
Elizabeth Castelo Branco
Maria Inez Simões Sales
Maria Odete Alves
Wendell Márcio Araújo Carneiro

Bolsistas
Alysson Inácio de Oliveira
Camila Ribeiro Cardoso dos Santos
José Maria da Cunha Junior
Maria Renata Bezerra Melo
Pedro Costa de Castro Ivo

Revisão Vernacular
Hermano José Pinho

Diagramação
Gustavo Bezerra Carvalho

Unidades Colaboradoras
- Ambiente de Administração de Crédito
- Ambiente de Comunicação
- Ambiente de Contabilidade
- Ambiente de Controladoria
- Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito
- Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar
- Ambiente de Negócios Corporate e Estruturação de Operações
- Ambiente de Negócios Empresariais e Governo
- Ambiente de Negócios com Micro e Pequena Empresa
- Ambiente de Negócios com Pessoa Física, PMPR e Agronegócio
- Ambiente de Políticas de Desenvolvimento
- Ambiente de Recuperação de Crédito
- Escritório de Promoção e Atração de Investimentos e Relacionamento Institucional São Paulo
- Escritório de Promoção e Atração de Investimentos e Relacionamento Institucional Rio de Janeiro

Dados internacionais de catalogação na publicação.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): relatório de resultados e impactos exercício 2021, n.1, 1992- Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1992-

n.

Anual

Periodicidade anterior: 1990-2002; 2010-2017 semestral;

1. Desenvolvimento econômico - Brasil – Nordeste – Periódico. 2. Fundos constitucionais– Brasil – Nordeste – Periódico. 3. Fundo constitucional de financiamento do Nordeste –Brasil - Periódico. I Banco do Nordeste do Brasil.

CDU: 330.34 (812/813) (05)

Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa estratégico do BNB - 2021 26

Figura 2 – Modelo de gestão de risco e controles internos do BNB - 2021 28

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – FNE - Orçamento por setor (%) – 2021 48

Gráfico 2 – Agroamigo Crescer Agroamigo Crescer: quantidade de operações e valores contratados com recursos do FNE – 2004/2019..... 100

Gráfico 3 – Agroamigo Crescer - Evolução dos valores contratados com recursos do FNE - 2000-2019 101

Gráfico 4 – PIB do Brasil: Taxa acumulada ao longo do ano - 2007 (IV) a 2021 (III)..... 110

Gráfico 5 – Brasil: movimentação do emprego – jan 2020 – nov 2021 111

Gráfico 6 – Pesquisa de campo: distribuição da amostra por quantidade de empregados..... 117

Gráfico 7 – Pesquisa de campo: desempenho das empresas da amostra..... 118

Gráfico 8 – FNE: valor contratado nos municípios da área de atuação do Banco do Nordeste, segundo a classificação da PNDR 2018 130

Lista de Quadros

Quadro 1 – Programação FNE: diretrizes específicas do Condel/Sudene – 2021. 16

Quadro 2 – FNE: indicadores do FNE – 2021 18

Quadro 3 – Segmentação de clientes - 2021 27

Quadro 4 – alianças institucionais – 2021 29

Quadro 5 – Atendimento às diretrizes e prioridades do FNE e alinhamento à PNDR e ao PRDNE 63

Quadro 6 – Descrição dos modelos de regressão linear para estimação dos impactos do Agroamigo Crescer 90

Quadro 7 – Ambiente operacional do Pronaf B – de 2004 98

Quadro 8 – Canais de atendimento 145

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Nordeste e estados selecionados: variação do PIB total e setorial em 2021(1) 20

Tabela 2 – Nordeste e estados selecionados: variação média anual do PIB total e setorial - 2017 a 2021 .. 21

Tabela 3 – Nordeste: principais produtos da safra agrícola – 2020 – 2021 22

Tabela 4 – Nordeste e estados selecionados: variação da produção física industrial – 2021..... 22

Tabela 5 – Brasil e Estados selecionados: variação (%) das vendas do comércio varejista e serviços em 2021..... 23

Tabela 6 – Brasil, regiões e estados selecionados: movimentação do emprego formal em 2021..... 24

Tabela 7 – FNE Itinerante – 2010 – 2021 31

Tabela 8 – Cartas-consulta aprovadas – Escritório Rio de Janeiro - 2021..... 34

Tabela 9 – Operações contratadas – Escritório Rio de Janeiro - 2021 34

Tabela 10 – Cartas-consultas aprovadas – Escritório São Paulo - 2021 34

Tabela 11 – Operações contratadas – Escritório São Paulo - 2021 35

Tabela 12 – FNE - Estimativa de recursos em 2021 44

Tabela 13 – FNE 2021: Reprogramação dos recursos..... 46

Tabela 14 – Projeção de financiamento por programa de crédito - exercício 2021 - Valores em R$ mil... 47

Tabela 15 – Distribuição orçamentária por Estado em 2021..... 47

Tabela 16 – Projeção de financiamento por estado e setor de atividade (*) (**) - exercício 2021 48

Tabela 17 – FNE - Execução orçamentária - 2021 - (Em R$ mil) 49

Tabela 18 – FNE: Desempenho operacional – 2021 51

Tabela 19 – FNE: Contratações por UF - Programado x realizado – 2021..... 52

Tabela 20 – FNE - contratações por programa de financiamento - programado x realizado – 2021..... 53

Tabela 21 – FNE - Contratações por Programa de Financiamento e UF - 2021 - Valores em R$ milhões.. 54

Tabela 22 – FNE - Contratações por UF e Setor – 2021 - Valores em R$ mil 55

Tabela 23 – FNE - Contratações por Finalidade do Crédito – 2021 - Valores em R$ mil..... 55

Tabela 24 – FNE - Contratações por porte do mutuário e estado - Exercício 2021 - Valores em R$ mil.... 56

Tabela 25 – Fne – Beneficiários De Primeira Contratação - Exercícios 2020 X 2021..... 57

Tabela 26 – FNE – Contratações por faixa de valor – 2021..... 57

Tabela 27 – FNE - Instituições repassadoras – Contratação[1] 2021 - Valor em R$ mil 58

Tabela 28 – FNE - Instituições repassadoras – Beneficiários por porte e setor – 2021 58

Tabela 29 – FNE – Instituições repassadoras – Contratações(1) por região – 2021 58

Tabela 30 – FNE – Contratações do Pronaf por Estado em 2021..... 59

Tabela 31 – Indicadores da Participação do Pronaf no FNE em 2021..... 59

Tabela 32 – FNE – Contratações do FNE Inovação em 2021..... 60

Tabela 33 – Programação Específica – FNE P-Fies – Programado x realizado – 2021 - Valores em R$ mil.... 61

Tabela 34 – Programação Específica – FNE P-Fies – Contratações por Estado em 2021 61

Tabela 35 – FNE – Situação das propostas em carteira por situação e UF – 2021 - Valores em R$ mil..... 71

Tabela 36 – FNE – Situação das propostas em carteira por situação e porte – 2021 - Valores em R$ mil 71

Tabela 37 – FNE – Propostas em carteira por setor e programa – 2021..... 72

Tabela 38 – FNE – Valores desembolsados por Estado – 2021..... 74

Tabela 39 – FNE - Valores desembolsados por programa - 2021 - Valores em R$ mil..... 74

Tabela 40 – FNE - Valores desembolsados por setor – 2021 76

Tabela 41 – FNE - Valores desembolsados por porte – 2021 - Valores em R$ mil..... 77

Tabela 42 – FNE - Valores desembolsados por tipologia da PNDR – 2021 78

Tabela 43 – FNE – Recuperação de dívidas em 2021 - Valores em R$ mil..... 79

Tabela 44 – FNE – Recuperação de dívidas em 2021..... 79

Tabela 45 – FNE - Saldos das aplicações por Estado - 2021..... 81

Tabela 46 – FNE - Saldos das aplicações por Setor (1) em 2021..... 81

Tabela 47 – FNE - Saldos das aplicações por porte em 2021 (1) 82

Tabela 48 – FNE - Pronaf - Saldo das aplicações por Estado em 2021..... 82

Tabela 49 – FNE - Pronaf- Saldos das aplicações por programa em 2021 82

Tabela 50 – FNE - Saldos das aplicações por risco de crédito (1) - 2021 83

Tabela 51 – FNE - Aplicações e inadimplência por risco do tomador - 2021..... 83

Tabela 52 – FNE - Saldos das aplicações e inadimplência por Estado em 2021..... 84

Tabela 53 – FNE - Saldos das aplicações, saldo em atraso e inadimplência por setor em 2021..... 84

Tabela 54 – FNE - Saldos das aplicações e atraso por porte dos beneficiários (1) - 2021 85

Tabela 55 – FNE - Pronaf - Saldos das aplicações e inadimplência por programa- 2021..... 85

Tabela 56 – FNE - Saldos das aplicações e inadimplência por risco(1) – 2021 86

Tabela 57 – FNE - Saldos das aplicações e inadimplência por risco do tomador (1) – 2021..... 87

Tabela 58 – PNMPO – Aplicações por bancos públicos e entidades privadas – 2018 94

Tabela 60 – Agroamigo Crescer - Estimativas do impacto sobre o VA da Agropecuária Municipal – 2010-2018 103

Tabela 61 – Agroamigo Crescer - Efeitos sobre os VAs municipais da indústria e dos serviços - 2010 -2018 104

Tabela 62 – Carteira de crédito PJ por porte 112

Tabela 63 – Contratações com MPE com recursos FNE e Recin – 2020..... 114

Tabela 64 – Contratações com MPE com recursos FNE e Recin – 2020..... 114

Tabela 65 – RECIN: Contratações MPE por atividade econômica..... 115

Tabela 66 – Recin: Operações contratadas com MPE por programa – 2020 115

Tabela 67 – FNE: Operações com MPE contratadas por programa – 2020..... 115

Tabela 68 – Pesquisa de Campo: Distribuição da amostra por tipo de constituição das empresas e quantidade de empregados 117

Tabela 69 – Quantidade de Municípios da Área de Atuação do Banco do Nordeste, segundo as Classificações da PNDR de 2007 e 2018 127

Tabela 70 – Quantidade de Municípios da Área de Atuação do Banco do Nordeste, segundo a Classificação da PNDR 2018 128

Tabela 71 – FNE: Distribuição do Valor Contratado nos Municípios da AABNB, segundo a Classificação da PNDR 2018 (R$ Milhões) 128

Tabela 72 – FNE: Distribuição Percentual do Valor Contratado nos Municípios da AABNB, segundo a Classificação da PNDR 2018..... 129

Tabela 73 – FNE: Taxa de variação anual do valor contratado nos municípios da AABNB, segundo a classificação da PNDR – 2018 130

Tabela 74 – Municípios Prioritários da Área de Atuação do Banco do Nordeste, segundo a Classificação da PNDR 2018 131

Tabela 75 – FNE: Volume de recursos contratados na área de atuação do Banco do Nordeste, por estado, segundo a tipologia da PNDR, anos de 2002 a 2020, em R$ milhões..... 132

Tabela 76 – FNE: Volume de recursos contratados na área de atuação do Banco do Nordeste, por porte, segundo a tipologia da PNDR, anos de 2002 a 2020, em R$ milhões..... 132

Tabela 77 – FNE: Volume de recursos contratados na área de atuação do Banco do Nordeste, por atividade, segundo a tipologia da PNDR, anos de 2002 a 2020, em R$ milhões..... 133

Tabela 78 – Repercussões econômicas das contratações do FNE - 2021[1] (Valores em R$ mil) 140

Tabela 79 – Ouvidoria – Demandas – Comparação entre 2020.2 e 2021.1..... 146

Tabela 80 – Ouvidoria – Demandas – Comparação entre 2021.1 e 2021.2..... 146

Tabela 81 – FNE – Atendimentos prestados pelo CRCIC - 2021..... 147

Lista de Siglas

ACJ	Autorização de Cobrança Judicial
AGN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte
Agroamigo	Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste
AL	Estado de Alagoas
BA	Estado da Bahia
BCB	Banco Central do Brasil
Banese	Banco do Estado de Sergipe
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAPP	Célula de Avaliação de Políticas e Programas do Etene
CE	Estado do Ceará
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Condel	Conselho Deliberativo da Sudene
ES	Estado do Espírito Santo
Etene	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fies	Programa de Financiamento Estudantil
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNE Agrin	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste
FNE Aquipesca	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca no Nordeste
FNE Comércio e Serviços	Programa de Financiamento aos Setores Comercial e de Serviços
FNE Profrota Pesqueira	Programa de Financiamento à Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional
FNE Industrial	Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste
FNE Inovação	Programa de Financiamento à Inovação
FNE Irrigação	Programa de Financiamento à Agropecuária Irrigada
FNE MPE	Programa de Financiamento a Micro e Pequenas Empresas e a Empreendedores Individuais
FNE Proatur	Programa de Apoio ao Turismo Regional
FNE Proinfra	Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste
FNE Rural	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste
FNE Verde	Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

GERAT	Gerências de Reestruturação de Ativos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto de Renda
MA	Estado do Maranhão
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
MEI	Micro Empreendedor Individual
MG	Estado de Minas Gerais
MIP	Matriz de Insumo-Produto
MP	Medida Provisória
MPE	Micro e Pequena Empresa
NE	Nordeste
PB	Estado da Paraíba
PE	Estado de Pernambuco
PI	Estado do Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado
Procir	Programa para Recuperação da Capacidade de Investimento no Setor Rural
Prodeter	Programa de Desenvolvimento Territorial
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
Ride	Região Integrada de Desenvolvimento
RN	Estado do Rio Grande do Norte
SE	Estado de Sergipe
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIIPNE	Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UF	Unidade da Federação
VBP	Valor Bruto da Produção

Sumário

APRESENTAÇÃO 14

1 INTRODUÇÃO 18

2 DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA 20

2.1 Desempenho da Economia do Nordeste e Estados 20

3 GESTÃO DO FUNDO PELO BANCO OPERADOR 25

3.1 Gestão de Riscos do Fundo 27

3.2 Formação de Alianças Institucionais 29

3.3 Ações Realizadas com a Finalidade de Estimular o Atendimento em Espaços Geográficos e Segmentos Prioritários, Bem Como Estímulo a Novos Clientes 30

4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 44

4.1 Programação Orçamentária 44

4.2 Recursos Previstos para Aplicação 44

4.3 Valores da Reprogramação de Recursos 45

4.4 Orçamento por Programa 46

4.5 Orçamento por Estado 47

4.6 Orçamento por Setor e Estado 48

4.7 Disponibilidade de Recursos 49

5 ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES 51

5.1 Desempenho Operacional 51

5.2 Municípios atendidos 56

5.2 Beneficiários de primeira contratação 56

5.4 Contratações por faixa de valor 57

5.5 Repasse a outras instituições financeiras 57

5.6 Contratações nos programas e linhas específicas 58

5.7 Contratações em atendimento às diretrizes e prioridades do FNE e alinhamento à PNDR e ao PRDNE 62

5.8 Contratações em atendimento às áreas prioritárias da PNDR 62

5.9 Contratações em alinhamento aos programas ou ações constantes do Plano Nacional de Desenvolvimento da Região Nordeste 62

5.10 Situação da demanda de crédito 71

6 VALORES DESEMBOLSADOS 74
6.1 Estado 74
6.2 Programa 74
6.3 Setor 76
6.4 Porte 77
6.5 Atendimento à PNDR 77
7 RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS 79
7.1 Renegociação de dívidas de acordo com a Lei nº 7.827/1989 e demais medidas vigentes 79
8 PERFIL DA CARTEIRA 81
8.1 Composição da carteira FNE 81
9 ESTIMATIVAS DOS IMPACTOS MACROECONÔMICOS 88
9.1 Agroamigo Crescer: Expansão do Crédito e Impactos Macroeconômicos nos Municípios 88
9.1.1 Introdução 88
9.1.2 Procedimentos Metodológicos 89
9.1.3 Crédito Tradicional, Microcrédito Produtivo e Dinâmica da Economia 92
9.1.4 O Agroamigo: Origens, Arcabouço e Metodologia 96
9.1.5 O Agroamigo Crescer: Expansão e Impactos Macroeconômicos do Microcrédito 100
9.1 6 Considerações Finais 104
9.2 Pesquisa de Campo Sobre a Efetividade do Crédito para MPEs em Ambiência Socioeconômica Desfavorável 110
9.2.1 Análise da ambiência para realização da pesquisa 110
9.2.2 Procedimentos Metodológicos 113
9.2.3 Tratamento e Análise dos Dados 114
9.2.4 Considerações Finais 119
9.3 Impactos do Fne nos Municípios da Área de Atuação do Banco do Nordeste, Segundo a Tipologia da PNDR 123
9.3.1 Introdução 123
9.3.2 Metodologia 124
9.3.3 O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) 124
9.3.4 A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) 125
9.3.5 Aplicações do FNE, Segundo a Tipologia da PNDR, para o Período de 2002 A 2020 128
9.3.6 Conclusões 134

9.4 Estimativa dos Impactos Macroeconômicos 137

9.4.1 Estimativa dos impactos dos financiamentos do FNE em 2021 – considerando a MIP Regional 137

9.4.2 Impactos socioeconômicos do FNE na área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil – Contratações no ano de 2021 139

9.4.3 Os efeitos transbordamento do FNE 141

10 ÓRGÃOS DE CONTROLE 143

10.1 Atendimento das recomendações 143

10.2 Recomendação 143

10.3 Plano de Providência 143

11 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 145

11.1 Ouvidoria do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) 145

11.2 Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão (CRCIC) 146

11.3 Acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais de locomoção 148

11.4 Acessibilidade para cidadãos com deficiência auditiva ou de fala 148

11.5 Acessibilidade: soluções digitais 148

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao exercício de 2021, tem a finalidade de apresentar as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) na administração do FNE, cuja área de abrangência contempla os nove estados da Região Nordeste, o Norte de Minas Gerais e o Norte do Espírito Santo.

O documento foi elaborado em atendimento ao Ofício Circular Nº 2/SFPP/DEIFI, de 17 de janeiro de 2022, da Secretaria de Fomento e Parcerias com o Setor Privado, do Ministério do Desenvolvimento Regional, além da Portaria Interministerial Nº 7, de 20 de julho de 2020, e a Portaria MDR Nº. 2.858, de 17 de novembro de 2021.

Após a sua conclusão, o BNB o encaminhará ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), como determina o art. 20 da Lei nº 7.827/1989.

Cabe assegurar que a execução da Programação Regional FNE 2021 está de acordo com a PNDR, com as políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal, com o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) e com as diretrizes e orientações gerais oriundas do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e do Conselho Deliberativo da Sudene definidas para o exercício de 2021 por meio da Portaria MDR nº 2.175, de 13/08/2020 e da Proposição Condel/Sudene nº 134, de 10/08/2020, constante da Resolução Condel/Sudene nº 135, de 19/08/2020.

Soma-se a essas referências legais o arcabouço publicado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no que se refere à metodologia das Taxas de Juros dos Fundos Constitucionais.

A Proposição acima mencionada expõe Diretrizes Gerais e Espaciais a serem obedecidas na Programação do FNE em 2021, além de Diretrizes Específicas, conforme a seguir.

a) Diretrizes Gerais

i) concessão de financiamento aos setores produtivos das regiões beneficiadas;

ii) ação integrada com instituições federais sediadas nos estados da área de atuação da Sudene;

iii) tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão de obra locais e as que produzam alimentos básicos para consumo da população, entendidos como os componentes da cesta básica, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;

iv) preservação do meio ambiente;

v) adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;

vi) conjugação do crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;

vii) orçamento anual das aplicações dos recursos;

viii) uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente ou grupo econômico, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;

ix) apoio à criação de novos centros, atividades e polos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intrarregionais de renda;

x) proibição de aplicação de recursos a fundo perdido;

xi) programação anual das receitas e despesas com nível de detalhamento que dê transparência à gestão do Fundo e favoreça a participação das lideranças regionais com assento no conselho deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;

xii) ampla divulgação das exigências de garantia e de outros requisitos para a concessão de financiamento;

xiii) concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001;

xiv) destinação de 50% (cinquenta por cento) dos recursos ingressos, conforme art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal de 1988 ao financiamento de atividades econômicas localizadas na região do Semiárido;

xv) a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 119.810, de 30 de maio 2019;

xvi) as diretrizes e orientações gerais para a aplicação dos recursos do FNE em 2020, conforme portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional.

b) Diretrizes Espaciais

Serão priorizados para fins de aplicação do Fator de Localização 0,9 (conforme alínea a, inciso V do artigo 1º-A da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001) os empreendimentos cuja localização enquadre-se em, ao menos, uma das seguintes condições:

i) seja em um município polo de uma região intermediária, com exceção das capitais estaduais, conforme Proposição nº 128;

ii) esteja inserido numa microrregião que seja classificada como de baixa renda, independente do dinamismo;

iii) esteja localizado no Semiárido e, concomitantemente, esteja inserido numa microrregião que seja, média renda e baixo dinamismo ou média renda e médio dinamismo.

c) Diretrizes Específicas

As diretrizes específicas constituem-se de cinco eixos de desenvolvimento setorial previstos pela PRNDE, os quais estão resumidos no Quadro 1.

Quadro 1 – Programação FNE: diretrizes específicas do Condel/Sudene – 2021.

Inovação	
Inovação para o desenvolvimento	
Prioridade setorial	Como prioridade, alinhados às estratégias e diretrizes do PRDNE, indicam-se os setores, a seguir, com maior intensidade tecnológica para todos os Estados da Área de Atuação da Sudene:
Indústria diferenciada	Máquinas e equipamentos; Máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação; Equipamentos de instrumentação médico-hospitalares; Instrumentos ópticos, cronômetros e relógios.
Indústria baseada em ciência	Produtos farmacêuticos, Máquinas de escritório e equipamentos de informática; Equipamentos de distribuição de energia elétrica; Aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle; Máquinas e aparelhos de automação industrial; Equipamentos de transporte aeronáutico.
Educação e desenvolvimento das capacidades humanas	
Capacitação profissional e fortalecimento da educação superior	
Prioridade setorial	Financiamento das instituições de ensino técnico e superior para melhoria da sua infraestrutura e financiamento estudantil (P-Fies) para cursos considerados prioritários (Programação FNE, 2020).
Prioridade espacial	Municípios selecionados, inclusive as capitais estaduais (Programação FNE, 2020).
Programa Fies Educação, exceto Fies	Cursos nas áreas de: Engenharia, produção e construção; Ciências, matemática e computação; Agricultura e veterinária; Educação; Saúde e bem-estar social.
Dinamização e diversificação produtiva	
Comunicação digital	Telecomunicações; Máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação; Equipamentos de informática.
Aproveitamento do potencial energético do Nordeste	Setores associados à distribuição e processamento de gás natural. Prioridade setorial: setores associados à geração de energia renovável, especialmente para micro e minigeração.
Integração logística regional	Transporte terrestre, aquaviário e aéreo.
Nova economia	Indústria de energias solar e eólica; Saúde, engenharia consultiva, comunicação, publicidade; Internet das coisas, inteligência artificial, indústria 4.0; Design; Moda; Publicidade & Marketing; Editorial e Audiovisual; Música; Eventos culturais; Biotecnologia; TIC; Indústria farmacoquímica, de biofármacos, de bioinseticidas, de cosméticos, de biomateriais e da defesa.
Desenvolvimento da agropecuária	Relação de estados da área de atuação da Sudene e respectivos setores da agropecuária a serem adotados nas prioridades da Proposição (SEI nº 0094410).
Nordeste turístico	Turismo e serviços associados, conforme Programa do Ministério do Turismo "30 Rotas Turísticas Estratégicas do Brasil".
Reestruturação industrial	Estados da área de atuação da Sudene e respectivos setores da indústria a serem adotados nas prioridades da Proposição (SEI nº 0094410).
Desenvolvimento social e urbano	
Saneamento básico	Abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento de resíduos sólidos, inclusive para geração de energia.
Transporte terrestre urbano	Transporte terrestre urbano.
Segurança hídrica e conservação ambiental	
Gestão integrada da oferta e do uso de recursos hídricos	Irrigação; Adutoras e canais; Barragens; Barraginhas e barragens subterrâneas; Sistemas de reúso; Sistemas de dessalinização; Perfuração e recuperação de poços; Sistemas de eficiência hídrica para redução de perdas e desperdícios.
Conservação, proteção e uso sustentável dos recursos naturais	Implantação de sistemas agroflorestais e manutenção de florestas; Produção de sementes e mudas; Regularização de áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; Adequação aos condicionantes de licenciamento ambiental.
Prioridades Espaciais	
Semiárido	Região Semiárida
Rides	Regiões Integradas de Desenvolvimento: Petrolina-Juazeiro (PE/BA) e Grande Teresina-Timon (PI/MA).
Microrregiões prioritárias	Tipologias Sub-regionais de Média e Baixa Rendas, independente do dinamismo da economia.

Fonte: Elaboração Etene, com base na Programação FNE 2020.

Diante da magnitude dos recursos aplicados, da abrangência espacial da ação e da natureza de política pública que assumem as operações no âmbito do FNE, este Relatório se constitui em

instrumento que permite dar transparência à execução das ações, monitorar e avaliar sistematicamente o desempenho operacional e, à luz dos resultados alcançados, rever continuamente o processo de financiamento, sob a perspectiva da conjuntura socioeconômica do País e da Região, tendo foco nos 3E´s: eficiência, eficácia e efetividade.

Cabe destacar que, além de informações sobre a execução do Fundo, este Relatório apresenta informações sobre os Impactos dos Financiamentos, considerando, entre outros aspectos, geração de emprego, renda e arrecadação fiscal nas áreas de abrangência do Fundo; Impactos socioeconômicos nas áreas de abrangência do Fundo; e Efeitos Transbordantes decorrentes dos financiamentos do FNE. Referidos impactos foram calculados utilizando-se o Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (SIIPNE), bem como os resultados das avaliações realizadas no período.

Dentre essas avaliações, apresenta-se o estudo "Agroamigo Crescer: Expansão do Crédito e Impactos Macroeconômicos nos Municípios", que mede a dimensão dos ingressos das contratações do Programa Agroamigo Crescer nos territórios pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste. Analisa ainda os efeitos macroeconômicos das contratações na área de atuação do Programa. Especificamente, buscou-se, no período 2000-2019: (a) analisar a dimensão dos dispêndios, comparando seu desempenho em períodos anterior e posterior ao uso da fonte FNE e da adoção da metodologia do Agroamigo; (b) detalhar a distribuição das aplicações. (2) avaliar se o ingresso dos recursos nos municípios, no período de 2010 a 2018, tem sido capaz de produzir impactos macroeconômicos nas economias municipais.

Na sequência, tem-se a pesquisa de campo intitulada "Efetividade do Crédito para MPEs em Ambiência Socioeconômica Desfavorável". A pandemia global causada pela Covid-19, com os primeiros registros de casos, em dezembro de 2019, disseminou-se, no Brasil, a partir de fevereiro de 2020, o que exigiu medidas restritivas severas quanto à movimentação de pessoas. Tais medidas impactaram na economia de forma abrupta, e de modo particular, na condução dos negócios de pequeno porte, reduzindo faturamento; gerando demissões de empregados; e fechamentos definitivos de estabelecimentos. Assim, o presente estudo avalia a importância dos créditos emergenciais concedidos para os pequenos empreendimentos. Realizou-se uma pesquisa de campo para coletar relatos dos proprietários ou sócios dos estabelecimentos, suas impressões e expectativas em relação aos créditos contratados.

Finalmente, apresenta-se a avaliação "Impactos do FNE nos Municípios da Área de Atuação do Banco do Nordeste, segundo a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)". O estudo analisa a distribuição dos recursos do FNE nos municípios da área de atuação do Banco do Nordeste (AABNB), entre 2002 e 2020, considerando a tipologia da PNDR. Para tanto, analisou-se: a criação do FNE e da PNDR; a distribuição dos recursos do FNE aplicados nos municípios da área de atuação do Banco, segundo a classificação da PNDR, ao longo do período de 2002 a 2020; e se os objetivos da PNDR foram alcançados, no que diz respeito ao maior direcionamento dos recursos do FNE para os municípios prioritários.

Dessa maneira, este Relatório contribui para o aperfeiçoamento do processo de financiamento produtivo, no âmbito do FNE, cujo foco é a geração de emprego e renda e a redução das desigualdades regionais.

1 INTRODUÇÃO

A base normativa para elaboração do Relatório de Resultados e Impactos do FNE está consubstanciada pelo Decreto n° 6.047/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), como também as diretrizes e orientações gerais oriundas do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel/Sudene) e pela programação anual, que é o instrumento normativo e de planejamento direcionador dos financiamentos anuais do FNE.

Os Fundos Constitucionais - FCO, FNE e FNO - foram criados no âmbito da Constituição Federal de 1988 pelo artigo 159, inciso I, alínea "c" e pelo artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para incentivar e apoiar as atividades produtivas por meio de financiamento, de modo a reduzir as desigualdades regionais. Tais dispositivos definiram que os Fundos seriam formados por repasse de 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cabendo ao FNE 1,8%, enquanto o restante é repassado aos outros dois fundos na proporção de 0,6% para cada um. Além das transferências do Tesouro Nacional, os Fundos possuem como fonte de recursos os reembolsos das operações de crédito, os quais correspondem aos pagamentos realizados pelos tomadores de empréstimos.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27/09/1989, que definiu o BNB, juntamente com o MDR e o Condel/Sudene), como responsáveis por sua administração.

Para a elaboração da Programação Anual do FNE, foram observadas a Constituição Federal, a Lei Complementar nº 125, de 03/01/2017, a Lei nº 7.827/1989, a PNDR (Decreto nº 9.810, de 30/05/2019), as Políticas Setoriais e Macroeconômicas do Governo Federal, o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE (Resolução Condel/Sudene nº 127 de 24/05/2019), as diretrizes e orientações gerais do MDR e as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudene (Proposição nº 134, de 10/08/2020 e aprovada pela Resolução Condel Sudene nº 135, de 19/08/2020. Sendo ainda consideradas o arcabouço publicado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no que se refere à metodologia das Taxas de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC).

As contratações totais com recursos do FNE, em 2021, totalizaram R$ 25,9 bilhões. Desse total, R$ 9,5 bilhões foram contratados no Rural; R$ 8,4 bilhões em Infraestrutura; R$ 5,5 bilhões em Comércio e Serviços; e R$ 1,6 bilhão em Indústria. Em conjunto, referidos setores foram beneficiados com R$ 25,0 bilhões. Turismo (R$ 417 milhões); Agroindustrial (R$ 371 milhões); e Pessoa Física (R$ 156 milhões) foram os demais segmentos atendidos pelo FNE em 2021.

O Quadro 2 apresenta uma síntese dos principais indicadores do FNE em 2021, comparando-se os valores realizados ante os programados.

Quadro 2 – FNE: indicadores do FNE – 2021

Indicador	Descrição	Programado (R$ milhões) (A)	Realizado (B)	(B)/(A) X 100	Avaliação
Índice de Aplicação	Comparativo entre os valores orçamentários previstos e os valores realizados.	24.100,0	25.882,3	107,39%	Meta superada
Índice de Contratações com Menor Porte	Mede o cumprimento da diretriz fixada de pela Sudene de conceder financiamentos aos beneficiários de mini/micro, pequeno e pequeno-médio porte, incluindo os microempreendedores individuais.	11.560,0	12.479,7	107,7%	Meta superada

Indicador	Descrição	Programado (R$ milhões) (A)	Realizado (B)	(B)/(A) X 100	Avaliação
Índice de Inovação	Contratações no FNE Inovação para modernizar empreendimentos rurais e urbanos.	563,4	575,12	102,9%	Meta superada
Contratações por Tipologia Prioritária da PNDR limites mínimos fixados para o exercício	Avalia as contratações realizadas nos municípios integrantes das micror-regiões classificadas na Tipologia da PNDR sendo de no mínimo 70% para municípios da tipologia baixa e média rendas.	16.870,0	21.948,77	130,0%	Meta superada
Índice de Aplicação no Semiárido	Cumprimento das contratações progra-madas para o Semiárido conforme as diretrizes fixadas para o exercício.	7.132,0	16.103,23	225,8%	Meta superada
Índice de Financiamento com o Pronaf	Indica se as contratações ocorridas no âmbito do Pronaf alcançaram o valor mínimo fixado para o exercício.	3.950,0	4.071,7	103,0%	Meta superada
Contratação no Setor não Rural	Indica se as contratações ocorridas no âmbito dos programas setoriais, alcançaram o valor mínimo fixado para o exercício, exceto: setor Rural; Pronaf; Infraestrutura; os programas multisse-toriais e programas para pessoas físicas.	5.318,7	7.892,5	148,4%	Meta superada

Fontes: BNB-Etene e Superintendência de Políticas de Desenvolvimento Sustentável.
Nota: Critérios para a coluna avaliação: I) até 50% - meta não atingida; II) de 50% até 80% - meta parcialmente atingida; III) de 80% a 95% - meta satisfatoriamente atingida; IV) de 95% a 100% - meta atingida; V) acima de 100% - meta superada.

2 DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 4,6% em 2021, ante decréscimo de -3,9% em 2020. Em termos de valores, o PIB alcançou R$ 8,7 trilhões e o PIB per capita atingiu R$ 40.688 em 2021, considerando uma população estimada de 213,3 milhões de habitantes. As informações são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O PIB agropecuário diminuiu -0,2% em 2021, após apresentar crescimento anual médio de 4,9% no período de 2017 a 2020. Por outro lado, a indústria expandiu 4,5% em 2021, contrastando com queda de -3,4% em 2020 e recuo de -0,7% em 2019. Os serviços cresceram 4,7% em 2021, ante declínio de -4,3% em 2020. Vale ressaltar que o secundário e o terciário representam, em conjunto, aproximadamente 90% da economia brasileira.

É importante registrar o módico desempenho da economia brasileira nos últimos cinco anos. Assim é que o PIB do Brasil aumentou 1,0%, em termos médios anuais no período de 2017 a 2021. A agropecuária obteve resultados mais expressivos (3,9%), enquanto indústria (0,1%) e serviços (0,9%) cresceram modestamente nessa base de comparação. O PIB per capita do País aumentou 0,2% na média anual de 2017 a 2021.

2.1 Desempenho da Economia do Nordeste e Estados

Especificamente em relação ao Nordeste, estima-se que o PIB cresceu 2,8% em 2021. O PIB de Serviços apresentou maior incremento (+3,0%), seguido pela Agropecuária (+2,5%), enquanto o PIB da Indústria diminuiu (-0,6%). Em 2021, o PIB do Nordeste alcançou R$ 1,2 trilhão e o PIB per capita R$ 20.079, considerando uma população de 57,7 milhões de habitantes.

Todos os Estados pertencentes à área de atuação do BNB registraram incrementos no PIB em 2021. Destaque para o desempenho da economia em Alagoas (11,2%), Minas Gerais (5,0%) e Espírito Santo (4,5%), conforme especificado na Tabela 1.

Tabela 1 – Nordeste e estados selecionados: variação do PIB total e setorial em 2021[(1)]

Estado/Região	PIB Total (%)	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
Maranhão	3,5	10,5	2,7	2,0
Piauí	2,8	5,1	4,8	1,5
Ceará	2,1	-11,2	4,9	2,2
Rio Grande do Norte	2,9	-3,3	3,0	2,6
Paraíba	2,1	2,1	3,9	1,1
Pernambuco	2,1	-13,4	-0,3	3,6
Alagoas	11,2	20,5	0,5	9,6
Sergipe	2,0	5,9	1,3	1,1
Bahia	2,0	5,7	-6,5	3,5
Minas Gerais	5,0	-9,9	7,5	7,2
Espírito Santo	4,5	-4,0	3,5	4,8
Nordeste	**2,8**	**2,5**	**-0,6**	**3,0**

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da LCA Consultoria. Nota: (1) Estimativas.

Por sua vez, o crescimento médio anual do PIB do Nordeste de 2017 a 2021 foi ligeiramente negativo (-0,2%). Setorialmente, a agropecuária registrou expansão (7,0%), enquanto indústria (-0,8%) e serviços (-1,0%) declinaram nessa mesma base de comparação, vide Tabela 2. O PIB *per capita* da Região declinou -0,7% em termos médios anuais de 2017 a 2021.

O encolhimento dos investimentos públicos federais, o arrefecimento de importantes cadeias produtivas na indústria de transformação, além dos segmentos de petróleo, gás, combustíveis e construção civil, impactaram negativamente na economia do Nordeste em anos recentes.

Em termos estaduais, Maranhão (1,5%), Pernambuco (1,1%), Ceará (0,7%), Minas Gerais (0,7%), Alagoas (0,3%) e Piauí (0,3%) cresceram moderadamente na média anual dos últimos cinco anos, enquanto que o PIB dos demais Estados analisados declinou. A agricultura cresceu em todos os Estados, em contraste com a atuação da indústria e dos serviços (Tabela 2).

Tabela 2 – Nordeste e estados selecionados: variação média anual do PIB total e setorial - 2017 a 2021

Estado/Região	PIB (%)	Agropecuário (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
Maranhão	1,5	7,7	0,8	1,0
Piauí	0,3	29,9	-0,9	-1,5
Ceará	0,7	10,1	-0,7	0,3
Rio Grande do Norte	-1,4	3,4	-1,2	-1,5
Paraíba	-1,2	3,3	-0,8	-1,3
Pernambuco	1,1	6,5	1,4	-1,2
Alagoas	0,3	8,4	-1,7	-1,0
Sergipe	-2,0	9,0	-1,0	-2,7
Bahia	-1,5	4,8	-2,3	-1,7
Minas Gerais	0,7	1,8	0,2	1,5
Espírito Santo	-0,2	7,1	-6,0	0,5
Nordeste	**-0,2**	**7,0**	**-0,8**	**-1,0**

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da LCA Consultoria. Nota: (1) Estimativas.

2.1.1 Agricultura

O Nordeste, com 9,1% da participação da produção de cereais, grãos, leguminosas e oleaginosas no País, obteve incremento de 1,9% na safra desses produtos agrícolas em 2021 em relação ao ano anterior. Destaque para incrementos na produção de trigo (88,2%), soja (10,2%) e arroz (5,5%). Contudo, ocorreram reduções nas produções de feijão (-24,3%), mamona (-19,8%) e algodão herbáceo (-13,5%) conforme especificado na Tabela 3.

Em relação aos demais produtos agrícolas, cacau (23,0%), uva (18,7%), cana-de-açúcar (3,0%) e banana (2,1%) registraram aumentos nas respectivas produções. Em contraste, castanha-de-caju (-20,3%), café (-15,8%) e mandioca (-6,4%) obtiveram declínios em termos de produção (Tabela 3).

Tabela 3 – Nordeste: principais produtos da safra agrícola – 2020 – 2021

Produto das Lavouras	Nordeste		Var %
	Safra 2020 (t)	Safra 2021 (t)	
Cereais, leguminosas e oleaginosas	22.587.556	23.027.828	1,9
Algodão herbáceo	1.651.597	1.428.577	-13,5
Amendoim	12.479	11.649	-6,7
Arroz	333.440	351.616	5,5
Feijão	663.703	502.539	-24,3
Mamona	36.330	29.147	-19,8
Milho	8.723.840	8.263.717	-5,3
Soja	11.581.628	12.767.795	10,2
Sorgo	211.662	197.933	-6,5
Trigo	17.000	32.000	88,2
Banana	2.300.477	2.347.940	2,1
Batata-inglesa	200.144	387.000	93,4
Cacau	118.018	145.120	23,0
Café	246.700	207.766	-15,8
Cana-de-açúcar	52.217.415	53.802.854	3,0
Castanha-de-caju	137.916	109.862	-20,3
Fumo	30.035	33.346	11,0
Laranja	1.157.501	1.170.301	1,1
Mandioca	3.971.369	3.719.184	-6,4
Tomate	496.721	476.882	-4,0
Uva	387.662	460.104	18,7

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota: (1) Os cereais, leguminosas e oleaginosas incluem algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

2.1.2 Indústria, Comércio e Serviços

A produção industrial física do Nordeste caiu -6,2% em 2021, com queda na indústria de transformação (-6,3%), além de recuo na indústria extrativa (-4,9%). Em termos estaduais, Minas Gerais (9,8%), Espírito Santo (4,9%) e Ceará (3,7%) apresentaram crescimento em suas respectivas produções, ao contrário de Pernambuco (-0,4%) e Bahia (-13,2%), vide Tabela 4.

Tabela 4 – Nordeste e estados selecionados: variação da produção física industrial – 2021

Região/Estado	Indústria Geral (%)	Indústria Extrativa (%)	Indústria de Transformação (%)
Ceará	3,7	-	3,7
Pernambuco	-0,4	-	-0,4
Bahia	-13,2	7,3	-14,3
Minas Gerais	9,8	14,9	8,7
Espírito Santo	4,9	-11,5	15,2
Nordeste	**-6,2**	**-4,9**	**-6,3**

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Quanto à atividade comercial, quatro Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste apresentaram incremento de vendas no varejo restrito em 2021: Piauí (9,8%), Espírito Santo (6,8%), Minas Gerais (3,1%) e Pernambuco (1,3%).

No varejo ampliado, cabe mencionar que todos os Estados pertencentes à área de atuação do BNB apresentaram incremento no volume de vendas, destacando-se Pernambuco (17,9%), Espírito Santo (13,6%) e Piauí (12,5%), de acordo com os dados apresentados na Tabela 5.

Em relação às vendas dos serviços, todas as Unidades Federativas pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste registram crescimento em 2021, cabendo mencionar: Alagoas (18,5%), Ceará (13,2%), Pernambuco (10,4%) e Rio Grande do Norte (10,2%), conforme especificado na Tabela 5.

Tabela 5 – Brasil e Estados selecionados: variação (%) das vendas do comércio varejista e serviços em 2021

Estado/País	Varejo		Serviços (%)
	Restrito (%)(1)	Ampliado (%)(2)	
Maranhão	-1,9	2,2	9,7
Piauí	9,8	12,5	3,9
Ceará	-3,3	7,1	13,2
Rio Grande do Norte	-1,0	2,3	10,2
Paraíba	-4,0	2,0	9,1
Pernambuco	1,3	17,9	10,4
Alagoas	-1,0	4,4	18,5
Sergipe	-3,8	6,1	8,6
Bahia	-0,6	7,3	9,8
Minas Gerais	3,1	5,4	14,0
Espírito Santo	6,8	13,6	10,0
Brasil	**1,4**	**4,5**	**10,9**

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.
Nota: (1) O varejo restrito inclui a comercialização de oito grupos, a saber: Combustíveis e lubrificantes; Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo; Tecidos, vestuário e calçados; Móveis e eletrodomésticos; Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; Livros, jornais, revistas e papelaria; Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; e Outros artigos de uso pessoal e doméstico. (2) O varejo ampliado inclui o varejo restrito somado com as vendas de veículos, motos, peças, partes e de material de construção.

2.1.3 Mercado de Trabalho

Quanto ao mercado de trabalho, o Nordeste registrou o terceiro maior crescimento do nível de emprego dentre as Regiões do País, em 2021, considerando a geração de 474.578 postos de trabalho, representando variação percentual de 7,6% em relação a 2020.

O Sudeste liderou o saldo de vagas com (1.349.692 postos) em 2021, seguido pelo Sul (480.771), Nordeste (474.578), Centro-Oeste (263.304) e Norte (154.667). No País, o saldo totalizou 2.730.597 vagas, com variação de 7,08% em relação a 2020.

Todas as Unidades Federativas pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste apresentaram saldo positivo na movimentação dos trabalhadores com carteira assinada em 2021, destacando-se Minas Gerais (305.182), Bahia (133.779), Pernambuco (89.697), Ceará (81.460) e Espírito Santo (52.377), vide Tabela 6.

Tabela 6 – Brasil, regiões e estados selecionados: movimentação do emprego formal em 2021

Região/Estado/País	Janeiro a Dezembro de 2021			Var. (%)
	Admitidos	Desligados	Saldo	
Norte	**959.715**	**805.048**	**154.667**	**8,6**
Nordeste	**2.743.920**	**2.269.342**	**474.578**	**7,6**
Maranhão	218.009	177.404	40.605	8,2
Piauí	120.122	99.434	20688	7,2
Ceará	492.569	411.109	81.460	7,1
Rio Grande do Norte	190.640	158.436	32.204	7,6
Paraíba	175.195	142.225	32.970	8,1
Pernambuco	518.243	428.546	89.697	7,4
Alagoas	158.141	128.922	29.219	8,4
Sergipe	104.591	90.635	13.956	5,2
Bahia	766.410	632.631	133.779	8,0
Sudeste	**10.789.770**	**9.440.078**	**1.349.692**	**6,8**
Minas Gerais	2.202.162	1.896.980	305.182	7,5
Espírito Santo	407.980	355.603	52.377	7,2
Sul	**4.310.104**	**3.829.333**	**480.771**	**6,6**
Centro-Oeste	**1.880.105**	**1.616.801**	**263.304**	**8,1**
Brasil	**20.699.802**	**17.969.205**	**2.730.597**	**7,1**

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Ministério da Economia.

3 GESTÃO DO FUNDO PELO BANCO OPERADOR

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira de caráter regional, criada pela Lei Federal nº 1649, de 19/07/1952. Está organizado sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto (atualmente com 55,45% sob o controle direto da União Federal), estando autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. O seu Estatuto Social e maiores detalhes sobre a Instituição constam em sua página na internet (www.bnb.gov.br).

O BNB está presente nos 2.074 municípios da área de abrangência da Sudene, com 978 pontos físicos de atendimento, sendo 292 agências e 686 unidades e postos de microcrédito urbano e rural. Atualmente, mantém a liderança na aplicação de recursos de longo prazo e de crédito rural em sua área de atuação que corresponde aos nove estados da Região Nordeste, o Norte de Minas Gerais e o Norte do Espírito Santo.

A partir da Lei Federal nº 7.827, de 27.09.1989, o Banco do Nordeste passou a operacionalizar e administrar o FNE em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e a Sudene.

O FNE alinha-se com a concepção do BNB enquanto instituição de desenvolvimento regional. Por esse motivo, os planejamentos estratégico, tático e operacional foram construídos levando-se em conta a grande importância desse Fundo Constitucional para o crescimento e o desenvolvimento da Região. A Programação Anual do FNE está inserida no planejamento em nível tático.

O Planejamento do BNB para o quinquênio 2021-2025 manteve o modelo vigente de "Gestão para Resultados" (GpR), dando-se continuidade ao seu aperfeiçoamento a partir da análise das necessidades organizacionais, dos desafios sinalizados pelos cenários externos e à luz das orientações governamentais. Esse modelo, especialmente na Administração Pública, apresenta-se como uma proposta de cultura de gestão com ênfase nos resultados, criando valor público, com a finalidade de direcionar os esforços organizacionais na busca sistemática para obtenção dos resultados, proporcionando os impactos almejados para o Banco e para a sociedade na qual se encontra inserido.

A missão do BNB é "***Atuar como o Banco de desenvolvimento da região Nordeste***", com a visão de ***"Ser o Banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da região"***, tendo como direcionamento seus valores organizacionais: "***Justiça, Governança, Honestidade, Sustentabilidade, Igualdade, Democracia, Transparência, Compromisso, Respeito, Cooperação, Confiança, Disciplina e Civilidade".***

Para a comunicação do Planejamento Empresarial, o Banco do Nordeste adota o Mapa Estratégico, uma representação gráfica de sua estratégia, que considera as dimensões do resultado de eficiência, eficácia e efetividade, os elementos estratégicos (insumos, atividades, produtos, resultados e impactos), com embasamento na ética, integridade, monitoramento e avaliação. Nesse modelo, verifica-se que os insumos, atividades e produtos convergem para a obtenção dos resultados e impactos, que representam indicadores de desenvolvimento que coadunam com os objetivos e as finalidades do FNE.

Figura 1 – Mapa estratégico do BNB - 2021

Fonte: Ambiente de Planejamento - 2021.

As estruturas e processos internos, rede de agências, práticas de gestão, plataforma tecnológica, controles internos, dentre outros elementos da organização do BNB são abordados como parte inseparável da gestão do FNE. Nessa estrutura, destacam-se os órgãos estatutários de Governança Corporativa, que visam avaliar, direcionar e monitorar sua gestão, e cujo funcionamento está alicerçado no Estatuto Social do BNB, o instrumento que regulamenta as relações sociais dentro das companhias de capital aberto (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), em seus capítulos IV e V) como também os órgãos de Governança não estatutários, criados com o objetivo de subsidiar as decisões administrativas e operacionais e são regidos por normativos internos, como por exemplo os Comitês de Crédito.

A ação do BNB no mercado, e consequentemente a operacionalização do FNE, segue a política de segmentação de clientes, considerando seus diferenciais e as estratégias, correspondendo a uma declaração de "proposta de valor", centrada na busca pela melhor experiência relacional com o cliente, que se desdobra nos processos centrais do Banco, nos produtos e serviços, culminando no posicionamento da Instituição diante de cada segmento e no nível de relacionamento oferecido. Tal fato se concretiza nas carteiras de clientes das agências com equipe de gerentes especializados.

Quadro 3 – Segmentação de clientes - 2021

Pilar	Segmento	Descrição do segmento
Produtor	Corporate	Empresas com faturamento anual > R$ 400,0 milhões
	Empresarial	Empresas com faturamento anual > R$ 4,8 milhões e ≤ R$ 400,0 milhões (4)
	Micro e Pequena Empresas	Empresas com faturamento anual ≤ R$ 4,8 milhões (4)
	Agronegócio - Pessoa Física	Produtores Rurais com renda anual > R$ 4,8 milhões
	Pequeno e Mini produtores Rurais	Produtores Rurais pessoas físicas com renda anual ≤ R$ 4,8 milhões
	Agricultura Familiar	Pessoa Física ou Jurídica enquadrado no Pronaf, com exceção daqueles atendidos, exclusivamente com o Microcrédito, pela metodologia Agroamigo
	Microempreendedor Urbano	Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas, com renda bruta anual de até R$ 360.000,00
	Microempreendedor Rural	Pessoa Física enquadrado no Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, atendido, exclusivamente, com a metodologia Agroamigo
Consumidor	Pessoa Física	Pessoas Físicas consumidores de produtos e serviços financeiros, não enquadrados nos demais segmentos
	Entidades Representativas	Pessoas Jurídicas consumidores de produtos e serviços financeiros, não enquadrados nos demais segmentos
Estruturador	Governo	Governo e Instituições do setor público da administração Pública Direta e Indireta dependente

Fonte: Ambiente de Marketing.

A família de produtos do FNE contempla, primordialmente, operações de crédito para financiamento de longo prazo. No entanto, os demais serviços bancários e financeiros estão disponíveis para atendimento complementar às necessidades dos beneficiários do FNE, destacando-se: crédito, aplicações e investimentos, seguros, transações e serviços especializados.

3.1 Gestão de Riscos do Fundo

O BNB dispõe ainda de uma Política Corporativa de Gestão de Riscos que estabelece, como princípio essencial, a manutenção do sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da Instituição. Para fins da gestão integrada de riscos, define-se a relevância dos riscos em função do seu potencial de impacto no alcance dos objetivos estratégicos da Instituição. Para os riscos considerados relevantes, são definidas metodologias, estratégias, processos, procedimentos e sistemas para o seu gerenciamento, sendo eles: crédito, concentração, mercado, taxa de juros da carteira bancária (IRRBB), liquidez, operacional, estratégico, reputacional, capital, conformidade, socioambiental, atuarial, cibernético e de modelos. Esses riscos são monitorados e reportados sistemática e periodicamente à Diretoria Executiva, ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao Comitê de Riscos e de Capital (CRC) e ao Conselho de Administração.

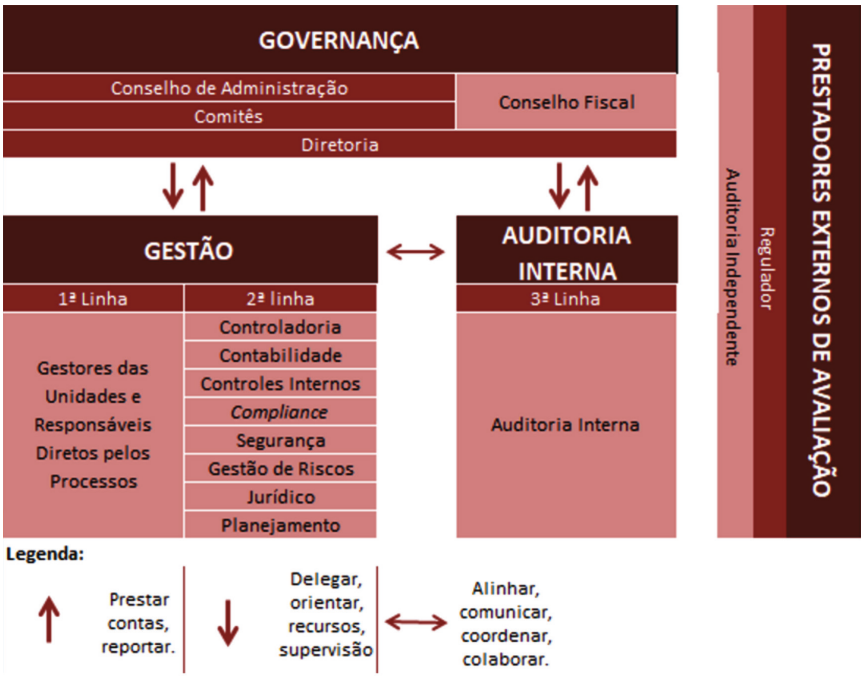
O BNB detém uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos com a existência de controles internos em todos os níveis da Instituição, sendo exercida em três linhas de defesa:

- **1ª Linha** - é a função destinada aos gestores de negócio, suporte e operacionais. Estes são os responsáveis primários por identificar, avaliar, tratar, controlar e reportar os riscos de suas áreas, de forma alinhada às diretrizes internas, regulamentações, políticas e procedimentos aplicáveis;

- **2ª Linha** - é a função destinada aos gestores das atividades de compliance, supervisores de controles internos e gerenciamento de riscos. São independentes da gestão das linhas de negócio (1ª Linha de Defesa) e atuam como facilitadores na implementação de práticas eficazes de gerenciamento de riscos e metodologia de Controles Internos e Compliance, bem como dão suporte às áreas de negócios e operacionais de forma consultiva. São responsáveis por testar e avaliar a aderência à regulamentação, políticas e procedimentos, mantendo padrões de integridade alinhados aos princípios, diretrizes e apetite ao risco adotados pela Instituição e reportando sistematicamente para a Alta Administração os resultados de suas análises em relação à conformidade; e

- **3ª Linha** - é a função destinada à Auditoria Interna. Tem o papel de fornecer aos órgãos de governança e à Alta Administração avaliações abrangentes, independentes e objetivas relativas aos riscos da Instituição, além de revisar, de modo sistemático, a eficácia das duas primeiras linhas de defesa, contribuindo para o seu aprimoramento. A Auditoria Interna tem como propósito a avaliação dos processos de gerenciamento de riscos, governança e controles, de forma independente e objetiva, visando adicionar valor no alcance dos objetivos estratégicos, em consonância com as regras e os padrões aprovados por organismos nacionais de supervisão bancária e pelo Regulamento Interno da Atividade de Auditoria que foi elaborado nos padrões das Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, Código de Ética do The Institute of Internal Auditors (IIA) e com as normas pertinentes da Secretaria Federal de Controle Interno da Administração Pública Federal. As informações sobre as atividades da Superintendência de Auditoria, considerando as ações planejadas constantes do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) de 2021, bem como as demandas extraordinárias que exigiram a participação da Auditoria. A Superintendência de Auditoria do Banco do Nordeste apresenta o RAINT do ano de 2021 respaldada na Instrução Normativa nº 09, de 09 de outubro de 2018, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), bem como a Resolução 4.588, de 29 de junho de 2017, do Conselho Monetário Nacional, Art.19, Inciso IV, parágrafo único.

Figura 2 – Modelo de gestão de risco e controles internos do BNB - 2021



Fonte: BNB – Ambiente de Controles Internos e Compliance.

3.2 Formação de Alianças Institucionais

Distintas ações de articulação institucional foram desenvolvidas ao longo do ano de 2021. Nessa articulação, destaca-se a atuação sistemática das Agências, Superintendências Estaduais e Direção Geral do BNB, em articulação com governos estaduais, municipais e demais atores locais, com o objetivo de divulgar o FNE e efetivar negócios.

No exercício de 2021, foram firmados 5 acordos de cooperação de âmbito regional destacando-se as instituições parceiras: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Federação e Confederação das Micro e Pequenas Empresas, e Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq); 28 acordos de cooperação com universidades para concessão de financiamento a universitários no âmbito do Programa FNE Fies; e 20 outros acordos de abrangência estadual, descritos no Quadro 4.

Quadro 4 – alianças institucionais – 2021

Nome Entidade Parceira	Abrangência	Início da Vigência	Fim da Vigência	UF
Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento Ltda. - Cesed	P-Fies	30/01/2021	30/01/2025	PB
H. M. Simões Carneiro e Cia. Ltda. - Epp	P-Fies	01/02/2021	01/02/2025	MA
Associação Teresinense de Ensino S/C Ltda.-Unifsa	P-Fies	01/02/2021	01/02/2025	PI
Sociedade de Ensino Superior do Nordeste da Bahia Ltda.	P-Fies	05/02/2021	05/02/2025	SE
Associação de Ensino e Cultura Pio Décimo Ltda.	P-Fies	15/02/2021	15/02/2025	SE
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Luis	P-Fies	18/02/2021	18/02/2025	MA
Unidade de Ensino Superior Dom Bosco / Grupo Dom Bosco Ltda.	P-Fies	18/02/2021	18/02/2025	MA
Educadora Sete de Setembro Ltda.	P-Fies	01/03/2021	01/03/2025	CE
Sociedade Educacional Edice Portela Ltda.	P-Fies	01/03/2021	01/03/2025	CE
Instituto Leão Sampaio de Ensino Universitário Ltda.	P-Fies	01/03/2021	01/03/2025	CE
Associação Igreja Adventista Missionária - Aiamis	P-Fies	01/03/2021	01/03/2025	CE
Empreendimento Educacional Maracanaú Ltda.	P-Fies	01/03/2021	01/03/2025	CE
Organização Educacional Farias Brito Ltda.	P-Fies	01/03/2021	01/03/2025	CE
FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ	P-Fies	03/03/2021	03/03/2025	CE
Associação de Ensino e Pesquisa Graccho Cardoso Assep	P-Fies	31/03/2021	31/03/2025	SE
Sociedade Padrão de Educação Superior Ltda.	P-Fies	06/05/2021	06/05/2025	MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia Crea-Ba	P-Fies	12/05/2021	12/05/2023	BA
Sociedade Cientifica e Cultural Anísio Teixeira Eireli	P-Fies	21/05/2021	21/05/2025	BA
Centro Educacional Maria Milza Ltda. Me	P-Fies	21/05/2021	21/05/2025	BA
Centro de Estudos Superiores de Santo Antônio de Jesus S/C - Epp	P-Fies	21/05/2021	21/05/2025	BA
Faculdade Irecê - Epp	P-Fies	21/05/2021	21/05/2025	BA
Fundação Francisco de Assis	P-Fies	21/05/2021	21/05/2025	BA
América Educacional S.A.	P-Fies	16/06/2021	16/06/2025	BA
Faculdade Nobre de Feira de Santana Ltda.	P-Fies	09/08/2021	09/08/2025	BA
Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana Ltda.	P-Fies	09/08/2021	09/08/2025	BA
Centro de Ensino Superior Timonense - Faculdade Presidente Dutra - Fap	P-Fies	31/08/2021	31/08/2025	MA
Centro de Ensino Superior Timonense - Faculdade Rio Parnaíba - Farp	P-Fies	31/08/2021	31/08/2025	MA
Centro de Ensino Superior Maria da Conceição Gaspar Ltda.	P-Fies	03/09/2021	03/09/2025	MA
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Regional	22/02/2021	22/02/2023	-
CFK Comércio de Alimentos Ltda.	Regional	09/04/2021	09/04/2023	-
Federação das Associações de Micro e Empresas de Pequeno Porte	Regional	07/12/2021	07/12/2023	-
Confederação Nacional das Micro e Peq. Empr. e Empreend. Individuais	Regional	07/12/2021	07/12/2023	-
Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - Abimaq	Regional	29/06/2021	29/06/2023	-
Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Ceará -Sindimuce	Estadual	26/04/2021	26/04/2023	CE

Nome Entidade Parceira	Abrangência	Início da Vigência	Fim da Vigência	UF
Sindicato das Empresas Organizadoras de Eventos e Afins do Estado do Ceará	Estadual	26/04/2021	26/04/2023	CE
Associação de Cerimonialistas do Estado do Ceará- Acec	Estadual	26/04/2021	26/04/2023	CE
Associação Brasileira de Empresas de Eventos - Abeoc Ce	Estadual	26/04/2021	26/04/2023	CE
Comitê Nacional do Cerimonial Público CNCP BRASIL	Estadual	26/04/2021	26/04/2023	CE
Associação Cearense de Emissoras de Rádio e Televisão	Estadual	31/05/2021	31/05/2024	CE
Federação da Agricultura do Estado do Ceará	Estadual	22/06/2021	22/06/2024	CE
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Ce	Estadual	22/06/2021	22/06/2024	CE
Federação da Agricultura do Estado do Ceará	Estadual	22/06/2021	22/06/2024	CE
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Ceará	Estadual	22/06/2021	22/06/2024	CE
Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável Emater	Estadual	09/07/2021	09/07/2023	AL
Associação Mineira de Rádio e Televisão - Amirt	Estadual	05/08/2021	05/08/2024	MG
EMATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí	Estadual	26/08/2021	26/08/2023	PI
Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão	Estadual	30/08/2021	30/08/2023	MA
Sindicato das Empresas de Turismo no Estado do Maranhão Sindetur-Ma	Estadual	14/09/2021	14/09/2026	MA
Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco - Crc-Pe	Estadual	20/09/2021	20/09/2022	PE
Asserpe – Associação das Empresas de Rádio e Televisão de Pernambuco	Estadual	20/09/2021	20/09/2024	PE
Sindicato das Indústrias de Confecções e Roupas de Homem e Vestuário	Estadual	10/11/2021	10/11/2024	CE
FIEMA -Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – MA	Estadual	17/11/2021	17/11/2026	MA
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe	Estadual	06/12/2021	06/12/2023	SE

Fonte: BNB - Sistema 258. Nota: Constam as alianças institucionais por iniciativa e responsabilidade das Superintendências Estaduais e também da Direção Geral.

3.3 Ações Realizadas com a Finalidade de Estimular o Atendimento em Espaços Geográficos e Segmentos Prioritários, Bem Como Estímulo a Novos Clientes

3.3.1 Ações para estimular o atendimento no Semiárido

Cumprindo sua missão de atuar como banco de desenvolvimento, o BNB busca suprir, em sua área de atuação, grande parcela da lacuna referente ao crédito, especialmente por meio do FNE, além de disponibilizar serviços bancários e produtos financeiros, de modo a contribuir para a transformação do cenário econômico regional e favorecer a redução das desigualdades econômicas, sociais e espaciais, especialmente no Semiárido.

O leque de linhas de financiamento setoriais e multissetoriais, no âmbito do FNE, apoia empreendimentos rurais e urbanos de todos os portes, desde agricultores familiares e microempreendedores individuais a empreendimentos de infraestrutura, fundamentais ao acúmulo de um plano de crescimento e de atração de investimentos à Região, desdobrando-se ao apoio de pessoas naturais, a exemplo de estudantes, por meio da linha FNE-Fies, e de mini e micro geradores de energia fotovoltaica na linha FNE Sol.

A partir do desafio de se manter aderente ao contexto da competitividade empresarial e atuante nos nichos mais modernos de crédito, o BNB, por meio do FNE, oferece opções para o financiamento de projetos de inovação (linha FNE Inovação) e para *startups* (FNE *Startups*), além de linhas voltadas ao segmento verde (FNE Verde), ao uso eficiente de recursos hídricos (FNE Água) e ao segmento da Saúde (pessoas jurídicas prestadoras de serviços e indústrias contido no Complexo Econômico Industrial da Saúde – Ceis).

Além de associar todas essas opções de apoio financeiro do FNE a fontes de recursos complementares, o BNB adota ações e metodologias diferenciadas, a exemplo da atuação do Pro-

grama de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) e do Agente de Desenvolvimento, inclusive no apoio e sinergia junto a outras iniciativas federais e do microcrédito orientado no meio rural (AgroAmigo). Atuando desta forma, o BNB tem mantido a sua presença em todos os 2.074 municípios abrangidos pela área de atuação da Sudene e elevado, especialmente em 2021, o seu nível de cobertura em múltiplas operações, por município, com recursos do FNE.

Importante ressaltar que a própria política de crédito do FNE garante algumas situações de direcionamento prioritário ao Semiárido, a exemplo de maiores níveis de alavancagem de projetos de financiamento, maior limite de financiamento para capital de giro, encargos financeiros reduzidos por ocasião da incidência do redutor Fator Localização (FL), do qual são beneficiários parte dos municípios contidos nesse espaço, além de itens de financiamento específicos e exceções a vedações no âmbito dessa fonte de recursos. Há que se destacar o direcionamento obrigatório de pelo menos 50% dos ingressos anuais de recursos a essa porção do território regional.

Levando em conta somente os recursos do FNE, o BNB aplicou, em 2021, cerca de R$ 16,1 bilhões no Semiárido. Para atingir esse patamar, foram importantes as ações relacionadas à organização de cadeias produtivas, desempenhada pelo Prodeter, graças à atuação do Agente de Desenvolvimento. Notadamente nos municípios em que não há agências físicas da Instituição, tais agentes lançam mão das agências itinerantes, que aliam o papel operacional de Banco à articulação para capacitação, inovação tecnológica, políticas públicas, estratégias associativas, assistência técnica e gerencial, dentre outros fatores imprescindíveis, principalmente aos produtores rurais do Semiárido.

3.3.1.1 FNE Itinerante

O FNE Itinerante é um dos instrumentos utilizados pelo BNB para levar o crédito ao Semiárido. Com tal instrumento, a Instituição busca promover e divulgar, de maneira prática e objetiva, as possibilidades de financiamento com recursos do FNE às micro e pequenas empresas (MPEs) e aos microempreendedores individuais (MEIs), especialmente no Setor de Comércio e Serviços.

Realizado desde 2010, o FNE Itinerante tem contado com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Regional e da Sudene. O FNE Itinerante configura-se, prioritariamente, pela realização de encontros de informação e atendimento negocial em municípios onde não existem agências físicas do BNB (caracterizados por economias menos dinâmicas e, em função disso, com poucas operações contratadas com recursos do FNE) e localizados em espaços considerados prioritários, segundo preceitos emanados pela PNDR, em especial o Semiárido.

A avaliação positiva dos eventos tem motivado sua continuidade e ampliação para outros municípios ano a ano. Desde a sua criação, o instrumento já permitiu a realização de 1.113 eventos. Ressalte-se, no entanto, a atipicidade do ano de 2020, no início do qual se instalou uma crise sanitária mundial provocada pelo SARS-Cov2 (Covid 19). Em função de tal crise, o ofício BNB 2020/490-006, de 29 de abril de 2020 sugeriu a suspensão dos eventos do FNE Itinerante até que as condições sanitárias estejam em normalidade.

Tabela 7 – FNE Itinerante – 2010 – 2021

Eventos	2010-2014	2015-2020	2020	2021	Total
No Semiárido	250	489	0	39	778
Fora do Semiárido	94	241	0	0	335
Total	**344**	**730**	**0**	**39**	**1.113**

Fonte: BNB – Ambiente de Políticas de Desenvolvimento. Eventos suspensos em 2020, em função da crise sanitária provocada pela Covid-19.

3.3.1.2 Programa de Desenvolvimento Territorial

O Prodeter, um dos instrumentos por meio do qual se materializa a Política de Desenvolvimento Territorial do BNB, consolidou importantes resultados em termos de ganhos de competitividade das atividades econômicas objeto de estruturação.

Na posição de dezembro de 2021, o Programa de Desenvolvimento Territorial - Prodeter, tinha 178 projetos em andamento, divididos em quatro fases. A primeira fase composta por 21 projetos, a segunda por 50 e a terceira com 61. Essas três fases atualmente, estão com seus Planos de Ação Territorial (PAT) em execução e monitoração. A quarta fase do programa, foi iniciada em 2021, com a inclusão de 46 novos projetos, que estão em processo de elaboração e lançamento de seus planos de ação territorial.

Os Planos de Ação implementados nos 132 territórios abrangidos pelo Prodeter, nas suas três fases, continuaram evidenciando resultados expressivos em termos de estruturação de cadeias produtivas das atividades econômicas priorizadas, com avanços positivos na solução dos seus gargalos, minimizando os riscos de inadimplência dos financiamentos concedidos. Ressalta ainda que, com os 46 novos projetos da quarta fase, o início da execução das ações está previsto para o primeiro semestre de 2022.

As atividades econômicas priorizadas no Prodeter receberam aproximadamente R$ 921,8 milhões em financiamento em 2021. Considerando todo o período de funcionamento do Prodeter desde 2016, o valor acumulado financiado já ultrapassou a marca de R$ 2,94 bilhões.

No ano de 2021, o Prodeter contou com cerca de 10.263 participantes, dos quais 79,9% têm operações de financiamento. O programa esteve presente em 825 municípios da área de atuação do Banco, o que representa 41,5%, e conta com um total aproximado de 1.800 representantes de instituições parceiras.

Os Planos de Ação implementados nos primeiros 21 (vinte e um) territórios abrangidos pelo Prodeter, bem como os 50 projetos da primeira expansão, e os novos 61 projetos da segunda expansão, para esse ano de 2021, continuaram evidenciando resultados expressivos em termos de estruturação de cadeias produtivas das atividades econômicas priorizadas, com avanços positivos na solução dos seus gargalos, minimizando os riscos de inadimplência dos financiamentos concedidos. Para tanto, foi atualizado o banco de dados de registro e difusão de ganhos de competitividade das cadeias produtivas objeto das ações do Prodeter, conforme os resultados alcançados, valendo destacar:

- Avanços nas inovações tecnológicas na bovinocultura de leite, como o Acordo de Cooperação firmado com a FAEC para melhoria genética no Ceará, as capacitações em Inseminação Artificial e Transferências de Embriões no Ceará, na Paraíba, em Pernambuco e em Sergipe, nesse com destaque para a realização nos 03 municípios que compõem o PAT do Alto Sertão Sergipano, o Programa de IATF - INSEMINAÇÃO POR TEMPO FIXO, houve a inseminação de 239 animais; Implantação do Programa de Fertilização In Vitro (FIV) nas propriedades dos associados da Associação dos Produtores de Queijo da Região de Diamantina (APRODIA) em Minas Gerais; a disseminação da palma adensada Bahia, da palma forrageira em Pernambuco e no Rio Grande do Norte; o Acordo de cooperação firmado com a SDA, para financiamento de palma forrageira no Ceará; bem como a realização de dias de campo, oficinas de capacitação, visitas técnicas, palestras virtuais, entre outras ações, com temas variados, desde reserva estratégica alimentar até o melhoramento genético dos rebanhos;

- Financiamento integrado e orientado nas diversas atividades priorizadas, viabilizando o aumento da produção, fortalecendo a competividade, com destaque para os quase R$

427 milhões assegurados pelo Banco do Nordeste aos Bovinocultores e os poucos mais de R$ 167 milhões aos Caprinovinocultores, nos territórios do Prodeter;

- Fortalecimento do associativismo, visualizado por meio da compra coletiva de insumos agropecuários e venda coletiva de produtos, com a disponibilização de novos canais de comercialização e aplicativos, além da reestruturação e criação de cooperativas de produtores, como por exemplo a implantação da Cooperativa dos Produtores de Leite e de uma Central de Negócios, ambas em Penedo-Alagoas; Acordos de vendas coletivas com o frigorífico FrigBahia – Cooperativa Regional de Alimentos Bahia Ltda. e a Criação de Associação de Produtores em Camacan, também na Bahia; implantação do Programa AT&G do Senar para produtores cooperados em Minas Gerais; Ação conjunta com a COPAF junto ao Governo do Estado da Paraíba para incentivo fiscal, para a Cooperativa, crédito presumido de ICMS; Reativação da Cooperativa de Moita Bonita em Sergipe, entre outras;

- Ações do Prodeter em parcerias com órgãos das administrações estadual e municipal, como por exemplo: a criação do Marco Regulatório da Avicultura Caipira no Estado da Paraíba, construído o documento pela COPAF e Banco do Nordeste, foi aprovada e sancionada a Lei 11854; Acordo de parceria entre a Cervejaria Sergipana UÇA e Secretaria de Agricultura de Lagarto, para produzir uma cerveja artesanal à base de mandioca; Acordo de Cooperação entre as Prefeituras Municipais e o SENAR sobre contratação da ATEG para 50 produtores do Prodeter no Ceará; Financiamento do Programa de Profissionalização no Agronegócio da Bananicultura do Território Maciço de Baturité para os 60 produtores do Prodeter, pela UNILAB/MAPA no Ceará; Reconhecimento oficial pelo Estado de Minas Gerais e pelo Ministério Público, o Processo de Criação do Monumento Natural Municipal Curral de Pedras (MONAM-CP); no Piauí, firmou-se o acordo ATeG - SENAR/Prodeter e Prefeitura Municipal de Luís Correia - para 30 produtores de leite e seus derivados e a Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, assinou a ordem de serviço para construção da Unidade de Beneficiamento de Pescado no município de Demerval Lobão.

- Fortalecimento dos produtores rurais com produção em bases agroecológicas, como por exemplo a assinatura de dois convênios com recursos - BNB/Fundeci no Espírito Santo: "Agroecologia: Multiplicando Saberes, Produzindo Vida" para implantação de 15 unidades Demonstrativas de Referência da Produção Agroecológica, e o Projeto "Agroecologia semeando conhecimentos para que o povo possa colher dignidade", com o objetivo de promover formação de adolescentes e agricultores familiares do norte do Espírito Santo e extremo sul da Bahia;

- Aprimoramento da infraestrutura produtiva regional, como a Ampliação do Laticínio Lassa para aumento da compra do leite dos produtores do Prodeter e a Instalação do Laboratório para exames OPG no Território Sertões de Tauá, ambos no Ceará; Inauguração do Entreposto do Mel na Costa do Descobrimento e SDR/CAR - Depósito no BNB 1 milhão (ampliação Laticínio), ambos na Bahia.

3.3.2 Ações para estimular a promoção de investimentos por meio dos escritórios do Rio de Janeiro e São Paulo

Com o objetivo de prospectar novos negócios e clientes para investimentos na Região Nordeste, em 2021 foram realizadas diversas ações de promoção e atração de investimentos pelos Escritórios do Rio de Janeiro e São Paulo. Cabe destacar a aprovação de cerca de R$ 9,7 bilhões em Cartas-Consulta e aproximadamente R$ 5 bilhões em operações de crédito, conforme quadros a seguir:

Tabela 8 – Cartas-consulta aprovadas – Escritório Rio de Janeiro - 2021

Empresa, Grupo ou Instituição	Valor Aprovado (R$1,00)	Setores
3r Macau S.A.	105.534.871,00	Óleo e Gás
Its Telecomunicações Ltda.	50.000.000,00	Telecomunicações
Brado Logística S.A.	209.361.179,00	Logística
Boa Safra Sementes S.A.	43.900.090,50	Agroindustrial
Ibitu Energia S.A.	390.617.028,00	Energia
Central Eólica Mundo Novo S.A.	150.000.000,00	Energia
Statkraft Energias Renováveis S.A.	233.390.363,00	Energia
Voltalia Energia do Brasil Ltda.	249.143.000,00	Geração Energia
Edf En do Brasil Participações Ltda.	408.020.100,00	Geração Energia
Powertis S.A.	521.350.776,39	Geração Energia
Copel Geração e Transmissão S. A.	208.687.000,00	Geração Energia
Ventos de Santa Livia Energias Renováveis S.A.	150.970.000,00	Geração Energia
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	144.005.000,00	Geração Energia
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	151.000.000,00	Geração Energia
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	154.002.000,00	Geração Energia
Transmissora Rio Largo SPE S.A.	22.455.710,00	Linha de transmissão
Valor Total – Cartas-Consulta - Rio De Janeiro	**R$ 3.192.437.117,89**	

Fonte: Superintendência de Supervisão da Rede de Agências (2021).

Tabela 9 – Operações contratadas – Escritório Rio de Janeiro - 2021

Empresa, Grupo ou Instituição	Valor Aprovado (R$)	Setores
Sol Serra do Mel II SPE S.A.	213.606.000,00	Geração Energia
Edf En do Brasil Participações Ltda.	500.000.000,00	Geração Energia
Powertis S.A.	519.712.332,68	Geração Energia
Torres Eólicas do Nordeste S.A.	9.999.607,57	Inovação
Stima Piauí Locação de Equipamentos Ltda.	13.139.397,77	Geração Energia
Copel Geração e Transmissão S.A.	208.687.000,00	Geração Energia
Ventos de Santa Livia Energias Renováveis S.A.	150.970.000,00	Geração Energia
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	144.005.000,00	Geração Energia
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	151.000.000,00	Geração Energia
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	154.002.000,00	Geração Energia
Transmissora Rio Largo SPE S.A.	22.455.710,00	Linha de Transmissão
Brinox Metalúrgica S.A.	11.883.313,60	Indústria
Valor Total – Operações Contratadas - Rio De Janeiro	**2.099.460.361,62**	

Fonte: Superintendência de Supervisão da Rede de Agências (2021).

Tabela 10 – Cartas-consultas aprovadas – Escritório São Paulo - 2021

Empresa, Grupo ou Instituição	Valor Aprovado (R$ 1,00)	Setores
Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. (AENA)	790.981.848,93	Aeroporto
Locar Guindastes e Transportes	19.000.000,00	Equipamentos pesados
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I	203.479.311,98	Geração solar
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II	101.752.155,99	Geração solar
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III	101.752.155,99	Geração solar
2w Energia S A	1.000.000.000,00	Geração solar
AGRI Brasil Produção e Comercio de Laticínios Ltda	894.157.500,00	Laticínio
Dom Pedro II Transmissora (Engepar)		
ATU 12 Arrendatária Portuária SPE S.A.	332.646.680,00	Porto

Empresa, Grupo ou Instituição	Valor Aprovado (R$ 1,00)	Setores
ATU 18 Arrendatária Portuária SPE S.A.	203.783.974,50	Porto
Bon Nome Solar S.A.	192.513.143,95	Geração solar
Brk Ambiental Região Metropolitana De Maceió S.A.	850.000.000,00	Saneamento
Fortlev Industria e Comércio de Plásticos Ltda	150.000.000,00	Indústria de plásticos
Intrepid Participações S. A.	300.000.000,00	Geração solar
Itamaracá Transmissora de Energia	18.402.000,00	Transmissão
VTRM Energia Participações S.A.	300.000.000,00	Geração solar
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	75.000.000,00	Geração solar
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	75.000.000,00	Geração solar
Kairos Wind 1 Energia S.A.	165.000.000,00	Geração eólica
Santos Brasil Participações S.A.	368.725.689,79	Terminal portuário
TUP Porto São Luís S.A.	547.053.608,00	Terminal portuário
Valor Total – Cartas-Consulta – São Paulo	**6.689.248.069,13**	

Fonte: Superintendência de Supervisão da Rede de Agências (2021).

Tabela 11 – Operações contratadas – Escritório São Paulo - 2021

Empresa, Grupo ou Instituição	Valor Aprovado (R$)	Setores
Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.	790.981.848,93	Aeroporto
Cambuci S.A.	48.976,93	Indústria calçadista
Cambuci S.A.	392.000,00	Indústria calçadista
Cambuci S.A.	5.970.000,00	Indústria calçadista
Dom Pedro II Transmissora de Energia SPE Ltda.	58.799.996,00	Transmissão
Locar Guindastes e Transportes	19.000.000,00	Equipamentos pesados
Locar Guindastes e Transportes	43.245.583,04	Equipamentos pesados
MEZ 1 Energia S.A.	176.783.458,11	Transmissão
Next Level Tecnologia Ltda.	462.000,00	Tecnologia de software
Omega Desenvolvimento de Energia 2 S.A.	110.236.046,17	Geração eólica
Omega Desenvolvimento de Energia 3 S.A.	109.066.239,26	Geração eólica
Omega Desenvolvimento de Energia 5 S.A.	102.815.638,39	Geração eólica
Omega Desenvolvimento de Energia 6 S.A.	102.386.203,96	Geração eólica
Omega Desenvolvimento de Energia 7 S.A.	98.664.023,53	Geração eólica
Omega Desenvolvimento de Energia 8 S.A.	90.076.783,54	Geração eólica
Sauipe S.A.	12.295.084,10	Hotelaria
SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.	26.820.078,78	Aeroporto
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	145.881.532,00	Porto
Torres Eólicas do Nordeste S.A.	9.999.607,57	Pás eólica
Tucano F1 Geração de Energias Ltda.	95.893.513,60	Geração eólica
Tucano F2 Geração de Energias Ltda.	82.225.849,96	Geração eólica
Tucano F3 Geração de Energias Ltda.	95.893.513,60	Geração eólica
Tucano F4 Geração de Energias Ltda.	95.893.513,59	Geração eólica
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A.	110.569.326,59	Geração eólica
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A.	124.342.685,49	Geração eólica
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.	110.569.326,59	Geração eólica
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I	203.479.311,98	Geração solar
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II	101.752.155,99	Geração solar
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III	101.752.155,99	Geração solar
Venture Capital Participações e Investimentos	71.329.219,54	Hotelaria
Valor Total – Operações Contratadas – São Paulo	**3.097.625.673,23**	

Fonte: Superintendência de Supervisão da Rede de Agências (2021).

3.3.3 Ações para estimular o atendimento em áreas prioritárias da PNDR

Além da preocupação com as aplicações dos recursos do FNE no Semiárido, condições diferenciadas e ações têm sido implementadas para estimular o financiamento em áreas prioritárias da PNDR, por meio do atendimento, principalmente, aos beneficiários de menor porte e a captação de novos clientes. Dentre as condições diferenciadas e ações, merecem destaque:

i) Limites de financiamento diferenciados para operações de investimento: maiores percentuais para as áreas de menor renda e de menor dinamismo; e limites especiais para o financiamento de empreendimentos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs);

ii) Limites de financiamento diferenciados para operações de capital de giro isolado, inclusive para empresas exportadoras e maior limite para financiamentos localizados em municípios de Baixa Renda e de RIDEs;

iii) Destinação de dotação de recursos específicos na Programação anual para serem aplicados nos municípios classificados nas tipologias prioritárias da PNDR e nas RIDEs;

iv) Monitoramento da evolução das aplicações do FNE no âmbito dos espaços prioritários da PNDR (Semiárido, municípios de tipologias consideradas prioritárias e RIDEs), a partir de acompanhamentos semanais, mensais e trimestrais, com vistas a subsidiar as decisões negociais em âmbito estratégico e operacional visando ao cumprimento das metas estabelecidas[1];

v) Monitoramento da cobertura das aplicações do FNE no âmbito de todos os municípios da área de atuação do BNB, tanto com operações dos Programas FNE para os agricultores familiares (Pronaf) quanto operações dos outros Programas do FNE (Empresarial), por meio de relatórios sistemáticos.

3.3.4 Ações para fortalecer o atendimento no setor rural

3.3.4.1 Agronordeste

O Agronordeste é um plano de ação elaborado pelo Governo Federal para impulsionar o desenvolvimento econômico e social sustentável do meio rural da Região Nordeste.

Foi lançado em outubro de 2019, e em 2021, conta com 301 municípios dos nove estados do Nordeste, além de Minas Gerais e Espírito Santo, divididos em 16 Territórios.

O BNB se propõe a ser um importante parceiro do Governo Federal, em total aderência ao Plano, para contribuir com o desenvolvimento da Região Nordeste, do Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Para tanto, vem trabalhando para oferecer novas linhas de crédito e funcionalidades na direção da digitalização do Banco, a fim de melhorar, continuamente, o atendimento e a experiência de crédito dos nordestinos.

Sua principal finalidade é apoiar a organização das cadeias agropecuárias de relevância atual ou potencial na Região Nordeste, a ampliação e diversificação dos canais de comercialização, atuando com pertinências social, ambiental e econômica e buscando aumentar a eficiência produtiva e o benefício social.

O Banco do Nordeste atua no Plano AgroNordeste objetivando promover o desenvolvimento sistêmico e a melhoria da competitividade de cadeias agropecuárias, mediante sua ação financiadora e a implementação de diversas outras ações, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e o crescimento da renda da população.

No ano de 2021, foi contratado o montante de R$ 5,17 bilhões em crédito com fonte FNE, em 125.695 operações com clientes de todos os portes, contemplando diversos segmentos da economia, que, de forma direta, contribuem para o desenvolvimento econômico e social dos municípios que compõem o Plano Agronordeste , maiores detalhes no Relatório Agronordeste 2021, na página do BNB na internet (www.bnb.gov.br).

3.3.4.2 Agroamigo

O Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste quer melhorar o perfil social e econômico das famílias do campo. Por meio de seus agentes de microcrédito, atende, de forma pioneira no Brasil, a milhares de agricultores e agricultoras familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com exceção dos grupos A e A/C.

O Programa Agroamigo é destinado a agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que possuam recebimento de vendas anuais igual ou inferior à renda ou receita bruta anual estabelecido para a microempresa (faturamento de até R$ 360 mil ao ano) conforme o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Os resultados, na posição de dezembro de 2021, registram que o Agroamigo aplicou mais de R$ 3,39 bilhões em 589.776 operações contratadas. , maiores detalhes nas publicações, relatórios e resultados do Agroamigo, na página do BNB na internet (www.bnb.gov.br).

3.3.5 Projetos estratégicos

Os projetos são classificados nas categorias de projetos estratégicos, especiais e específicos. Os projetos executados contribuem positivamente para a realização dos objetivos e metas estratégicos do Banco, na medida em que entregam produtos, serviços ou resultados esperados para a realização das estratégias traçadas pela alta administração. A seguir, destacam-se as principais entregas do projeto estratégico mais relevantes do Banco em 2021, que facilita os negócios dos clientes que operam com o BNB, contribuindo para produção de inovações em produtos, processos e serviços do Banco para seus clientes.

Projeto Estratégico Pagamento Instantâneo PIX

O Projeto tem como objetivos, dentre outros, definir estratégia de negócio e inovação para adesão aos ecossistemas dos Pagamentos Instantâneos, assim como desenvolver as soluções de TI para viabilizar a integração do Banco do Nordeste, conforme estabelecido em atos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

As principais entregas do projeto no ano de 2021 foram as seguintes:

- Agendamento de PIX cobrança com vencimento;
- Notificação de Infração;
- Pagamento com QR Code;
- PIX Saque e Pix Troco;
- PIX Cobrança.

3.3.6 Ações para estimular o atendimento junto às carteiras de segmentos de clientes

3.3.6.1 Clientes do Segmento Corporate

- Realização do XIII Encontro de Trabalho com os Gerentes de Negócios Corporate para alinhamento das estratégias empresariais e definição das ações necessárias para consecução das metas corporativas;
- Incentivo ao compartilhamento das boas práticas adotadas pelos Gerentes de Negócios Corporate;
- Participação em eventos *on line e lives* direcionados à geração, transmissão e distribuição de energia;
- Realização de audioconferências com clientes e rede de agências, para tratar das condições de financiamento do pleito;
- Acompanhamento do resultado dos leilões do Setor de Infraestrutura, realizados em 2021, objetivando a prospecção de clientes e negócios;
- Participação em fóruns, webnars, lives e eventos para prospecção de novos projetos de Infraestrutura, com ênfase nos setores de logística, saneamento, iluminação pública, produção e transporte de gás natural;
- Relativamente ao Setor de Saneamento, a atuação se dá junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional, Ministério da Fazenda, Banco Central, entidades representativas do Setor e clientes.
- Especificamente no setor aeroportuário, realiza-se reuniões com empresas que participaram dos leilões de concessão;
- Reuniões com as instituições financeiras para cofinanciamento de projetos de infraestrutura, a exemplo do BNDES;
- Reuniões com entidades representativas para priorização do financiamento aos itens fabricados no Brasil.

3.3.6.2 Clientes dos Segmentos Empresarial e Governo

- Encontros virtuais com os Gerentes de Negócios das carteiras empresariais, para tratar dos resultados obtidos pelas carteiras, metas definidas e estratégias a serem adotadas e campanhas, com a participação média de 200 gerentes por encontro;
- Realização de 2 videoconferências específicas com os gerentes da rede de agências, quando foram discutidos as propostas em carteira;
- Inserção do direcionamento da aplicação do FNE para os portes prioritários na avaliação dos gerentes;
- Incentivo ao compartilhamento das boas práticas adotadas pelos Gerentes de Negócios Empresariais por meio de 4 Fóruns de Gestão.

3.3.6.3 Clientes do Segmento Micro e Pequena Empresa

- Ampliação do número de carteiras de clientes MPEs, com a criação de mais 34 carteiras especializadas;

- Disponibilização do alongamento de dívidas por meio da Renegociação Digital, promovida pela área de Recuperação de Crédito;
- Disponibilização, na Plataforma virtual de cursos (Comunidade Virtual de Aprendizagem – CVA), dos cursos Visita Gerencial MPE, FNE SOL MPE e Postura Gerencial MPE, Metodologia de Avaliação de Carteiras MPE;
- Encaminhamento de sugestões relacionadas à programação do FNE, visando à ampliação da atuação do Fundo no financiamento às diversas necessidades do setor produtivo;
- Participação na Semana Brasil, iniciativa do Governo Federal para promover o acesso ao crédito pelos empreendedores;
- Produção e distribuição de folders impressos e por meio digital;
- Promoção de diversas iniciativas em comemoração ao Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa, destacando as vantagens e linhas de crédito oferecidas pelo BNB ao segmento e realização de LIVE com a participação do Palestrante Fernando Dolabela, especialista em empreendedorismo, com o tema "Como atuar de forma empreendedora diante dos desafios da pandemia";
- Promoção do Programa FNE SOL e FNE Inovação através de diversas ações de comunicação, bem como campanha interna de incentivo à prospecção e contratação de novas operações;
- Realização de campanha de mídia nos jornais, rádio e mídias sociais, para divulgação das vantagens das MPEs;
- Realização de encontros virtuais de trabalho, ao longo do ano, com gerentes de negócios MPE, junto às superintendências estaduais;
- Renovação de acordos de cooperação com a franqueadora BOB'S, para a concessão de crédito junto aos seus franqueados.
- Disponibilização de condições diferenciadas para MPE durante a semana Black Week MPE, realizada no mês de novembro;
- Realização da Campanha Cliente indica Cliente, para prospecção de novos clientes MPE;
- Realização da Campanha de migração de Clientes do Crediamigo, incentivando a formalização dos empreendedores com experiência positiva no Crediamigo;
- Definição de meta de expansão da base de clientes MPE, por carteira de negócios;
- Realização do Prêmio Banco do Nordeste da Micro e Pequena Empresa, reconhecendo os *cases* de sucesso e promovendo o investimento pelas MPE's no aumento da competitividade e produtividade em suas atividades.

3.3.6.4 Clientes dos Segmentos Microfinanças Rural e Agricultura Familiar

- Participação ativa na elaboração e implementação do Plano AgroNordeste, do Governo Federal, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a melhoria de competitividade de cadeias agropecuárias, através de ações executivas em conjunto com parceiros do Plano;
- Assinatura de Acordo entre o Banco do Nordeste, Federação de Agricultura e Pecuária de Alagoas e Senar/AL, visando contribuir para incrementar geração de emprego, ocupação e renda, com a ampliação e qualificação das aplicações de crédito no Estado;

- Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários e Reforma Agrária (Seara), Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) no Estado do Rio Grande do Norte, para efetivação do Pronaf A em assentamentos;
- Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER) no Estado do Rio Grande do Norte, visando à assistência técnica e à ampliação da aplicação da metodologia do microcrédito rural aos clientes do Agroamigo Crescer e acompanhamento de outros grupos do Pronaf com exceção dos Grupos A e AC;
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) no Estado da Paraíba, regionais Campina Grande e Pombal, objetivando incrementar e aperfeiçoar a elaboração de propostas de crédito no âmbito do Pronaf;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), no Estado da Paraíba, visando treinamento para os alunos do curso técnico, com foco na elaboração de projetos para o Pronaf;
- Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), disciplinando ações integradas para expandir a aplicação da metodologia de microcrédito rural do Agroamigo para grupos do Pronaf, exceto os Grupos A e A/C;
- Secretaria de Desenvolvimento Rural e Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural, acordo de cooperação técnica, objetivando viabilizar o acesso de agricultores familiares ao Pronaf;
- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac, acordo de cooperação, visando à execução de ações conjuntas destinadas a potencializar a lavoura cacaueira, elaboração de projetos creditícios, emissão e renovação de DAPs e divulgação das linhas de crédito aos produtores rurais estabelecidos no Estado da Bahia;
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais, acordo de cooperação para ampliação da aplicação da metodologia do microcrédito rural orientado e acompanhado para outros grupos do Pronaf, com exceção dos grupos A e A/C;
- Secretaria de Agricultura Familiar do Estado do Piauí - SAF-PI, acordo de cooperação para disciplinar a atuação do Banco, na condição de instituição financeira responsável pela abertura e manutenção de contas-correntes bloqueadas (vinculadas) e de livre movimentação financeira, relativas ao PROGERE II com recursos oriundos de convênio firmado entre o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e o Estado do Piauí, mediante autorização expressa da SAF, visando o pagamento às organizações dos agricultores familiares participantes do PROGERE II;
- Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável Emater - Alagoas, acordo de cooperação para expandir e qualificar o atendimento aos agricultores familiares, por meio do apoio creditício, ampliação da oferta de Assistência Técnica Rural (ATER) e melhoria no atendimento das demandas de emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP);
- Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP/MA, acordo de cooperação para disciplinar ações integradas a serem implementadas pelos partícipes executores, visando ampliar o atendimento do público da Agricultura Familiar por meio do apoio creditício, atendendo todos os municípios do Estado do Maranhão da área de atuação do Banco, contribuindo com o desenvolvimento sustentável local e territorial para dinamizar a geração de ocupação e renda no meio rural, através da implementação das atividades produtivas dos agricultores e agricultoras familiares do Estado, contemplando a ampliação da oferta de Assistência Técnica Rural e Extensão Rural – ATER;

- Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará – SDA/CE, acordo de cooperação para disciplinar ações integradas a serem implementadas pelos partícipes, no âmbito do Programa de Palma Forrageira do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA visando oferecer linhas de crédito (Pronaf e FNE Rural), permitindo a incorporação de tecnologias que possibilitem segurança alimentar e econômica aos negócios pecuários (bovinos, caprinos e ovinos) e/ou outras necessidades creditícias para o Programa, no Estado do Ceará;

- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE, acordo de cooperação para disciplinar ações integradas a serem implementadas pelos partícipes, no âmbito do Programa de Palma Forrageira, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA visando oferecer linhas de crédito (Pronaf e FNE Rural), permitindo a incorporação de tecnologias que possibilitem segurança alimentar e econômica aos negócios pecuários (bovinos, caprinos e ovinos) e/ou outras necessidades creditícias para o Programa, no Estado do Ceará;

- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, acordo de cooperação para estabelecer bases de cooperação técnicas e operacionais entre a Codevasf e o Banco, que permita aos agricultores irrigantes familiares e empresas irrigantes assentados no Projeto Pontal - Área Sul com anuência plena da Codevasf explorar o imóvel e contratar financiamentos para investimentos necessários à infraestrutura produtiva das Unidades Parcelares, bem como para custeios anuais, através dos Programas de Financiamento com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE;

- Water.org, acordo de cooperação cujo objeto é disciplinar ações integradas a serem implementadas pelos partícipes, visando promover financiamentos para os produtores rurais do segmento agricultura familiar na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), momento em que as organizações parceiras concordam em trabalhar juntas para desenvolver o Programa WaterCredit, o qual objetiva promover capacitação específica para o público Pronaf, atendido pelo Banco do Nordeste, com o fito de melhorar as condições de infraestrutura hídrica, de acesso a água e sanitárias nas propriedades rurais.

3.3.6.5 Clientes do Segmento Microfinança Urbana – CrediAmigo

- Início das operações com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), através da linha FNE Emergencial CrediAmigo.

- Ações de divulgação do FNE Emergencial CrediAmigo para microempreendedores formais e informais em toda a área de atuação do BNB;

- Produção e distribuição de peças publicitárias da linha de crédito, tais como: Whatsfolder FNE, posts em Feeds e Stories nas páginas oficiais da Instituição em redes sociais, abordando sobre as vantagens da linha especial FNE Emergencial para enfrentamento aos impactos econômicos da pandemia Covid-19;

- Realização de treinamento à distância com as equipes das unidades do Programa CrediAmigo sobre a operacionalização da nova linha de crédito;

- Elaboração de normativos internos e material de capacitação específicos para atendimento e venda do produto;

- Customização de sistema próprio do CrediAmigo (S-344) para a concessão de crédito com as especificidades do FNE; customização do fluxo contábil entre sistemas internos para esse produto;

- Disponibilização de uma central de suporte para o atendimento das equipes do CrediAmigo – "Tira dúvidas-FNE".
- Uso da Semana Brasil para ampliação do atendimento aos clientes interessados em contratação de crédito pelo FNE Emergencial;
- Realização de campanhas internas de incentivo com o objetivo de motivar e valorizar as equipes das unidades CrediAmigo para estimular a alavancagem dos resultados da linha FNE Emergencial CrediAmigo.

3.3.6.6 Clientes dos Segmentos Pequeno e Mini Produtor Rural e Agronegócio – Pessoa Física, exceto agricultor familiar

- Direcionamento estratégico para contratações no âmbito do FNE AGRO INOVAÇÃO, FNE AGRO CONECTADO, FNE SOL, Irrigação, cartão BNB Agro e Cartões BNB Agro e Custeio Pecuário;
- Realização de encontros periódicos com os gerentes de negócios para repasse dos direcionamentos;
- Realização de encontro virtual de planejamento para 2021 com os gerentes de negócios das carteiras especializadas MPR, PPR e Agronegócio PF;
- Realização de teleconsultorias com os gestores das carteiras;
- Disponibilização de relatórios diários, contendo contratações realizadas e instrumentos de crédito liberados pelas Centrais de Crédito;
- Disponibilização de folders e material digital dos programas do segmento;
- Divulgação dos principais programas nas mídias sociais, em parceria com Ambiente de Comunicação;
- Disponibilização de conteúdos econômicos, em parceria com o ETENE aos gerentes de negócios, para auxiliar na concretização dos negócios;
- Acompanhamento semanal do estoque de propostas em andamento nas Centrais, visando à sua efetiva contratação;
- Realização de reuniões #Agroinsight sobre ILPF, Agro Conectado e Plano de Atividade rural;
- Disponibilização de dicas sobre diversos assuntos em formato #ficaadica!;
- Realização de eventos virtuais;
- Atualização das CVA's de vendas, de postura gerencial e energia solar;
- Publicação de normas sobre prospecção de clientes e relacionamento negocial;
- Divulgação da política de relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços;
- Promoção do app BNB Agro interna e externamente;
- Novas funcionalidades para o app;
- Campanha de disseminação do FNE SOL produtor rural;
- Elaboração de whatsfolders sobre os produtos e programas de crédito;

- Disponibilização de novas funcionalidades do Aplicativo BNB AGRO;
- Disponibilização da Agenda do Produtor Rural Digital 2021– VERSÃO IMPRESSA e VERSÂO DIGITAL;
- Priorização do Plano AgroNordeste nas ações e estratégias, inclusive para divulgação de informações;
- Disponibilização de relatório do Agronordeste;
- Realização de live Plano Safra, para divulgar as novidades do BNB para o Plano Safra 2021/2022, informando sobre volume de recursos, diretrizes, programas e soluções inovadoras, como custeio e comercialização digitais, além do aplicativo BNB Agro;
- Lançamento do programa Profinor, em parceria com o MAPA.

3.3.6.7 Clientes do Segmento Pessoa física

- Consolidação da contratação do FNE Sol PF de forma automatizada, via Plataforma de Crédito Especializado (S567);
- Disponibilização do caderno de Planejamento do segmento Pessoa Física 2021-2025;
- Realização de encontro virtual de planejamento para 2021 com os gerentes de negócios das carteiras especializadas Pessoa Física e carteiras múltiplas;
- Realização de campanhas em relação à linha de financiamentos FNE Sol Pessoa Física, em conjunto com Ambiente de Comunicação, tendo sido realizado: envio de SMS para sócios de empresas; incremento gerencial de 25% na meta; novo dashboard de acompanhamento das contratações diárias; pontuação bônus na avaliação das carteiras e divulgação de vídeo no Youtube e Instagram; divulgação do relatório PF 2020, com enfoque no programa;
- Elaboração de cartilha do FNE P-Fies;
- Realização de Encontro do FNE P-Fies;
- Premiação em 1º lugar na categoria Alide Verde 2021.

4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Programação Orçamentária

A programação orçamentária do FNE é anualmente elaborada pelo Banco do Nordeste, com base em diretrizes e prioridades previamente estabelecidas, sendo posteriormente submetida à apreciação do Condel/Sudene. Em seu bojo, comtempla a projeção dos recursos, o plano de ampliação, as condições gerais e os programas de financiamento.

Conforme verifica-se anualmente, utilizou-se metodologia colaborativa entre o Banco do Nordeste e representantes de entidades públicas, órgãos representativos de classes e dos demais parceiros institucionais para a construção da programação do FNE em 2021. Para tanto, e ainda em decorrência da pandemia do novo Coronavírus, as atividades realizadas no processo de construção envolveram reuniões virtuais para cada um dos 11 estados que compõem a área de atuação do FNE. Referidas atividades foram conduzidas entre 01/09 a 16/09 de 2020 pelas Superintendências Estaduais e finalizadas em um evento virtual no dia 24/09 do mesmo ano, via Canal do Youtube do Banco do Nordeste.

No plano de aplicação de Recursos do FNE para 2021 da referida programação, encontra-se o detalhamento dos recursos disponíveis, bem como a projeção de sua distribuição pelos diversos programas, com cortes por Unidade da Federação, programa, setor, porte dos beneficiários e região climática.

4.2 Recursos Previstos para Aplicação

A elaboração de uma proposta anual de aplicação dos recursos do FNE está prevista no parágrafo único do Art. 14 da Lei n° 7.827/1989 e, para o exercício de 2021, suas diretrizes, orientações gerais e prioridades foram estabelecidas por meio da Portaria MDR nº 2.175/2020, de 13/08/2020, e da Proposição Condel/Sudene nº 134/2020, de 10/08/2020. A Resolução Condel/Sudene nº 135, de 19/08/2020, aprovou o Plano de Aplicação dos recursos do FNE para o exercício de 2021. Somam-se a essa referência legal a legislação publicada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no que concerne à metodologia das Taxas de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) (BNB, Programação Regional FNE 2021).

Para 2021, o orçamento inicialmente projetado para aplicação do FNE foi de R$ 24,1 bilhões, abrangendo as fontes de recursos elencadas na Tabela 12.

Tabela 12 – FNE - Estimativa de recursos em 2021

DISCRIMINAÇÃO	Valor
ORIGEM DE RECURSOS (A)	**43.676.853**
Disponibilidades no Início do Período	18.012.421
Transferências da União (1)	7.845.560
Reembolsos de Operações (Líquido de Bônus de Adimplência e da Inadimplência Estimada)	16.731.764
Remuneração das Disponibilidades (5)	439.857
Cobertura de Risco pelo BNB	586.823
Recebimentos de Créditos Baixados como PJ	60.429
APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)	**-4.073.219**
Taxa de Administração (5)	-1.472.087
Remuneração ao BNB sobre Disponibilidades (5)	-71.425
Taxa de Administração Adicional	0
Remuneração do BNB sobre Saldos Operações Pronaf	-264.456

DISCRIMINAÇÃO	Valor
Remuneração do BNB sobre Desembolsos Operações Pronaf	-86.667
Prêmio de Desempenho sobre Reembolsos Pronaf	-58.059
Despesas Auditoria Externa	-205
Del credere BNB (5)	-2.123.715
Del credere Outras Instituições (5)	-4.126
Despesas com Operações Renegociadas BNB e FNE - Lei 12.249 e seguintes	0
Devolução Parcela de Risco ao BNB	0
DISPONIBILIDADE ESTIMADA (C) = (A) + (B)	**39.603.634**
PREVISÃO DE DESEMBOLSOS DE OPS. CONTRATADAS ATÉ 2020 (D) (2)	**-15.497.880**
DISPONIBILIDADE PARCIAL PARA NOVAS APLICAÇÕES (E) = (C) + (D)	**24.105.755**
RECURSOS DESTINADOS A ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO (E) (3)	**-1.280**
DISPONIBILIDADE TOTAL DO FNE PARA 2021 (F) = (D) - (E) (4)	**24.104.475**

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria / Superintendência de Controle Financeiro.
Notas: (1) Orçamento estimado para 2020 pelo Decreto 10.444/2020, acrescido da variação real do PIB (2,5%) e da variação do IPCA (3,7%) previstos na PLOA 2020. (2) Considerado o volume de recursos comprometidos estimado para 31/12/2020. (3) Percentual máximo definido no Art. 20, parágrafo 6º, Lei 7.827/1989. (4) Meta de contratações utilizada R$ 21,0 bilhões. Meta de desembolsos utilizada R$ 20,0 bilhões. Estimativa de baixas de Saldo COMIN de R$ 2,5 bilhões em 2021. Fonte: BNB/Ambiente de Controladoria/Superintendência de Controle Financeiro. Obs. 1: Em referência ao parágrafo 6º do artigo 20 da Lei nº 7.827/1989, registra-se o valor de até R$ 1,3 milhão, correspondente ao percentual máximo de 0,01%, calculado com base nos retornos e resultados das aplicações FNE, para contratação e pagamento de atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação desses recursos. Obs. 2: Os valores são passíveis de ajustes em função do fluxo de ingressos, obrigações, reembolsos e desempenho da economia brasileira, ressaltando-se que tais parâmetros e a estimativa global de aplicações devem ser encaradas, em seu conjunto, unicamente como instrumentos de planejamento e não como verbas inflexíveis para alocação de recursos.

Assim como em 2020, o Plano de Aplicação do FNE para 2021 contempla projeção específica para projetos de infraestrutura, mas nesse ano especificamente, para saneamento básico e logística, a qual tem o valor de R$ 1,2 bilhão, que será descrito neste Relatório como programação específica.

A Programação do FNE, exceto infraestrutura de Saneamento e Logística, teve o seu montante projetado para R$ 22,9 bilhões, que será descrito neste Relatório como Programação Padrão. Esse item, diferentemente de 2020, contempla projeção de financiamentos para Programa de Financiamento Estudantil – P-Fies e para o financiamento de projetos residenciais de geração de energia renovável por meio de micro e minigeradores, além de financiamentos em infraestrutura em outros segmentos, exceto saneamento e logística.

4.3 Valores da Reprogramação de Recursos

Em consonância com o artigo 12º da Portaria MD nº 2.175/2020, é permitida ao Banco do Nordeste a adoção de sistemática de reprogramação automática dos recursos (revisão dos valores disponíveis, bem como a previsão de aplicação desse montante por Estado, Porte, Setor, Programa, Região e Prioridades).

Nesse contexto, atualizou-se a disponibilidade de recursos para o ano 2021, considerando, entre outros fatores, o reembolso de operações, cuja soma havia sido projetada em cerca de R$ 16,7 bilhões (Tabela 12) e que, na reprogramação, alcançou o patamar de R$ 18,6 bilhões (Tabela 12). A disponibilidade de recursos no início do período apresentou redução de 20,6%, passando de R$ 18,0 bilhões (Tabela 12), na programação inicial, para R$ 14,3 bilhões (Tabela 12) na reprogramação.

Dessa forma, a estimativa de recursos disponíveis para financiamentos, no exercício de 2021, foi reprogramada para R$ 24,1 bilhões[1], de acordo com a Tabela 13.

Tabela 13 – FNE 2021: Reprogramação dos recursos

DISCRIMINAÇÃO	R$ Mil
ORIGEM DE RECURSOS (A)	**42.305.442**
Disponibilidades no Início do Período	14.293.626
Transferências da União (1)	8.170.388
Reembolsos de Operações (Líquido de Bônus de Adimplência e da Inadimplência Estimada)	18.593.798
Remuneração das Disponibilidades (5)	733.560
Cobertura de Risco pelo BNB	403.298
Recebimentos de Créditos Baixados como PJ	110.771
APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)	**-4.035.599**
Taxa de Administração (5)	-1.155.420
Remuneração ao BNB sobre Disponibilidades (5)	-29.977
Taxa de Administração Adicional	0
Remuneração do BNB sobre Saldos Operações Pronaf	-313.730
Remuneração do BNB sobre Desembolsos Operações Pronaf	-86.667
Prêmio de Desempenho sobre Reembolsos Pronaf	-64.119
Despesas Auditoria Externa	-128
Del credere BNB (5)	-2.243.879
Del credere Outras Instituições (5)	-1.765
Despesas com Operações Renegociadas BNB e FNE - Lei 12.249 e seguintes	-1.345
Devolução Parcela de Risco ao BNB	-138.569
DISPONIBILIDADE ESTIMADA (C) = (A) + (B)	**38.269.843**
PREVISÃO DE DESEMBOLSOS DE OPS. CONTRATADAS ATÉ 2020 (D) (2)	**-14.293.626**
DISPONIBILIDADE PARCIAL PARA NOVAS APLICAÇÕES (E) = (C) + (D)	**23.976.217**
RETORNO DAS APLICAÇÕES EM 2020 (F)	**13.192.440**
RESULTADO DAS APLICAÇÕES EM 2020 (G)	**-799.994**
RECURSOS DESTINADOS A ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO (E) (3)	**-1.239**
DISPONIBILIDADE TOTAL DO FNE PARA 2021 (F) = (D) - (E) (4)	**23.974.977**

Fonte: BNB – Ambiente de controladoria / Superintendência de Controle Financeiro.
Notas: (1) Orçamento estimado para 2021 registrado no SIAFI, pesquisa em 26.04.2021. (2) Considerados 100% do volume de recursos comprometidos recalculados para 31/12/2020, com desembolsos para 360 dias. (3) Percentual máximo definido no Art. 20, parágrafo 6º, Lei 7.827/1989. (4) Meta de contratações utilizada R$ 24,1 bilhões. Meta de desembolsos utilizada R$ 20,0 bilhões. (5) Consideradas as alterações na Taxa de Administração, no Del credere (apenas sobre operações contratadas a partir de 19.05.2021). Fonte: BNB/Ambiente de Controladoria/Superintendência de Controle Financeiro. Obs. 1: Em referência ao parágrafo 6º do artigo 20 da Lei nº 7.827/1989, registra-se o valor de até R$ 1,3 milhão, correspondente ao percentual máximo de 0,01%, calculado com base nos retornos e resultados das aplicações FNE, para contratação e pagamento de atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação desses recursos. Obs. 2: Os valores são passíveis de ajustes em função do fluxo de ingressos, obrigações, reembolsos e desempenho da economia brasileira, ressaltando-se que tais parâmetros e a estimativa global de aplicações devem ser encaradas, em seu conjunto, unicamente como instrumentos de planejamento e não como verbas inflexíveis para alocação de recursos.

4.4 Orçamento por Programa

A Programação Padrão foi definida com base nas diretrizes e prioridades estabelecidas pelos órgãos gestores, e foi dividida em Programas Setoriais e Programas Multissetoriais (Tabela 14). A distribuição dos recursos entre os diversos setores foi elaborada com base nas potencialidades e oportunidades de investimentos da área de abrangência do Fundo, bem como na distribuição histórica de suas aplicações.

1 () Em concordância com a Proposição Condel 150/2021 (Reprogramação FNE 2021), através do ofício DIRET nº 2021/068 (SEI 0277594), foi solicitado considerar a disposição anterior (R$ 24,1 bilhões) visto que o orçamento disponível de julho/2021 (R$ 23,97 bilhões) praticamente não se altera, impelindo, assim, considera-lo inalterado.

Tabela 14 – Projeção de financiamento por programa de crédito - exercício 2021 - Valores em R$ mil

Programa	Valor Projetado	[%]
1. Programas Setoriais	**8.396.009**	**36,7**
- FNE Rural	3.077.313	13,4
- FNE Aquipesca	21.839	0,2
- FNE Profrota Pesqueira	0	0,0
- FNE Industrial	1.000.034	4,4
- FNE Irrigação	346.774	1,5
- FNE Agrin	246.373	1,1
- FNE Proatur	265.043	1,2
- FNE Comércio e Serviços	2.632.133	11,5
- FNE Proinfra	806.500	3,5
2. Programas Multissetoriais	**14.503.991**	**63,3**
- Pronaf	3.950.000	17,2
- FNE Inovação	563.402	2,5
- FNE Verde	6.397.387	27,9
- FNE PNMPO	0	0,0
- FNE MPE	3.578.202	15,6
- FNE Fies	15.000	0,1
Total	**22.900.000**	**100,0**

Fonte: Programação Regional FNE, 2021.
Nota: (1) Projeção de acordo com a demanda apresentada, sendo que ao longo da execução desta Programação, poderão ser destinados recursos no âmbito do Programa, conforme venha a estabelecer sua regulamentação.

Para os Programas Setoriais, foram destinados 36,7% do montante relativo à Programação Padrão e para os Programas Multissetoriais, 63,3% dos recursos orçados (Tabela 14). Entre os programas setoriais, destacam-se FNE Rural, FNE Comércio e Serviços e FNE Industrial que, juntos, respondem por 29,3% da Programação Padrão e os Programas Multissetoriais voltados para pequenos estabelecimentos, como o FNE Pronaf e o FNE-MPE, que respondem por 32,8%. Tal fato demonstra a prioridade que o BNB continua dando a esses segmentos produtivos do Nordeste. Referida distribuição considera a dinâmica econômica regional, com maiores percentuais destinados aos setores rural e comércio e serviços. Reflete também o direcionamento de recursos para MPE e Agricultura Familiar, contribuindo para mitigar a assimetria de crédito para tais públicos.

4.5 Orçamento por Estado

De acordo com a legislação pertinente, quando da aplicação dos recursos do FNE, deve-se observar o princípio da democratização do crédito, cabendo para cada Unidade da Federação um limite mínimo de 4,5%, exceto para o Norte do Espírito Santo, e limite máximo de 30,0%.

Em relação à aplicação dos recursos da Programação Padrão, a previsão inicial totalizava R$ 22,9 bilhões, conforme apresentado na Tabela 15.

Tabela 15 – Distribuição orçamentária por Estado em 2021

Unidade da Federação	Total	% Estado
Alagoas	1.145.000	5,0
Bahia	5.467.678	23,9
Ceará	2.614.469	11,4
Espírito Santo	572.500	2,5

Unidade da Federação	Total	% Estado
Maranhão	1.867.090	8,2
Minas Gerais	1.385.949	6,1
Paraíba	1.533.406	6,7
Pernambuco	2.098.132	9,2
Piauí	2.675.558	11,7
Rio Grande do Norte	2.395.217	10,5
Sergipe	1.145.000	5,0
Total	**22.900.000**	**100,0**

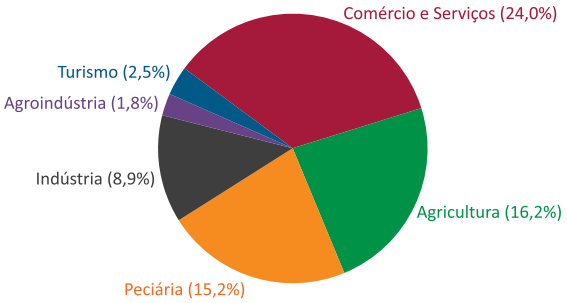
Fonte: Programação Regional FNE, 2021.

Os estados da Bahia (23,9%), Piauí (11,7%), Ceará (11,4%), Rio Grande do Norte (10,5%), Pernambuco (9,2%) e Maranhão (8,2%) representam 74,9% da previsão de aplicação dos recursos para o ano de 2021, tendo em vista que as economias mais dinâmicas tendem a demandar maior aporte de recursos.

4.6 Orçamento por Setor e Estado

Considerando-se a Programação Padrão, os seguintes setores receberam maior atenção na projeção dos recursos: Comércio e Serviços, com cerca de 24,0%, liderou em volume orçado; seguido pelo Rural, com 31,4% do total de recursos destinados à agricultura e à pecuária; e Indústria com 8,9% (Gráfico 1 e Tabela 16).

Gráfico 1 – FNE - Orçamento por setor (%) – 2021



Fonte: BNB Ambiente de Controladoria. Elaboração: BNB/Etene.

Tabela 16 – Projeção de financiamento por estado e setor de atividade (*) (**) - exercício 2021

UF/ Setor	Agricul- -tura (1)(2)	Pecuária (1)(2)(3)	Indústria (1)	Agroin- dústria (1)(2)	Turismo (1)	Comércio e Serviços (1)	Infraestru- tura	FNE Verde Sol Pessoa Física	FNE P-Fies	Total	% Es- tado
AL	110.000	240.000	130.293	72.460	110.894	475.136	-	5.918	300	1.145.000	5,0
BA	1.030.000	650.000	323.178	29.609	66.015	1.064.101	2.275.000	27.975	1.800	5.467.678	23,9
CE	300.000	400.000	542.855	43.751	94.255	647.544	564.000	17.865	4.200	2.614.469	11,4
ES	77.820	37.620	189.365	9.897	5.349	250.560	-	1.830	60	572.500	2,5
MA	575.000	480.000	91.006	28.148	35.680	475.052	168.000	13.005	1.200	1.867.090	8,2
MG	154.000	320.000	103.019	14.430	6.285	236.320	543.000	7.635	1.260	1.385.949	6,1
PB	55.000	325.000	116.843	27.856	31.823	402.333	566.000	7.800	750	1.533.406	6,7
PE	304.337	310.000	214.226	57.831	147.140	733.389	316.000	15.120	90	2.098.132	9,2
PI	860.000	350.035	33.101	10.519	15.213	258.945	1.136.000	11.295	450	2.675.558	11,7
RN	79.185	225.000	80.172	12.507	37.220	478.168	1.472.000	6.675	4.290	2.395.217	10,5

UF/ Setor	Agricul- -tura (1)(2)	Pecuária (1)(2)(3)	Indústria (1)	Agroin- dústria (1)(2)	Turismo (1)	Comércio e Serviços (1)	Infraestru- tura	FNE Verde Sol Pessoa Física	FNE P-Fies	Total	% Es- tado
SE	165.800	150.000	206.277	114.640	19.370	483.430	-	4.883	600	1.145.000	5,0
Total	3.711.142	3.487.655	2.030.335	421.649	569.243	5.504.978	7.040.000	120.000	15.000	22.900.000	100,0
% Setor	16,2	15,2	8,9	1,8	2,5	24,0	30,7	0,5	0,1	100,0	
Projeção para o Setor de Infraestrutura de Saneamento e Logística										**1.200.000**	
Total disponível para Aplicação										**24.100.000,00**	

Fonte: Programação Regional FNE, 2020.
(*) Os valores são indicações para efeito de planejamento; (**) O BNB poderá repassar até 3% do total dos valores programados para 2021 a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, observados os limites de crédito aprovados a cada instituição, a existência de recursos para o atendimento da demanda apresentada diretamente às suas agências; (1) Inclusive Meio Ambiente/ Inovação; (2) Inclusive Pronaf; (3) Inclusive Aquicultura e Pesca.

Quanto à distribuição orçamentária por Unidade da Federação, como já relatado, verifica-se o protagonismo dos estados da Bahia, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Maranhão que se projetam com 74,9% do total de recursos. A Bahia, sobressaiu-se pela alocação de 23,9% do total de recursos previstos no orçamento, tendo destinado parte significativa dos recursos ao Setor de Infraestrutura (41,6%), Comércio e Serviços (19,5%) e à Agricultura (18,8%). O Estado do Ceará projetou 24,8% para o Comércio e Serviços, setor este priorizado também por Pernambuco ao qual destinou 35,0% do seu orçamento. Piauí, por sua vez, projetou 42,5% para a Infraestrutura e 32,1% para o Agrícola (Tabela 16).

4.7 Disponibilidade de Recursos

Como se pode observar na Tabela 17, houve acréscimo de 13,7% na disponibilidade efetiva em relação ao previsto para o exercício 2021. Registre-se o incremento na disponibilidade de recursos de repasses ao BNB, de R$ 1,6 bilhão e que não havia valor previsto na programação inicial, assim como aumento de 19,1% nas transferências da União e de 15,2% nos reembolsos de operações.

Tabela 17 – FNE - Execução orçamentária - 2021 - (Em R$ mil)

Discriminação	Previsto	Realizado
Origem de Recursos (A)	**42.305.442**	**46.813.366**
Disponibilidades no Início do Período	14.293.626	14.293.626
Transferências da União	8.170.388	9.732.754
Reembolsos de Operações (Líquido de Bônus de Adimplência e da Inadimplência Estimada)	18.593.798	21.418.267
Remuneração das Disponibilidades	733.560	817.102
Cobertura de Risco pelo BNB	403.298	462.764
Recebimentos de Créditos Baixados como PJ	110.771	88.853
Aplicação de Recursos (B)	**-4.035.599**	**-4.214.239**
Taxa de Administração	-1.155.420	-1.369.708
Remuneração ao BNB sobre Disponibilidades	-29.977	-30.461
Taxa de Administração Adicional	0	0
Remuneração do BNB sobre Saldos Operações Pronaf	-313.730	-318.062
Remuneração do BNB sobre Desembolsos Operações Pronaf	-86.667	-101.814
Prêmio de Desempenho sobre Reembolsos Pronaf	-64.119	-77.345
Despesas Auditoria Externa	-128	-131
Del credere BNB	-2.243.879	-2.281.945

Discriminação	Previsto	Realizado
Del credere Outras Instituições	-1.765	-2.845
Despesas com Operações Renegociadas BNB e FNE - Lei 12.249 e seguintes	-1.345	-2.190
Devolução Parcela de Risco ao BNB	-138.569	-29.738
Disponibilidade Estimada (C) = (A) + (B)	**38.269.843**	**42.599.127**
Previsão de Desembolsos/Liberações Operações Contratadas até 2020 (D)	**-14.293.626**	**-16.979.852**
Disponibilidade Parcial para Novas Aplicações (E) = (C) + (D)	**23.976.217**	**25.619.275**
Retorno das Aplicações em 2021 (F)	**13.192.440**	**21.418.267**
Resultado das Aplicações em 2021 (G)	**-799.994**	**-799.994**
Recursos destinados a Atividades de Avaliação (H) = 0,01% x (F + G)	**-1.239**	**-1.237**
Disponibilidade do FNE para 2021 (I) = (E) - (H)	**23.974.977**	**25.618.038**
Disponibilidade de Recursos de Repasses ao BNB (Art. 9º A, Lei 7.827)[1]	**0**	**1.629.532**
Disponibilidade Total de Recursos do FNE para 2021 (I) = (E) - (H)	**23.974.977**	**27.247.570**

Fontes: BNB – Ambiente de Controladoria e Programação Regional FNE 2021.

5 ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES

5.1 Desempenho Operacional

Este capítulo visa analisar as contratações[2] realizadas comparando, sempre que possível, sob duas perspectivas: i) da programação anual do FNE, onde se analisa a relação entre valores contratados no exercício e os valores programados; e ii) da variação intertemporal, na qual as contratações realizadas em 2021 serão comparadas com os valores do exercício anterior.

Ao longo de 2021, foram contratos R$ 25,9 bilhões considerando, inclusive os valores disponibilizados para os setores de infraestrutura de saneamento e logística[3] que totalizaram R$ 1,2 bilhão. Em conjunto, foram realizadas 651.109 operações de crédito (Tabela 18).

Em relação ao ano anterior, as contratações em 2021 representaram acréscimo nominal de 0,15% em relação ao exercício 2020, quando foram contratados R$ 25,8 bilhões.

Tabela 18 – FNE: Desempenho operacional – 2021

Setores e Programas	Contratações (1)			
	Nº de Operações	Quant. Benef.(2)	Valor	%
RURAL	**616.549**	**1.849.349**	**9.473.035**	**36,6**
FNE Rural	8.343	24.765	4.571.843	17,7
FNE Irrigação	484	1.447	505.101	2,0
Pronaf - Grupo A	2.833	8.499	81.129	0,3
Pronaf - Demais Grupos	604.579	1.813.503	3.988.658	15,4
FNE Verde	103	310	52.516	0,2
FNE Verde Irrigação	13	39	5.092	0,0
FNE Inovação	221	637	254.281	0,9
FNE Aquipesca	51	149	14.416	0,1
FNE Profrota Pesqueira	-	-	-	-
AGROINDUSTRIAL	**388**	**658**	**371.045**	**1,4**
FNE Agrin	128	128	270.866	1,0
PRONAF - Agroindústria	78	348	1.915	0,0
FNE Inovação-Agrin	2	2	60.646	0,2
FNE Verde-Agrin	2	2	1.468	0,0
FNE Verde MPE Agroindústria	17	17	4.354	0,0
FNE MPE Agroindústria	161	161	31.796	0,1
INDUSTRIAL	**3.457**	**3.457**	**1.596.947**	**6,2**
FNE Industrial	711	711	792.784	3,1
FNE PNMPO	-	-	-	-
FNE Verde	17	17	42.016	0,2
FNE Inovação	21	21	241.674	0,9
FNE Verde MPE Indústria	182	182	48.319	0,2
FNE MPE	2.526	2.526	472.155	1,8

2 Contratações referem-se às operações, considerando parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3 Na Programação Regional 2021, foram planejados R$ 1,2 bilhão para alocação no setor de infraestrutura de saneamento e logística. Assim como em 2020, o Plano de Aplicação do FNE para 2021 contempla projeção específica para projetos de infraestrutura, mas nesse ano especificamente para saneamento básico e logística, a qual tem o valor de R$1,2 bilhão. Essa projeção de financiamento em infraestrutura econômica para saneamento e logística não está incluída nas projeções de aplicação nos demais setores de atividade econômica (inclusive infraestrutura em outros segmentos) e de sua posterior verificação em termos de Unidade Federativa (UF) e portes dos produtores, na forma do definido na Portaria MDR nº 2.175/2020.

Setores e Programas	Contratações (1)			
	Nº de Operações	Quant. Benef.(2)	Valor	%
INFRAESTRUTURA	**91**	**91**	**8.360.189**	**32,3**
FNE Proinfra	24	24	2.153.921	8,3
FNE Proinfra-2	-		-	-
FNE Verde	65	65	6.085.154	23,5
FNE Inovação Proinfra	-		-	-
FNE Verde-2	2	2	121.114	0,5
TURISMO	**909**	**909**	**416.616**	**1,6**
FNE Proatur	63	63	237.399	0,9
FNE Verde Turismo	3	3	3.653	0,0
FNE Inovação Turismo	-	-	-	-
FNE Verde MPE Turismo	69	69	17.243	0,1
FNE MPE - Turismo	774	774	158.322	0,6
COMÉRCIO E SERVIÇOS	**24.642**	**24.779**	**5.508.506**	**21,3**
FNE Comércio e Serviços	4.138	4.138	2.439.274	9,4
FNE PNMPO	-	-	-	-
FNE Verde	131	131	110.532	0,4
FNE Inovação	32	32	23.033	0,1
FNE Verde MPE Comércio e Serviços	763	763	134.293	0,5
FNE MPE	19.578	19.715	2.801.374	10,8
PESSOA FÍSICA	**5.073**	**5.073**	**155.931**	**0,6**
FNE Sol Pessoa Física	3.988	3.988	133.703	0,5
Fies Estudante	1.085	1.085	22.228	0,1
Total	**651.109**	**1.884.316**	**25.882.268**	**100,0**

Fontes: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito e BNB - Ambiente da Administração das Centrais de Crédito.
Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, considerando parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Considera-se que cada operação no âmbito do Pronaf beneficia, em média, três pessoas; no âmbito das cooperativas, 60 pessoas; 40 pessoas no das associações; e uma pessoa no âmbito de todas as demais categorias/portes.

Observa-se que do total de 1.884,3 mil beneficiários do FNE, no período em referência, cerca de 98,1% foram atendidos no âmbito do FNE Rural (1.849,3 mil), mantendo-se o mesmo grau de importância de 2020. Percebe-se, também, a forte presença da Agricultura Familiar, que sozinha representou 96,7% dos beneficiários do FNE, evidenciando a ampliação do acesso ao crédito. Isso demonstra o esforço do BNB com o aumento de sua eficiência operacional em prol do desenvolvimento regional.

5.1.1 Por estado

No recorte das contratações por estado, destacaram-se a Bahia, Piauí e Pernambuco, responderam por 49,5% do montante contratado no período, realizando, respectivamente, 132,1%, 111,03% e 124,8% da programação anual, conforme a Tabela 19.

Tabela 19 – FNE: Contratações por UF - Programado x realizado – 2021

Estado	Programado (1)		Contratatado		(B / A) %
	Valor (A)	%	Valor (B)	%	
Alagoas	1.145.000	5,0	899.740	3,5	78,6
Bahia	5.467.678	23,9	7.222.263	27,9	132,1
Ceará	2.614.469	11,4	2.568.846	9,9	98,3
Espírito Santo	572.500	2,5	362.921	1,4	63,4

Estado	Programado (1)		Contratatado		(B / A) %
	Valor (A)	%	Valor (B)	%	
Maranhão	1.867.090	8,2	2.126.452	8,2	113,9
Minas Gerais	1.385.949	6,1	1.776.814	6,9	128,2
Paraíba	1.533.406	6,7	1.833.502	7,1	119,6
Pernambuco	2.098.132	9,2	2.618.925	10,1	124,8
Piauí	2.675.558	11,7	2.978.205	11,5	111,3
Rio Grande do Norte	2.395.217	10,5	2.454.227	9,5	102,5
Sergipe	1.145.000	5,0	1.040.373	4,0	90,9
Saneamento e Logística	1.200.000				
Total	**24.100.000**	**100,0**	**25.882.268**	**100,0**	**107,4**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.
Nota: (1) Conforme aprovado pelo Condel, não foi projetada distribuição para projetos de infraestrutura de saneamento e logística por estado. (2) Exclusive o valor programado para o setor de infraestrutura de saneamento e logística, no valor de R$ 1,2 bilhão, conforme Programação Regional do FNE 2021.

5.1.2 Por programa de financiamento e por estado

Pelos dados analisados, o Banco do Nordeste tem conseguido atender ao estipulado na programação do FNE 2021, principalmente no que diz respeito ao direcionamento de recursos para o Setor Rural, cujas contratações somaram R$ 9,4 bilhões ou cerca de 36,4% do valor total das contratações (Tabela 20).

Dos programas de financiamento, o FNE Rural foi o que apresentou a maior relação entre o valor contratado e o valor programado, atingindo 148,6%, com contratações da ordem de R$ 4,57bilhões. As menores relações foram observadas no âmbito das contratações do FNE Aquipesca, 66,0% e FNE Industrial, 79,3%.

Em termos globais, as contratações superaram a programação em 7,4%, fruto de contratações globais de R$ 25,9 bilhões enquanto a meta programada era de R$ 24,1 bilhões (Tabela 20).

Tabela 20 – FNE - contratações por programa de financiamento - programado x realizado – 2021

Programa de Financiamento	Quant. de Operações	Valor Contratado (A)	Valor Programado (1) (B)	(B / A) %
FNE Rural	8.343	4.571.843	3.077.313	148,6
FNE Irrigação	484	505.101	346.774	145,7
Pronaf	607.412	4.071.701	3.950.000	103,1
FNE Verde	5.355	6.759.455	6.397.387	105,7
FNE Inovação	276	579.633	563.402	102,9
FNE Aquipesca	51	14.416	21.839	66,0
FNE Agrin	128	270.866	246.373	109,9
FNE MPE	23.039	3.463.647	3.578.202	96,8
FNE PNMPO	-	-	-	0,0
FNE Industrial	711	792.784	1.000.034	79,3
FNE Proatur	63	237.399	265.043	89,6
FNE Comércio e Serviços	4.138	2.439.273	2.632.133	92,7
FNE Proinfra	16	948.071	806.500	117,6
FNE FIES Estudante	1.085	22.228	15.000	148,2
FNE Proinfra - Saneamento e Logística	8	1.205.850	1.200.000	100,5
Total	**651.109**	**25.882.267**	**24.100.000**	**107,4**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

No Apêndice A (CD-ROM), é apresentada a quantidade de operações e o valor contratado por programa de financiamento, discriminado por estado.

Analisando-se o desempenho das contratações por programa de financiamento e estado, conforme observado na Tabela 21, percebe-se que o FNE Verde teve suas maiores contratações nos estados da Bahia (R$ 2,7 bilhões), Rio Grande do Norte (R$ 1,5 bilhão) e Piauí (R$ 1,2 bilhão). As contratações do FNE Rural se destacam nos estados da Bahia (R$ 1,5 bilhão), Maranhão (R$ 966,9 milhões) e Piauí (R$ 841,6 milhões). No caso do Pronaf, os destaques foram Bahia, Pernambuco e Piauí com contratações de R$ 940,4 milhões, R$ 473,1 milhões e R$ 465,8 milhões, respectivamente.

Tabela 21 – FNE - Contratações por Programa de Financiamento e UF - 2021 - Valores em R$ milhões

Programa de Financiamento	AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE	Total Programa
FNE Rural	138,7	1.473,3	145,5	41,6	966,9	310,5	99,9	239,6	841,6	75,6	238,6	4.571,8
FNE Irrigação	69,1	141,8	19,2	84,5	3,5	85,4	15,1	63,4	5,5	17,5	0,1	505,1
Pronaf	192,6	940,4	455,4	16,8	460,7	342,9	336,8	473,1	465,8	218,3	168,9	4.071,7
FNE Verde	46,3	2.726,4	88,8	9,8	42,3	443,2	603,0	81,1	1.193,4	1.504,0	21,3	6.759,5
FNE Inovação	20,5	104,3	3,6	40,2	48,1	189,1	14,4	109,8	27,8	11,3	10,5	579,6
FNE Aquipesca	0,2	0,5	0,8	-	5,3	-	0,5	-	4,8	2,2	0,2	14,4
FNE Agrin	41,1	59,8	12,4	25,6	2,4	12,5	8,1	58,9	30,3	11,5	8,4	270,9
FNE MPE	157,7	684,1	607,2	57,8	327,9	165,1	239,4	524,3	237,2	294,4	168,5	3.463,6
FNE PNMPO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FNE Industrial	53,9	131,0	216,2	29,3	15,8	12,2	60,1	106,7	21,3	46,8	99,6	792,8
FNE Proatur	42,6	55,7	113,3	-	0,0	-	0,5	16,7	-	4,1	4,5	237,4
FNE Proinfra	22,5	352,7	563,1	-	32,3	150,1	282,1	508,9	8,9	17,5	216,0	2.153,9
FNE Comércio e Serviços	114,4	552,4	343,3	57,4	221,3	65,8	173,7	436,5	141,6	251,1	103,9	2.461,5
Total	**899,7**	**7.222,3**	**2.568,8**	**362,9**	**2.126,5**	**1.776,8**	**1.833,5**	**2.618,9**	**2.978,2**	**2.454,2**	**1.040,4**	**25.882,3**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

5.1.3 Por setor de produção e UF

Na Tabela 22, são apresentadas as contratações por setor de produção e estado, para o exercício de 2021. O Estado da Bahia lidera o volume de contratações, demandando recursos da ordem de R$ 7,2 bilhões. Na divisão setorial dos recursos, destaca-se o Setor Rural, ao qual foram destinados cerca de R$ 9,5 bilhões, seguido pelo Setor de Infraestrutura, com cerca de R$ 8,4 bilhões, montante que representa, em conjunto, 68,9% do total de recursos contratados no âmbito do FNE, no período em referência.

Tabela 22 – FNE - Contratações por UF e Setor – 2021 - Valores em R$ mil

Estado	Rural	Agroin-dustrial	Infraestrutura	Industria	Turismo	Comercio e Serviços	Total Geral
AL	424.048	42.251	22.456	70.669	64.705	275.611	899.740
BA	2.662.162	68.654	2.983.049	246.883	80.567	1.180.948	7.222.263
CE	628.229	18.338	563.118	364.920	158.581	835.660	2.568.846
ES	153.541	25.758	-	70.053	3.349	110.220	362.921
MA	1.485.184	5.444	32.253	45.531	14.720	543.320	2.126.452
MG	756.230	15.828	557.039	212.232	2.387	233.098	1.776.814
PB	467.512	11.789	848.433	109.710	16.794	379.264	1.833.502
PE	810.204	124.572	508.907	219.290	38.507	917.445	2.618.925
PI	1.346.610	33.575	1.135.650	43.004	8.587	410.779	2.978.205
RN	323.405	14.932	1.493.284	91.542	18.956	512.108	2.454.227
SE	415.910	9.904	216.000	123.112	9.463	265.984	1.040.373
Total	**9.473.035**	**371.045**	**8.360.189**	**1.596.946**	**416.616**	**5.664.437**	**25.882.268**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

O Setor Rural, historicamente o setor que mais recebe recursos, foi destaque nos estados da Bahia, Maranhão e Piauí.

5.1.4 Por finalidade de crédito e UF

O investimento rural destaca-se em primeiro lugar entre as principais finalidades do crédito, no âmbito do FNE, com contratações de, aproximadamente, R$ 6,1 bilhões (23,7% do volume de recursos do FNE e 85,3% do total de operações contratadas). Em seguida, vêm os projetos Greenfield com valores contratados da ordem de R$ 4,2 bilhões (16,4% dos recursos totais) em 41 operações (Tabela 23).

Tabela 23 – FNE - Contratações por Finalidade do Crédito – 2021 - Valores em R$ mil

Finalidade	Quant.	Valor
Custeio	61.219	3.290.421
Investimento Rural	555.341	6.137.754
Aq isol mt-prim e insum/mercad	16.264	2.500.623
Aquis iso de maq,vei e/ou equi	7.301	2.349.413
Investimentos Fixos	1.140	3.773.849
Ne export-aq in mt pr ins-exp	29	219.945
Aquisicao isolada fne sol	5.127	371.850
Inv. misto (fixo + cap.giro)	2.874	1.543.959
Aq. isol. moveis e utensilios	160	14.161
Aquis isolada de imoveis	87	31.672
Fies Estudante	1.085	22.228
Aq.isol mat-primas/mercadorias	2	260
Fgpp	1	1.900
Proj infr agua esgoto logist	8	1.205.850
Financ.integrado fne sol	6	19.166
Proj em implantacao-Greenfield	41	4.235.903
Inv - cred.emerg. res. 4798/20	1	190
Investimentos semifixos	1	151
Aquisicao isolada de veiculos	353	116.061
Aq isol fne prêmio de seguro	2	138

Finalidade	Quant.	Valor
Comercializacao	67	46.774
Total	**651.109**	**25.882.268**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Operações destinadas a investimentos fixos totalizaram R$ 3,8 bilhões e, aproximadamente, R$ 3,3 bilhões foram direcionadas ao custeio.

No Apêndice B (CD-ROM), é apresentada a quantidade de operações e o valor contratado por Programa de financiamento, discriminado por Unidade da Federação.

5.1.5 Por porte de mutuário e por UF

No exercício de 2021, o desempenho das contratações do FNE destinou 50,6% aos empreendimentos de mini, micro, pequeno e pequeno-médio portes.

Do valor total contratado ao longo do ano, R$ 25,9 bilhões, é necessário excluir R$ 1,2 bilhão contratados no âmbito das atividades de infraestrutura de saneamento e logística, uma vez que essas atividades foram excluídas para efeito de verificação posterior em termos de Unidade Federativa (UF) e porte dos produtores, na forma do definido na Portaria MDR nº 2.175/2020. Assim, o valor contratado (exclusive infraestrutura de saneamento e logística) foi da ordem de R$ 24,7 bilhões. O volume total contratado nos portes prioritários foi de R$ 12,5 bilhões, perfazendo 50,6% de R$ 24,7 bilhões, refletindo o compromisso do Banco do Nordeste em apoiar o desenvolvimento dos empreendimentos de menor porte.

Tabela 24 – FNE - Contratações por porte do mutuário e estado - Exercício 2021 - Valores em R$ mil

Estado	Micro	Mini	Pequeno	Pequeno-médio	Médio	Médio I	Médio II	Grande	Total
AL	13.379	237.470	257.751	64.730	8.919	176.292	42.262	98.937	899.740
BA	74.051	1.059.625	1.175.030	595.017	25.915	618.758	591.062	2.910.103	7.049.561
CE	73.827	575.799	613.302	210.181	10.240	246.036	270.108	569.353	2.568.846
ES	4.253	27.665	145.088	45.753	1.005	82.632	21.362	35.163	362.921
MA	31.557	623.352	724.285	298.674	12.382	308.154	48.087	53.793	2.100.285
MG	22.281	402.400	368.230	111.325	1.315	64.612	10.049	796.602	1.776.814
PB	26.650	386.535	279.531	106.620	3.256	190.565	34.840	523.431	1.551.427
PE	72.625	545.649	576.384	219.850	8.680	364.976	90.542	231.312	2.110.018
PI	30.980	544.646	367.516	209.498	65.602	353.325	134.507	1.272.131	2.978.205
RN	39.270	282.284	301.262	87.555	12.231	103.138	73.813	1.554.674	2.454.227
SE	35.693	242.196	295.240	74.686	920	75.981	18.891	80.767	824.374
Total	**424.566**	**4.927.621**	**5.103.619**	**2.023.889**	**150.465**	**2.584.469**	**1.335.523**	**8.126.267**	**24.676.417**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

5.2 Municípios atendidos

Dos 2.074[4] municípios da área de jurisdição do Banco do Nordeste, na Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, 1993 apresentaram contratações com recursos do FNE no ano de 2021.

5.2 Beneficiários de primeira contratação

Os beneficiários que realizaram a primeira contratação durante o ano de 2021 somaram 174.864 e contrataram R$ 12,7 bilhões (Tabela 25). Relativamente ao exercício de 2020, houve queda na

4 A Resolução CONDEL/SUDENE Nº 150, de 13 de dezembro de 2021, aprovou proposição para revisão da delimitação do Semiárido 2021.

quantidade de beneficiários (-32,4%) e aumento no volume dos recursos contratados (9,5%).

Tabela 25 – Fne – Beneficiários De Primeira Contratação - Exercícios 2020 X 2021

2020		2021		Variação (%)	
Quantidade de Beneficiários	Valor (R$ mil)	Quantidade de Beneficiários	Valor (R$ mil)	Quantidade de Beneficiários	Valor
258.687	11.600.612	174.864	12.701.058	-32,4	9,5

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

5.4 Contratações por faixa de valor

A distribuição das contratações por faixa de valor é apresentada na Tabela 26. Observa-se que a maior parcela dos beneficiários (87,8%) tomou recursos na faixa de valores acima de R$ 1.000,00 e até R$ 10 mil, absorvendo 11,7% do total contratado. Em termos de valor contratado, no entanto, observa-se uma concentração de 42,5% do valor contratado na faixa mais elevada (acima de R$ 10 milhões).

Tabela 26 – FNE – Contratações por faixa de valor – 2021

Faixa de Valor	Total	
	Quantidade	Valor (em R$ mil)
Até R$ 1.000,00	455	403
Acima de R$ 1.000,00 até R$ 10.000,00	571.593	3.028.402
Acima de R$ 10.000,00 até R$ 35.000,00	41.119	897.069
Acima de R$ 35.000,00 até R$ 100.000,00	18.015	1.189.926
Acima de R$ 100.000,00 até R$ 200.000,00	8.164	1.214.926
Acima de R$ 200.000,00 até R$ 500.000,00	7.205	2.272.528
Acima de R$ 500.000,00 até R$ 1.000.000,00	2.582	1.836.334
Acima de R$ 1.000.000,00 até R$ 10.000.000,00	1.779	4.442.062
Acima de R$ 10.000.000,00	197	11.000.617
Total	**651.109**	**25.882.267**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

5.5 Repasse a outras instituições financeiras

Em conformidade com o artigo 9º, da Lei Nº 7.827, que instituiu os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), os bancos administradores podem repassar recursos para outras instituições, desde que autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). Contudo, tais instituições devem apresentar comprovada capacidade técnica e estruturas operacional e administrativa. Ou seja, precisam estar aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo MI (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

A estratégia de repasse de recursos é adotada pelo BNB, com o objetivo de proporcionar maior capilaridade ao FNE. Em 2021, foram contratados R$ 17,7 milhões por intermédio da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN) e do Banco do Estado de Sergipe (Banese), distribuídos em 65 operações, conforme Tabela 27. Trata-se de aumento significativo em relação ao ano anterior, quando foram contratados R$ 11,9 milhões.

Tabela 27 – FNE - Instituições repassadoras – Contratação[1] 2021 - Valor em R$ mil

UF	Instituições Repassadores	Nº. de Operações	%	Valor Contratado (em R$ mil)	%
RN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	7	10,8	313	1,8
SE	Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	58	89,2	17.356	98,2
Total		**65**	**100,0**	**17.669**	**100,0**

Fonte: Banese; BANDES.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Destaque para a divisão dos recursos entre os beneficiários, onde 86,2% dos recursos foram direcionados aos empreendimentos de pequeno porte, enquanto o restante (13,9%) foram aplicados por beneficiários de médio porte, conforme Tabela 28. O Setor de Comércio e Serviços respondeu por 61,5% dos beneficiários, com maior proporção no pequeno porte (87,5%).

Tabela 28 – FNE - Instituições repassadoras – Beneficiários por porte e setor – 2021

Porte/Setor	Rural		Comércio e Serviços		Total	
	Quantidade de Beneficiários	(%)	Quantidade de Beneficiários	(%)	Quantidade de Beneficiários	(%)
Pequeno	21	84,0	35	87,5	56	86,2
Médio	4	16,0	5	12,5	9	13,9
Total	**25**	**100,0**	**40**	**100,0**	**65**	**100,0**

Fonte: Banese; Bandes.

Sob a perspectiva das regiões climáticas, de acordo com a Tabela 29, a área geográfica localizada no Semiárido contratou, em 2021, 27,7% das operações e 37,9% do valor repassado.

Tabela 29 – FNE – Instituições repassadoras – Contratações[(1)] por região – 2021

Área	Nº. de Beneficiários	%	Valor (em R$ mil)	%
Semiárido	18	27,7	6.696	37,9
Fora do Semiárido	47	72,3	10.973	62,1
Total	**65**	**100,0**	**17.669**	**100,0**

Fonte: Banese; Bandes.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

5.6 Contratações nos programas e linhas específicas

5.6.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf

As contratações realizadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf, em 2021, totalizaram R$ 4,1 bilhões, representando 607.412 operações, que beneficiaram 1,8 milhão de agricultores familiares e suas famílias (Tabela 30). Referidas contratações representaram 103,1% do montante projetado para o exercício em questão.

A Bahia liderou as contratações do Pronaf em 2021, com R$ 940,4 milhões, representando 23,1% dos recursos aplicados no Programa. Seguiram Pernambuco (R$ 473,1 milhões), Piauí (R$ 465,8 milhões), Maranhão (R$ 460,7 milhões) e Ceará (R$ 455,4 milhões). Em conjunto, referidos Estados responderam por 68,7% das contratações do Pronaf em 2021.

Em relação à quantidade de operações, a Bahia foi responsável por 145,2 mil operações, o que representou 23,9% do total de contratações do Pronaf. Segue Piauí (70,8 mil contratações), Pernambuco (69,4 mil contratações), Ceará (65,1 mil contratações) e Maranhão (63,7 mil contra-

tações). Os demais Estados (Alagoas, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe) somaram, em conjunto, 193,1 mil contratações, representando 31,8% do total de contratações para o período em análise.

Os beneficiários com os recursos do Pronaf somaram 1,8 milhão de pessoas, dos quais 435,6 mil na Bahia, equivalente a 23,9% do total. Seguiram Piauí (212,3 mil), Pernambuco (208,2 mil) e Ceará (195,5 mil), conforme detalhado na Tabela 30.

Tabela 30 – FNE – Contratações do Pronaf por Estado em 2021

Estado	Valor em R$ mil	Quantidade de Operações	Quantidade de Beneficiários
Alagoas	192.567	29.369	88.107
Bahia	940.413	145.200	435.600
Ceará	455.438	65.157	195.471
Espírito Santo	16.762	1.082	3.246
Maranhão	460.682	63.714	191.142
Minas Gerais	342.909	54.751	164.253
Paraíba	336.847	54.770	164.310
Pernambuco	473.140	69.422	208.266
Piauí	465.751	70.778	212.334
Rio Grande do Norte	218.271	32.816	98.448
Sergipe	168.921	20.353	61.059
Total	**4.071.701**	**607.412**	**1.822.236**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Os valores contratados no Pronaf representaram 15,7% das contratações totais do FNE e 43,0% das contratações no Setor Rural em 2021, conforme especificado na Tabela 31.

Registre-se ainda que o Setor Rural respondeu por 94,7% das operações realizadas em 2021, totalizando 616,5 mil operações, dos quais 607,3 mil (98,5%) foram destinadas ao Pronaf (Tabela 31).

O número de beneficiários do setor rural aumentou para 1,8 milhão de pessoas em 2021, ante 1,7 milhão em 2020. Os beneficiários do Pronaf representaram 96,7% do total do FNE em 2021 (Tabela 31).

Tabela 31 – Indicadores da Participação do Pronaf no FNE em 2021

	Nº de Operações	%	Beneficiários	%	Valor (R$ mil)	%
Setor Rural	616.549	94,6	1.849.349	98,1	9.473.035	36,6
Pronaf	607.412	93,2	1.822.350	96,7	4.071.702	15,7
Total FNE	**651.109**	**100**	**1.884.316**	**100**	**25.882.268**	**100**

Fontes: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito e BNB - Ambiente da Administração das Centrais de Crédito.

5.6.2 Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO

Não ocorreram contratações do FNE em 2021 conforme tabela 20.

5.6.3 Financiamento às atividades de ciência, tecnologia e inovação

No âmbito do financiamento às atividades de ciência, tecnologia e inovação foram consideradas todas as contrações do FNE Inovação. Na programação de 2021, a meta de contração no programa chegava a R$ 563,4 milhões.

A Tabela 32 mostra os valores efetivamente contratados no exercício de 2021, segundo o programa de crédito relacionado à inovação. Observa-se que foram contratadas 276 operações totalizando R$ 579,6 milhões, superando a meta em 2,8%.

Tabela 32 – FNE – Contratações do FNE Inovação em 2021

Programa	Nº Operações	Valor (R$ mil)
FNE Inovação Agrin	2	60.646,4
FNE-Saúde-Inovação-MPE-Serviço	7	4.517,50
Inovação-Comercial	2	161,8
Inovação-Industrial	14	241.049,9
Inovação-Irigação	9	32.033,0
Inovação-Rural	212	222.247,4
Inovação-Serviços	23	18.353,5
Inovação-Startup	7	623,9
Total Geral	**276**	**579.633,6**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

5.6.4 Mini e microgeração de energia para pessoa física

Os valores programados no âmbito da mini e microgeração de energia para pessoas físicas foi de R$ 120 milhões. Ao longo de 2021 foram efetivamente contratados recursos da ordem de R$ 133,7 milhões, contemplando todos os 11 estados da área de atuação do Fundo. Assim, as contratações superaram a programação em 11,4%.

A principal contribuição para superação da meta veio do Piauí, onde a meta programada era de R$ 11,3 milhões e foram efetivamente contratados R$ 21,1 milhões. Segundo a Super-PI indicou, o ótimo resultado é fruto das ações estabelecidas no último trimestre por intermédio da realização de *lives* para divulgação do programa, bem como, da divulgação pelos agentes de desenvolvimento e gerentes de relacionamentos.

5.6.5 Financiamento Estudantil (Fies)

As contratações do Financiamento Estudantil (Fies) no BNB tiveram início no primeiro semestre de 2018, após diversas ações visando à formalização de acordos com instituições de ensino, além de definição de normativos, processos e sistemas para a operacionalização na modalidade P-Fies[5]. Para realizar as contratações, o BNB implantou um modelo automatizado com fluxo digital, que elimina a necessidade de comparecimento à agência bancária para apresentação da proposta de financiamento. Somente na ocasião da formalização, estudante e avalista(s) são atendidos por meio de uma Agência Itinerante do BNB, na própria instituição de ensino, para apresentação de documentação e assinaturas.

Registre-se que as informações constantes no modelo automatizado são originárias de informações dos sistemas do Ministério da Educação (MEC), cadastradas por alunos e instituições de ensinos, de acordo com cronograma definido por aquele Órgão. Com as informações registradas, o BNB providencia de forma automática: cadastro do estudante e do avalista, conta-corrente para o estudante, cartão de débito, internet *banking*, proposta de crédito, proposta de seguro e instrumento de crédito.

Entre o período de 2020 e 2021 foi registrado um crescimento de 32,9% nas contratações do

5 Modalidade de financiamento estudantil prevista nos arts. 15-D a 15-M da Lei nº 10.260, de 2001, que é concretizada por meio de fontes de financiamento distintas do Fies, entre elas o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional do Nordeste FNE, o Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, têm a sua operação em relação aos estudantes e às mantenedoras de instituição de educação superior sob a responsabilidade de agentes financeiros operadores de crédito, não poderá ser garantida pelo Fundo Garantidor do Fies e pode ser acessada por estudantes que tenham perfil de renda bruta familiar Per capita de 3 (três) salários mínimos até 5 (cinco) salários mínimos.

Fies, alcançando 1.085 operações em 2021, ante 816 em 2020. Em relação ao volume de recursos injetados em 2021, o crescimento foi mais significativo, 89,3%, chegando a R$ 22, 2 milhões em 2021, em comparação com R$ 11,7 milhões em 2020 (Tabela 33).

Tabela 33 – Programação Específica – FNE P-Fies – Programado x realizado – 2021 - Valores em R$ mil

Programa	Quant. de Operações	Valor Contratado (A)	Valor Programado (B)	(B/A) %
FNE P-Fies Programa de Financiamento Estudantil	1.085	22.228	15.000	148,19
Total	**1.085**	**22.228**	**15.000**	**148,19**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.
Nota: (1) Projeção de acordo com a demanda apresentada, sendo que ao longo da execução desta Programação poderão ser destinados recursos no âmbito do Programa, conforme venha a estabelecer sua regulamentação.

Considerando a distribuição estadual dos recursos do Fies (Tabela 34) em 2021, mesmo com uma redução no percentual em relação ao ano anterior, o Ceará obteve o maior número de contratações (359 operações), o equivalente a 33,1% do total. O valor dos recursos contratados nesse Estado (R$ 4,4 milhões) correspondeu a cerca de 19,7% do valor total aplicado em 2021. O Rio Grande do Norte alcançou a quantidade de 172 contratos (15,8% do total) e o volume de R$ 7,4 milhões em financiamentos (33,4%).

Em número de contratações, Minas Gerais representou 11,3% do total, passando de 30 contratações em 2020 para 123 contratações em 2021. Os valores contratados somaram R$ 5,1 milhões.

A Bahia efetuou 88 contratações, que representou um volume de R$ 2,2 milhões de em financiamento. A Paraíba, realizou 68 contratações, o que representou um aumento no volume de recursos de 60,4%, em relação a 2020.

O restante dos recursos contratados em 2021 foi distribuído entre os demais Estados da área de atuação do BNB, excetuando-se o Espírito Santo, onde não foram contratadas operações do Fies.

Tabela 34 – Programação Específica – FNE P-Fies – Contratações por Estado em 2021

Estado	Quantidade	%	Valor Contratado (R$ mil)	%
Alagoas	14	1,3%	252,2	1,1
Bahia	88	8,1%	2.268,0	10,2
Ceará	359	33,1%	4.387,9	19,7
Maranhão	150	13,8%	865,7	3,9
Minas Gerais	123	11,3%	5.100,9	22,9
Paraíba	68	6,3%	1.241,5	5,6
Pernambuco	5	0,5%	25,4	0,1
Piauí	56	5,2%	311,2	1,4
Rio Grande do Norte	172	15,8%	7.429,4	33,4
Sergipe	50	4,6%	345,5	1,5
Total	**1.085**	**100,0**	**22.228,0**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

5.7 Contratações em atendimento às diretrizes e prioridades do FNE e alinhamento à PNDR e ao PRDNE

O Quadro 5, a seguir, demonstra e analisa os valores contratados, nas diretrizes e prioridades setoriais e espaciais, aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Sudene, para o exercício de 2021. Cada prioridade está relacionada à sua respectiva diretriz e apresenta os valores programados, os valores contratados, o indicador de cumprimento da meta e as justificativas de desempenho, relacionadas às perspectivas conjunturais da economia nacional e local, e aos segmentos operacionais, no âmbito dos processos internos do BNB.

5.8 Contratações em atendimento às áreas prioritárias da PNDR

O Quadro 5, a seguir demonstra e analisa os valores contratados, em alinhamento com as áreas prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, para o exercício de 2021. Cada prioridade apresenta os valores programados, os valores contratados, o indicador de cumprimento da meta e as justificativas de desempenho, relacionadas às perspectivas conjunturais da economia local, e aos segmentos operacionais, no âmbito dos processos internos do BNB.

5.9 Contratações em alinhamento aos programas ou ações constantes do Plano Nacional de Desenvolvimento da Região Nordeste

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional norteia o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste e respalda a definição das diretrizes e prioridades que subsidiam a elaboração da Programação Anual do FNE.

Dessa maneira, as contratações, no âmbito do FNE, principal instrumento financeiro da PNDR, alinham-se com o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, conforme demonstrado no Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 – Atendimento às diretrizes e prioridades do FNE e alinhamento à PNDR e ao PRDNE

Diretrizes e Prioridades	Discriminação	Valor Programado/ Reprogramado (A)	Valor Realizado (B)	Indicador (B)/(A) x 100	Justificativa de Desempenho (*)	Avaliação (**)
Diretrizes						
Inovação para o desenvolvimento						
Indústria Diferenciada	Máquinas e equipamentos; Máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação; Equipamentos de instrumentação médico-hospitalares; Instrumentos ópticos, cronômetros e relógios.	147,6	21,9	14,8	O setor industrial nacional mostrou redução de 5,0% em dezembro de 2021, quando comparado com o mês de dezembro de 2020. A Região Nordeste, nesse mesmo mês, assinalou recuo de 10,9%, sendo os Estados do Ceará (-20,9%), e da Bahia (-10,5%) os que apresentaram os recuos mais intensos, pressionados, principalmente, pelo comportamento negativo dos setores de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados; e confecção de artigos do vestuário e acessórios, no Ceará; de veículos automotores, reboques e carrocerias (automóveis e autopeças) e metalurgia (barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre), na Bahia (IBGE, 2021). A cautela para investimentos no ambiente de incertezas, ainda devido ao recrudescimento da pandemia, em 2021, e a retomada intermitente e gradual da atividade econômica, vêm impactando as contratações do setor. O BNB realizou ações para prospecção de negócios, junto às Federações da Indústria nos Estados, órgãos das Secretarias Estaduais e outras entidades representativas da indústria, com vistas a divulgar as linhas de crédito do FNE e a estimular os investimentos nesses segmentos da indústria. Possibilitou a realização de contratações, o interesse, por parte de empresários do setor, pelo crédito de curto prazo, para aquisição de matéria-prima, considerando as dificuldades financeiras causadas pela pandemia.	Meta não atingida
Indústria baseada em Ciência	Produtos farmacêuticos, Máquinas de escritório e equipamentos de informática; Equipamentos de distribuição de energia elétrica; Aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle; Máquinas e aparelhos de automação industrial; Equipamentos de transporte aeronáutico.	31,7	31,1	98,1	Idem, os comentários acima sobre o comportamento da indústria nacional e regional. Especificamente, sobre o segmento da Indústria baseada em ciência, observa-se que as atividades de produção de farmoquímicos e de farmacêuticos; de equipamentos de informática e produtos eletrônicos e de máquinas e equipamentos, não apresentaram contribuição para composição da taxa de crescimento da indústria geral, no Nordeste, em 2021, cujo acumulado dos últimos 12 meses (dez 2020 a dez 2021) apresentou recuo, no índice da indústria geral, de 6,2 pontos percentuais, na Região Nordeste (IBGE, 2021). No processo operacional do BNB, foram realizadas sistemáticas ações de divulgação das Linhas de Financiamento do FNE, junto ao público qualificado. No entanto, essa prioridade requer ações estratégicas em nível das políticas setoriais e da macroeconomia, no âmbito federal, dos estados e, ainda, da Sudene, para apoiar os investimentos no âmbito das empresas.	Meta atingida

Diretrizes e Prioridades	Discriminação	Valor Programado/ Reprogramado (A)	Valor Realizado (B)	Indicador (B)/(A) x 100	Justificativa de Desempenho (*)	Avaliação (**)
Diretrizes						
Educação e desenvolvimento das capacidades humanas						
Graduação e Pós-Graduação (Contratações com o P-Fies)	Engenharia, produção e construção; Ciências, matemática e computação; Agricultura e veterinária; Educação; Saúde e bem-estar social.	15,0	22,2	148,0	A necessidade de capacitação e de formação no cenário de incertezas, aliada às características de política pública para financiamento estudantil do P-Fies, possibilitaram a superação da meta para o financiamento de cursos de graduação e de pós-graduação. Observa-se que ainda existem dificuldades para apresentação de garantias, por parte dos alunos. Destaca-se que 23% do total de recursos no P-Fies foram destinados ao semiárido dos Estados da Bahia, Ceará e Paraíba, contribuindo para a interiorização do ensino superior.	Meta superada
Melhoria da infraestrutura física e tecnológica		27,3	35,6	130,4	Investimentos, notadamente, em cursos para o ensino de idiomas e de educação profissional, em nível técnico e gerencial, foram realizados em todas as Unidades da Federação, na área de atuação do FNE, nas capitais e naqueles municípios de médio porte, visando ampliar a atratividade para dinamização da economia local, possibilitando melhor distribuição espacial e a permanência das pessoas nessas cidades de médio porte, contribuindo para redução das desigualdades intrarregionais.	Meta superada
Dinamização e diversificação produtiva						
Comunicação digital	Telecomunicações; Máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação; Equipamentos de informática.	19,0	90,0	473,7	Contratações realizadas nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, no segmento de Telecomunicações, notadamente no que se refere a serviços de comunicação multimídia (SCM), contribuíram para a superação da meta.	Meta superada
Aproveitamento do potencial energético do Nordeste	Setores associados à distribuição e processamento de gás natural e à geração distribuída, micro e minigeração de energia solar; Plantas de geração centralizada de energia solar e energia eólica.	6.355,1	6.579,5	103,5	A estratégia de diversificação da matriz energética do País e o aumento de disponibilidade da tecnologia para geração de energia renovável de fontes eólica e solar, contribuíram para o crescimento da demanda por crédito para projetos para micro e minigeração. O incentivo advindo das campanhas realizadas, durante o exercício de 2021, divulgando as linhas de financiamento para geração e distribuição de energia renovável como, por exemplo, o FNE Sol, possibilitou alavancar as contratações e superar a meta programada para essa prioridade.	Meta superada
Integração logística regional	Transporte terrestre, aquaviário e aéreo.	1.043,3	1.563,1	149,8	Os investimentos no transporte rodoviário de cargas e, em menor escala, no transporte rodoviário coletivo de passageiros, aliados aos investimentos no transporte marítimo de cabotagem, contribuíram para a superação da meta. As contratações foram, principalmente, nos Estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Piauí e Sergipe.	Meta superada

Diretrizes e Prioridades	Discriminação	Valor Programado/ Reprogramado (A)	Valor Realizado (B)	Indicador (B)/(A) x 100	Justificativa de Desempenho (*)	Avaliação (**)
Diretrizes						
Nova economia	Indústria de energia solar e eólica; Saúde, engenharia consultiva, comunicação, publicidade; Internet das coisas, inteligência artificial, indústria 4.0; Design; Moda; Publicidade & Marketing; Editorial e Audiovisual; Música; Eventos culturais; TIC; Indústria farmacoquímica, de biofármacos, de bioinseticidas, de cosméticos, de biomateriais e da defesa, inclusive serviços associados.	369,3	551,4	149,3	No segmento da saúde, atividades médicas ambulatoriais para consultas e realização de exames complementares, serviços de diagnóstico por imagem e serviços odontológicos, foram financiados com cerca de 82,0% dos recursos totais contratados nessa prioridade, principalmente, nos Estados do Ceará, Bahia e Maranhão.	Meta superada
Desenvolvimento da agropecuária	Adensamento das cadeias produtivas, fortalecimento e adensamento dos arranjos produtivos locais; e desenvolvimento da agricultura familiar.	6.005,9	8.302,9	138,2	Na comparação com o ano de 2020, o valor bruto da produção agrícola do Brasil cresceu 13,8%, em 2021. O valor bruto da produção pecuária do Brasil cresceu 4,6%, no mesmo período (IBGE, 2021). No ranking das regiões do País, relativo ao valor bruto da produção agropecuária, o Nordeste ficou na quarta posição, a frente apenas da Região Norte. Ações de governo relacionadas à segurança alimentar da população, aliadas às ações de estruturação das cadeias produtivas prioritárias, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter), desenvolvido pelo BNB, orientou e estimulou investimentos em diferentes atividades produtivas rurais, destacando-se a bovinocultura de corte e leite, suinocultura, avicultura e caprinocultura, na pecuária; e, na agricultura, produção de soja, milho, cana-de-açúcar, café, algodão e na fruticultura. Essas ações coordenadas e sistematizadas permitiram a superação da meta.	Meta superada
Turismo	Setorial: Turismo e serviços associados. Espacial: Conforme Programa do Ministério do Turismo "30 Rotas Turísticas Estratégicas do Brasil".	569,2	416,6	73,2	O setor foi o mais afetado pela pandemia da Covid-19, sofrendo forte retração na demanda pelos serviços da cadeia produtiva do turismo. Com a ampliação da vacinação da população, a flexibilização das medidas restritivas impostas pela pandemia e a consequente retomada gradativa das atividades econômicas, o setor iniciou um processo de reaquecimento. No âmbito operacional, o BNB realizou diferentes ações de prospecção junto às entidades representativas, aliadas à reestruturação da atividade por meio do Prodeter, principalmente nos Estados do Ceará, da Bahia e de Alagoas, em alinhamento ao Programa 30 Rotas Turísticas Estratégicas do Brasil. As principais atividades financiadas foram meios de hospedagem, alimentação e entretenimento, com foco em atividades musicais e parques de diversão temáticos.	Meta parcialmente atingida

Diretrizes e Prioridades	Discriminação	Valor Programado/ Reprogramado (A)	Valor Realizado (B)	Indicador (B)/(A) x 100	Justificativa de Desempenho (*)	Avaliação (**)
Diretrizes						
Reestruturação industrial	Adensamento das cadeias produtivas industriais e fortalecimento dos arranjos produtivos locais da indústria, inclusive serviços associados.	1.297,7	1.582,6	122,0	A existência de Polos Industriais importantes, no Nordeste, em diferentes segmentos como: alimentos e bebidas, automotivo, móveis, de transformação, metalúrgico, produtos químicos, produção de álcool, materiais de construção, metalmecânico, e o processo de prospecção de negócios realizado pelas superintendências e unidades operacionais, possibilitou a superação da meta programada.	Meta superada
Desenvolvimento do Setor Espacial	Indústria e serviços afins.	3,0	0,0	0,0	No segmento foram realizadas contratações no montante de R$4,6 milhões. No entanto, não é possível atribuir que essas operações se vinculam, direta e especificamente, ao Centro Espacial de Alcântara. Assim, o BNB prefere assinalar que não há contratações nessa prioridade, embora se identifique que, no Estado do Maranhão, foram realizadas operações no segmento.	Meta não atingida

Diretrizes e Prioridades	Discriminação	Valor Programado/ Reprogramado (A)	Valor Realizado (B)	Indicador (B)/(A) x 100	Justificativa de Desempenho (*)	Avaliação (**)
Diretrizes						
Desenvolvimento social e urbano						
Saneamento básico	Abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento de resíduos sólidos, inclusive para geração de energia.	1.017,1	282,5	27,8	Operações prospectadas, para 2021, no montante de R$980,0 milhões, não puderam ser contratadas devido, principalmente, a: · não emissão tempestiva das licenças ambientais, devido às dificuldades enfrentadas, pelos órgãos competentes, decorrentes da terceira onda da Covid-19; e não realização de leilões de saneamento, previstos para 2021, impedindo a apresentação dos projetos a serem executados. Considere-se, ainda, a realização tardia, no mês de dezembro de 2021, dos leilões dos blocos B e C, que apresentam os projetos de saneamento da área de atuação do BNB, e a existência de falhas na apresentação dos contratos de programas, em todas as localidades, objeto dos leilões. Essas ocorrências não permitiram o cumprimento dos prazos para contratação dos projetos de saneamento, em 2021, conforme prospecção.	Meta não atingida
Habitabilidade urbana	Transporte terrestre urbano	43,5	74,4	171,0	Fatores relacionados ao processo acelerado de urbanização do País, obrigaram ao deslocamento das pessoas em longas distâncias, nos percursos moradia/trabalho/moradia, o que interfere diretamente na qualidade da habitabilidade nas cidades. A melhoria da mobilidade urbana requer investimentos em transporte coletivo de diferentes meios como trens, metrôs e ciclovias, além dos ônibus. Os investimentos, no âmbito do FNE, nessa prioridade, não são suficientes para, de maneira isolada, alterarem esse quadro. Esses investimentos requerem coordenação, nos três níveis de governo, para estabelecimento de políticas públicas focalizadas. Considere-se, ainda, segundo a OMS, tratar-se de questão de saúde pública, uma vez que um sistema eficiente de transporte urbano contribui para melhorar os níveis de poluição do ar e para a redução do número de acidentes, por reduzir, no curto prazo, o número de carros nas vias urbanas.	Meta superada
Segurança hídrica e conservação ambiental						
Gestão integrada da oferta e do uso de recursos hídricos	Irrigação; Adutoras e canais; Barragens; Sistemas de reúso; Sistemas de dessalinização; Perfuração e Recuperação de poços; Sistemas de eficiência hídrica para redução de perdas e desperdícios.	447,3	577,1	129,0	A melhoria dos índices pluviométricos, reabastecendo os mananciais da Região, estimulou o investimento em projetos de irrigação, com o objetivo de garantir a segurança hídrica e a produção de alimentos, principalmente ao longo do Rio São Francisco. Financiamentos no semiárido dos Estados da Bahia, Pernambuco e norte de Minas Gerais, para projetos irrigados de cultura da uva, da manga e da banana, predominantemente; além de soja, café e milho, contribuíram para a superação da meta nessa prioridade.	Meta superada

Diretrizes e Prioridades	Discriminação	Valor Programado/ Reprogramado (A)	Valor Realizado (B)	Indicador (B)/(A) x 100	Justificativa de Desempenho (*)	Avaliação (**)
Diretrizes						
Conservação, proteção e uso sustentável dos recursos naturais	Implantação de sistemas agroflorestais e manutenção de florestas; Produção de sementes e mudas; Regularização de áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; Adequação aos condicionantes de licenciamento ambiental.	2,0	3,1	155,0	Foram financiados projetos de reflorestamento para recuperação ambiental e implantação de sistemas de gestão ambiental nos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e do Rio Grande do Norte, com maior montante na região do semiárido. Destacam-se o sistema agroflorestal para cultivo do cacau, na Bahia e o reflorestamento para recuperação ambiental de áreas no semiárido em São Gonçalo do Amarante (CE), em Pirapora (MG) e em Água Preta (PE).	Meta superada
Prioridades Espaciais						
Semiárido	Região semiárida	7.132,0	16.103,2	225,8	Financiamentos realizados, na prioridade espacial do Semiárido, principalmente nas atividades a seguir especificadas, possibilitaram superar a meta programada. A geração de energia de fontes solar e eólica e a transmissão de energia elétrica absorveram em torno de 42% do valor total dos financiamentos no Semiárido. A fruticultura irrigada de uva, banana, maracujá e manga, e o caju de sequeiro; a produção de grãos como soja e milho, também irrigados.	Meta superada
					O comércio atacadista de produtos alimentícios, inclusive frutas, verduras e raízes, e de materiais de construção, em geral. O comércio varejista de produtos alimentícios, de combustíveis, de peças e acessórios para veículos automotores, de móveis e de alimentos. Serviços de comunicação multimidia e provedores de acesso às redes de comunicação.	
					Investimentos em educação superior (cursos de graduação).	
					Transporte rodoviário de carga e organização logística do transporte de carga.	
					Atividades médicas ambulatorial, odontológica e de diagnósticos por imagem e fabricação de medicamentos.	
					Aluguel de máquinas e equipamentos para construção e obras de terraplanagem.	
					Artesanato. Atividades de condicionamento físico.	
					Fabricação de embalagens plásticas; de conservas e sucos de frutas; de ração e alimentos para animais; e atividades de abate processamento e beneficiamento de carnes.	
					Fabricação de artefatos de borracha; de móveis com predominância de madeira; de peças de vestuário; de calçados de couro.	
					Fabricação de artefatos cerâmicos para uso na construção civil; de produtos de ferro, aço e ferro-ligas em formas primarias e semiacabadas; atividades de extração de granito.	

Diretrizes e Prioridades	Discriminação	Valor Programado/ Reprogramado (A)	Valor Realizado (B)	Indicador (B)/(A) x 100	Justificativa de Desempenho (*)	Avaliação (**)
Diretrizes						
RIDES	Regiões Integradas de Desenvolvimento: Petrolina-Juazeiro (PE/BA); Grande Teresina-Timon (PI/MA) e Entorno do Distrito Federal (somente o município de Arinos (MG))	947,0	1.037,8	109,6	Financiamentos realizados, na prioridade espacial das RIDES, principalmente nas atividades a seguir especificadas, possibilitaram superar a meta programada. Na pecuária a ovinocaprinocultura em regime semi-intensivo de produção, suinocultura e avicultura para postura e corte.	Meta superada
					Na agricultura a fruticultura irrigada, principalmente, uva e manga. Cana-de-açúcar de sequeiro para uso industrial, e soja irrigada e de sequeiro	
					O comércio atacadista de alimentos, inclusive frutas, verduras e hortaliças; produtos farmacêuticos de uso humano, de instrumentos e materiais médico-cirúrgicos, peças e acessórios para veículos automotores, materiais de construção, em geral e de artigos de armarinho.	
					Comércio varejista de alimentos, de combustíveis e lubrificantes; de materiais de construção; de artigos de vestuário.	
					Financiamento de espaços para alimentação fora de casa, como restaurantes, lanchonetes e casas de chá e de sucos.	
					Fabricação de biscoitos e bolachas, e produtos de padaria, de sorvetes e de outros gelados. Beneficiamento da castanha-de-caju. Fabricação de vinhos. Fabricação de velas.	
					Depósitos de mercadorias. Serviços de comunicação multimidia. Educação nos níveis fundamental e médio de ensino.	
					Transporte rodoviário de cargas, exceto de produtos perigosos.	
					Atividade médica ambulatorial, odontológica e de fisioterapia.	
					Aluguel de máquinas e equipamentos e locação de transportes.	
					Construção de edifícios, rodovias e ferrovias.	
					Geração de energia elétrica de origem solar e coleta de resíduos sólidos.	

Diretrizes e Prioridades	Discriminação	Valor Programado/ Reprogramado (A)	Valor Realizado (B)	Indicador (B)/(A) x 100	Justificativa de Desempenho (*)	Avaliação (**)
Diretrizes						
Microrregiões prioritárias	Tipologias Sub-regionais de Baixa e Média Renda, independente do dinamismo da economia	16.870,0	21.948,8	130,1	Financiamentos realizados, nas tipologias de municípios priorizadas da PNDR, ou seja, baixa e média rendas, com qualquer dinamismo econômico, principalmente nas atividades a seguir especificadas, possibilitaram superar a meta programada. Na pecuária e agricultura: bovinocultura de corte e de leite em regime semi-intensivo de produção; ovinocultura em regime semi-intensivo de produção; suinocultura; pesca artesanal em águas doces e salgadas; fruticultura irrigada, predominantemente, de uva, banana, maracujá e manga; café irrigado e de sequeiro; cana-de-açúcar de sequeiro para uso industrial; dentre os grãos, notadamente, soja e milho de sequeiro; na olericultura, a alface hidropônica.	Meta superada
					No comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, inclusive frutas, verduras e raízes; adubos fertilizantes e corretivos do solo.	
					No comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios; de peças e acessórios para motocicletas; de lubrificantes; de materiais de construção; de artigos de vestuário e de calçados; de produtos farmacêuticos;	
					Atividades voltadas à alimentação, notadamente, restaurantes e lanchonetes; Atividades voltadas aos transportes, principalmente, operações de aeroportos, logística e transportes rodoviários de cargas.	
					Na indústria de produtos alimentícios; de produção de embalagens; gráficas para material de uso publicitário; e fabricação de medicamentos, na indústria têxtil, fiação e tecelagem de algodão, predominantemente. E, na produção de ferro, aço e ferro-ligas em formas primárias e semiacabadas.	
					No financiamento de meios de hospedagem.	
					Nas atividades médicas ambulatoriais e hospitalares, e de diagnósticos por imagem.	
					No artesanato, principalmente com o uso de materiais têxteis, cordas e palhas.	
					No saneamento básico em captação, tratamento e distribuição de água.	
					Na geração e transmissão de energia de fontes solar e eólica.	

(*) IBGE. Indicadores IBGE. Pesquisa industrial mensal. Dez, 2021. Valor da produção agropecuária de 2021 está estimado em R$ 1,113 trilhão (Disponível em www.gov.br).
(**) Critérios para a coluna da avaliação: I) Até 50% = meta não atingida; II) A partir de 50% até 80% = meta parcialmente atingida; III) A partir de 80% até 95% = meta satisfatoriamente atingida; IV) A partir de 95% até 100% = meta atingida; e V) acima de 100% = meta superada.

5.10 Situação da demanda de crédito

5.10.1 Propostas em carteira

As demandas por recursos do FNE totalizaram R$ 5,4 bilhões em 2021 , distribuídos em todos os estados da área de atuação do Fundo. Ao final do ano, 46,5% do montante em estoque já estavam aprovados, em fase de contratação. Outros 48,3% correspondiam a propostas em análise e somente 5,2% a propostas ainda em processo de decisão (Tabela 35).

No recorte estadual, observa-se que todas as Unidades da Federação apresentaram alta no volume financeiro das propostas em carteira. Em 2021, os maiores estoques concentram-se nos estados da Bahia (32,1%), de Alagoas (17,8%), Pernambuco (14,3%) e Maranhão (10,3%).

Tabela 35 – FNE – Situação das propostas em carteira por situação e UF – 2021 - Valores em R$ mil

UF	Situação						Total	
	Aprovadas a Contratar		Em Análise		Em Processo de Decisão			
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Alagoas	70	34.184	50	925.179	16	5.631	136	964.994
Bahia	531	952.093	345	612.369	97	170.465	973	1.734.927
Ceará	272	150.359	270	237.166	54	4.653	596	392.178
Espírito Santo	34	19.936	14	17.856	2	129	50	37.921
Maranhão	232	99.949	135	426.962	29	27.761	396	554.672
Minas Gerais	143	246.809	82	12.642	17	4.681	242	264.132
Paraíba	115	20.896	75	29.816	20	1.583	210	52.295
Pernambuco	241	595.484	209	170.008	43	10.544	493	776.036
Piauí	170	122.179	149	56.892	32	10.304	351	189.375
Rio Grande do Norte	151	162.756	94	62.183	19	3.626	264	228.565
Sergipe	126	109.292	67	59.826	33	43.965	226	213.083
Total	**2.085**	**2.513.937**	**1.490**	**2.610.899**	**362**	**283.342**	**3.937**	**5.408.178**

Fonte: BNB - Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

Quanto às propostas em carteira segundo o porte, a Tabela 36 apresenta a quantidade e valor das propostas e a situação de análise. Observa-se que a maior parte do volume em carteira refere-se aos empreendimentos de grade porte, com R$ 3,0 bilhões em propostas (56,4%), dos quais R$ 2,1 bilhões estão em análise.

Os empreendimentos de porte Médio I representam o segundo maior volume de propostas em carteira, com valores totais de R$ 1,1 bilhão (20,8%), concentrados na situação de aprovadas a contratar, R$ 859,9 milhões.

Tabela 36 – FNE – Situação das propostas em carteira por situação e porte – 2021 - Valores em R$ mil

PORTE	Situação						Total	
	Aprovadas a contratar		Em análise		Em processo de decisão			
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Crediamigo	3	72	1	20	5	136	9	228
Grande	19	836.669	15	2.070.414	2	142.778	36	3.049.861
Medio I	123	859.936	73	199.157	12	65.286	208	1.124.379
Medio II	18	192.219	11	68.858	1	16.226	30	277.303
Microempresa	112	33.174	104	13.319	16	592	232	47.085
Miniprodutor	146	20.708	71	8.883	19	3.868	236	33.459

PORTE	Situação						Total	
	Aprovadas a contratar		Em análise		Em processo de decisão			
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Pequeno	505	196.573	448	147.643	63	19.237	1.016	363.453
Pequeno-Medio	133	338.898	93	82.247	16	27.429	242	448.574
Pessoa Fisica	136	4.038	63	1.953	123	4.643	322	10.634
Pronafiano Comum	743	27.418	525	16.166	96	2.882	1.364	46.466
Pronafiano Grupo A	142	4.166	64	1.819	7	217	213	6.202
Pronafiano Grupo A/C	4	42	5	84	-	-	9	126
Pronafiano Grupo B	1	24	17	336	2	48	20	408
Total	2.085	2.513.937	1.490	2.610.899	362	283.342	3.937	5.408.178

Fonte: BNB - Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

Em termos setoriais, a distribuição das propostas do FNE em carteira era a seguinte no final de 2021: 55,7% na Infraestrutura; 17,0% no Comércio e Serviços; 14,5% no Rural; 8,0% no Industrial; 3,9% no Turismo; e 1,0% no Agroindustrial. O Setor de Infraestrutura manteve o mesmo nível de propostas em carteira do ano anterior, R$ 3,0 bilhões. O setor que apresentou o maior incremento em proposta em carteira foi o Rural com aumento de 146,6% em relação ao ano de 2020. Em seguida, o Setor Turismo teve um aumento de 58,4% nas propostas em carteira em comparação ao exercício anterior. Por outro lado, os setores Agroindustrial e Comércio e Serviços observaram redução de 38,3% e 28,8%, respectivamente, no volume de propostas em carteira (Tabela 37).

Tabela 37 – FNE – Propostas em carteira por setor e programa – 2021

Setores e Programas	Valor das propostas em carteira	%
RURAL	781.730	14,5
FNE Rural	514.912	9,5
FNE Irrigação	153.010	2,8
Pronaf - Grupo A	5.540	0,1
Pronaf - Demais Grupos	47.768	0,9
FNE Verde	294	0,0
FNE Verde - Irrigação	999	0,0
FNE Inovação + Inovação-2	50.491	0,9
FNE Aquipesca	8.716	0,2
AGROINDUSTRIAL	52.413	1,0
FNE Agrin	51.002	0,9
FNE Verde	200	0,0
FNE MPE	1.211	0,0
INFRAESTRUTURA	3.012.985	55,7
FNE Proinfra + Proinfra-2	1.959.999	36,2
FNE Verde + Verde-2	913.628	16,9
FNE Inovação Proinfra	139.358	2,6
INDUSTRIAL	433.183	8,0
FNE Industrial	350.781	6,5
FNE Verde	2.679	0,1
FNE Verde MPE Industrial	1.818	0,0
FNE Inovação	39.937	0,7
FNE Saúde Inovação MPE	1.514	0,0
FNE MPE	36.454	0,7

Setores e Programas	Valor das propostas em carteira	%
TURISMO	209.768	3,9
FNE Proatur	198.483	3,7
FNE EI	107	0,0
FNE Verde Proatur	2.187	0,0
FNE Verde MPE	739	0,0
FNE MPE	8.252	0,2
COMÉRCIO E SERVIÇOS	918.098	17,0
FNE Comércio e Serviços	618.990	11,5
FNE PNMPO	0	-
FNE Verde	43.740	0,8
FNE Verde MPE	6.991	0,1
FNE MPE Comércio e Serviços	133.323	2,5
FNE Saúde Inovação Serviços	83.803	1,6
FNE Saúde MPE Serviços	31.251	0,6
TOTAL	5.408.177	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

6 VALORES DESEMBOLSADOS

Em 2021, foram desembolsados R$ 23,8 bilhões, inclusive para operações de infraestrutura, sendo R$ 14,4 relativos às operações contratadas no próprio exercício de 2021, enquanto R$ 9,4 bilhões foram oriundos de operações contratadas em exercícios anteriores.

6.1 Estado

No que se refere aos desembolsos, ao longo do exercício de 2021 foram desembolsados R$ 23,8 bilhões, sendo R$ 14,4 relativos às operações contratadas no próprio exercício de 2021, enquanto R$ 9,4 bilhões foram oriundos de operações contratadas em exercícios anteriores.

O Estado da Bahia apresentou o maior desembolso tanto em relação ao exercício de 2021 (23,4% dos desembolsos) quanto em relação aos recursos de operações contratas em exercícios anteriores (21,1%). Em relação às operações contratadas em 2021, a Bahia foi seguida pelo Maranhão que teve participação de 12,4% no volume de desembolsos. No caso dos desembolsos de operações contratadas em exercícios anteriores, a Bahia foi seguida pelo Rio Grande do Norte que teve participação de 20,0% no volume de desembolsos (Tabela 38).

Tabela 38 – FNE – Valores desembolsados por Estado – 2021

UF	2021		Anos anteriores	
	(R$ mil)	Participação (%)	(R$ mil)	Participação (%)
AL	645.122,09	4,5	309.632,88	3,3
BA	3.359.372,23	23,4	1.989.522,90	21,1
CE	1.454.412,81	10,1	1.776.155,56	18,1
ES	253.802,81	1,8	83.631,19	0,9
MA	1.778.016,17	12,4	706.032,61	7,5
MG	864.495,59	6,0	584.644,01	6,2
PB	786.859,21	5,5	408.759,24	4,3
PE	1.660.611,04	11,6	912.320,09	9,7
PI	1.750.137,13	12,2	669.547,62	7,1
RN	1.120.733,72	7,8	1.887.049,69	20,0
SE	679.080,48	4,7	110.407,26	1,2
TOTAL	**14.352.643,29**	**100,0**	**9.437.703,04**	**100,00**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações De Crédito.

6.2 Programa

No recorte por programa, merecem destaque o FNE Rural e Pronaf B Semiárido com participação, respectivamente, de 26,2% e 13,3% nos desembolsos relativos às operações contratadas no exercício de 2021. Quanto aos desembolsos relativos às operações contratadas em exercícios anteriores, os destaques são o Proinfra com peso de 38,9% no volume de desembolsos, e o FNE Verde Infraestrutura, com participação nos desembolsos na ordem de 22,0% (Tabela 39).

Tabela 39 – FNE - Valores desembolsados por programa - 2021 - Valores em R$ mil

Programa	2021		Anos anteriores	
	(R$ mil)	Participação (%)	(R$ mil)	Participação (%)
Agrin	204.945,93	1,4	41.201,25	0,4
Aquipesca	11.937,84	0,1	10.726,11	0,1
Fies Estudante	19.726,76	0,1	1.852,22	0,0

Programa	2021		Anos anteriores	
	(R$ mil)	Participação (%)	(R$ mil)	Participação (%)
FNE Inovação Agrin	9.302,40	0,1	1.422,31	0,0
FNE Verde MPE Agroindústria	1.325,47	0,0	808,90	0,0
FNE Verde MPE Comércio	34.684,90	0,2	6.574,40	0,1
FNE Verde MPE Indústria	26.444,15	0,2	8.652,33	0,1
FNE Verde MPE Serviços	33.769,02	0,2	9.659,21	0,1
FNE Verde MPE Turismo	10.029,13	0,1	3.351,67	0,0
FNE Verde Proatur	992,04	0,0	110,59	0,0
FNE Verde Sol Pessoa Física	113.589,63	0,8	18.649,37	0,2
FNE Verde/Serviços	24.850,70	0,2	56.593,29	0,6
FNE Verde-Agrin	1.377,14	0,0	4.603,63	0,0
FNE Verde-Comercial	20.878,47	0,1	5.989,15	0,1
FNE Verde-Industrial	16.234,00	0,1	971,63	0,0
FNE Verde-Infraestrutura	544.610,92	3,8	2.077.006,16	22,0
FNE Verde-Infraestrutura-2	74.099,63	0,5	149.982,85	1,6
FNE Verde-Irrigação	2.235,96	0,0	949,59	0,0
FNE Verde-Rural	32.413,41	0,2	26.231,03	0,3
FNE-Comércio	1.200.660,22	8,4	185.000,41	2,0
FNE-EI/Comércio	3.205,15	0,0	239,81	0,0
FNE-EI/Indústria	503,45	0,0	87,96	0,0
FNE-EI/Serviços	1.589,86	0,0	123,32	0,0
FNE-EI/Turismo	113,79	0,0	0,00	0,0
FNE-MPE-Agroindústria	23.309,59	0,2	5.220,58	0,1
FNE-MPE-Comércio	1.275.829,26	8,9	163.919,82	1,7
FNE-MPE-Indústria	374.339,90	2,6	66.846,91	0,7
FNE-MPE-Serviços	801.406,40	5,6	207.079,49	2,2
FNE-MPE-Turismo	83.974,38	0,6	35.769,09	0,4
FNE-Saúde-Industrial	19.930,63	0,1	0,00	0,0
FNE-Saúde-Inovação-Industrial	0,00	0,0	1.112,72	0,0
FNE-Saúde-Inovação-MPE-Serviço	1.511,25	0,0	0,00	0,0
FNE-Saúde-MPE-Indústria	721,66	0,0	0,00	0,0
FNE-Saúde-MPE-Serviços	98.234,59	0,7	2.578,40	0,0
FNE-Saúde-Serviços	32.379,76	0,2	9.967,53	0,1
FNE-Serviços	552.360,19	3,8	253.461,86	2,7
FNE-Verde/Recuper.Ambiental	17,17	0,0	0,00	0,0
Industrial	503.040,93	3,5	232.041,27	2,5
Inovação-Comercial	184,08	0,0	0,00	0,0
Inovação-Industrial	39.623,32	0,3	275.174,66	2,9
Inovação-Industrial-2	0,00	0,0	95.117,40	1,0
Inovação-Irrigação	3.346,75	0,0	0,00	0,0
Inovação-Rural	130.782,45	0,9	25.978,55	0,3
Inovação-Serviços	11.398,88	0,1	224.857,58	2,4
Inovação-Startup	445,61	0,0	149,74	0,0
Irrigação	378.908,89	2,6	79.265,97	0,8
Proatur	64.698,46	0,5	88.873,51	0,9
Proinfra	144.252,03	1,0	3.672.441,80	38,9
Proinfra-2	0,00	0,0	563.691,42	6,0

Programa	2021		Anos anteriores	
	(R$ mil)	Participação (%)	(R$ mil)	Participação (%)
Pronaf Floresta - FNE	8.367,93	0,1	2.067,30	0,0
Pronaf Grupo "A" - FNE	47.300,77	0,3	32.172,49	0,3
Pronaf Grupo "B" - FNE	896.519,53	6,2	66.826,02	0,7
Pronaf Grupo A/C - FNE	649,09	0,0	36,12	0,0
Pronaf Jovem - FNE	557,00	0,0	103,50	0,0
Pronaf Mulher - FNE	45.690,70	0,3	8.239,33	0,1
Pronaf Semiárido - FNE	93.856,00	0,7	31.624,27	0,3
Pronaf-Agrinf (FNE)	720,18	0,0	41,80	0,0
Pronaf-Agroecologia (FNE)	115,49	0,0	19,50	0,0
Pronaf-Agroindústria (FNE)	887,50	0,0	414,25	0,0
Pronaf-B/Plano-Safra Semiárido	1.910.231,73	13,3	148.530,75	1,6
Pronaf-Comum (FNE)	265.861,57	1,9	11.509,06	0,1
Pronaf-Eco (FNE)	2.643,29	0,0	555,25	0,0
Pronaf-Mais Aliment/Revitaliza	71,77	0,0	0,00	0,0
Pronaf-Mais Alimentos (FNE)	387.110,88	2,7	92.978,29	1,0
Rural	3.761.843,69	26,2	428.249,66	4,5
Total	**14.352.643,29**	**100,0**	**9.437.703,04**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

6.3 Setor

Os desembolsos relativos às contratações efetivadas em 2021 foram concentrados em três setores: Pecuária, Comércio e Serviços, e Agricultura com participações, respectivamente, de 31,3%, 28,5% e 24,3%. Em conjunto, estes setores contribuíram com 84,1% do volume total desembolsado por conta de operações contratadas no próprio exercício de 2021 (Tabela 40).

Em relação às operações contratadas em anos anteriores, o destaque foi o Setor de Infraestrutura que teve participação de 68,5% no volume total desembolsado de R$ 9,4 bilhões.

Tabela 40 – FNE - Valores desembolsados por setor – 2021

Setor	2021		Anos anteriores	
	(R$ mil)	Participaçao (%)	(R$ mil)	Participaçao (%)
Agricultura	3.482.203,97	24,3	412.249,74	4,4
Agroindústria	241.868,21	1,7	53.712,71	0,6
Comércio e Serviços	4.092.942,73	28,5	1.126.044,26	11,9
Indústria	981.283,65	6,8	680.154,61	7,2
Infraestrutura	762.962,57	5,3	6.463.122,23	68,5
Pecuária	4.498.257,96	31,3	553.813,03	5,9
Pessoa Física	133.316,39	0,9	20.501,59	0,2
Turismo	159.807,80	1,1	128.104,86	1,4
Total	**14.352.643,29**	**100,00**	**9.437.703,04**	**100,00**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

6.4 Porte

Os beneficiários de Mini/Micro e Pequeno portes foram as categorias que mais obtiveram desembolsos no âmbito das operações contratadas no exercício de 2021. Em conjunto, os três portes receberam recursos da ordem de R$ 8,6 bilhões, ou 60,0% dos desembolsos totais relativos às contratações no exercício de 2021.

Quanto aos desembolsos relativos às contratações realizadas em anos anteriores, o Grande porte foi responsável por desembolsos de R$ 6,4 bilhões, perfazendo uma participação de 68,4% do volume total desembolsado por conta de operações contratadas em anos anteriores a 2021 (Tabela 41).

É interessante observar que no recorte de curto prazo, isto é, dentre as operações contratadas no próprio exercício, os desembolsos são concentrados nos portes prioritários de aplicação dos recursos do FNE (Mini/Micro e Pequeno portes). Apesar dos valores financiados no âmbito destes portes serem relativamente baixos, o que facilita a tramitação até o desembolso, o número de operações chegou a 645.331 mil em 2021. Isso demonstra o empenho do Banco em agilizar o processo de concessão de crédito.

Por outro lado, a concentração de desembolsos relativos às operações contratadas em anos anteriores no Grande porte ocorre devido à natureza desses empreendimentos. São projetos de valores mais altos, que exigem cronograma de desembolso mais extenso em virtude dos prazos de implantação mais longos.

Tabela 41 – FNE - Valores desembolsados por porte – 2021 - Valores em R$ mil

Setor	2021		Anos anteriores	
	(R$ mil)	Participação (%)	(R$ mil)	Participação (%)
Grande	1.661.774,39	11,6	6.452.505,58	68,4
Médio	163.076,73	1,1	550.332,07	5,8
Médio I	1.733.905,13	12,1	411.458,85	4,4
Médio II	635.707,13	4,4	577.174,98	6,1
Micro	318.514,16	2,2	61.756,72	0,7
Mini	4.365.120,43	30,4	498.346,19	5,3
Pequeno	3.930.671,70	27,4	632.478,88	6,7
Pequeno-Médio	1.543.873,62	10,8	253.649,79	2,7
Total	**14.352.643,29**	**100,0**	**9.437.703,04**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

6.5 Atendimento à PNDR

Os desembolsos relativos às contratações efetivadas em 2021 tiveram mais representatividade nas tipologias de Média Renda e Médio Dinamismo, Média Renda e Alto Dinamismo, e Média Renda e Baixo Dinamismo com, respectivamente, 29,6%, 24,4% e 15,1% de participação (Tabela 42)

Em relação às operações contratadas em anos anteriores, a distribuição das participações obedece praticamente às mesmas proporções da distribuição dos desembolsos das operações contratadas no exercício de 2021. A maior participação foi observada na tipologia de Média Renda e Médio Dinamismo, com 32,2% dos desembolsos relativos às contratações de operações efetuadas em anos anteriores. Em seguida, com 24,0% de participação nos desembolsos, aparece a tipologia Média Renda e Alto Dinamismo, e em terceiro lugar tem-se a tipologia Média Renda e Baixo Dinamismo com participação de 20,3% dos desembolsos relativos às contratações de operações anteriores a 2021.

Vale ressaltar que de acordo com a Programação Regional FNE 2021, a meta de financiamento nas áreas prioritárias da PDNR (Baixa e Média Renda de qualquer dinamismo) é de no mínimo 70% das disponibilidades. A Tabela 42 demonstra que em ambos os recortes temporais (exercício de 2021 e anos anteriores) os valores desembolsados nas áreas prioritárias da PNDR foi de 84,5%, bem acima das metas estabelecidas na Programação Regional FNE 2021.

Tabela 42 – FNE - Valores desembolsados por tipologia da PNDR – 2021

Tipologia da PNDR	2021		Anos anteriores	
	(R$ mil)	Participação (%)	(R$ mil)	Participação (%)
Alta Renda e Alto Dinamismo	234.097,88	1,6	66.889,03	0,7
Alta Renda e Baixo Dinamismo	343.786,44	2,4	333.037,13	3,5
Alta Renda e Médio Dinamismo	1.650.620,41	11,5	1.062.032,95	11,3
Baixa Renda e Alto Dinamismo	609.554,91	4,2	108.888,13	1,2
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	207.202,77	1,4	29.038,26	0,3
Baixa Renda e Médio Dinamismo	1.389.323,27	9,7	623.094,42	6,6
Média Renda e Alto Dinamismo	3.500.074,36	24,4	2.266.264,05	24,0
Média Renda e Baixo Dinamismo	2.162.697,83	15,1	1.912.373,26	20,3
Média Renda e Médio Dinamismo	4.255.285,42	29,6	3.036.085,81	32,2
Total	**14.352.643,29**	**100,0**	**9.437.703,04**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

7 RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

7.1 Renegociação de dívidas de acordo com a Lei nº 7.827/1989 e demais medidas vigentes

Em 2021, foram renegociadas 86.501 operações de crédito no âmbito do FNE, que estavam em situação de prejuízo ou com o mínimo de 61 dias de atraso. O valor renegociado somou R$ 2,4 bilhões, implicando um total recuperado de R$ 2,8 bilhões. Tais regularizações propiciaram recebimento, em espécie, de R$ 432,2 milhões, equivalentes a 15,4% do total recuperado (Tabela 43).

Tabela 43 – FNE – Recuperação de dívidas em 2021 - Valores em R$ mil

Estado	Operações	Valor Recebido	Valor Renegociado	Total Recuperado	Regularização (%)
Alagoas	3.393	17.401	83.896	101.297	3,6
Bahia	15.187	69.029	479.631	548.660	19,5
Ceará	15.154	93.427	576.559	669.986	23,8
Espírito Santo	362	11.223	40.396	51.619	1,8
Maranhão	7.936	58.903	299.781	358.684	12,8
Minas Gerais	5.171	17.911	71.154	89.064	3,2
Paraíba	6.462	16.739	106.983	123.722	4,4
Pernambuco	12.835	44.546	242.571	287.117	10,2
Piauí	9.720	32.638	188.352	220.990	7,9
Rio Grande do Norte	7.246	21.219	131.675	152.894	5,4
Sergipe	3.035	49.125	158.608	207.733	7,4
Total	**86.501**	**432.161**	**2.379.605**	**2.811.766**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Recuperação de Crédito.
Nota: (1) Valores referentes às operações objeto de renegociação de dívidas no período, inclusive as renegociações realizadas por meio de instrumentos legais com a inserção de bônus e dispensas nessas transações específicas, se forem o caso.
Nota: (2) São dados de operações que estavam com o mínimo de 61 dias de atraso e/ou em situação de prejuízo no momento das suas regularizações.

As regularizações realizadas com base nos instrumentos legais vigentes totalizaram 3.967 operações, beneficiando 3.211 clientes e representando R$ 138,6 milhões, conforme especificado na Tabela 44.

Tabela 44 – FNE – Recuperação de dívidas em 2021

Instrumentos legais	Operações	Clientes	Valor Regularizado (R$ mil)
Resolução CMN nº 4.908/21 - Art. 2º	3.955	3.200	138.327
Lei nº 7.827/89 - Art. 15E	3	3	88
MP 1.016/20 - Art. 2º	7	6	83
MP 1.016/20 - Art. 3º	2	2	134
Total	**3.967**	**3.211**	**138.632**

Fonte: BNB – Ambiente de Recuperação de Crédito.
Nota: operações com o mínimo de 61 dias de atraso e/ou em situação de prejuízo.

O esforço empreendido pelo Banco, visando reduzir os indicadores de inadimplência, é reflexo de uma política de gestão dos créditos em situação de atraso ou prejuízo. Destacam-se as seguintes ações estratégicas com foco especial nos valores mais expressivos:

- definição e divulgação de melhores práticas de recuperação de crédito nas áreas de controle, segurança e apoio operacionais, possibilitando o cumprimento das políticas e diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva, com vistas a preservar a qualidade dos ativos do Banco;

- disseminação e acompanhamento diário dos resultados do Programa de Ação do Indicador Regularização de Dívidas;
- difusão contínua em mídia externa para produtores rurais com condições de enquadramento nas disposições dos instrumentos de renegociações de dívidas;
- monitoramento dos resultados obtidos nas regularizações de dívidas amparadas em legislações específicas, a exemplo das Resoluções vigentes no ano;
- realização periódica de Reuniões de Trabalho e de conferências com os funcionários das Gerências de Reestruturação de Ativos (GERATs), Superintendências Estaduais e Ambiente, visando analisar o desempenho de cada Unidade com o direcionamento de ações para melhoria dos resultados, envolvendo as Centrais de Crédito, Centrais Regionais de Controle Interno e Ambiente de Contencioso Jurídico;
- constante revisão do fluxo de renegociação de dívidas, com o propósito de simplificar o processo, mantendo elevados níveis de controle e governança;
- constante revisão dos Instrumentos Normativos internos, visando às melhores condições de enquadramento para regularização de dívidas;
- realização de estudo dos roteiros e ferramentas utilizados na verificação de conformidade das propostas de renegociação de dívidas, com o objetivo de promover a elevação dos níveis de conformidade deste produto;
- reforço sistemático nas videoconferências, nos treinamentos internos e nos Fóruns de Gestão em que a Autoverificação de Conformidade é uma atividade realizada em 1º nível pela unidade executora para reparação de todas as exigências originadas de leis, disciplinamentos normativos, despachos das alçadas, laudos, recomendações das áreas técnicas do BNB ou dos ambientes gestores do processo/produto, e que cabe aos seus gestores certificarem-se de que o roteiro foi aplicado na minuta/versão corretas, e que foi respondido, assinado e/ou anexado no Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED-S557);
- monitoramento diário do cumprimento dos prazos normativos referentes à instrução da Autorização de Cobrança Judicial (ACJ);
- as medidas legais constituem importantes mecanismos de recuperação de crédito, em particular dos valores inadimplidos, pelo que se reforça continuamente o apelo para que as unidades operadoras busquem o enquadramento do maior número possível de operações, com vistas à melhoria contínua dos resultados corporativos.

8 PERFIL DA CARTEIRA

8.1 Composição da carteira FNE

8.1.1 Composição da carteira de financiamentos

Por Estado

A carteira de financiamentos do FNE apresentou saldo de R$ 87,2 bilhões ao final do exercício de 2021. Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão e Piauí responderam por 81,6% desse saldo, conforme detalhado na Tabela 45.

Tabela 45 – FNE - Saldos das aplicações por Estado - 2021

Estado	Saldos das Aplicações[1] (R$ mil)	Aplicações por Estado (%)
Alagoas	2.888.782	3,3
Bahia	19.428.034	22,3
Ceará	12.823.170	14,7
Norte do Espírito Santo	1.319.090	1,5
Maranhão	9.832.085	11,3
Norte de Minas Gerais	4.859.188	5,6
Paraíba	4.267.643	4,9
Pernambuco	10.374.720	11,9
Piauí	8.614.896	9,9
Rio Grande do Norte	10.003.543	11,5
Sergipe	2.828.613	3,2
Total	**87.239.764**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações e Crédito.
Nota:(1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

Por Setor

A carteira do FNE possui recursos alocados em todos os setores da economia. O saldo de aplicações do Setor Rural (agricultura somado à pecuária) corresponde a 30,7%; Infraestrutura 33,8%; Comércio e Serviços 20,2%; e Indústria, Turismo e Agroindústria 15,0% (Tabela 46).

Tabela 46 – FNE - Saldos das aplicações por Setor [1] em 2021

Setor	Saldo Aplicações (R$ mil)	Aplicações por Setor (%) [2]
Rural	26.819.765	30,7
Agroindustrial	1.062.067	1,2
Industrial/Turismo	12.011.459	13,8
Infraestrutura	29.447.370	33,8
Comércio e Serviços	17.594.987	20,2
Financiamento à Exportação	304.116	0,3
Total	**87.239.764**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.
Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações.

Por Porte

Os clientes de grande porte alcançaram saldo de R$ 38,5 bilhões, representando 44,1% do saldo de aplicações do FNE. Os micro, mini, pequeno e pequeno-médio portes obtiveram um saldo de aplicações de R$ 34,4 bilhões, equivalente a 39,4% do total. Os clientes de médio porte responderam por 16,3% do saldo total, correspondendo a R$ 14,2 bilhões (Tabela 47).

Tabela 47 – FNE - Saldos das aplicações por porte em 2021 (1)

Porte	Saldo Aplicações (R$ mil)	Aplicações por Porte (%) (2)
Cooperativas/Associações	166.269	0,2
Micro e Mini	15.144.818	17,4
Pequeno	13.908.726	15,9
Pequeno-Médio	5.325.861	6,1
Médio	8.928.711	10,2
Médio I	3.422.009	3,9
Médio II	1.888.402	2,2
Grande	38.454.968	44,1
Total	**87.239.764**	**100,00**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.
Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. Exclusive Repasses a Outras Instituições; (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações.

Pronaf

A carteira do Pronaf, constituída por mini produtores rurais da agricultura familiar, concluiu o exercício de 2021 com um saldo de aplicações de R$ 10,3 bilhões. Tais recursos estão distribuídos entre 11 estados da área de atuação do Banco, conforme detalhado na Tabela 48.

Tabela 48 – FNE - Pronaf - Saldo das aplicações por Estado em 2021

Estado	Saldo Aplicações (R$ mil)	Aplicações por Estado (%)
Alagoas	416.370	4,1
Bahia	2.127.851	20,7
Ceará	1.438.601	14,0
Espírito Santo	67.573	0,7
Maranhão	1.156.330	11,3
Minas Gerais	771.931	7,5
Paraíba	732.301	7,1
Pernambuco	1.358.290	13,2
Piauí	1.222.918	11,9
Rio Grande do Norte	605.335	5,9
Sergipe	378.755	3,7
Total	**10.276.255**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

A carteira do Pronaf está distribuída em programas, de acordo com as características dos beneficiários e a finalidade do crédito. No exercício de 2021, predominaram os programas Pronaf-B/Plano-Safra Semiárido e Pronaf-Mais Alimentos (FNE), com 52,2% do saldo total de aplicações; Pronaf Grupo “B” - FNE com 15,5%; e Pronaf Semiárido – FNE com 10,9% (Tabela 49).

Tabela 49 – FNE - Pronaf- Saldos das aplicações por programa em 2021

Programas	Saldos das Aplicações(1) (R$ mil)	%
Pronaf-B/Plano-Safra Semiárido	2.886.444	28,1
Pronaf-Mais Alimentos (FNE)	2.477.192	24,1
Pronaf Grupo “B” - FNE	1.592.306	15,5
Pronaf Semiárido - FNE	1.121.700	10,9
Pronaf Grupo “A” - FNE	794.378	7,7
Pronaf-Semiárido/Seca-2012-Outros	499.823	4,9

Programas	Saldos das Aplicações[1] (R$ mil)	%
Pronaf-Comum (FNE)	393.664	3,8
Pronaf Mulher - FNE	181.259	1,8
Pronaf-Semiárido/Seca-2012-Grupo B	132.232	1,3
Pronaf Grupo "C" - FNE	49.837	0,5
Pronaf Floresta - FNE	33.873	0,3
Pronaf Grupo "D" - FNE	23.015	0,2
Pronaf/Seca-2012/Custeio/Outros	17.610	0,2
Procir/Pronaf-A/Risco-FNE	13.929	0,1
Pronaf-Eco (FNE)	11.104	0,1
Pronaf-Agroecologia (FNE)	8.809	0,1
Procir/Pronaf-Outros/Risc. Comp.	6.041	0,1
Outros programas	33.039	0,3
Total	**10.276.255**	**100,0**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Por Risco do Crédito

Quanto à natureza do risco do crédito, 88,8% do saldo das aplicações correspondeu a risco compartilhado entre o FNE e o BNB (Tabela 50).

Tabela 50 – FNE - Saldos das aplicações por risco de crédito [1] - 2021

Risco	Aplicações (R$ mil)	Aplicações por Risco de Crédito (%)
Integral BNB	1.753.992	2,0
Exclusivo FNE	7.981.735	9,1
Compartilhado FNE / BNB	77.504.037	88,8
Total	**87.239.764**	**100,0**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.
Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

Por faixa de risco dos tomadores

O saldo das operações em atraso somou, aproximadamente, R$ 1,6 bilhão, o que corresponde a 1,9% do saldo total. O percentual de inadimplência aumenta à medida que o risco do tomador cresce (Tabela 51).

Tabela 51 – FNE - Aplicações e inadimplência por risco do tomador - 2021

Risco do Tomador	Aplicações (R$ mil)	Atraso (R$ mil)	Inadimplência (%)
AA	46.746.078	27.852	0,1
A	22.985.040	18.578	0,1
B	5.783.191	67.476	1,2
C	2.431.280	58.503	2,4
D	1.353.814	39.740	2,9
E	819.640	42.735	5,2
F	662.956	30.714	4,6
G	569.899	46.559	8,2
H	5.887.866	1.296.616	22,0
Total	**87.239.764**	**1.628.773**	**1,9**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.
Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. Saldo das parcelas em atraso.

Ressalte-se que a classificação constante na Tabela 51 refere-se à posição na data 31.12.2021 e não na data de contratação da operação. A classificação de risco de um cliente após a contrata-

ção pode sofrer degradação ao longo do tempo, em face da piora na capacidade de pagamento do cliente e/ou inadimplência de seus compromissos de crédito junto à Instituição. O BNB possui política de risco de crédito onde é estabelecido que as unidades somente podem contratar operações cujas propostas apresentem riscos AA, A ou B.

8.2 Índices de inadimplência (Portaria Interministerial e Res. CMN nº 2.682/1999)

Por Estado

Os estados do Rio Grande do Norte (0,8%), Bahia (1,5%), Piauí (1,5%), Paraíba (1,7%), Minas Gerais (1,8%) e Alagoas (1,9%) apresentaram os menores índices de inadimplência, sendo que a média de inadimplência do FNE foi de 1,9% em 2021 (Tabela 52).

Tabela 52 – FNE - Saldos das aplicações e inadimplência por Estado em 2021

Estado	Saldo (R$ mil)	Atraso (R$ mil)	Inadimplência (%)
Alagoas	2.888.782	54.817	1,9
Bahia	19.428.034	290.630	1,5
Ceará	12.823.170	316.705	2,5
Espírito Santo	1.319.090	30.743	2,3
Maranhão	9.832.085	231.515	2,4
Minas Gerais	4.859.188	87.999	1,8
Paraíba	4.267.643	71.300	1,7
Pernambuco	10.374.720	262.822	2,5
Piauí	8.614.896	127.557	1,5
Rio Grande do Norte	10.003.543	81.472	0,8
Sergipe	2.828.613	73.213	2,6
Total	**87.239.764**	**1.628.773**	**1,9**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Por Setor

Analisando-se o comportamento da inadimplência entre os setores da economia, observou-se que Infraestrutura (0,0%), Financiamento à Exportação (0,3%) e Comércio e Serviços (2,6%) apresentaram os menores índices, conforme especificado na Tabela 53.

Tabela 53 – FNE - Saldos das aplicações, saldo em atraso e inadimplência por setor em 2021

Setor	Saldo Aplicações (R$ mil) (1)	Aplicações (%) (2)	Saldo em Atraso (R$ mil) (3)	Inadimplência (%) (4)	Inadimplência do Segmento (%) (5)
Rural	26.819.765	30,7	857.087	1,0	3,2
Agroindustrial	1.062.067	1,2	46.549	0,1	4,4
Industrial/Turismo	12.011.459	13,8	266.236	0,3	2,2
Infraestrutura	29.447.370	33,8	0	0,0	0,0
Comércio e Serviços	17.594.987	20,2	458.126	0,5	2,6
Financiamento à Exportação	304.116	0,3	775	0,0	0,3
Total	**87.239.764**	**100,0**	**1.628.773**	**1,9**	**1,9**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.
Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB, com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Por porte

Os empreendimentos de grande porte apresentaram o maior volume de aplicações, R$ 38,5 bilhões (44,1% do total) e um dos menores índices de inadimplência (0,6%). As três categorias de médio porte obtiveram saldo de aplicações de R$ 14,2 bilhões (16,3% do total) e nível de inadimplência variando de 0,0% a 2,0%. As categorias de micro, mini, pequeno e pequeno-médio apresentaram saldo de R$ 34,4 bilhões (39,4%) e níveis de inadimplência variando de 2,3% a 4,3% (Tabela 54).

Tabela 54 – FNE - Saldos das aplicações e atraso por porte dos beneficiários (1) - 2021

Porte	Saldo aplicações (R$ mil)	Aplicações (%) (2)	Saldo em atraso (R$ mil) (3)	Inadimplência (%) (4)	Inadimplência do segmento (%) (5)
Cooperativas/Associações	166.269	0,2	9.913	0,0	6,0
Micro e Mini	15.144.818	17,4	646.455	0,8	4,3
Pequeno	13.908.726	15,9	415.995	0,5	3,0
Pequeno-Médio	5.325.861	6,1	120.265	0,1	2,3
Médio	8.928.711	10,2	178.558	0,2	2,0
Médio I	3.422.009	3,9	24.102	0,0	0,7
Médio II	1.888.402	2,2	286	0,0	0,0
Grande	38.454.968	44,1	233.199	0,3	0,6
Total	**87.239.764**	**100,0**	**1.628.773**	**1,9**	**1,9**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.
Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB, com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento, em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento, em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Pronaf

O saldo das aplicações do Pronaf totalizou R$ 10,3 bilhões em 2021, tendo a inadimplência da carteira alcançado 5,0%, embora com amplas variações de saldo de aplicações e inadimplência nos diversos programas, conforme detalhado na Tabela 55.

Tabela 55 – FNE - Pronaf - Saldos das aplicações e inadimplência por programa- 2021

Programas	Saldos das Aplicações(1) (R$ mil)	Percentual por Programa (%)	Saldo Inadimplência (R$ mil)	Percentual Inadimplência (%)
FNE-Op.Pronaf Adq.-Lei 11322	48	0,0	9	19,0
FNE-Op.Pronaf Conv-Lei10464	3.322	0,0	320	10,0
FNE-Op.Pronaf Conv-Lei10696	663	0,0	48	7,0
Op.Fat Pronaf Reclassif-FNE	10	0,0	5	50,0
Procir/Pronaf-A/Risco-Bnb	10	0,0	3	30,0
Procir/Pronaf-A/Risco-FNE	13.929	0,1	2.873	21,0
Procir/Pronaf-Ac/Risco-FNE	252	0,0	62	25,0
Procir/Pronaf-A-Recup/Risc.FNE	34	0,0	8	24,0
Procir/Pronaf-B/Risco-FNE	406	0,0	59	15,0
Procir/Pronaf-Jovem/Risco-FNE	1	0,0	-	-
Procir/Pronaf-Jov-Mulh/Ris.Com	149	0,0	38	26,0
Procir/Pronaf-Outros/Risc.Comp	6.041	0,1	1.339	22,0
Procir/Pronaf-Outros/Risco Bnb	436	0,0	108	25,0
Procir/Pronaf-Outros/Risco-FNE	479	0,0	124	26,0
Procir/Pronaf-S.Arido/Risc.FNE	129	0,0	29	22,0
Pronaf (FNE)	3.766	0,0	333	9,0
Pronaf Floresta - FNE	33.873	0,3	553	2,0
Pronaf Grupo “A” - FNE	794.378	7,7	47.502	6,0

Programas	Saldos das Aplicações[1] (R$ mil)	Percentual por Programa (%)	Saldo Inadimplência (R$ mil)	Percentual Inadimplência (%)
Pronaf Grupo "B" - FNE	1.592.306	15,5	98.692	6,0
Pronaf Grupo "C" - FNE	49.837	0,5	7.591	15,0
Pronaf Grupo "D" - FNE	23.015	0,2	2.670	12,0
Pronaf Grupo "E" - FNE	974	0,0	55	6,0
Pronaf Grupo A/C - FNE	4.790	0,0	841	18,0
Pronaf Jovem - FNE	5.605	0,1	147	3,0
Pronaf Mulher - FNE	181.259	1,8	3.101	2,0
Pronaf Semi-Arido - FNE	1.121.700	10,9	48.145	4,0
Pronaf/Estiagem 2010-FNE	47	0,0	4	9,0
Pronaf/Seca-2012/Cust./Grp.B	2.542	0,0	264	10,0
Pronaf/Seca-2012/Cust./Outros	17.610	0,2	1.888	11,0
Pronaf-A/Fat Op.Adq.P/FNE	530	0,0	25	5,0
Pronaf-Agroecologia (FNE)	8.809	0,1	183	2,0
Pronaf-Agroindustria (FNE)	3.902	0,0	91	2,0
Pronaf-B/Plano-Safra Semiarido	2.886.444	28,1	81.908	3,0
Pronaf-Comum (FNE)	393.664	3,8	20.283	5,0
Pronaf-Eco (FNE)	11.104	0,1	176	2,0
Pronaf-Emergencial/2009	569	0,0	77	14,0
Pronaf-Grupo A/Recuperacao/FNE	1.590	0,0	212	13,0
Pronaf-Mais Aliment/Revitaliza	2.040	0,0	193	9,0
Pronaf-Mais Alimentos (FNE)	2.477.192	24,1	70.533	3,0
Pronaf-S.Arid/Seca-2012-Outros	499.823	4,9	73.673	15,0
Pronaf-S.Arido/Seca-2012-Grp.B	132.232	1,3	13.133	10,0
Pronaf-Agrinf (FNE)	745	0,0	10	1,0
Total	**10.276.255**	**100,0**	**477.308**	**5,0**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Por risco do crédito

As aplicações com o risco compartilhado entre o FNE e o BNB detiveram 88,8% do saldo das aplicações e 1,6% de inadimplência. As aplicações com risco exclusivo FNE alcançaram 9,1% e inadimplência de 5,2%. As aplicações com risco integral BNB representaram 2,0%, com inadimplência de 0,4% (Tabela 56).

Tabela 56 – FNE - Saldos das aplicações e inadimplência por risco[1] – 2021

Tipo de Risco	Saldo Aplicações (R$ mil)	Aplicações por Tipo de Risco (%)	Saldo em Atraso (R$ mil)	Saldo em Atraso por Tipo de Risco (%)
Integral BNB	1.753.992	2,0	6.199	0,4
Exclusivo FNE	7.981.735	9,1	418.799	5,2
Compartilhado FNE / BNB	77.504.037	88,8	1.203.775	1,6
Total	**87.239.764**	**100,0**	**1.628.773**	**1,9**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.
Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

Por faixa de risco dos tomadores

Os maiores volumes de aplicações do FNE estão nos clientes classificados como AA (53,6%) e A (26,3%), representando, em conjunto, 79,9% das aplicações do FNE. Referidos tomadores apresentaram os menores índices de inadimplência (0,1%). À medida que o risco do tomador aumenta, a inadimplência também cresce, conforme detalhado na Tabela 57.

Tabela 57 – FNE - Saldos das aplicações e inadimplência por risco do tomador [(1)] – 2021

Risco do Tomador	Aplicações (R$ mil)	Atraso (R$ mil)	Inadimplência (%)
AA	46.746.078	27.852	0,1
A	22.985.040	18.578	0,1
B	5.783.191	67.476	1,2
C	2.431.280	58.503	2,4
D	1.353.814	39.740	2,9
E	819.640	42.735	5,2
F	662.956	30.714	4,6
G	569.899	46.559	8,2
H	5.887.866	1.296.616	22,0
Total	**87.239.764**	**1.628.773**	**1,9**

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.
Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

Ressalte-se que a classificação constante na Tabela 57 refere-se à posição na data 31.12.2021 e não na data de contratação da operação. A classificação de risco de um cliente após a contratação pode sofrer degradação ao longo do tempo, em face da piora na capacidade de pagamento do cliente e/ou inadimplência de seus compromissos de crédito junto à Instituição.

9 ESTIMATIVAS DOS IMPACTOS MACROECONÔMICOS

9.1 Agroamigo Crescer: Expansão do Crédito e Impactos Macroeconômicos nos Municípios

Maria Odete Alves
Engenheira Agrônoma. Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UNB). Pesquisadora do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE-BNB). Correio Eletrônico: moalves@bnb.gov.br

Alysson Inácio de Oliveira
Economista, bolsista do convênio BNB/IEL. Correio Eletrônico: alyssoninacio@hotmail.com

Wendell Márcio Araújo Carneiro
Economista, Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Pesquisador do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE-BNB). Correio Eletrônico: wendellmac@bnb.gov.br

Iracy Soares Ribeiro Maciel
Pedagoga, mestra em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará. Correio Eletrônico: iracysrm@yahoo.com.br

9.1.1 Introdução

A agricultura familiar brasileira é diversa e heterogênea dos pontos de vista social, econômico e territorial. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, visava permitir o acesso desse segmento familiar ao crédito, até então concentrado nos segmentos mais estruturados. Porém, em função da heterogeneidade interna da própria agricultura familiar, o Programa contribuiu para que os recursos se concentrassem entre os mais capitalizados, localizados nas regiões Sul e Sudeste. A criação do Grupo B, em 2000, objetivava solucionar essa problemática, beneficiando os mais empobrecidos dentro do segmento, principalmente localizados no Nordeste.

Inicialmente operacionalizado com recursos do Tesouro Nacional, o Pronaf B passou a contar com outras fontes de recursos ainda na primeira metade da década de 2000. No BNB, a partir de 2004 o Programa passou a contar também com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Nos anos seguintes, o FNE tornou-se fundamental nas contratações do Pronaf B, sendo atualmente fonte exclusiva de aporte.

Apesar das mudanças, em 2004 o Pronaf B ainda apresentava desempenho aquém do esperado em relação às demais linhas de crédito do Pronaf, consequência das dificuldades de inserção dos agricultores no processo de crédito. Isso impulsionou o esforço institucional do BNB para detectar problemas e melhorar o ambiente operacional do Pronaf B, resultando na criação da metodologia de operacionalização denominada Agroamigo, no ano de 2005 (BNB, 2015). Posteriormente, em 2012, o Agroamigo foi segmentado nas modalidades metodológicas “Agroamigo Crescer” e “Agroamigo Mais”, sendo a primeira destinada a operacionalizar exclusivamente o Pronaf B, objeto de estudo nesta investigação.

A criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), em 2005, foi outro fator positivo para a agricultura familiar nordestina, na medida em que facilitava o acesso ao crédito e enquadrava o Agroamigo em suas regras de operacionalização.

Importante registrar que o Nordeste brasileiro atravessa secas sistemáticas, tendo a mais

recente ocorrido no período 2012-2017. Embora sem provocar esvaziamento das áreas rurais, como o ocorrido em estiagens severas de períodos anteriores, essa seca atingiu, de forma marcante, o setor agropecuário da Região, em particular, a agricultura familiar do Semiárido, onde predominam atividades agrícolas de sequeiro. Nesse segmento, a seca provocou perdas de rebanhos e de lavouras alimentares, que poderiam até ser maiores, não houvesse instituições públicas como o BNB, que contribuíram de forma decisiva, com o crédito produtivo, para o enfrentamento das dificuldades (AQUINO; ALVES; VIDAL, 2020).

Estudos como os de Abramovay et al. (2013), dentre outros, evidenciam a importância do microcrédito orientado no estímulo para aumentar a produção da agricultura familiar e melhorar as oportunidades de inserção no mercado. É possível, também, que a injeção de recursos seja relevante na dinâmica econômica dos territórios. Sobre este último aspecto, apesar do amplo leque de investigações internacionais, ainda existem controvérsias quanto aos resultados. Além disso, a literatura ainda é escassa no Brasil quanto à avaliação do microcrédito produtivo orientado. Em função desses aspectos, e do contexto de atuação do Agroamigo Crescer, revelou-se pertinente realizar um estudo avaliativo sobre a dimensão dos ingressos nos territórios e se são capazes de promover efeitos macroeconômicos na área de atuação do Programa, objeto do presente trabalho. Especificamente, buscou-se, (1) no período 2000-2019: (a) analisar a dimensão dos dispêndios, comparando seu desempenho em períodos anterior e posterior ao uso da fonte FNE e da adoção da metodologia do Agroamigo; (b) apurar como se deu a distribuição das aplicações. (2) No período 2010-2018, avaliar se o ingresso dos recursos nos municípios tem sido capaz de produzir impactos macroeconômicos nas economias municipais.

O texto é composto de seis seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. Na seção dois, é detalhada a metodologia adotada no estudo; na seção três, é apresentada uma revisão da literatura sobre o papel do crédito bancário tradicional e do microcrédito produtivo na dinâmica da atividade produtiva; na seção quatro, exploram-se as origens, o arcabouço e a metodologia de operacionalização do Agroamigo e, na seção cinco, discutem-se os principais resultados relativos à expansão do crédito e aos impactos macroeconômicos nos municípios.

9.1.2 Procedimentos Metodológicos

O estudo abarca o território de atuação do BNB, composto pelos estados nordestinos e municípios do norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A metodologia adotada pode ser segmentada em três etapas: (1) revisão da literatura (artigos científicos, livros, teses, relatórios etc.); (2) análise da dimensão dos dispêndios, bem como a distribuição das aplicações do Agroamigo Crescer, com uso de tabulação de dados da base do BNB (2000-2019); (3) estimação dos impactos macroeconômicos promovidos pelo ingresso de recursos nos municípios, com uso de modelos de regressão com dados em painel (2010-2018).

Na etapa três, o logaritmo natural do PIB Total foi utilizado como variável dependente, estimando-se três modelos. Nos dois últimos modelos foram adicionadas defasagens, de modo a identificar a existência de efeito defasado do Agroamigo.

Ainda, na etapa três, relacionaram-se os valores dos PIB's municipais agregados e os valores adicionados (VA's) setoriais (agropecuária, indústria e serviços) aos dispêndios do Agroamigo. A partir dessas informações, criou-se um painel anual contendo 1.838 municípios pertencentes à área de atuação do BNB para o período de 2010 a 2018, utilizando dados do PIB e das aplicações do Agroamigo. A escolha do ano de 2010 como inicial relaciona-se ao fato de este ser o ano de consolidação do Agroamigo.

Os dados do PIB Total e dos VA's setoriais foram extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), na seção de contas nacionais. Os dados do Agroamigo foram cedidos pelo

BNB, de cuja base extraíram-se informações sobre repasses do Programa, quantidade contratada, tipo de contrato e finalidade do crédito por município, computando-se os repasses totais por município. As informações da base de dados contemplavam 1.973 municípios, dos quais 135 foram excluídos, pela inexistência de informações referentes ao período ou por inconsistências nos dados. A seguir, apresenta-se a abordagem econométrica do painel montado para estimação dos impactos macroeconômicos.

9.1.2.1 Abordagem econométrica

Quadro 6 – Descrição dos modelos de regressão linear para estimação dos impactos do Agroamigo Crescer

Impactos do Agroamigo	Modelos de regressão
No PIB Total	$Ln(PIB_{it}) = f(Ln(AGROAMIGO_{it}),\alpha_i, \varepsilon_{it})$
No VA da Agropecuária	$Ln(VA_A_{it}) = f(Ln(AGROAMIGO_{it}),\alpha_i, \varepsilon_{it})$
No VA dos Serviços	$Ln(VA_S_{it}) = f(Ln(AGROAMIGO_{it}),\alpha_i, \varepsilon_{it})$
No VA da Indústria	$Ln(VA_I_{it}) = f(Ln(AGROAMIGO_{it}),\alpha_i, \varepsilon_{it})$

Fonte: Elaborado pelos autores.
Notas:
$Ln(PIB_{it})$ representa o logaritmo natural do PIB real do município i no ano t;
$Ln(VA_A_{it})$, $Ln(VA_I_{it})$, $Ln(VA_S_{it})$ representam, respectivamente, os logaritmos naturais em termos reais dos PIB's da agricultura, da indústria e dos serviços do município i no ano t;
$AGROAMIGO_{it}$ representa o valor total do recurso, em termos reais, tomado emprestado pelos agricultores do município i no ano t;
α_i representa elementos que são invariantes no tempo e que são intrínsecos a cada município i, considerado e ε_{it} é um vetor de erros.

Para a estimação, adotou-se o método de dados em painel tradicional, considerando os efeitos fixos[6], tendo em vista seu uso consagrado na literatura econômica, quando se trata de estrutura que relaciona unidades municipais e tempo (WOOLDRIDGE, 2002). As evidências dos impactos do Programa serão percebidas nos valores e na significância dos coeficientes estimados em relação ao Agroamigo Crescer.

O estimador de efeitos fixos assume explicitamente que determinada unidade de interesse - no caso em estudo, os municípios – possui um conjunto de características idiossincráticas (em geral, não observáveis), invariantes no tempo e, possivelmente, correlacionadas com as demais variáveis explicativas (as variantes no tempo). As estimativas tornam-se mais eficientes, se o estimador incorpora tal informação. O modelo de interesse pode ser representado da seguinte forma:

$$y = X \quad \beta + \alpha \ + \varepsilon \qquad \text{para} \quad t = 1, \ldots, T \qquad (1)$$

em que:

y_{it} é a variável dependente;

X_{it} representa um vetor que contém as variáveis independentes;

α_i representa elementos que são invariantes no tempo e que são intrínsecos a cada unidade de observação i (município);

β representa os coeficientes de interesse a serem estimados, e;

ε_{it} é um vetor de erros.

Em relação ao uso do método de estimação, deve-se ressaltar a necessidade de levar em conta que os elementos do vetor X_{it} (variáveis independentes) podem, de alguma forma, estar

6 É possível, também, estimar modelos de dados em painel, considerando efeitos aleatórios. No entanto, a realização do teste de Hausman indicou que o modelo de efeitos fixos é o mais adequado para o caso em estudo.

relacionados às características idiossincráticas dos municípios (vetor α_i). Em caso afirmativo, isso inviabiliza, por exemplo, o uso de estimadores tais como o de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), em função do viés que provoca em tal estimação. Por outro lado, a utilização de efeitos fixos na estimação da equação (1) permite considerar a hipótese de exogeneidade estrita das variáveis explicativas condicionadas aos efeitos não observáveis invariantes no tempo (α_i). Formalmente, esta hipótese pode ser descrita como:

$$E(\varepsilon_i \mid X_i, \alpha_i) = 0 \quad \text{para} \quad t = 1, \ldots, T \qquad (2)$$

Desta forma, (1) seria transformado pelo estimador de efeitos fixos, de maneira que seriam eliminados os efeitos não observáveis devidos a α_i. A compreensão do funcionamento desse estimador se dá pelo cálculo da média da equação (1) ao longo do tempo (t = 1, ..., T), para obter a equação (3)

$$\bar{y}_i = \bar{X}_i \beta + \alpha_i + \bar{\varepsilon}_i \qquad (3)$$

em que:

$$\bar{y}_i = T^{-1}\Sigma_{t=1}^{T} y_{it}, \; \bar{X}_i = T^{-1}\Sigma_{t=1}^{T} X_{it} \;\; \text{e} \;\; \bar{\varepsilon}_i = T^{-1}\Sigma_{t=1}^{T} \varepsilon_{it}$$

Subtraindo-se as equações (3) da equação (1), obtém-se o estimador de efeitos fixos, tal que

$$(y_{it} - \bar{y}_{it}) = (X_{it} - X_i)\beta + (\varepsilon_{it} - \varepsilon_i), \quad \text{para} \quad t = 1, \ldots, T$$

ou

$$\bar{\bar{y}}_{it} = \bar{\bar{X}}_{it}\beta + \bar{\bar{\varepsilon}}_{it}, \quad t = 1, \ldots, T \qquad (4)$$

Por fim, o estimador de efeitos fixos pode ser expresso como (WOOLDRIDGE, 2002):

$$\bar{\bar{\beta}}_{EF} = \Sigma_{i=1}^{N} \Sigma_{t=1}^{T} (\bar{\bar{X}}_{it}\bar{\bar{X}}'_{it})^{-1} \Sigma_{i=1}^{N} \Sigma_{t=1}^{T} (\bar{\bar{X}}_{it}\bar{\bar{y}}_{it})^{-1} \qquad (5)$$

Ademais, para avaliar o poder de explicação dos modelos, incluíram-se três medidas do coeficiente de ajuste R^2 as quais levam em consideração as características de corte transversal e de série temporal da base de dados. Denominados como R^2 *overall*, R^2 *between* e R^2 *within*, tais coeficientes caracterizam-se pela capacidade de medição do percentual da variação total da variável dependente (y_{it}), explicada pelo modelo de regressão com base na variação geral dos dados (efeito *overall*), na variação do indivíduo ao longo do tempo (efeito *within*) e na variação entre os indivíduos (efeito *between*).

Logo, levando em consideração a interpretação do coeficiente de ajuste como a correlação ao quadrado entre os valores reais e previstos da variável dependente, denominado como , os dos modelos são obtidos a partir das seguintes expressões:

R^2 within $\quad \rho^2\{(Y_{it} - Y_i), (X'_{it}\hat{\beta} - \bar{X}'_i\hat{\beta})\}$ *(6)*

R^2 between $\quad \rho^2(\bar{Y}_i, X'_{it}\hat{\beta})$ *(7)*

R^2 overall $\quad \rho^2(Y_{it}, X'_{it}\hat{\beta})$ *(8)*

Os principais resultados obtidos com o uso desta abordagem são apresentados e discutidos no item 5.2. No item a seguir, é feita uma revisão sucinta da literatura que discute o papel do crédito tradicional e do microcrédito produtivo na dinâmica da atividade econômica.

9.1.3 Crédito Tradicional, Microcrédito Produtivo e Dinâmica da Economia

9.1.3.1 Os limites do crédito tradicional

Predomina na literatura econômica a visão de que o desenvolvimento financeiro produz impactos diretos sobre o crescimento da economia, embora existam posições cujos argumentos tendem a associar essas duas variáveis no processo (MATOS, 2002). Resultados de alguns estudos realizados no Brasil indicam tal direção (ROCHA; NAKANE, 2007; ALEXANDRE; BIDERMAN; LIMA, 2008; ROCHA; SOUZA, 2018; EHRL; PEREIRA; ZANCHI, 2020).

No processo de evolução e ampliação do sistema financeiro tradicional, os bancos têm liberdade de tomarem decisões que melhor lhes beneficiem, concentrando suas ações em territórios mais atraentes, com poder de interferir no nível de atividade econômica de um determinado espaço (CARNEIRO, 2020; FERREIRA, 2013).

De fato, financiar investimentos produtivos em determinados espaços acarreta grandes riscos ao sistema bancário tradicional, Em geral, avesso a riscos, os bancos tendem a privilegiar os empréstimos de curto prazo e em regiões mais desenvolvidas, buscando os melhores retornos de seus empréstimos.

Desta forma, em países que apresentam disparidades inter-regionais marcantes, a concentração dos empréstimos bancários privados se limitará a um raio restrito de abrangência, colocando regiões periféricas à margem do crédito. Além disso, a concentração bancária em regiões centrais torna estes mercados mais atraentes para investimentos, gerando fluxos de recursos também das regiões periféricas para esses mercados, acirrando ainda mais as disparidades.

De acordo com o enfoque pós-keynesiano, tais riscos aos quais os bancos estão submetidos são associados às falhas de mercado, porque oferta e demanda não se ajustam automaticamente (CARNEIRO, 2020). Tal situação, por si só, justificaria a atuação do Estado no mercado financeiro, com regulamentação, políticas de incentivo e, também, com a atuação de bancos públicos (HERMANN, 2011). Na mesma direção de Hermann, Stiglitz e Greenwald (2004) argumenta que os bancos públicos interferem positivamente em condições de incompletude de mercados. O mercado de crédito, segundo os autores, funciona em um modelo de concorrência bastante imperfeita, no qual a informação sobre os tomadores de crédito assume papel central nas decisões dos bancos em emprestar.

Assim, a intervenção estatal se justificaria, principalmente em regiões periféricas, para incentivar projetos de maior retorno social, mesmo com baixo retorno privado e alto risco. Os bancos públicos assumem os riscos em setores com importantes externalidades positivas para o desenvolvimento social e econômico e cujas características - de retornos de longo prazo, necessidade de grande volume de recursos e mudanças estruturais - não são atraentes para a banca privada. Os bancos públicos podem atuar pelo menos em três perspectivas, considerando o arcabouço keynesiano: financiamento de setores específicos que, pela sua natureza, não são devidamente atendidos pelos bancos privados; financiamento do desenvolvimento regional; e atuação anticíclica (CARNEIRO, 2020).

A atuação de bancos públicos regionais, nesse contexto, além de exercer a função de conter o círculo vicioso e cumulativo, pode servir para a promoção de ações anticíclicas em períodos de estagnação econômica, fornecendo crédito bancário para reaquecer a economia (NOGUEIRA; CROCCO; SANTOS, 2010), muito embora se saiba que a intervenção dos bancos públicos regionais, *per si*, não é capaz de promover o efetivo desenvolvimento econômico. Necessita, pois, estar coadunada com outras políticas que, em conjunto, contribuam para o desenvolvimento e para a redução das desigualdades regionais (CARNEIRO, 2020).

O caso brasileiro é ilustrativo relativamente ao funcionamento de um sólido sistema bancário público, com o objetivo de desenvolver as suas regiões periféricas e corrigir as falhas observadas no setor bancário privado. Araujo (2013) acredita, inclusive, que os bancos públicos federais, em conjunto com alguns bancos de desenvolvimento estaduais (criados entre 1960 e 1970), foram os principais provedores de financiamento do desenvolvimento brasileiro. Nas últimas décadas, criaram-se instrumentos, políticas públicas de microcrédito produtivo e legislação específica no País, com o objetivo de alcançar os segmentos periféricos e atender às suas necessidades de crédito e demais serviços financeiros. Os bancos públicos assumem papel relevante no processo, conforme revelado na subseção a seguir.

9.1.3.2 O papel do microcrédito produtivo orientado

Mostrou-se na subseção anterior, que o acesso a serviços financeiros pode produzir efeitos positivos diretos sobre a economia e, neste contexto, o crédito é um meio importante para impulsionar as atividades produtivas seja no meio urbano ou rural. Porém, o sistema financeiro tradicional impõe limites de acesso a regiões periféricas, em função da aversão a riscos e a preferência por liquidez. E a restrição do acesso ao crédito, conforme afirmam Braga e Toneto Jr. (2000), reduz as possibilidades de crescimento econômico em dada região.

No meio rural existe demanda por serviços financeiros, particularmente entre indivíduos que compõem parcela significativa da população de baixa renda, que depende, direta ou indiretamente, da agricultura para sobreviver. No entanto, historicamente, o acesso tem sido seletivo, em função da característica do sistema bancário tradicional. Somente a partir de 1996, quando o Governo Federal criou o Pronaf, um programa público de microcrédito produtivo específico para os agricultores familiares, houve uma ampliação do acesso desse segmento ao crédito e demais serviços financeiros.

Em escala global, a disseminação de serviços de microcrédito tem sido crescente nas últimas décadas. Segundo Reed (2015 *apud* GUEDES; ALMEIDA; SIQUEIRA, 2021), o número de beneficiários pobres do microcrédito no mundo saltou de 113 milhões, em 1997, para 211 milhões, em 2013. Tais experiências, em geral, têm sido inspiradas no caso do *Grameen Bank*, criado em Bangladesh pelo economista Muhammad Yunus, em meados dos anos 1970. O pilar da proposta é a concessão de crédito de pequeno valor a pessoas de baixa renda, permitindo-lhes exercer suas habilidades e capacidade de produzir (YUNUS, 2000).

O sucesso daquele Banco em garantir o acesso dos pobres ao crédito está, principalmente, no tipo de arranjo contratual presente nas operações, *"[...] que busca reduzir o custo de seleção e monitoração do empréstimo, além de criar incentivos ao pagamento do mesmo, contribuindo assim para reduzir o risco de inadimplência das operações"* e se baseia no aval solidário (BRAGA; TONETO Jr., 2000, p. 76-77). A incorporação das características dessa experiência pioneira aos serviços de microfinanças tem se revelado importante, por ser um mecanismo capaz de alcançar populações mais pobres de regiões periféricas e carentes, como é o caso do Nordeste brasileiro, em particular, a sua porção semiárida.

O microcrédito pode ser considerado como um subconjunto das microfinanças, surgidas como mecanismo de prestação de serviços financeiros importante para combater a pobreza, devido às características que as diferenciam dos serviços financeiros tradicionais. Soares e Melo Sobrinho (2008, p. 23) definem microfinanças como sendo *[...] a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados"*. No contexto das microfinanças, o microcrédito se destaca por oferecer crédito a pessoas físicas e jurídicas de pequeno porte, com metodologia diferente da adotada em operações tradicionais de crédito (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008, p. 24).

No Brasil, experiências de microcrédito se desenvolvem desde os anos 1970, tendo os bancos públicos assumido papel importante desde meados dos anos 1990, promovendo inclusão produtiva de segmentos periféricos, a partir de programas como o Pronaf, o Crediamigo e o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP). Entre os anos de 2002 e 2006, o governo brasileiro adotou um conjunto de medidas para viabilizar e estimular a bancarização da população mais carente (ALIDE, 2008), dentre as quais, a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), em 2005, pela Lei nº 11.110, de 25/04/2005.

O estabelecimento do PNMPO promoveu um novo desenho para a agenda de microcrédito no Brasil. Desde então, as atividades de microcrédito do País contam com regras e metodologia específicas, a partir de uma orientação de Estado, sendo os bancos públicos os responsáveis pela grande parcela das aplicações. O Programa tem como objetivo *"[...] apoiar e financiar atividades produtivas de empreendedores, principalmente por meio da disponibilização de recursos para o microcrédito produtivo orientado [...]"* (BRASIL. ME, 2019, p. 1), devendo beneficiar atividades produtivas urbanas e rurais de pequeno porte, de forma coletiva ou individual.

Entre outras especificidades, a metodologia prevê atendimento por profissionais especializados e utilização de metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica. Essa Lei foi modificada em 2018 por outra, de nº 13.636, que estabelece a obrigatoriedade do relacionamento presencial apenas para o primeiro contato, podendo os demais serem realizados com o uso de tecnologias digitais e eletrônicas que possam substituir o contato presencial (BRASIL, 2018). Por outro lado, exige que as instituições adotem regras precaucionais tais como a avaliação dos riscos da operação, da capacidade de pagamento, da inadimplência, das receitas e despesas, dentre outros itens (BRASIL. ME, 2020).

No ano de 2018, 118 instituições públicas e privadas estavam cadastradas para operar com o PNMPO (BRASIL. ME, 2019), tendo sido responsáveis pela aplicação de R$ 10,356 bilhões, valor 3,42 vezes superior ao aplicado em 2008 (R$ 3,028 bilhões). Desse total aplicado em 2018, 91% (R$ 9,359 bilhões) foram originários de bancos públicos (Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Caixa Econômica Federal), correspondendo a 89,8% dos contratos firmados. O BNB, cuja atuação abrange a Região Nordeste, a mais carente do País, foi responsável pelo maior volume de aplicações (87% do total) e de contratos (85,7% do total). Dentre os bancos públicos, o BNB concentrou 95,7% do valor contratado (Tabela 58).

Tabela 58 – PNMPO – Aplicações por bancos públicos e entidades privadas – 2018

Bancos Públicos/Entidades Privadas	Valor (R$)	%	Contratos	%
Bancos Públicos	**9.359.335.050**	**91,0**	**4.444.659**	**89,8**
Banco da Amazônia (BASA)	29.881.259	0,3	3.586	0,1
Banco do Brasil (BB)	319.937.871	3,1	190.512	3,8
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	8.953.728.095	87,0	4.243.181	85,7
Caixa Econômica Federal (CEF)	55.787.825	0,5	7.380	0,1
Entidades privadas	**930.816.104**	**9,0**	**504.195**	**10,2**
Total Geral	**10.290.151.154**	**100,0**	**4.948.854**	**100,0**

Fonte: BRASIL. ME (2019, p. 18), adaptado pelos autores.
Nota: Dados atualizados em 25.03.2019.

No Nordeste, o Programa Crediamigo é uma experiência exitosa de microcrédito urbano, desenvolvida desde o ano de 1998 pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), banco público regional. Mais recentemente, no ano de 2005, a mesma instituição criou o Agroamigo, cuja metodologia é baseada naquela utilizada no Crediamigo, porém adaptada às especificidades do rural e da agricultura familiar da área de atuação da Instituição. Ambos os programas foram gestados em cenários de exclusão, nos quais era premente a criação de um ambiente institucional e operacional favo-

rável ao acesso de segmentos mais vulneráveis aos serviços financeiros, em particular, ao crédito. Desde a criação do PNMPO, os dois programas passaram a ser orientados pelas mesmas regras.

Relativamente aos impactos do crédito concedido por meio de modalidades de microcrédito, é vasto o leque de investigações realizadas no âmbito internacional. O trabalho pioneiro a apontar os efeitos do microcrédito sobre a pobreza foi realizado por Mahabub Hossain e teve como objeto de estudo o *Grameen Bank*, conforme aponta Monzoni Neto (2006). Em suas análises, Hossain observou o crescimento da renda média dos clientes do Banco, comparativamente à dos não clientes residentes na mesma comunidade e, maior ainda foi o crescimento da renda em relação a não clientes de outras comunidades. Verificou, também, que os gastos com alimentação e vestuário de clientes do *Grameen Ba*nk eram superiores aos gastos dos não clientes da mesma comunidade; tais gastos superavam, em maior grau, os realizados por não clientes de outras comunidades. Tudo indica, portanto, que a atividade do Banco promoveu modificações no grau de pobreza de moradores das comunidades nas quais atuou, mesmo entre aqueles que não receberam o serviço diretamente.

Na América Latina, vários estudos apontam o papel importante do microcrédito na geração de renda e redução da pobreza. Dentre outros, citem-se os estudos de Torres (2008), na Colômbia, de Renaud e Iglesias (2008), na Argentina e de Soto e Villanueva (2013), na Guatemala. Por outro lado, a literatura ainda é escassa quanto à avaliação dos impactos macroeconômicos do microcrédito nos locais em que os recursos são injetados. Pode-se destacar o estudo de Reyes (2017), que investigou o impacto no crescimento econômico do Equador, concluindo que o microcrédito afeta de forma significativa e positiva o crescimento da economia equatoriana e, se bem coordenado, tem capacidade de influenciar toda a economia. Na Colômbia, o estudo de Manrique Joya, Ramirez e Santos Varón (2018) demonstrou que o microcrédito produziu impactos positivos nos municípios de Tunja e Samacá (Boyacá, Colômbia), pela contribuição para a acumulação de capital, resultando, consequentemente, na melhoria das condições de vida e redução dos níveis de pobreza dos beneficiários no médio ou longo prazo.

No Brasil, diversos estudos têm mostrado o papel fundamental do microcrédito enquanto mecanismo de acesso ao crédito produtivo e de redução dos índices de pobreza nas camadas mais pobres e vulneráveis da população (MONZONI NETO, 2006; GARCIA, CASTRO, TEIXEIRA, 2008; DALTRO, 2010; ABRAMOVAY et al., 2013; DUARTE; COSTA; ARAUJO, 2017; BRITO, 2017; IPEA, 2019; CARVALHO, 2020, dentre outros). Porém, como nos demais países latinoamericanos, ainda é escasso o material sobre os efeitos macroeconômicos do microcrédito, praticamente restringindo-se a avaliar o Pronaf. Merece menção o estudo de Silva e Alves Filho (2009), que avaliou as aplicações do Pronaf no Médio Jequitinhonha (MG) e cujas conclusões mostram impactos positivos nos municípios daquele território, afetando o PIB total e os PIB's setoriais. Estudo semelhante foi realizado por Silva (2010), para avaliar os efeitos do mesmo programa nos municípios do Vale do Mucuri (MG), encontrando resultados análogos, que indicam o impacto positivo do Pronaf nas economias locais, principalmente naquelas em que houve maior demanda por crédito.

Por fim, cabe mencionar o estudo realizado pelo BNB (2012), com abrangência mais ampla, incluindo a avaliação do Pronaf em todos os municípios da sua área de atuação. Concluiu que aumentos nas taxas de crescimento dos PIB's municipais da indústria, dos serviços e, por consequência, dos PIB's municipais totais, estão associados ao aumento na proporção entre os recursos disponibilizados via crédito e os valores dos PIB's municipais (Valor do crédito do Pronaf/Valor do PIB). Tanto neste estudo quanto naquele realizado por Silva e Alves Filho (2009), os resultados apurados mostraram que o impacto sobre o PIB da agropecuária é menor que o dos demais setores – e praticamente nulo -, mesmo o crédito sendo dirigido para aquele setor. Na subseção a seguir, uma breve descrição da origem, do arcabouço e da metodologia adotada no Agroamigo.

9.1.4 O Agroamigo: Origens, Arcabouço e Metodologia

As particularidades do Nordeste brasileiro e dos agricultores enquadráveis no Grupo B do Pronaf colocam-se como desafio ao BNB, instituição de desenvolvimento responsável por administrar e operacionalizar o crédito em toda a sua área de atuação. Na busca de promover melhor atendimento ao público-alvo desse Grupo, em 2005 o BNB criou uma metodologia diferenciada, denominada Agroamigo. A partir de 2012, o público-alvo do Agroamigo foi ampliado, passando a ser operacionalizado com duas modalidades metodológicas internas: Agroamigo Crescer (Pronaf B) e Agroamigo Mais (demais linhas de crédito do Pronaf, exceto aquelas pertencentes aos grupos A e A/C). Neste estudo, as análises se restringem a recursos do Pronaf B, portanto, aplicados no âmbito do Agroamigo Crescer, muito embora se utilize a expressão "Agroamigo" em algumas passagens do texto. Isto posto, na subseção a seguir, delineiam-se as referências conceituais que embasam o Agroamigo e o *modus operandi* na aplicação do crédito.

9.1.4.1 As origens e a base conceitual do Agroamigo

Os alicerces conceituais e as condições básicas de operacionalização do Agroamigo não diferenciam daqueles adotados no Pronaf B, na medida em que o primeiro é tão somente uma metodologia de operacionalização do segundo. O Pronaf B, por sua vez, é uma das linhas específicas do Pronaf. Tais condições impõem que a discussão da metodologia específica criada para o Agroamigo deva ser precedida de uma descrição sucinta das referências conceituais e das normas gerais que orientam o Pronaf, de um modo geral, e o Pronaf B, em particular.

Criado pelo Decreto Presidencial nº 1.946, de 28/10/1996, o Pronaf tem a finalidade de *[...] promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda* (BRASIL, p. 1, 1996). O Manual Operacional do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BACEN), em seu Capítulo 10, Seção 1, define o objetivo do Pronaf:

> [...] destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas (BACEN, 2019, p. 117).

No mesmo Manual (BACEN, 2019), está definido que público-alvo do Pronaf é formado por produtores rurais familiares que atenderem aos seguintes quesitos adicionais, simultaneamente (BACEN, 2019):

- Explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou permissionário de áreas públicas;
- Residam na propriedade ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;
- Não detenham, a qualquer título, área superior a 4 módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor, exceto quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 módulos fiscais;
- No mínimo, 50% da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- Tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor ou igual ao nú-

mero de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;

- Tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, antecedentes à solicitação da DAP[7], de até R$ 415.000,00[8]. Esse limite compreende a soma de 100% do Valor Bruto de Produção, 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais[9].

A criação do Pronaf foi fruto de uma mudança de orientação do Estado em relação às políticas para a agricultura familiar, já que até o início da década de 1990 não havia políticas específicas para esse público no nível nacional. O conceito de agricultura familiar adotado no Programa foi extraído do documento FAO/INCRA (1994), com o objetivo de adequá-lo ao que se entendia como sendo especificidades da agricultura familiar brasileira, vinculando os agricultores a um dos três grupos: consolidados (se integravam aos mercados e conseguiam ter acesso às políticas públicas e às inovações tecnológicas), em transição (integrados de maneira parcial aos mercados e aos circuitos tecnológicos) e periféricos (composto por agricultores considerados inviáveis do ponto de vista econômico). Para efeito de aplicação dos recursos, inicialmente o Programa excluía os periféricos, precisamente o grupo de agricultores cuja maioria se concentrava nos estados nordestinos. Posteriormente, sofreu segmentações, buscando alcançar a diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar, conforme mostrado à frente.

O certo é que o Pronaf se tornou seletivo em seus anos iniciais. Diversos estudos revelam que os primeiros resultados do Programa foram marcados pela má distribuição dos recursos: concentração de contratos e recursos nas regiões Sul e Sudeste; exclusão de grande parcela dos familiares nordestinos: entre os anos de 1995 a 2001, R$ 78,00 de cada R$ 100,00 aplicados destinaram-se às regiões Sul e Sudeste; o Nordeste, que nesse período abrigava mais de 52% dos familiares brasileiros, foi beneficiado com apenas 13,7% dos recursos (TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005). Dentre os motivos para tal concentração, Tonneau, Aquino e Teixeira (2005) destacam os níveis de capitalização e organização entre agricultores familiares, bastante diversos entre as regiões Sul-Sudeste e o Nordeste.

De fato, a agricultura familiar brasileira é mais diversa e heterogênea que o projetado na concepção inicial do Pronaf, apresentando diferentes perfis e sendo distribuídos por territórios com diversidades significativas. A concentração dos recursos em determinados grupos de agricultores e em regiões geográficas específicas escancarava esta realidade, induzindo a uma segmentação do Programa no ano de 2000, quando foram criados quatro grupos (A, B, C e D)[10]. Mas tais mudanças foram insuficientes para promover a distribuição menos desigual dos recursos entre as regiões e as categorias de agricultores[11]. À margem do crédito, permanecia a maioria dos pronafianos clientes do BNB, os menos capitalizados do Nordeste, pertencentes ao Grupo B.

7 O enquadramento do produtor no Pronaf é comprovado mediante Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa, emitida por agentes credenciados, nos termos estabelecidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD).

8 Valor atualizado, conforme Plano-Safra da Agricultura Familiar 2019.

9 Não se aplica a condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 módulos fiscais.

10 A: assentados da reforma agrária; B: agricultores com baixa produção e pouco potencial de aumentá-la; C: baixa produção, mas com potencial de aumentá-la; D: boa produção e estabilizados economicamente (MATTEI, 2007).

11 Esse aspecto da concentração do crédito tem sido amplamente discutido em trabalhos acadêmicos. Tonneau, Aquino e Teixeira (2005) listam fatores que, na ótica de alguns pesquisadores, promoveriam o viés de concentração em segmentos familiares mais capitalizados, com melhores níveis de organização, com mais apoio estatal e com acesso a serviço público de extensão rural.

O Grupo B se enquadra nas condições operacionais do Pronaf, porém com algumas especificidades. Destina-se aos agricultores mais pobres, desprovidos de capital, terra e trabalho - os "periféricos" -, portanto, com baixa capacidade produtiva. Essa modalidade financia investimento e custeio de atividades agropecuárias e não agropecuárias de famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais que desenvolvem atividades produtivas no meio rural. Busca estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. No entanto, limita as verbas típicas de custeio a 35% do financiamento total, sendo permitido somente quando casado com o investimento, seja para atividades agropecuárias ou não agropecuárias.

O acesso ao Pronaf B é permitido somente a famílias que não contratam trabalho assalariado permanente e cuja renda bruta familiar anual não ultrapasse os R$ 23 mil, devendo pelo menos metade ser proveniente de atividades desenvolvidas no interior do estabelecimento rural (BACEN, 2019). Os financiamentos devem ser limitados a R$ 2.500,00 por beneficiário, independentemente do número de operações, podendo tal limite ser elevado para R$ 5.000,00, se a instituição financeira adotar a metodologia do PNMPO (BACEN, 2019). O tomador deve arcar com taxas de juros de 0,5% ao ano e os prazos de reembolso podem atingir dois anos em cada financiamento. Sobre cada parcela paga até a data do vencimento, o tomador tem direito a um *bônus de adimplência* de 25%, podendo ser de 40%, se o projeto financiado se localizar no Semiárido[12] (BRASIL. MDA, 2019).

Além disso, o acesso aos recursos do Pronaf B impõe ao postulante estar com o Cadastro de Pessoa Física (CPF) regularizado, a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa (previamente obtida no sindicato de trabalhadores rurais ou na Emater) e apresentada à instituição financeira uma proposta simplificada de crédito, elaborada com a ajuda de técnico da Emater (BRASIL. MDA, 2019).

Apesar de sua operacionalização iniciada no ano de 2000, o Pronaf B continuava, em 2004, com desempenho aquém do esperado na área de atuação do BNB. Naquele ano, relatório elaborado por técnicos da Instituição apontou para a necessidade de melhoria do ambiente operacional do Pronaf B (Quadro 7).

Quadro 7 – Ambiente operacional do Pronaf B – 2004

Padronização dos planos de negócio, com utilização dos tetos máximos de valor financiado e prazo de reembolso	Uniformização do reembolso em apenas uma parcela, ao invés de considerar o fluxo de receitas do empreendimento	Elevada concentração de recursos na agropecuária em detrimento do estímulo a uma maior diversidade de atividades, inclusive, não agropecuárias	Insuficiência na orientação e acompanhamento do crédito	Registro de percentuais elevados de inadimplência

Fonte: BNB (2015, p. 14).

Segundo Maciel (2008, p. 16), antes da criação do Agroamigo, as propostas de financiamento do Pronaf B obedeciam a um padrão, cuja formulação ocorria

> [...] à revelia das peculiaridades de cada agricultor e da atividade por ele desenvolvida, num cenário de falta de acompanhamento e elevada incidência de desvio de crédito. Além desses fatores, o tempo de espera decorrido entre a solicitação e a liberação do crédito chegava a ultrapassar um ano. O custo da transação para o agricultor era elevado, sobretudo devido aos sucessivos deslocamentos às instituições mediadoras do Programa. A falta de informação e até de documentos como cédula de identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF) agravavam esse quadro, mormente para essa população que está na base da pirâmide social.

12 Para financiamento no Semiárido, o bônus é concedido se a Instituição adotar o PNMPO e o projeto contemplar os itens: I) sistemas produtivos com reserva de água; II - sistemas produtivos com reserva de alimentos para os animais; III - recuperação e fortalecimento de cultivos alimentares regionais; IV - recuperação e fortalecimento da pecuária e pequenas criações; V - agroindústria para diversificação e agregação de valor à produção; VI - agricultura irrigada do Semiárido (BACEN, 2019).

Brito (2017, p. 90) reforça o argumento de Maciel, ao afirmar que "*Em 2004, essa linha de crédito apresentava altos índices de inadimplência e, frequentemente, operava com projetos elaborados em lote, sem atender, portanto, às necessidades peculiares aos empreendimentos de cada família beneficiária [...]*".

Como consequência prática do relatório, em 2005 foi criada uma metodologia específica para operacionalizar o Pronaf B no BNB, denominada Agroamigo, cujos objetivos, arcabouço e metodologia são apresentados na subseção a seguir.

9.1.4.2 O arcabouço e a metodologia de operacionalização do Agroamigo

A decisão de criar o Agroamigo visava, assim, agilizar o processo de concessão do crédito e expandir, de forma quantitativa e qualitativa, o atendimento aos agricultores familiares mais pobres, reduzindo os custos para o beneficiário do Pronaf B e para o BNB. Além disso, buscava promover maior proximidade com esse segmento de agricultores e, a partir da identificação prévia de suas necessidades por serviços financeiros, proporcionar-lhes um atendimento integral. Para alcançar tal objetivo, o processo metodológico do Agroamigo baseia-se nas seguintes premissas (BNB, 2019b): atendimento integral ao cliente, na própria comunidade, por profissional especializado; situação anterior ao crédito verificada por meio de visita prévia à unidade de produção; empreendimentos financiados recebem orientação e acompanhamento; análise de crédito observa os aspectos financeiro e familiar dos clientes; financiamentos são sucessivos e graduais, prezando pela fidelização do cliente; serviços complementares ao crédito são oferecidos ao cliente.

A concretização da metodologia acontece por meio dos seguintes procedimentos operacionais (ALVES, 2015):

- Atendimento realizado pelo Assessor de Microcrédito Rural, profissional de nível médio, de preferência técnico agrícola, oriundo da própria comunidade e com vivência na zona rural;
- Concessão do crédito de forma gradativa e sequencial;
- Concessão do crédito baseada fundamentalmente na proximidade entre os assessores e a população local, sem exigência de garantias reais (Agroamigo Crescer) ou regendo-se pelas normas dos programas, podendo contemplar garantias reais ou pessoais (Agroamigo Mais);
- Valor do crédito, número de parcelas e prazo para pagamento não obedecem a um padrão, mas são fixados levando em conta os ciclos produtivos das atividades financiadas;
- Liberação do crédito por meio de depósito em conta corrente;
- Pagamento do financiamento por meio de carnê;
- Gerenciamento da carteira individualizado.

Para a execução operacional do Agroamigo, o BNB conta com a parceria de uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), à qual estão ligados os Assessores de Microcrédito Rural. O perfil do profissional, associado ao formato de atuação, tende a promover a sua aproximação com o cliente, permitindo-lhe identificar aspectos e demandas financeiras e familiares, assim como a necessidade de orientação para o crédito e atividades produtivas. Oferece as condições para agilizar o processo de crédito, reduzir os níveis de inadimplência e os custos para o cliente e a Instituição, além de facilitar a percepção sobre a existência de demanda por outros serviços de microfinanças. Como argumenta Abramovay (2006, p.3),

> [...] há uma diferença radical entre a maneira como se alocam os recursos do Pronaf e a experiência do Banco do Nordeste do Brasil com o microcrédito. O Banco do Nordeste opera com um assessor de crédito que

responde pela qualidade de uma determinada carteira de crédito. Ele conhece seus clientes e zela não só por fazer-lhes chegar recursos, mas sobretudo pelo retorno do dinheiro aplicado e, portanto, pela capacidade de este dinheiro traduzir-se, efetivamente, em geração de renda e combate à pobreza.

Em função da decisão de analisar os resultados alcançados somente pelo Pronaf B, no presente trabalho estudou-se unicamente o Agroamigo Crescer. Assim, o termo "Agroamigo", utilizado em algumas passagens do documento, deve ser entendido como referência ao Agroamigo Crescer. Isto posto, segue-se, na seção cinco, com a avaliação do desempenho do Programa ao longo de sua existência.

9.1.5 O Agroamigo Crescer: Expansão e Impactos Macroeconômicos do Microcrédito

Nesta seção, são analisadas a dinâmica e a dimensão do crédito do Agroamigo Crescer, na sua área de abrangência, durante o período 2000-2019 (subseção 5.1) e os impactos macroeconômicos nos municípios no período 2010-2018 (subseção 5.2).

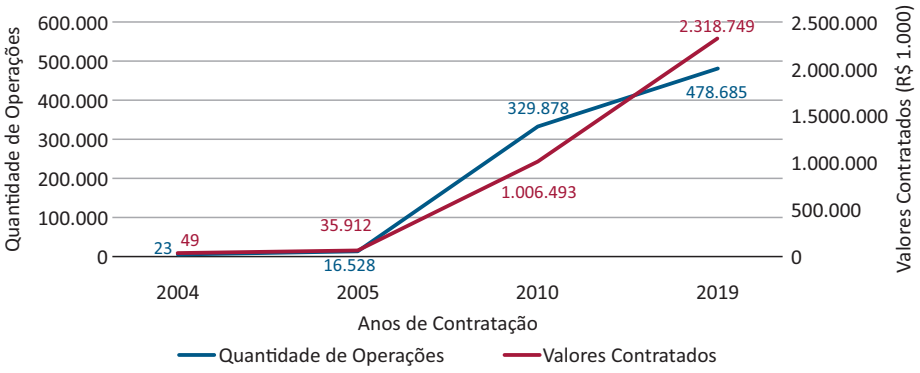
9.1.5.1 Dinâmica e dimensão do crédito

No que diz respeito à ampliação do crédito para os agricultores do Pronaf B, o êxito da metodologia do Agroamigo nos anos iniciais foi notável, promovendo uma elevação importante na quantidade de contratos e no volume de crédito.

O crescimento na quantidade de operações pode ser observado na Gráfico 2. No ano de 2004, somente 23 operações foram firmadas no âmbito do Pronaf B, com recursos do FNE. No ano seguinte, quando ocorreu a implantação da nova metodologia, 16.528 operações foram contratadas. No ano em que o Pronaf B passou a ser integralmente operacionalizado pelo Agroamigo (2010), registraram-se 329.878 contratações, ampliando-se para 478.685 no ano de 2019.

O volume contratado seguiu a mesma tendência de crescimento até o ano de 2010, mostrando-se mais significativo no ano de 2019. Enquanto pouco mais de R$ 49 mil haviam sido contratados em 2004, no ano inicial de utilização da nova metodologia (2005), o volume aplicado alcançou cerca de R$ 36 milhões, saltando para mais de R$ 1 bilhão em 2010. No ano de 2019, o volume de recursos contratados já alcançava mais de R$ 2,3 bilhões.

Gráfico 2 – Agroamigo Crescer Agroamigo Crescer: quantidade de operações e valores contratados com recursos do FNE – 2004/2019



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de BNB (2020).
Nota: (1) Valores deflacionados pelo IGP-DI para dezembro de 2019.

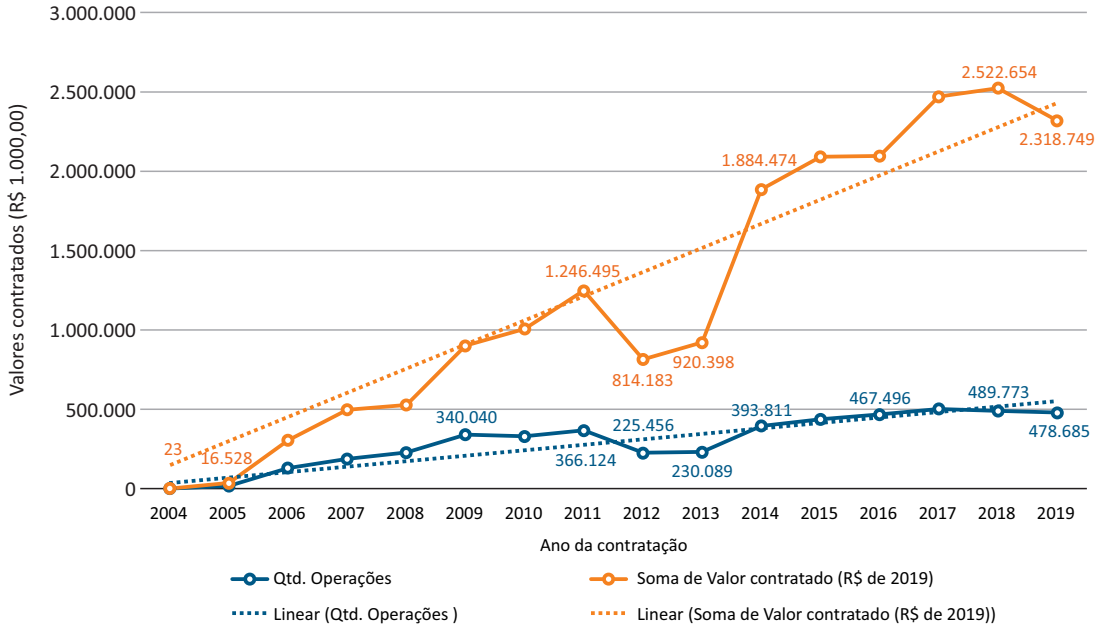
Analisando-se toda a série desde a criação do Pronaf B (2000-2019), verifica-se que não houve aplicações com recursos do FNE até 2003 e, tendo sido iniciado em 2004 (anterior ao ano de implementação do Agroamigo). A partir de 2005, as aplicações experimentaram crescimentos anuais importantes até 2011 (Gráfico 3), ocorrendo uma queda no ano de 2012, leve recupera-

ção no ano de 2013 e crescimento significativo a partir de 2014 e até 2018. No ano de 2019, houve uma redução das aplicações em relação ao ano anterior, em função, pelo menos em parte, da implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), conforme BNB (2019a).

A implantação do CAR está prevista na Lei nº 12.651/2012, tendo sido alterada pela Lei nº 13.295/2016 e Art. 1º do Decreto nº 9.395/2018. Essa legislação prevê que, a partir de 1º de janeiro de 2019, o crédito agropecuário será concedido, em qualquer das modalidades, somente a tomadores (proprietários ou possuidores de imóveis rurais) inscritos no CAR. A inscrição no CAR, por sua vez, necessita da coleta de pontos de coordenadas geodésicas, cuja concretização demanda recursos financeiros e capacidade técnica, dificultando o cumprimento imediato por parte dos agricultores familiares mais pobres. Além disso, em alguns estados da área de atuação do BNB, existem dificuldades de atender à demanda por inscrição, em função das limitações das próprias entidades estaduais para fazê-lo (BNB, 2019a).

Cabe lembrar a importante ampliação do crédito do Agroamigo Crescer, a despeito do processo de desaceleração econômica que afetou a Região e o País, a partir de 2011. A variação do PIB caiu de 7,53% (2010) para 3,97% (2011), 1,92% (2012) e 3,0% (2013), agravando-se em 2014 (crescimento de 0,5%), provocando uma recessão. Inclusive, a queda na taxa de crescimento do PIB no ano de 2014 foi seguida de queda na taxa de investimento em 4,8% e, também, no crescimento do consumo (SOUZA, 2020). Portanto, neste caso, o Programa assumiu uma atuação anticíclica, de modo a corrigir as falhas de mercado durante a crise 2011-2014.

Gráfico 3 – Agroamigo Crescer Agroamigo Crescer: evolução dos valores contratados com recursos do FNE - 2000-2019



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de BNB (2020).
Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI até dezembro de 2019.

9.1.5.2 Impactos macroeconômicos nos municípios

A literatura especializada aponta a relevância das políticas públicas de crédito nas economias periféricas, como mecanismo de reversão do ciclo concentrador, em função de contribuir para o aumento na produção, na riqueza gerada e no consumo local, com consequente impacto no crescimento econômico.

As análises realizadas no item anterior mostram que houve expansão na concessão de crédito do Pronaf B a partir da criação da metodologia do Agroamigo. O próximo passo, nesta seção,

é verificar se essa expansão do crédito foi capaz de promover mudanças (e de que tipo) nas economias municipais.

9.1.5.2.1 Efeitos sobre os PIB's municipais

Os resultados das estimações, considerando o logaritmo natural dos PIB's municipais como variável dependente, são apresentados na Tabela 59. Foram estimados três modelos, adicionando-se defasagens nos dois últimos modelos (colunas 2 e 3), com o objetivo de identificar a existência de um efeito a médio prazo das aplicações dos recursos do Programa.

No primeiro modelo (coluna 1), os impactos contemporâneos dos repasses do Agroamigo Crescer sobre o PIB total são positivos e estatisticamente significantes ao nível de até 1%. Em média, o aumento de 10% nos repasses do Programa está associado a um aumento de 0,98% nos valores reais dos PIB's municipais. O modelo explica 12% da variância da variável dependente, conforme o *within*. Ademais, o *within* (0,120) mostrou-se maior que o *between* (0,061), indicando que as mudanças associadas à variável dependente, em certa medida, são decorrentes de alterações marginais dos repasses do Agroamigo nos próprios municípios ao longo do tempo.

Ainda, em relação ao PIB total, os impactos com defasagens distribuídas mostraram-se estatisticamente significativos nos dois modelos estimados (colunas 2 e 3) e seguem a tendência de resultados observada no modelo 1. Todos os coeficientes apresentaram valores positivos, entretanto, modestos e decrescentes ao longo do tempo.

Tabela 59 – Agroamigo Crescer - Efeito sobre os PIB's total e per capita dos municípios - 2010-2018

	Ln(PIB)		
	(1)	(2)	(3)
ln(agroamigo)	0,098*** 0,004 (0)	0,054*** 0,003 (0)	0,04*** 0,005 (0)
$\ln(\text{agroamigo})_{t-1}$		0,047*** 0,003 (0)	0,03*** 0,004 (0)
$\ln(\text{agroamigo})_{t-2}$			0,03*** 0,004 (0)
Num.Obs.	16.542	14.704	12.866
Std. Errors	Robust	Robust	Robust
Overall R^2	0,056	0,057	0,057
Between R^2	0,061	0,075	0,074
Within R^2	0,120	0,093	0,072

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de BNB e IBGE.
Nota: * p < 0.1, ** p < 0.05, *** p < 0.01. Erro-padrão robusto a heterocedasticidade.

De fato, observa-se um impacto positivo e significativo do Agroamigo sobre a variável de interesse. Entretanto, os valores estimados dos coeficientes são relativamente baixos, o que é compreensível ao se observar que os valores médios dos montantes aplicados nos municípios (R$ 1,04 milhão) são relativamente inferiores aos valores médios dos PIB's municipais registrados no período analisado.

Os modelos salientam que as aplicações feitas pelo Agroamigo nos municípios, ao longo do tempo, surtiram efeito na variável dependente, como ratificado pelos valores superiores dos coeficientes de ajuste *within*, quando comparados aos demais.

9.1.5.2.2 Efeitos sobre o VA da Agropecuária municipal

Os resultados das estimações para o VA da Agropecuária são exibidos na Tabela 60. Os resultados indicam que o Agroamigo apresentou efeitos negativos em termos contemporâneos (coluna 1), entretanto, sem significância estatística. O impacto negativo é ligeiramente superior quando a estimação considera a defasagem em um período (coluna 2), verificando-se que,

quando ocorre o aumento dos repasses, a produção cai 0,006% no ano de aplicação e 0,012% no ano seguinte. Contudo, apenas o efeito defasado mostrou ser estatisticamente significativo com nível de significância de até 5%.

No terceiro modelo (coluna 3), em que são adicionadas duas defasagens, os coeficientes estimados apresentam uma mudança no impacto, passando a efeitos positivos sobre o VA da Agropecuária. Esta mudança caracteriza os efeitos de médio prazo que o Programa exerce sobre as atividades agropecuárias, sendo percebida apenas depois de dois anos da concessão do crédito. Em outras palavras, um aumento de 10% nos financiamentos do Agroamigo proporcionaria a elevação em 0,17% no VA da Agropecuária, em termos contemporâneos; no médio prazo, quando se considera o somatório dos três coeficientes, a elevação no VA da Agropecuária corresponderia a 0,55%.

Ainda que os efeitos do Agroamigo venham a ser positivos no modelo com duas defasagens (coluna 3), seu coeficiente de ajuste *within* revelou-se próximo de zero. O fato de o coeficiente *between* do modelo ser superior ao *within*, indica uma heterogeneidade entre os municípios, decorrente de características endógenas relativas a cada um deles. Isso influencia na diferença entre os valores das variáveis do modelo para cada unidade de corte transversal, ampliando a variância *between* do VA para cada instante de tempo. Essa mesma análise pode ser replicada para os demais modelos.

Tabela 60 – Agroamigo Crescer - Estimativas do impacto sobre o VA da Agropecuária Municipal – 2010-2018

	ln(VA Agropecuária)		
	(1)	(2)	(3)
ln(agroamigo)	-0,005 0,006 (0,339)	-0,006 0,006 (0,325)	0,017** 0,008 (0,027)
$\ln(agroamigo)_{t-1}$		-0,012** 0,006 (0,030)	0,013** 0,007 (0,050)
$\ln(agroamigo)_{t-2}$			0,025*** 0,007 (0,000)
Num.Obs.	16.542	14.704	12.866
Std. Errors	Robust	Robust	Robust
Overall	0,054	0,057	0,063
Between	0,079	0,088	0,083
Within	0,000	0,001	0,006

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de BNB e IBGE.
Nota: * p < 0.1, ** p < 0.05, *** p < 0.01.

9.1.5.2.3 Efeitos sobre os VAs municipais da indústria e dos serviços

Na Tabela 61, são apresentados os modelos para os VA da Indústria e dos Serviços. No setor industrial, as estimações apontam impactos positivos e estatisticamente significativos. O aumento de 10% nos repasses do Agroamigo Crescer durante o período, implicaria um crescimento de 0,87% no VA da indústria (coluna 1). No segundo modelo (coluna 2), em que é adicionada uma defasagem, os impactos contemporâneos são inferiores aos registrados no primeiro modelo e o impacto gerado no ano seguinte da aplicação seria de 0,029%. Já no terceiro modelo, com duas defasagens (coluna 3), verificou-se que apenas o coeficiente contemporâneo e aquele com uma defasagem são estatisticamente significantes. Nos três modelos, os *between* são maiores que os *within*, indicando que parte dos impactos associados ao VA da indústria seriam decorrentes da heterogeneidade entre municípios.

Ainda na Tabela 61, os modelos aplicados sobre o VA do setor de serviços apresentaram os maiores coeficientes dentre os demais modelos em estudo, todos estatisticamente significantes ao nível de até 1%. No primeiro modelo (coluna 4), um incremento em 10% no montante do

Agroamigo Crescer nos municípios implicaria um crescimento de 1,53% no VA do setor de serviços. Incluindo uma defasagem ao modelo (coluna 5), um aumento real de 10% no valor aplicado geraria o impacto de 0,80% no ano da aplicação e de 0,76% no ano seguinte. Os impactos gerados com duas defasagens (coluna 6) seriam de 0,49% no ano da aplicação, de 0,43% no ano seguinte e 0,43% no ano subsequente.

Tabela 61 – Agroamigo Crescer - Efeitos sobre os VAs municipais da indústria e dos serviços - 2010 -2018

	ln(VA Indústria)			ln(VA Serviços)		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
ln(agroamigo)	0,087***	0,046***	0,049***	0,153***	0,080***	0,049***
	0,008 (0)	0,007 (0)	0,011 (0,000)	0,004 (0)	0,003 (0)	0,004 (0)
$\ln(\text{agroamigo})_{t-1}$		0,029***	0,021***		0,076***	0,043***
		0,008 (0)	0,008 (0,008)		0,003 (0)	0,003 (0)
$\ln(\text{agroamigo})_{t-2}$			0,010			0,043***
			0,009 (0,284)			0,003 (0)
Num.Obs.	16.540	14.702	12.864	16.542	14.704	12.866
Std. Errors	Robust	Robust	Robust	Robust	Robust	Robust
Overall	0,019	0,018	0,018	0,068	0,069	0,069
Between	0,021	0,038	0,038	0,072	0,085	0,084
Within	0,017	0,009	0,008	0,216	0,196	0,136

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de BNB e IBGE.
Nota: * p < 0.1, ** p < 0.05, *** p < 0.01.

Um ponto a observar nos resultados são os valores dos *within* dos modelos. Os três modelos apresentaram coeficientes de ajustes maiores que os demais tipos, sendo que, no modelo contemporâneo (coluna 4), tal coeficiente foi responsável por 21,6% do comportamento da variação do VA de serviços ao longo do tempo. Essa característica indica, assim como no modelo dos PIB's total, que incrementos nos repasses do Agroamigo Crescer ao longo do tempo são responsáveis por explicar eventuais alterações no VA de serviços dos municípios. Para explicar esse fenômeno, vale a hipótese levantada por Alves et al. (2017), quando avaliaram os impactos macroeconômicos do Pronaf Global sobre os municípios. Os autores argumentam que o acesso aos recursos possibilitaria, aos agricultores familiares, demandar outros insumos diferentes dos habituais, o que contribuiria para aumentar a procura por produtos industrializados ou semi-industrializados. Além disso, com acesso ao crédito, os produtores demandariam aquisições de capital físico objetivando incrementar sua produção. Tais fatores contribuiriam para os efeitos do Pronaf serem captados inicialmente nos VA's da indústria e dos serviços e apenas posteriormente, após a obtenção do lucro através das vendas da produção, os efeitos seriam sentidos na produção agropecuária. Estas mesmas hipóteses podem ser levantadas para explicar os efeitos positivos da Tabela 61 no Agroamigo.

9.1 6 Considerações Finais

Este estudo verificou a dimensão dos dispêndios do Agroamigo Crescer, assim como estimou os impactos macroeconômicos dos ingressos nos municípios de sua abrangência. A metodologia foi segmentada em: (a) revisão da literatura; (b) tabulações a partir da base de dados do BNB (2000-2019), para análise da dimensão dos dispêndios do Programa; (c) uso de dados em painel para estimar os impactos macroeconômicos gerados nos municípios (dados do BNB e do IBGE (2010-2018).

O Agroamigo é uma metodologia criada pelo BNB, em 2005, com o propósito inicial de operacionalizar o crédito do Pronaf B, objetivando superar dificuldades que a Instituição enfrentava para alcançar os agricultores nordestinos mais pobres, enquadráveis nessa linha de crédito. Em

2012, o público-alvo atendido ao abrigo da nova metodologia foi ampliado, passando o Agroamigo a ser operacionalizado com duas modalidades metodológicas internas: Agroamigo Crescer (Pronaf B) e Agroamigo Mais (demais linhas de crédito do Pronaf, exceto aquelas pertencentes aos grupos A e A/C). Este trabalho foi focado na análise do Agroamigo Crescer.

Os resultados mostram que o Pronaf B ganhou importância na área de atuação do BNB após a implementação da metodologia do Agroamigo, ocasião em que também passou a contar com recursos do FNE, com crescimento importante nas operações e vos valores contratados a partir de 2005, ocorrendo pequenas quedas em alguns anos, decorrentes de problemas conjunturais como uma recessão e a implantação do CAR.

Quanto aos impactos macroeconômicos, as estimações mostram que o crédito do Agroamigo Crescer tem produzido efeito positivo e significante sobre os PIB's dos municípios nos quais os estabelecimentos se beneficiam com o crédito. Portanto, apontam uma relação positiva entre Agroamigo Crescer e crescimento econômico municipal.

Na agropecuária, os impactos são percebidos no médio e no longo prazos, indicando que ocorrem após a maturação do projeto e venda da produção. Em contrapartida, efeitos imediatos são percebidos na indústria e nos serviços, uma vez que os tomadores adquirem bens e insumos com o crédito tomado.

De qualquer forma, não há como fortalecer a agricultura familiar sem ampliar a escala de financiamento. Mas não de forma isolada, pois a solução de problemas estruturais requer a existência de outras políticas, complementares e articuladas entre si e com o crédito. É nessa direção que apontam as estimações. Além disso, é importante destacar que, como principal linha de crédito voltada ao segmento mais empobrecido do rural nordestino, o papel do Agroamigo Crescer deve ultrapassar a esfera econômica, pela capacidade de alcançar essas populações e pelo potencial que tem de produzir efeitos sobre os indicadores sociais, inclusive, intergeracionais. Ao garantir a segurança alimentar dos seus tomadores, por exemplo, o Programa possibilita a melhoria do nível educacional e de renda das gerações futuras. Neste sentido, o Programa ganha relevância, principalmente porque a ação acontece no contexto de um banco público de desenvolvimento, como é o caso do BNB.

Referências

ABRAMOVAY, R.; MADEIRA, G. A.; RODRIGUES JÚNIOR, M.; GONÇALVES, M. F.; MACIEL, I. S. R.; SANTOS, R. A. **Cinco anos de Agroamigo:** retrato público e efeitos do programa. 2. ed. rev. atual. ampl. Fortaleza: BNB, 2013.

ABRAMOVAY, R. **Combate à pobreza:** chegou a hora da qualidade. Valor Online. P. A12. 16 ago. 2006. Disponível em: http://www.agenciacosteira.org.br/downloads/artigos/Abramovay_Combate_pobreza_Valor_16_08_06.pdf. Acesso em: 21 out. 2021.

ALEXANDRE, M.; BIDERMAN, C.; LIMA, G. T. Distribuição regional do crédito bancário e convergência no crescimento estadual brasileiro. **Economia**, v. 9, n. 3, p. 457-490, set./dez. 2008. Disponível em: file:///C:/Users/f105554/Documents/Trabalho%20Remoto/Agroamigo_Expans%C3%A3o%20do%20cr%C3%A9dito%20e%20impactos%20macroecon%C3%B4micos/Referenciais/Alexandre&B&Lima_Distribui%C3%A7%C3%A3o%20Regional%20do%20Credito.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

ALVES, M. O. O Agroamigo e o público potencial do Pronaf B: uma análise do alcance a partir do cadastro socioeconômico. **Rev. Econ. NE,** Fortaleza, v. 46, suplemento especial, p. 161-176, jul., 2015.

AQUINO, J. R.; ALVES, M. O; VIDAL, M. de F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 31-54, agosto, 2020.

ARAUJO, V. L. Bancos públicos federais brasileiros e heterogeneidade regional. *In*: CASTRO, Inez Silvia Batista (org.). **Novas interpretações desenvolvimentistas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

BACEN- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Manual de crédito rural (MCR). 2019. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/mcr/completo. Acesso em: 06 fev. 2020.

BNB- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Banco de dados Agroamigo (2010-2019).** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2020. CD-ROM.

BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **MCR - Cadastro ambiental rural para mini e pequenos produtores rurais e para agricultores familiares.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2019a. (Documento interno fornecido pelo Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar).

BNB- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **1012 - Manual básico Agroamigo.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2019b.

BNB- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Caderno especial Agroamigo 10 anos**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2015.

BNB -BANCO DO NORDESTE DO BRASIL . **Avaliação do Pronaf:** relatório final. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

BRAGA, M. B.; TONETO JR., R. Microcrédito: aspectos teóricos e experiências. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, mar. 2000. Disponível em: file:///C:/Users/f105554/Downloads/10643-34839-1-PB.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia - ME. **Informações gerenciais do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado**. Informações consolidadas do exercício de 2018. 2019. Disponível em: https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/RELAT%c3%93RIO-DE-EXECU%c3%87%c3%83O-DO-PNMPO-EXERC%c3%8dCIO-DE-2018.pdf. Acesso em: 04 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia - ME. **Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).** 2020. Disponível em: https://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnmpo/#:~:text=Para%20os%20efeitos%20PNMPO%2C%20considera,tecnologias%20digitais%20e%20eletr%C3%B4nicas%20que. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Microcrédito rural (Pronaf B).** Disponível em http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/microcr%C3%A9dito-rural. Acesso em: 04 set. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 1.946, de 28 de julho de 1996.** Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm#:~:text=DECRETA%3A-,Art.,e%20a%20melhoria%20de%20renda. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República (Secretaria - Geral – Subchefia para Assuntos Jurídicos). **Lei Nº 13.636, de 20 de março de 2018.** 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13636.htm. Acesso: 30 out. 2018.

BRITO, V. de A. **Efeitos socioeconômicos do Agroamigo**: uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar no estado de Sergipe. 2017. 201 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)-Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: UFS, 2017. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/7929/2/VOLNANDY_ARAGAO_BRITO.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2021.

CARNEIRO, W. M. A. **Espaço regional, investimento e crédito no Nordeste brasileiro:** desenvolvimento regional em questão. 2020. 429f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza: UECE, 2020.

CARVALHO, D. M. de. O Agroamigo (Pronaf B): aspectos operacionais no Nordeste Brasileiro. **Geopauta**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 3, 2020, p. 132-152. Disponível em: http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo. Acesso em: 20 out. 2021.

CROISSANT, Y.; MILLO, G. Panel Data Econometrics in R: The plm Package. **Journal of Statistical Software,** v. 27, n. 1, p. 1–43, 29 jul. 2008.

DALTRO, H. S. **Sustentabilidade do microcrédito:** uma análise da experiência do BANESE. 2010. 117 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) - Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia Universidade Federal de Sergipe. UFSE: São Cristóvam, 2010. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4544/1/HERCULES_SILVA_DALTRO.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

DUARTE, S. P. da S.; COSTA, E. M.; ARAUJO, J. A. O microcrédito como estratégia de redução da pobreza no Nordeste brasileiro: uma avaliação a partir do Programa Agroamigo. **Revista Espacios**, v. 38, n. 8. p. 1-6. 2017. Disponível em: http://www.revistaespacios.com/a17v38n08/a17v38n08p06.pdf. Acesso em: 29 Out. 2021.

EHRL, P.; PEREIRA, G. A.; ZANCHI, V. V. **Crédito e crescimento regional no Brasil:** o BNDES versus bancos privados e públicos. Rio de Janeiro: Ipea: 2020. (Texto Para Discussão, 2573). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2573.pdf. Acesso em: 8 nov. 2021.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar.** Brasília: FAO/INCRA, 1994.

FERREIRA, E. W. **Fundos constitucionais e o financiamento do desenvolvimento via bancos públicos**: uma análise da distribuição de recursos do FNE. 2013. 267 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia. UFU: Uberlândia-MG, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13454/1/FundosConstitucionaisFinanciamento.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019.

GARCIA, M. de O.; CASTRO, E. R. de.; TEIXEIRA, E. C. Eficácia do Pronaf-crédito no município de São Miguel do Anta/MG. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 2, p. 154-173, maio/ago. 2008. Disponível em: file:///C:/Users/f105554/Documents/Trabalho%20Remoto/Agroamigo_Expans%C3%A3o%20do%20cr%C3%A9dito%20e%20impactos%20macroecon%C3%B4micos/Referenciais/Microcr%C3%A9dito%20rural/Garcia.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

GUEDES, I. A.; ALMEIDA, A. T. C.; SIQUEIRA, L. B. O. Efeitos do microcrédito rural sobre a produção agropecuária na região Nordeste: evidências do Programa Agroamigo. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Brasília, v. 59, n. 1, p. 1-19, 2021.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica.** 5. ed. Boston: McGraw-Hill Irwin, 2011.

HERMANN, J. Bancos públicos em sistemas financeiros maduros: perspectivas teóricas e desafios para os países em desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, SP, v. 31, n. 3, p. 397-414, jul./set., 2011.

IPEA -Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório de Avaliação: Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO**. 2019. Disponível em: file:///C:/Users/f105554/Documents/Trabalho%20Remoto/Agroamigo_Expans%C3%A3o%20do%20cr%C3%A9dito%20e%20impactos%20macroecon%C3%B4micos/Referenciais/Microcr%C3%A9dito%20rural/relatorio-de-avaliacao-cmas-2019-pnmpo.pdf. Acesso em 29 out. 2021.

MACIEL, I, S. R. **Avaliação da metodologia do Agroamigo em Caucaia-CE**. 2008. 252 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2008.

MANRIQUE JOYA, G.; RAMÍREZ, M.; SANTOS VARÓN, F. Impacto del microcrédito sobre la pobreza rural en los municipios de Tunja y Samacá, Colombia. **Semestre Económico,** v. 20, n. 45, p. 51-76. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.22395/seec.v20n45a2. Acesso em: 29 out 2021.

MATOS, O. **Desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento econômico no Brasil**: Evidências de Causalidade. Banco Central do Brasil, Trabalhos para Discussão, n. 49. p. 1-64. set. 2002. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/wps49.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

MATTEI, L. Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 38, n. 1, jan/mar. 2007.

MONZONI NETO, M. P. **Impactos em renda do microcrédito:** uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo. 2006. 195 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: FGV, 2006. Disponível em: https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Impacto-em-Renda-do-Microcr%C3%A9dito.pdf. Acesso em: 21 out. 2021.

NOGUEIRA, M.; CROCCO, M.; SANTOS, F. Sistema financeiro e atuação dos bancos públicos no desenvolvimento regional. *In*: JAIME JR., Frederico G.; CROCCO, Marco (org.). **Bancos públicos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

RENAUD, J.; IGLESIAS, M. F. **El impacto social de las microfinanzas:** el caso de AVANZAR. Buenos Aires: Centro de Estudios de la Estructura Económica (CENES), 2008. (Documento de Trabajo n. 18). Disponível em: http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/download/docin/docin_cenes_018. Acesso em: 1 nov. 2021.

REYES, S. E. T. El impacto del microcrédito en el PIB de Ecuador. Quito: UNIVERSIDAD San Francisco de Quito (USFQ), 2017. Disponível em: Disponível em: https://repositorio.usfq.edu.ec/bitstream/23000/6890/1/134607.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

ROCHA, B. de P.; SOUZA, I. V. de. Novas evidências de causalidade entre sistema financeiro e crescimento econômico no Brasil usando séries de tempo no domínio da frequência. **Nova Economia,** v. 28, n. 1. Jan-Apr. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/neco/a/KhP4pwGvmNKtzS8rhgnqsyw/?lang=pt. Acesso em: 8 nov. 2021.

ROCHA, B.; NAKANE, M. I. **Sistema financeiro e desenvolvimento econômico:** evidências de causalidade em um painel para o Brasil. ANPEC, **Anais** ... 35 Encontro Nacional de Economia. Recife: Anpec, 2007. Disponível em: http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A009.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

SILVA, S. P.; ALVES FILHO, E. Impactos econômicos do Pronaf em territórios rurais: um estudo para o médio Jequitinhonha-MG. **Rev. Econ. NE,** Fortaleza, v. 40, n. 3, p. 481-498, jul./set. 2009.

SILVA, S. P. **Crédito do Pronaf e dinâmicas econômicas territoriais:** uma análise de dados em painel para o território Vale do Mucri (2000 a 2007). 2010. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A016.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

SOARES, M. M.; MELO SOBRINHO, A. D. de. **Microfinanças:** o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. Brasília: BCB, 2008. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/outras_pub_alfa/livro_microfinan%C3%A7as_internet.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

SOTO, V.; VILLANUEVA, K. **Evaluación de impacto del programa de microcréditos de La institución microfinanciera Fondesol em Guatemala**. 2013. 50 f. Tesina (Master Internacional em microfinanzas para El emprendimento) – Universidad Autónoma de Madrid. Madrid: UAM, 2013.

SOUZA, J. M. G. de. Os financiamentos do FNE no Nordeste em períodos de expansão e de recessão econômica. **Artigos ETENE**, ano 1, n.1. out. 2020. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/820/1/2020_AET_01.pdf. Acesso: 03 ago. 2021.

STIGLITZ, J. E.; GREENWALD, B. **Rumo a um novo paradigma**. São Paulo: Francis, 2004.

TONNEAU, J-P.; AQUINO, J. R. de; TEIXEIRA, O. A. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 67-82, jan./abr. 2005.

TORRES, M. M. **Análise de práticas de microcrédito:** estudo comparativo dos casos Credimur no Brasil e Coopsol na Colômbia. 2008. 93 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração - Universidade Federação de Viçosa. Viçosa-MG: UFV, 2008. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/1919/1/texto%20completo.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric analysis of cross section and panel data.** Cambridge, Mass: MIT Press, 2002.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres:** a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países. São Paulo: Ática, 2000.

9.2 Pesquisa de Campo Sobre a Efetividade do Crédito para MPEs em Ambiência Socioeconômica Desfavorável

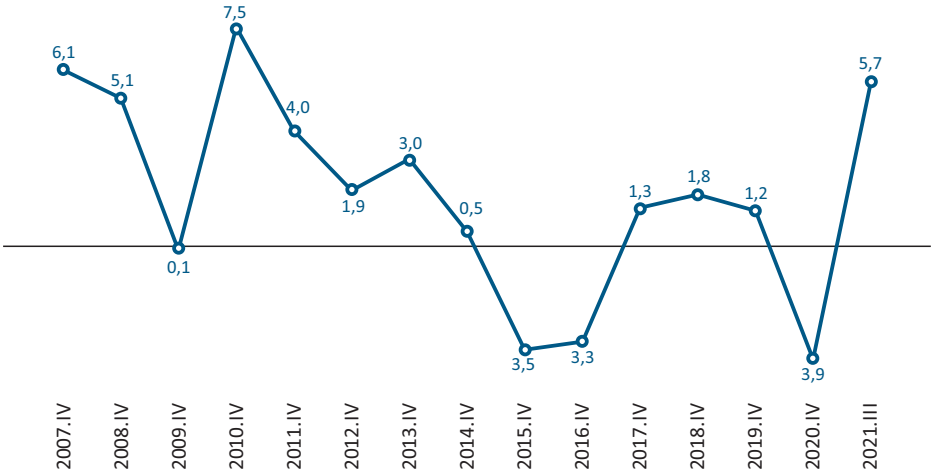
Maria Inez Simões Sales
Graduada em Psicologia, Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Coordenadora de Estudos e Pesquisas do BNB-Etene. Correio Eletrônico: marinezsales@bnb.gov.br

9.2.1 Análise da ambiência para realização da pesquisa

A pandemia global causada pela Covid-19, com os primeiros registros de casos em dezembro de 2019, disseminou-se, no Brasil, a partir de fevereiro de 2020, o que exigiu medidas restritivas severas quanto à movimentação de pessoas. Tais medidas impactaram na economia de forma abrupta, e de modo particular, na condução dos negócios de pequeno porte, reduzindo faturamento; gerando demissões de empregados; e fechamentos definitivos de estabelecimentos.

Isso se evidencia com uma análise da série histórica de dados do IBGE (2022), referente à taxa acumulada do PIB, no período 2007 a 2021. Observa-se que a economia brasileira apresentava sinais de instabilidade já no pós-2008, e entrou em um período recessivo com mais intensidade em 2020, em decorrência do agravamento da pandemia da Covid 19. Como explica Souza (2021, p.1), depois da crise econômica mundial de 2008, a economia brasileira apresentou traços de recuperação, entre 2010 e 2013, alcançando um incremento anual real médio do PIB de 2,3%. Em meados de 2011, inicia-se uma desaceleração na economia e que se agrava em 2014, ocasionando uma recessão nos anos 2015 e 2016, com uma queda no PIB de -3,5% e -3,3%, respectivamente. Entre 2017 e 2019, a economia registrou moderada recuperação com uma média de 1,5% de crescimento. O ano de 2020 finda com uma queda abrupta de -3,9%, devido ao agravamento da pandemia, e que, com as medidas sanitárias implementadas que proporcionaram uma recuperação no ano seguinte, chegando a 5,7% de crescimento no terceiro trimestre de 2021 (Gráfico 4).

Gráfico 4 – PIB do Brasil: Taxa acumulada ao longo do ano - 2007 (IV) a 2021 (III)



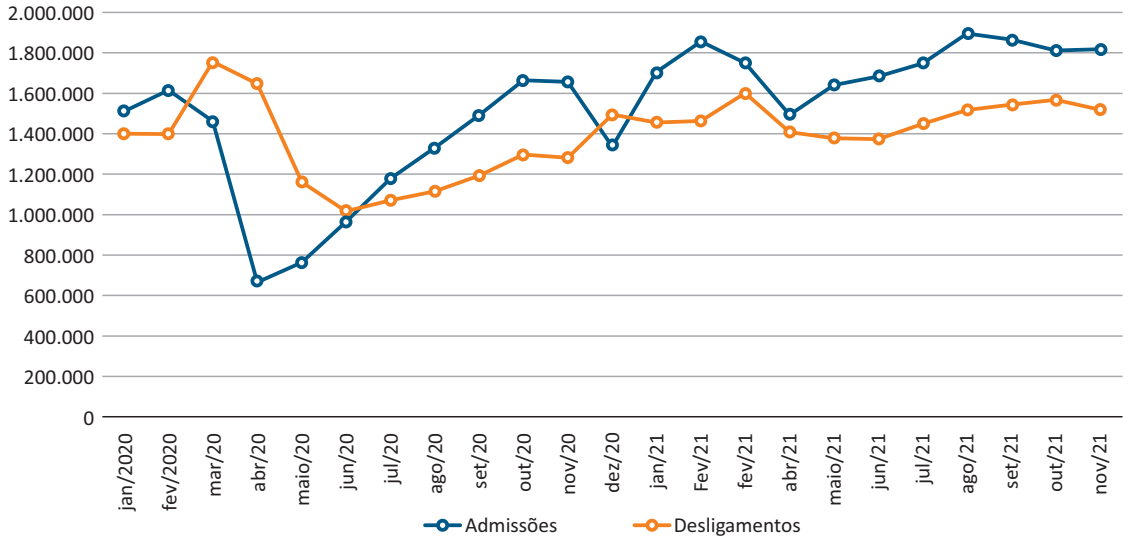
Fonte: IBGE. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT). Séries históricas. PIB a preços de mercado - Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 1996 - 3º trimestre 2021. [2022]. BNB-Etene. Informe Macroeconômico. Ano1, nº1, 8 a 12/03/2021, p.2.
Nota: Valor % em relação ao mesmo período do ano anterior.

Com essa acentuada retração da atividade econômica, as repercussões foram significativas, no mercado de trabalho formal, em todo o território brasileiro. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), no acumulado do ano de 2020, foi registrado um saldo de 142.690 empregos, decorrente de 15.166.221 admissões e de 15.023.531 desliga-

mentos (com ajustes até dezembro de 2020) (BRASIL, 2020). Em 2021, de janeiro a novembro, já havia sido contabilizado um saldo de 2.992.898 empregos, decorrente de 19.136.617 admissões e de 16.143.719 desligamentos (com ajustes até novembro de 2021) (BRASIL, 2021).

No Gráfico 5, observa-se o movimento das admissões e dos desligamentos no período da pandemia. O ano de 2020 tem início com a quantidade de admissões superando a quantidade de desligamentos no mercado formal. Uma queda abrupta das admissões é evidenciada a partir de fevereiro de 2020, atingindo a maior queda em abril, vindo a superar a quantidade de desligamentos apenas em julho de 2020, mas em dezembro, apresentou nova queda, e a partir de janeiro de 2021, as admissões retomam o desempenho de crescimento em comparação aos desligamentos, continuando nos 10 meses seguintes (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Brasil: movimentação do emprego – jan 2020 – nov 2021



Fonte: Ministério do Trabalho. PDET. Novo Caged. Janeiro de 2020 a Novembro de 2021. Elaboração própria.

Tal desempenho da economia brasileira repercutiu de forma acentuada nas micro e pequenas empresas (MPEs).

Segundo pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em abril de 2020, cerca de 4,0% dos negócios de pequeno porte, no Brasil, fecharam completamente as portas, permanecendo nesse patamar durante todo o ciclo endêmico, e chegando a registrar 6,0% em agosto de 2021, mesmo quando não havia mais graves restrições quanto à movimentação de pessoas na maioria dos municípios (SEBRAE, 2021).

Por outro lado, diversas empresas optaram por adotar novas tecnologias e formas criativas de atendimento não presencial aos clientes, conseguindo inclusive resultados de crescimento. A pesquisa estimou ainda que, em abril de 2020, cerca de 31,0% dos pequenos estabelecimentos funcionavam com mudanças, alcançando 67,0% em julho de 2020, e se estabilizando em 59,0%, em agosto de 2021 (SEBRAE, 2021).

Em março de 2020, cerca de 89,0% das MPEs brasileiras relataram que diminuíram o seu faturamento, alcançando ainda 71,0% em agosto de 2021. O impacto médio sobre os ganhos chegou a -70,0%, em abril de 2020, chegando a -34,0%, em agosto de 2021 (SEBRAE, 2021).

Para superar essas dificuldades, ainda segundo a pesquisa, a busca pelo crédito na Região Nordeste se intensificou, e cerca de 52,0% das empresas procuraram os bancos para obter empréstimos. Dentre os bancos mais procurados para solicitação de crédito na Região, o mais cita-

do foi a Caixa Econômica (40,0%), seguida do Banco do Nordeste (38,0%) e do Banco do Brasil (31,0%). Dos empresários que buscaram a rede bancária, 41% conseguiram empréstimo; 8% estavam aguardando resposta e 51,0% não conseguiram empréstimo. O BNB aparece como um dos bancos que mais concedeu empréstimos na Região com um percentual de 30%, somente atrás da Caixa Econômica que obteve o percentual de 39,0% (SEBRAE, 2020).

De acordo com o Relatório de Economia Bancária 2020 do Banco Central, nos primeiros meses de 2020, o mercado de crédito estava impulsionado principalmente pelo segmento de pessoas físicas, em continuidade ao crescimento verificado em 2019, enquanto o crédito às pessoas jurídicas se mantinha relativamente estável. Ao final de março, devido à pandemia da Covid-19, houve aumento expressivo no crédito para empresas, com a implementação de programas e estruturas voltadas ao crédito como o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) (BCB, 2021, p.7). Tais medidas acarretaram um aumento do estoque de crédito às pessoas jurídicas, de aproximadamente 21,8%, em relação a 2019.

A expansão do crédito para o segmento das pessoas jurídicas ocorreu nas quatro categorias de porte de empresas, da seguinte forma: nas empresas de grande porte, o incremento foi de 15,7%; nas de médio porte, 24,8%; nas pequenas empresas, 59,4%, onde ocorreu o maior índice de crescimento; e nas microempresas, 3,7%, o menor índice. Quanto à participação no total da carteira de crédito PJ, por porte, as empresas de grande porte responderam por 58,9%, seguindo-se das médias empresas com 24,0%, as pequenas empresas com 13,5% e as microempresas com 3,6% (Tabela 62).

Tabela 62 – Carteira de crédito PJ por porte

Porte das Empresas	R$ bilhões				Variação %		
	2018	2019	2020	% Total	2018	2019	2020
Total	**1.461,90**	**1.460,50**	**1.779,20**	**100**	**1,2**	**-0,1**	**21,8**
Grande	947,2	905,3	1.047,40	58,9	2,6	-4,4	15,7
Médio	336,5	342,7	427,7	24,0	-3	1,8	24,8
Pequeno	132,4	150,5	239,9	13,5	0,5	13,7	59,4
Micro	45,8	62	64,2	3,6	5,7	35,2	3,7

Fonte: BC. Relatório da Economia Bancária 2020, pág.23. Nota: 1) Valores referentes a dezembro de cada ano; 2) Os valores apresentados neste Relatório referem-se aos dados disponíveis em 28/2/2021.

Nesse contexto, foram definidos como objeto desta pesquisa avaliativa, os créditos contratados pelas MPEs e operacionalizados pelo BNB, em 2020, com a finalidade de analisar a efetividade dessas operações para manutenção das atividades das empresas e dos empregos, em tempos de crise econômica. Para tanto, foram avaliados os programas de crédito, tendo como fontes de recursos:

a) o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) cuja execução e administração estão balizadas por dispositivos legais, dentre os quais a sua Lei de criação (7827/1989); as portarias e resoluções do Condel-Sudene e do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) que definem a sua programação anual de aplicação. (BNB,2020); e

b) recursos próprios do BNB (Recin), com destaque para o Pronampe, lançado, em 2020, pelo governo federal, com recursos dos próprios bancos com aval do Fundo Garantidor de Operações (FGO), com recursos do Tesouro Nacional. Os recursos podem ser usados pelas micro e pequenas empresas (MPE) em investimentos e capital de giro, como para pagar salário, água, luz, aluguel, reposição de estoque e aquisição de máquinas e equipamentos, mas com o impedimento de destinar recursos para distribuição de lucros e

dividendos entre os sócios do negócio. Em março de 2021, esse programa se estabeleceu como uma política pública permanente por meio da Lei Nº 14.161/2021.

Tais fontes de recursos se constituíram nos alicerces de apoio creditício às empresas de pequeno porte (faturamento até R$ 4,8 milhões) tendo sido aplicados, pelo BNB, mais de R$ 4,6 bilhões, em 2020, sendo que as contratações com recursos próprios totalizaram R$ 297 milhões, atingindo 135,2% da meta programada, e com recursos do FNE, R$ 4,3 bilhões, atingindo 107,9% da meta (BNB, 2021).

Justifica-se a realização desta pesquisa avaliativa, de modo a verificar se as finalidades dos créditos foram atendidas, e, inferir sobre até que ponto o crédito foi importante para a manutenção das MPE em uma ambiência adversa. Indaga-se, portanto, se os créditos contratados pelo BNB com recursos próprios ou do FNE foram efetivos, se contribuíram para apoiar os negócios de pequeno porte no enfrentamento da pandemia, evitando fechamentos, e promovendo a manutenção dos empreendimentos e dos empregos.

9.2.2 Procedimentos Metodológicos

O BNB, por meio da Célula de Avaliação de Políticas e Programas (Capp), do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), desenvolveu esta pesquisa avaliativa com a finalidade de analisar a efetividade dos programas de crédito operacionalizados pelo BNB junto às micro e pequenas empresas que contrataram crédito em 2020, com vistas ao enfrentamento da pandemia.

O processo metodológico consistiu na aplicação de um modelo de avaliação *ex-post*, não experimental, quantitativa, a partir da coleta de dados primários, colhidos por meio do Centro de Relacionamento com Clientes e Informação ao Cidadão (CRCIC), utilizando-se de ferramenta de entrevista por telefone e dados secundários consultados nos diversos sistemas operacionais do BNB.

O universo da pesquisa foi definido de modo a conter todas as operações contratadas com clientes classificados com o segmento MPE (pessoas jurídicas com faturamento até R$ 4,8 milhões, de acordo com o Artigo 3º no Capítulo II da Lei Complementar 123/2006), sediados na área de atuação do Banco. Para tanto, foi disponibilizada pelo Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito do BNB uma base de dados em Excell com todas as operações contratadas com MPE em 2020, com as fontes FNE e Recin. Pelos dados apresentados, foram contratadas 54.593 operações que totalizaram R$ 4,6 bilhões, uma média de R$ 84.259,89 mil por operação. Desse total, 93,5% foram contratações realizadas com recursos do FNE e 5,5% com recursos próprios. Cabe observar que um cliente pode ter mais de uma operação com a mesma fonte de recursos ou com fontes diferentes. Foram então selecionados para compor a população os clientes, com CNPJ, com faturamento anual até R$ 4,8 milhões e que contrataram operações em 2020, o que totalizou 35.447 estabelecimentos, com as seguintes características:

a) a média de faturamento da população foi de R$ 1.021.839,13, das quais 28,0% eram microempresas (faturamento até R$ 360 mil) e 72,0% pequenas empresas (faturamento acima de R$ 360 mil até R$ 4,8 milhões);

b) quanto à forma de constituição, 54% eram empresários individuais e 46% constituíam sociedades simples ou limitada;

c) quanto ao tempo de constituição, 46,6% possuíam mais de 10 anos com uma média de faturamento de R$ 1.105.648,00; 53,5%, menos de 10 anos com uma média de faturamento R$ 961.231,76; e menos de 5 anos, 26,3% com um faturamento médio de R$ 897.916,93.

Foi calculada uma amostra estatística representativa dessa população com uma margem de erro de 5,0% e um grau de confiança de 95,0%, totalizando 384 clientes, com a finalidade de viabilizar a realização das pesquisas documental e de campo.

Definida a amostra, foi realizada uma pesquisa documental para identificação dos dados cadastrais por meio do Sistema S400 - Sistema de Cadastro e das características das operações por meio dos sistemas S035 - SINC e S970 – Infoger.

A pesquisa de campo foi realizada em junho de 2021 quando foram efetuados cerca de 814 contatos telefônicos para se obter com sucesso o preenchimento integral de 384 questionários atendendo à distribuição do cálculo da amostra estatística. Após completar o conjunto de questionários respondidos, o CRCIC encaminhou uma base de informações com as respostas coletadas.

9.2.3 Tratamento e Análise dos Dados

Segundo o Relatório MPE 2020 (BNB, 2021), nos últimos cinco anos, o segmento das micro e pequenas empresas obteve incremento de recursos de financiamento na ordem de 84,0%, saindo de um patamar de R$ 2,5 bilhões, em 2016, para R$ 4,6 bilhões, em 2020. As contratações de operações de curto prazo com recursos próprios (Recin) responderam por 6,4% do total, enquanto as operações com recursos do FNE responderam por 93,6% (Tabela 63).

Tabela 63 – Contratações com MPE com recursos FNE e Recin – 2020

Fonte de Recursos	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R$ 1,00)	Valor Médio por Operação
Recin	13.312	297.344.931,41	22.336,60
FNE	41.381	4.315.806.515,21	104.294,40
Total	**54.693**	**4.613.151.446,62**	**84.346,29**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro das Operações de Crédito. Elaboração própria.

A Bahia realizou a maior quantidade de operações e valores contratados, seguindo-se dos estados do Ceará e de Pernambuco (Tabela 64).

Tabela 64 – Contratações com MPE com recursos FNE e Recin – 2020

Estado	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R$ 1,00)	Valor Médio por Operação (R$ 1,00)
AL	1.762	200.714.782,44	113.913,04
BA	11.191	903.764.588,11	80.758,16
CE	9.083	810.681.417,92	89.252,61
Norte ES	845	88.165.160,47	104.337,47
MA	4.294	442.940.529,56	103.153,36
Norte MG	3.483	233.272.838,61	66.974,69
PB	3.694	298.365.198,33	80.770,22
PE	7.565	686.187.810,67	90.705,59
PI	3.263	324.958.402,31	99.588,85
RN	6.421	386.858.208,45	60.248,90
SE	3.092	237.242.509,75	76.727,85
Total	**54.693**	**4.613.151.446,62**	**84.346,29**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração própria.

Os créditos contratados na fonte Recin, que oferecem sustentação aos produtos de empréstimos para giro das empresas, foram demandados tanto pelas atividades comerciais quanto industriais com 52,2% e 47,6%, respectivamente (Tabela 65).

Tabela 65 – RECIN: Contratações MPE por atividade econômica

Atividade Econômica	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R$ 1,00)	% sobre Valor Contratado
Comércio	3.767	155.304.531,79	52,23
Industria	9.429	141.651.229,43	47,64
Serviços	116	389.170,19	0,13
Total Geral	**13.312**	**297.344.931,41**	**100,00**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito - Elaboração própria.

As operações contratadas com Recin foram realizadas por meio dos seguintes produtos: o Pronampe com 69,3%; os programas de capital de giro (Giro Insumos, MPE Capital de Giro e giro simples) que demandaram 23,6%; e os demais produtos, 7,1% (Tabela 66).

Tabela 66 – Recin: Operações contratadas com MPE por programa – 2020

Programa Recin	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R$ 1,00)	% sobre Total do Valor Contratado
Capital de Giro-Insumos	2.217	31.556.076,20	10,61
Cartão Empresarial	116	389.170,19	0,13
Cheque Empresa Conterrâneo	1.212	11.790.000,00	3,97
Conta Empresarial Conterrâneo	2	130.000,00	0,04
Desconto Cheque	2.547	4.100.051,90	1,38
Desconto Dp	3.294	4.712.039,24	1,58
Giro Simples	11	3.426.000,00	1,15
MPE Capital de Giro	614	35.265.843,91	11,86
Pronampe	3.299	205.975.750,00	69,27
Total	**13.312**	**297.344.931,40**	**100,00**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito e BNB - Etene - Capp. Elaboração própria.

Os programas contratados com recursos do FNE (Tabela 67) foram demandados principalmente na linha de crédito FNE MPE Comércio, com 51,2% dos valores totais; o FNE MPE Serviços, com 27,0% e FNE MPE Indústria, com 11,3%.

Convém observar o desempenho do programa FNE Verde (Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental), cujas contratações somaram R$ 115,07 milhões em 720 operações com o objetivo de promover a preservação, conservação, controle ou recuperação do meio ambiente, tendo como principal demanda a instalação de unidades geradoras de energia solar.

O FNE Saúde Serviços contratou R$ 2,8 milhões em 6 operações. Esse programa foi criado em 2020, com a finalidade de proporcionar condições diferenciadas às atividades na área da saúde. A importância dos serviços de saúde para a comunidade ficou ressaltada durante a pandemia. Paralelamente, verificou-se crescimento do setor, com a ampliação de investimentos na Região Nordeste. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos (ABIMO), o Nordeste se destaca no setor de saúde, pois vem apresentando crescimento no número de beneficiários de planos privados de saúde, investimentos na construção de novas unidades hospitalares e na pesquisa e desenvolvimento.

Tabela 67 – FNE: Operações com MPE contratadas por programa – 2020

Programas FNE	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R$ 1,00)
Programas Setoriais	**40.637**	**4.186.232.926,49**
FNE Aquipesca	8	5.013.750,44
FNE Rural	90	70.625.431,36
FNE MPE Agroindústria	231	36.593.586,76
FNE MPE Comércio	25.547	2.212.136.514,64

Programas FNE	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R$ 1,00)
FNE MPE Indústria	3.973	486.349.923,55
FNE MPE Serviços	8.993	1.166.878.552,43
FNE MPE Turismo	1.795	208.635.167,31
Programas Especiais		
FNE VERDE MPE	**720**	**115.076.840,78**
FNE Verde MPE Agroindústria	6	1.663.953,77
FNE Verde MPE Comércio	332	29.825.047,94
FNE Verde MPE Indústria	155	40.309.182,74
FNE Verde MPE Serviços	169	33.415.997,16
FNE Verde MPE Turismo	52	8.413.410,01
FNE Verde Irrigação	1	162.900,00
FNE Verde Rural	5	1.286.349,16
FNE MPE Saúde Serviços	**6**	**2.816.029,98**
FNE Inovação	**18**	**11.680.717,96**
FNE Inovação Industrial	3	8.955.406,04
FNE Inovação Serviços	5	2.008.560,00
FNE Inovação Startup	10	716.751,92
Total	**41.381**	**4.315.806.515,21**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito e BNB - Etene - Capp. Elaboração própria.

9.2.3.1 Análise dos dados da pesquisa de campo

Em junho de 2021, foi realizada uma pesquisa de campo, por meio de entrevistas estruturadas realizadas por contato telefônico, a uma amostra de 384 clientes, operacionalizada pelo Centro de Relacionamento com o Cliente e Informação ao Cidadão (CRCIC).

No momento da entrevista, apenas 2 empresas se encontravam fechadas, ambas do setor serviços, sendo uma oficina mecânica e um salão de beleza, e com a expectativa de reabertura. Pelo relato, observou-se que essas atividades ficaram totalmente desativadas, e o principal motivo, de uma das empresas, foi em decorrência de evento externo ao negócio (por falecimento, acidente ou doença) e a outra em decorrência das restrições de circulação de pessoas e queda nas vendas. Durante a pandemia, ambas procuraram bancos públicos. Uma delas procurou também um banco privado, e foram atendidas em seus pleitos. Informaram que os recursos foram utilizados para pagamento de funcionários, formação de estoque e investimento em máquinas e equipamentos; apenas uma das empresas utilizou recursos para pagamento de dívidas. Quando indagadas se houve contato com instituições do sistema S ou associações de classe para apoio e orientação gerencial, ambas responderam que não houve contato nesse sentido.

Das empresas em atividade no momento da pesquisa (382), e que responderam ao questionário, 60,8% eram empreendimentos do tipo individual (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - Eirelli ou Empresário Individual) e 39,2% eram constituídas por sociedade Limitada ou Simples (Tabela 68).

Quanto à quantidade de empregados no momento da pesquisa, a média foi de 4 por empresa. Ao comparar a quantidade de empregados por tipo de constituição, as sociedades simples tinham a maior média, 5,1 e os empresários individuais, a menor, 3,6 (Tabela 68).

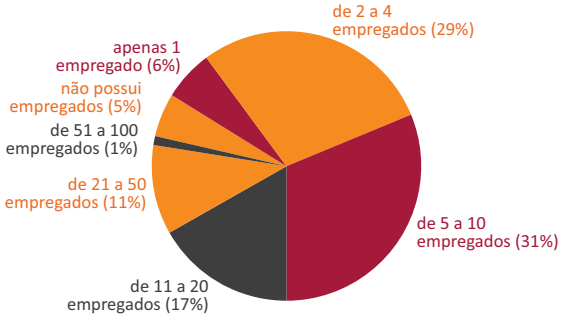
Tabela 68 – Pesquisa de Campo: Distribuição da amostra por tipo de constituição das empresas e quantidade de empregados

Tipo de Constituição	Empresas		Empregados		
	Quantidade de Operações	% sobre Total Empresas	Quantidade de Operações	% sobre Total Empregados	Média
EIRELI	32	8,38	122	8,36	3,8
Empresário Individual	200	52,36	716	49,07	3,6
Sociedade Empresária Limitada	142	37,17	580	39,75	4,1
Sociedade Simples	8	2,09	41	2,82	5,1
Total	**382**	**100,00**	**1.459**	**100,00**	**3,8**

Fonte: BNB-Etene-Capp. Elaboração própria.

A distribuição das empresas, pelo tamanho do quadro de pessoal, foi a seguinte: 5,0% não possuíam empregados; 6,0%, apenas 1 empregado; 60,0% possuíam até 10 empregados; 29,0%, acima de 10 empregados, sendo que 1,0% relatou que possuía mais de 50 empregados e 1 empresa relatou que possuía mais de 100 empregados (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Pesquisa de campo: distribuição da amostra por quantidade de empregados



Fonte: BNB-Etene-Capp. Elaboração própria.

Em 2020, foram implementadas pelo governo federal, várias alternativas para redução dos efeitos da pandemia sobre os empregos, como a redução da jornada de trabalho ou dos salários; adoção de férias coletivas; alteração do contrato de trabalho; ou substituição de formais por informais. Foi indagado aos clientes que participaram da pesquisa se eles adotaram um ou mais desses procedimentos, quando foi constatado que 205 empresas (53,7%) não adotaram redução de despesas com pessoal enquanto 177 (46,3%) implementaram alguma conduta, das quais 110 adotaram apenas uma das medidas, 65 adotaram mais de uma medida e 2 adotaram todas as medidas acima descritas. A frequência por tipo de medida foi a seguinte:

- 122 empresas (31,9%) optaram por redução da jornada de trabalho, sendo a opção de maior frequência;
- 44 (11,5%) elegeram por férias coletivas;
- 65 (17,0 %) preferiram redução salarial;
- 33 (8,6%) alteraram o contrato de trabalho;
- 25 (6,5%) substituíram empregos formais por informais.

Além das medidas para redução das despesas com pessoal, foi analisada em separado a opção por demissão, obtendo-se os seguintes relatos: 105 empresas (27,5%) preferiram demissão de empregados enquanto 276 empresas (72,2%) não demitiram e 1 optou por não responder. Das empresas que optaram por demissão de empregados, 68,6% das empresas demitiram até

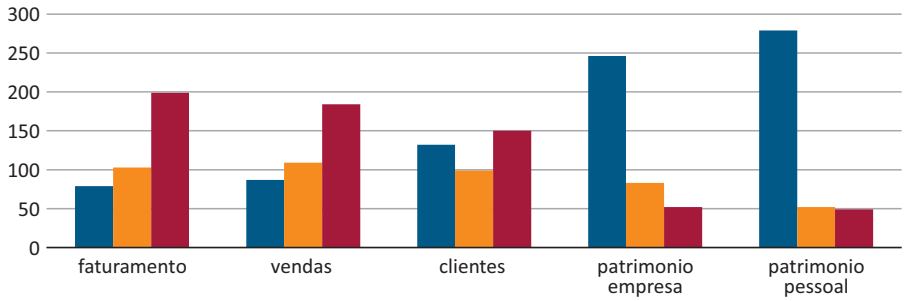
4 empregados, enquanto 31,4% demitiu mais de 4 empregados. As empresas que mais demitiram realizavam as seguintes atividades: empresa de ônibus; serviço de instalação de estruturas metálicas; eventos e organização de festas; construção civil; confecção e comércio varejista de roupas; clínica de fisioterapia e comércio varejista geral.

Quanto ao desempenho geral da empresa, o maior impacto da pandemia foi sobre o faturamento, tendo em vista que 52,0% dos empreendimentos relataram que diminuíram, 27,0% aumentaram e 21,0% não alteraram; e, em relação às vendas, 48,2% relataram que diminuíram, 29,0% aumentaram e 22,8% permaneceram estáveis. Apesar de expressivo número de empreendimentos terem diminuído o faturamento e as vendas, a grande maioria manteve o respectivo patrimônio (64,4%) e familiar (73,0%), respectivamente (Gráfico 7).

Na entrevista, foi indagado quanto à existência de outras rendas dos proprietários ou sócios e identificou-se que 57,6% possuíam outras rendas, como aposentadoria (11,8%), exercício de profissão liberal (7,0%), salário de funcionário público (3,0%) e as rendas de aluguéis e de outras empresas (47,0%).

Quanto às dívidas, 51,0% das empresas realizaram algum tipo de renegociação. Para 32,0% dessas empresas, a principal motivação que incentivou a renegociação foi o pagamento em dia com redução dos juros, seguindo-se a negociação com fornecedores, com 27,0%; pagamento de passivos trabalhistas, 16,0%; e a suspensão de pagamento de parcelas foi citada por 9,0% das empresas.

Gráfico 7 – Pesquisa de campo: desempenho das empresas da amostra



	faturamento	vendas	clientes	patrimonio empresa	patrimonio pessoal
Não alterou	79	87	132	246	279
Aumentou	103	109	99	83	52
Diminuiu	199	184	150	52	49

Fonte: BNB-Etene-Capp. Elaboração própria.

As empresas relataram, ainda, que não houve interrupção das atividades em 47,9%, mas 34,3% tiveram suas atividades interrompidas uma vez com uma média de 41 dias de inatividade e outras 17,8% chegaram a fechar mais de uma vez, com uma média total de 71 dias parados. Foram relatados casos em que as empresas permaneceram inativas por mais de 100 dias.

Com relação à busca por recursos financeiros, 42,0% das empresas buscaram apenas o BNB enquanto as demais (58,0%) procuraram além do BNB, outros bancos públicos (43,0%), bancos privados (24,0%), venda de bens (8,0%), amigos e parentes (6,0%) e penhora de bens (2,0%).

Quanto aos investimentos, 65,7% promoveram mudanças na forma de trabalhar e 49,5% realizaram inversões como reforma, ampliação ou aquisição de equipamentos.

Com relação à expectativa das empresas frente ao crédito bancário, para 63,6% o crédito foi importante para manter a atividade em funcionamento; para 29,9% os empréstimos proporcionaram condições para o crescimento; e 6,5% informaram que os recursos dos bancos não ajudaram na manutenção da empresa.

9.2.4 Considerações Finais

Os programas de crédito destinados às MPEs operacionalizados pelo BNB, em 2020, em atendimento às políticas públicas de apoio aos pequenos negócios, superaram as metas de contratação em 9,3%, o que corresponde a um incremento de 26,0% do total contratado no ano anterior.

Tais programas foram oportunos e condizentes com as necessidades impostas aos pequenos negócios pela restrição de movimentação de pessoas em consequência da pandemia de Covid-19.

Para as MPEs, o BNB tem um formato de atendimento por carteiras especializadas nas agências de maior porte e nas carteiras múltiplas, com vários segmentos de clientes nas agências de menor porte. Além disso, nesse período da pandemia, foram intensificadas as transações não presenciais e por meio digital, como por exemplo: o Cartão BNB MPE de crédito rotativo e pré-aprovado; os simuladores que proporcionam ao cliente a projeção de valores de crédito e reembolsos e agregam informações que ajudam o cliente na tomada de decisão sobre a contratação de financiamentos de longo e de curto prazos; implementação do PIX: inclusão e facilidade em transferências e pagamentos instantâneos e App Banco do Nordeste – acesso fácil; além dos produtos digitais Capital de Giro Digital; Cadastro Digital; Solicitação de Crédito Digital; Conta Corrente Digital; Fatura do Cartão de Crédito de Forma Digital; Upload de Documentos. O atendimento presencial nas agências e a distância possibilitaram a contratação de 54.693 operações em 2020.

Para compreender a importância desses créditos em tempos de dificuldades para os pequenos estabelecimentos, foi realizada uma pesquisa de campo para coletar relatos dos proprietários ou sócios dos estabelecimentos, suas impressões e expectativas em relação aos créditos contratados, observando-se que:

- o crédito é indispensável à manutenção do funcionamento das empresas em tempos de crise;
- não houve nenhum fechamento definitivo das empresas da amostra, mesmo com a interrupção das atividades em 52,0% delas com uma média de 57 dias;
- o crédito possibilitou a manutenção de grande parte dos patrimônios da família, para 73,0% dos respondentes, e da empresa, para 64,4%, mesmo diante da diminuição do faturamento (52,3%), nas vendas (48,4%) e na quantidade de clientes (39,5%);
- 74,0% das empresas da amostra não demitiram, portanto o crédito foi importante também para a manutenção de empregos;
- os clientes do Banco do Nordeste reconheceram a parceria com o banco, uma vez que 42,0% das empresas da amostra tiveram o BNB como única fonte de recursos;
- o pagamento em dia para obtenção de redução de juros foi a medida de apoio a renegociação mais indicada pelas empresas (32,2%);
- o crédito possibilita expectativas positivas para o futuro próximo; 72,0% almejam fazer investimentos nos próximos 5 anos;
- 93,5% das empresas reconheceram a importância do crédito para a manutenção da empresa.

Os programas de crédito para o segmento das MPE operacionalizados pelo BNB atenderam às necessidades dos destinatários, o que pode ser observado na pesquisa de campo, quando se identificou que o crédito bancário possibilitou a manutenção das empresas e dos empregos em momento de grave crise. Atenderam às finalidades para os quais foram criados, foram relevantes e efetivos para as empresas e para a Região e coerentes com as políticas e diretrizes que os regulamentam.

Referências

Abimo - Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos. **Nordeste desperta interesse da indústria de saúde.** [2019]. Disponível em: https://abimo.org.br/noticias/nordeste-desperta-interesse-da-industria-de-saude/. Acesso em: 23 mar. 2021.

BCB- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária 2020.** BCB, [2021]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorio economiabancaria /reb_2020. pdf. Acesso em: 10 dez.2021.

BNB- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.. Superintendência de Negócios de Varejo e Agronegócio. **Relatório MPE 2020**. BNB, [2021]. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents /168530/ 233147/ Relat%C3% B3rio+ MPE+ 2020/ 8b83663a-7380-27da-64a0-6ba83fc45ec9. Acesso em: 20 mar. 2021.

BNB- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.. Superintendência de Políticas de Desenvolvimento. **Programação Regional do FNE 2020**. BNB, [2020]. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/ documents/1026178/8520703/Progra macao_FNE2020_14072021.pdf/0fea0535-4aec-118d--8478-307939c6b2b7. Acesso em: 5 abr. 2021.

BNB- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.. **Programação Regional do FNE 2021**. BNB, julho 2021. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/1026178 /8520703/ Programa %C3%A7%C3%A3o_FNE2021_Sudene.pdf/11c0d651-25ac-890e-e3c2-cf5dd2eee68b. Acesso em: 5 dez. 2021.

BNB- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene). **Relatório de Gestão 2020.** BNB, [2021a]. Disponível em: https://contas.tcu.gov. br/econtas Web/web/externo/listar RelatoriosGestao. Acesso em: 3 jan. 2021.

BNB- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.. **Relatório de Resultados e Impactos do FNE 2020**. BNB, [2021b]. Disponível em: http://www. sudene.gov.br /images/ 2018/ arquivos /7_-_FNE-Relat%C3%B3rio Resultados Impactos2017. pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

BNB- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.. **PIB do Brasil apresenta retração de 4,1% em 2020**. BNB, Informes Macroeconômicos, Ano1, nº1, 8 a 12/03/2021c. Disponível em: https:// www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/721/1/2021_ INMA_1.pdf. Acesso em 12 jun. 2021.

BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.. **Mercado de trabalho no Nordeste**. BNB, Informes Macroeconômicos, Ano 1, n.1, 8 a 12 mar. 2021d. Disponível em https://www.bnb.gov.br/ s482-dspace /bitstream/123456789/721/1/2021_ INMA_1.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

BNB -BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A..**Crédito para micro, pequenas e médias empresas avançam 23,3% nos últimos 12 meses.** Informes Macroeconômicos, Ano 1, n. 38, 06 a 10 dez. 2021e. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789 /998/3/2021 _ INMA_38.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

BNB- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.. **Crédito no Nordeste avança 19,2% nos últimos doze meses**. BNB, Informes Macroeconômicos, Ano 1, nº 39, 13 a 27 dez. 2021f. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789 /998/3/2021 _ INMA_39.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.. **Mercado de Trabalho no Nordeste inicia ano de 2021 com saldo positivo no mercado de trabalho**. BNB, Informes Macroeconômicos, Ano 1, 29 mar. a 02 abr. 2021g. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789 /998/3/2021 _ INMA_39.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.. **Mercado de Crédito em Expansão: Micro, Pequenas e Médias Empresas em Forte Crescimento**. BNB, Informes Macroeconômicos, Ano 1, n.3, 05 a 09 abr. 2021h. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/ bitstream/123456789 /723/1/2021_INMA_3.pdf. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14,161/2021**. Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020 e institui o Pronampe como política pública permanente. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/34133219 /publicacao /34135529. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.999/2020**. Cria o Pronampe. DOU, Publicada em 19.05.2020, Edição 94, Seção 1, página1. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web /dou/-/lei-n-13.999-de-18-de-maio-de-2020-257394467. Acesso em: 7 mai. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Programa de Disseminação das Estatísticas de Trabalho (PDET). **Novo Caged – Dezembro de 2020**. [2021a]. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/novo-caged/novo-caged-2021/novo-caged-agosto-2021. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho . **Sumário Executivo. Novo Caged – Estatísticas mensais do emprego formal – Referência: Dezembro de 2020**. [2021b]. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Dez2020/1-sumarioexecutivo.pdf

BRASIL. Ministério do Trabalho . **Sumário Executivo. Novo Caged – Estatísticas mensais do emprego formal – Referência: Novembro de 2021**. [2021c]. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Nov2021/1-sumarioexecutivo.pdf

IBGE. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE 2019.** IBGE, 2021a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/ 9016- estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?edicao=30989&t =destaques . Acesso em: 27 nov. 2021.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra). **Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo – 2019**. [2021b]. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/demografia-das-empresas/tabelas. Acesso em: 30 nov. 2021.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT). **Séries históricas**. PIB a preços de mercado - Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 1996 - 3º trimestre 2021. [2022]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/ economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-histo ricas&utm_source=landing &utm_médium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa. Acesso em: 20 jan. 2022.

SEBRAE. **O Impacto da pandemia de coronavírus nos Pequenos Negócios**. Sebrae, Série Histórica, 12 ed. [2021]. Disponível em: https://fgvprojetos. fgv.br /artigos/o-impacto-da-pandemia--de-coronavirus-nos-pequenos-negocios-12a-edicao-do-sebrae-agosto-2021. Acesso em: 26 out. 2021.

SEBRAE. **Crédito no Brasil para MPEs em tempo de Covid-19**. Sebrae, 2020. Disponível em: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/ files/ cra0dito_no_brasil_para_mpes_em_tempo_ de_ covid19_ formatacao site.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

SOUSA, Jânia Maria; NOTTIGHAM, Philipe T.; GONÇALVES, Marcos Falcão. **Metodologia para avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento para o Nordeste.** Fortaleza, BNB, 2012.

SOUZA, Jane Mary Gondim de. **Os financiamentos do FNE no Nordeste em períodos de expansão e de recessão econômica**. *In*: BNB. Etene. **Relatório de Resultados e Impactos do FNE 2020**. BNB, [2021]. Disponível em: http://www. sudene.gov.br /images/ 2018/ arquivos /7_-_ FNE- Relat%C3%B3rio Resultados Impactos2017. pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

SUDENE. **Relatórios de acompanhamento da aplicação de recursos do FNE: ano de 2020**. Confira os relatórios produzidos pela Sudene para o acompanhamento da aplicação de recursos do FNE em 2020. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/sudene/pt-br/assuntos/fne/relatorios--de-acompanhamento /2020. Acesso em: 3 dez. 2021.

9.3 Impactos do Fne nos Municípios da Área de Atuação do Banco do Nordeste, Segundo a Tipologia da PNDR

Wendell Márcio Araújo Carneiro
Economista, Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Pesquisador do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE-BNB). Correio Eletrônico: wendellmac@bnb.gov.br

Alysson Inácio de Oliveira
Economista, bolsista do Projeto Inova Talentos do IEL/CNPq em parceria com o Etene/BNB. Correio Eletrônico: alyssoninacio@hotmail.com

Pedro Costa de Castro Ivo
Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade de Fortaleza, bolsista do BNB. Correio Eletrônico: pc.workf@gmail.com

9.3.1 Introdução

A persistente desigualdade entre as macrorregiões brasileiras levou os governos à aplicação de políticas diversas de intervenção ao longo dos anos nos distintos espaços nacionais. Mais recentemente, a partir de 2003, foi implementada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cujo objetivo seria reduzir as desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, norteando os programas e ações federais no País, atendendo ao disposto do art. 3º da Constituição Federal de 1988.

Para tanto, esta política se utiliza de instrumentos financeiros, institucionais e programáticos para aplicação de suas ações. No que se refere aos instrumentos financeiros, destaque para os fundos constitucionais, que são o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), criados pela Constituição Federal de 1988 e regulamentados pela Lei nº 7.827/1989.

Um avanço na concepção da PNDR diz respeito ao reconhecimento das desigualdades regionais em múltiplas escalas de intervenção, assim como orienta políticas e programas no intuito de promover o desenvolvimento territorial. Deste modo, os espaços sub-regionais (microrregiões) foram divididos incialmente, tendo em vista a primeira elaboração da PNDR, em quatro tipologias distintas, considerando o cruzamento de duas variáveis, quais sejam o rendimento domiciliar médio e o crescimento do PIB *per capita*. A primeira, de natureza estática, relaciona-se ao nível de renda alcançado pelo munícipio, enquanto a segunda, de natureza dinâmica, relaciona-se com o desempenho da economia destes subespaços, dada uma série histórica. Isto posto, as microrregiões foram divididas em quatro grupos: a) microrregiões de alta renda; b) microrregiões dinâmicas; c) microrregiões estagnadas; e d) microrregiões de baixa renda (IPEA, 2015).

Mais recentemente, em 2017, esta classificação foi atualizada, considerando as mudanças recentes no complexo quadro urbano-regional brasileiro. Buscando abarcar essas novas dinâmicas regionais, as classificações das microrregiões foram ampliadas, com nove combinações entre aquelas de alta, média e baixa rendas e com alto, médio e baixo dinamismos. Como resultado, chegou-se às seguintes tipologias: alta renda e alto dinamismo; alta renda e médio dinamismo; alta renda e baixo dinamismo; média renda e alto dinamismo; média renda e médio dinamismo; média renda e baixo dinamismo; baixa renda e alto dinamismo; baixa renda e médio dinamismo; baixa renda e baixo dinamismo. Este aumento de classificações tende a proporciona maior assertividade, com maior aproximação da realidade socioeconômica dos municípios, bem como melhor qualidade nas informações (IPEA, 2018).

Para atender os objetivos da PNDR, considera-se como municípios prioritários de atuação das políticas regionais, aqueles classificados como de média e baixa rendas, em qualquer nível de dinamismo. Assim, este artigo tem como objetivo analisar a distribuição dos recursos do FNE nos municípios da área de atuação do Banco do Nordeste (AABNB), entre 2002 e 2020, considerando a tipologia da PNDR. Para tanto, buscou-se: a) relatar sobre a criação dos fundos constitucionais, em especial o FNE; b) analisar a PNDR ao longo de sua vigência; c) mensurar o volume de recursos do FNE aplicados nos municípios da AABNB, segundo a classificação da PNDR, no período de 2002 a 2020; e d) identificar se os objetivos da PNDR foram alcançados, no que diz respeito ao maior direcionamento dos recursos do FNE para os municípios prioritários da AABNB.

Além desta introdução e da metodologia apresentada a seguir, este artigo se divide nas seguintes seções: o resgate da criação do FNE; uma breve discursão acerca da criação e implementação da PNDR; histórico das aplicações dos recursos do FNE, observando a tipologia da PNDR; e, por fim, as considerações finais acerca dos resultados encontrados ao longo do trabalho. Espera-se, com isso, aprofundar o conhecimento e discussões sobre políticas regionais, em especial a PNDR, buscando contribuir para melhorar os instrumentos de aplicação de tal política.

9.3.2 Metodologia

Para atingir o objetivo proposto, fez-se necessária, inicialmente, uma revisão bibliográfica a respeito das políticas públicas regionais, em especial a PNDR e o FNE. Posteriormente, realizou-se uma análise tabular dos dados do FNE, buscando entender a distribuição destes recursos ao longo de uma série histórica, no intuito de identificar se os objetivos da PNDR foram alcançados, levando em conta o maior direcionamento para os municípios prioritários. Utilizaram-se as bases de dados do Banco do Nordeste (BNB), para o FNE, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios.

9.3.3 O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

As principais políticas de desenvolvimento regional no Brasil datam da década de 1950 e estavam baseadas nos argumentos de centro-periferia desenvolvidos pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), cujo principal argumento para as desigualdades econômicas entre as nações e dentro delas estava relacionado às falhas de mercado, como, por exemplo, a relação econômica desbalanceada norte-sul no Brasil (RESENDE, 2013).

A partir desses argumentos, instituições de desenvolvimento regional foram criadas no Brasil, a exemplo da SUDENE e da SUDAM, cujos objetivos estavam relacionados à realização de estudos, planejamento e coordenação de ações direcionadas a fomentar o desenvolvimento das regiões Nordeste e Norte, respectivamente, com o auxílio de órgãos e empresas especializados para este fim (CARNEIRO, 2020).

As décadas de 1950-1960 foram profícuas em ações voltadas para mitigar as disparidades inter-regionais, as quais foram perdendo importância a partir da década seguinte, em função da ascensão de governos autoritários (década de 1970) e, posteriormente, pela crise do Estado e adoção de modelos econômicos neoliberais (décadas de 1980 e 1990) (CARNEIRO, 2020).

Apesar de todos esses movimentos percebidos ao longo desse período, as disparidades socioeconômicas regionais continuavam a ser tema de preocupação de alguns legisladores, como percebido pela promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual abriu uma nova perspectiva para a Região Nordeste, o que incitou novas discussões acerca da questão regional e criação de grupos de trabalho para discutir mecanismos que minimizassem essas disparidades.

Nessa perspectiva, foram criados os Fundos Constitucionais, pela Lei Nº 7.827 de 27 de setem-

bro de 1989, que regulamentou o Artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal de 1988, que estabelecia a destinação de 3,0% da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) ao atendimento do setor produtivo das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Esses fundos garantiram uma fonte de recursos mais estável do que aqueles adotados anteriormente, uma vez que advinham da arrecadação direta do Governo Federal (OLIVEIRA; VIANNA, 2010).

As instituições financeiras federais de caráter regional recebem os recursos dos impostos federais (IR e IPI) nas seguintes proporções: 1,8% para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para os municípios da área de atuação da SUDENE; 0,6% para o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), para os municípios da área de atuação da SUDAM; e 0,6% para Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), também para os municípios dessa região.

Como forma de se tornarem mais atrativos e compensarem as diferenças inter-regionais, em termos de estrutura financeira, esses Fundos apresentam diretrizes com condições diferenciadas de financiamento comparativamente aos disponíveis em regiões mais desenvolvidas do País. No artigo 3º, da Lei nº 7.827, de 1989, são definidas as diretrizes para a formulação dos programas de financiamento em cada um dos Fundos. Nesse artigo, fica evidente que esses recursos devem se direcionar a empréstimos aos setores produtivos das regiões, não sendo possível o uso a fundo perdido. Devem se priorizar projetos de atividades produtivas de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas, atividades que se utilizam em maior proporção de matérias-primas e mão de obra locais, a produção de alimentos básicos e os projetos de irrigação. Os prazos, carências, limites de financiamento, juros e outros encargos, diferenciados ou favorecidos são definidos a depender dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos a serem financiados (BRASIL, 1989).

Para os bancos gestores dos Fundos Constitucionais, esses constituem passivos altamente estáveis, pois não são contingenciados por parte do Tesouro Nacional, bem como esses recursos não podem ser redirecionados para outros fins que não os já estabelecidos em lei (MACEDO; MATOS, 2008).

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), como bem salienta Sousa *et al* (2009), tem a prerrogativa de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio de programas de financiamentos específicos, baseados no crédito em condições mais favoráveis e, preferencialmente, para um público mais vulnerável.

O BNB é o órgão operacionalizador desses recursos, que seguem uma programação específica de aplicações, diferenciando-se dos recursos próprios do Banco, bem como de outras fontes operacionalizadas por ele. Nesse caso, o FNE viria somar com outros recursos já disponíveis para a Região, alavancando o volume de crédito destinado ao setor produtivo regional (OLIVEIRA; VIANNA, 2010).

9.3.4 A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

Nos anos 2000, o cenário internacional de alto crescimento econômico favoreceu a economia brasileira, o que resultou também na retomada da capacidade de intervenção estatal em políticas de desenvolvimento, inclusive em âmbito regional. Em 2003, verificou-se uma mudança de proposta na política de desenvolvimento regional (PEREIRA JÚNIOR, 2012).

Monteiro Neto *et al.* (2017) afirmam que os novos programas e ações buscaram superar as limitações de políticas regionais anteriores, principalmente relacionadas: às dificuldades em convergir as rendas *per capita* estaduais; à concentração dos recursos dessas políticas nas grandes áreas metropolitanas das regiões-alvo; à incapacidade de atender às necessidades de desen-

volvimento das populações do semiárido; e à inadequação aos estímulos de industrialização em sub-regiões da Amazônia.

Sob essa perspectiva, a economista Tânia Bacelar de Araújo, que estuda a problemática regional no Brasil e desenvolveu trabalho relativo a uma proposta de política nacional para o desenvolvimento regional, foi convidada a chefiar a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (MI), liderando a equipe que formularia a proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), lançada em 2003, mas somente institucionalizada em 2007.

A I PNDR foi instituída em 2007, pelo Decreto nº 6.047/2007 (BRASIL, 2007), com inspiração na experiência regional da União Europeia, a qual se baseava na compreensão multiescalar da dinâmica territorial e na noção de identificação e fortalecimento das vantagens competitivas. A PNDR, que continua em vigor até a presente data, objetiva reduzir as desigualdades entre as regiões brasileiras no que concerne ao nível de vida, bem como a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, orientando os programas e ações federais. As distintas fases da PNDR buscavam a convergência de rendas *per capita*, a promoção da competitividade produtiva, a agregação de valor e a diversificação da economia em áreas com forte especialização na produção de *commodities* e/ou minerais, buscando fortalecer a rede de cidades médias (MONTEIRO NETO *et al.*, 2017).

Percebe-se uma mudança de paradigma na forma de abordar as políticas de alcance regional no Brasil. O Governo Federal clarifica, em suas premissas, que a PNDR é uma política nacional, pois somente nessa esfera pode-se haver coerência e efetividade nos esforços para o desenvolvimento regional. Outro aspecto defendido é que a PNDR é uma política do Governo Federal, pois é considerada como uma política de desenvolvimento com viés territorial, o que deve congregar todas as áreas de atuação do governo. Por fim, a PNDR exige uma abordagem em múltiplas escalas acerca das desigualdades regionais, não se limitando às macrorregiões subdesenvolvidas, mas percebe a existência de dinâmicas sub-regionais diversas, podendo ir de níveis intra-urbanos a macrorregionais (MISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2017).

Para a operacionalização da PNDR, os municípios são classificados segundo uma tipologia específica, a qual categoriza as microrregiões e, por conseguinte, os municípios, em distintos níveis de renda e dinamismos. Essa tipologia da PNDR foi alterada entre 2007 e 2018, cujas as quatro classificações originais (alta renda, baixa renda, dinâmica e estagnada) tornaram-se nove, com combinações em graus de renda *per capita* e de dinamismo (crescimento percentual *per capita*), de modo a melhor qualificar os municípios e direcionar políticas mais assertivas de acordo com o novo perfil municipal.

Fazendo um comparativo entre as duas classificações, conforme observado na Tabela 69, pode-se perceber que as principais alterações ocorreram entre os municípios que se classificavam como de baixa renda. Dos 597 municípios de baixa renda, 34,3% foram reclassificados como de média renda e médio dinamismo, 14,1% como média renda e alto dinamismo e 2,9% como média renda e baixo dinamismo. Os demais continuaram como municípios de baixa renda, divididos em 29,0% de médio dinamismo, 15,8% de alto dinamismo e 4,0% de médio dinamismo.

Tabela 69 – Quantidade de Municípios da Área de Atuação do Banco do Nordeste, segundo as Classificações da PNDR de 2007 e 2018

Rótulos de Linha	AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE	Total
Alta Renda	**10**	**10**	**9**	**0**	**0**	**0**	**6**	**9**	**0**	**3**	**4**	**51**
Alta Renda e Baixo Dinamismo	0	10	0	0	0	0	0	1	0	0	0	11
Alta Renda e Médio Dinamismo	10	0	9	0	0	0	6	8	0	3	4	40
Baixa Renda	**59**	**46**	**111**	**0**	**178**	**5**	**92**	**48**	**31**	**12**	**15**	**597**
Baixa Renda e Alto Dinamismo	0	0	18	0	76	0	0	0	0	0	0	94
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	16	0	4	0	4	0	0	0	0	0	0	24
Baixa Renda e Médio Dinamismo	5	9	60	0	61	0	32	6	0	0	0	173
Média Renda e Alto Dinamismo	10	0	8	0	20	0	0	10	31	5	0	84
Média Renda e Baixo Dinamismo	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17
Média Renda e Médio Dinamismo	11	37	21	0	17	5	60	32	0	7	15	205
Dinâmica	**33**	**76**	**27**	**0**	**13**	**92**	**64**	**41**	**133**	**139**	**39**	**657**
Baixa Renda e Alto Dinamismo	0	0	0	0	0	6	0	0	85	0	0	91
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	11	0	7	0	0	0	4	0	0	0	0	22
Baixa Renda e Médio Dinamismo	15	20	3	0	8	0	11	0	0	0	0	57
Média Renda e Alto Dinamismo	0	0	0	0	5	52	9	7	48	27	13	161
Média Renda e Baixo Dinamismo	7	18	5	0	0	0	0	7	0	5	11	53
Média Renda e Médio Dinamismo	0	38	12	0	0	34	40	27	0	107	15	273
Estagnada	**0**	**285**	**37**	**28**	**26**	**71**	**61**	**87**	**60**	**13**	**17**	**685**
Alta Renda e Alto Dinamismo	0	0	0	0	0	0	0	0	14	0	0	14
Alta Renda e Médio Dinamismo	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4
Média Renda e Alto Dinamismo	0	65	8	10	6	13	0	58	46	7	0	213
Média Renda e Baixo Dinamismo	0	62	0	4	0	10	0	0	0	6	10	92
Média Renda e Médio Dinamismo	0	158	29	14	16	48	61	29	0	0	7	362
Total Geral	**102**	**417**	**184**	**28**	**217**	**168**	**223**	**185**	**224**	**167**	**75**	**1990**

Fonte: BNB/ETENE (2021).

Das demais classificações, os de alta renda continuaram no mesmo patamar, distribuídos em médio dinamismo (78,4%) e baixo dinamismo (21,6%). Aqueles considerados dinâmicos se classificaram, em sua maioria, em média renda e médio dinamismo (41,6%), média renda e alto dinamismo (24,5%) e baixa renda e alto dinamismo (13,9%). Já os municípios considerados estagnados foram reclassificados, em sua maioria, em 52,8% como média renda e médio dinamismo, 31,1% como média renda e alto dinamismo e 13,4% como média renda e baixo dinamismo.

Para a nova tipologia da PNDR, de 2018, os municípios ficaram assim distribuídos, quanto à renda: 3,5% de alta renda, 23,2% de baixa renda e 73,3% de média renda. Quanto ao dinamismo, tem-se: 33,0% com alto dinamismo, 56,0% com médio dinamismo e 11,0% com baixo dinamismo. Neste sentido, os municípios considerados prioritários para as ações da PNDR representam 96,5% do total da área de atuação do Banco do Nordeste (Tabela 70).

O Estado do Piauí é o único a apresentar municípios classificados como de alta renda e alto dinamismo, em um total de 14, localizados na área metropolitana de Teresina. A Bahia concentra praticamente todos os municípios de alta renda e baixo dinamismo (10), enquanto os de alta renda e médio dinamismo se distribui por sete estados, com Alagoas apresentando o maior número (10).

Dos municípios classificados como baixa renda, praticamente a metade apresenta médio dinamismo (49,9%), enquanto 40,1% são de alto dinamismo e 10,0%, baixo dinamismo. Os Estados do Maranhão e Ceará apresentaram as maiores proporções de municípios considerados de baixa renda, com 32,3% e 20,0% do total da área de atuação do Banco do Nordeste, respectivamente. Em contraposição, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Sergipe não possuem municípios nesta classificação.

O maior número de municípios da área de atuação do Banco do Nordeste é classificado como de média renda, distribuindo-se por todos os estados, com a Bahia concentrando pouco mais de um quarto deles, ou 25,9%. A classificação de média renda e médio dinamismo representa a maior concentração de municípios, com 42,2% do total geral e 57,5% dentre os de média renda.

Tabela 70 – Quantidade de Municípios da Área de Atuação do Banco do Nordeste, segundo a Classificação da PNDR 2018

Classificação PNDR	AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE	Total Geral
Alta Renda e Alto Dinamismo	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-	14
Alta Renda e Baixo Dinamismo	-	10	-	-	-	-	-	1	-	-	-	11
Alta Renda e Médio Dinamismo	10	-	9	-	4	-	6	8	-	3	4	44
Baixa Renda e Alto Dinamismo	-	-	18	-	76	6	-	-	85	-	-	185
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	27	-	11	-	4	-	4	-	-	-	-	46
Baixa Renda e Médio Dinamismo	20	29	63	-	69	-	43	6	-	-	-	230
Média Renda e Alto Dinamismo	10	65	16	10	31	65	9	75	125	39	13	458
Média Renda e Baixo Dinamismo	24	80	5	4	-	10	-	7	-	11	21	162
Média Renda e Médio Dinamismo	11	233	62	14	33	87	161	88	-	114	37	840
Municípios Prioritários	**92**	**407**	**175**	**28**	**213**	**168**	**217**	**176**	**210**	**164**	**71**	**1921**
(%)Priorários/Total	**90,2**	**97,6**	**95,1**	**100,0**	**98,2**	**100,0**	**97,3**	**95,1**	**93,8**	**98,2**	**94,7**	**96,5**
Total Geral	**102**	**417**	**184**	**28**	**217**	**168**	**223**	**185**	**224**	**167**	**75**	**1.990**

Fonte: BNB/ETENE (2021).

9.3.5 Aplicações do FNE, Segundo a Tipologia da PNDR, para o Período de 2002 A 2020

Percebe-se pelas Tabelas 71 e 72 que o Banco do Nordeste vem priorizando seus recursos para aqueles municípios de baixa e média rendas, em qualquer grau de dinamismo. O intuito, com isso, é desenvolver essas economias ao ponto de torná-los municípios com melhores níveis de renda e mais dinâmicos economicamente.

Historicamente, os maiores volumes anuais se direcionaram para aqueles municípios classificados como média renda e médio dinamismo, com aproximadamente 28,0% do total de recursos liberados pelo Banco do Nordeste. Em seguida, vêm os municípios de média renda e alto dinamismo, com acumulado de 19,8% no período analisado.

Em virtude da baixa representatividade econômica, os municípios de baixa renda, independente do dinamismo, ainda demandam volumes de recursos menos significativos, apresentando o melhor desempenho aqueles de baixa renda e médio dinamismo, com 6,8% do volume acumulado no período.

Tabela 71 – FNE: Distribuição do Valor Contratado nos Municípios da AABNB, segundo a Classificação da PNDR 2018 (R$ Milhões)

Classificação PNDR	2002	2005	2010	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Alta Renda e Alto Dinamismo	2	96	242	314	265	377	482	476	398
Alta Renda e Baixo Dinamismo	19	445	1.210	878	654	1.234	2.870	1.563	804
Alta Renda e Médio Dinamismo	100	2.333	3.355	2.895	1.972	3.623	7.523	5.211	4.257
Baixa Renda e Alto Dinamismo	29	390	565	476	493	2.193	3.116	1.134	877
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	17	156	1.228	208	131	229	218	269	276

Classificação PNDR	2002	2005	2010	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Baixa Renda e Médio Dinamismo	100	894	1.334	1.172	1.196	1.856	2.439	2.788	2.175
Média Renda e Alto Dinamismo	174	2.763	4.239	3.843	3.895	4.125	6.551	7.742	5.355
Média Renda e Baixo Dinamismo	127	2.170	3.190	2.714	2.732	3.083	8.388	5.617	4.678
Média Renda e Médio Dinamismo	302	2.416	5.805	4.919	4.552	5.953	11.698	11.581	7.022
Municípios Prioritários	**748**	**8.789**	**16.361**	**13.332**	**12.999**	**17.440**	**32.409**	**29.131**	**20.383**
Total Geral	**869**	**11.664**	**21.167**	**17.418**	**15.891**	**22.673**	**43.284**	**36.381**	**25.843**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.
Nota: Valores atualizados pelo IPG-DI, Dez/2020.

Tabela 72 – FNE: Distribuição Percentual do Valor Contratado nos Municípios da AABNB, segundo a Classificação da PNDR 2018

Classificação PNDR	2002	2005	2010	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Alta Renda e Alto Dinamismo	0,20%	0,80%	1,10%	1,80%	1,70%	1,70%	1,10%	1,30%	1,50%
Alta Renda e Baixo Dinamismo	2,10%	3,80%	5,70%	5,00%	4,10%	5,40%	6,60%	4,30%	3,10%
Alta Renda e Médio Dinamismo	11,50%	20,00%	15,80%	16,60%	12,40%	16,00%	17,40%	14,30%	16,50%
Baixa Renda e Alto Dinamismo	3,30%	3,30%	2,70%	2,70%	3,10%	9,70%	7,20%	3,10%	3,40%
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	1,90%	1,30%	5,80%	1,20%	0,80%	1,00%	0,50%	0,70%	1,10%
Baixa Renda e Médio Dinamismo	11,50%	7,70%	6,30%	6,70%	7,50%	8,20%	5,60%	7,70%	8,40%
Média Renda e Alto Dinamismo	20,00%	23,70%	20,00%	22,10%	24,50%	18,20%	15,10%	21,30%	20,70%
Média Renda e Baixo Dinamismo	14,70%	18,60%	15,10%	15,60%	17,20%	13,60%	19,40%	15,40%	18,10%
Média Renda e Médio Dinamismo	34,70%	20,70%	27,40%	28,20%	28,60%	26,30%	27,00%	31,80%	27,20%
Municípios Prioritários	**86,10%**	**75,40%**	**77,30%**	**76,50%**	**81,80%**	**76,90%**	**74,90%**	**80,10%**	**78,90%**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.
Nota: Valores atualizados pelo IPG-DI, Dez/2020.

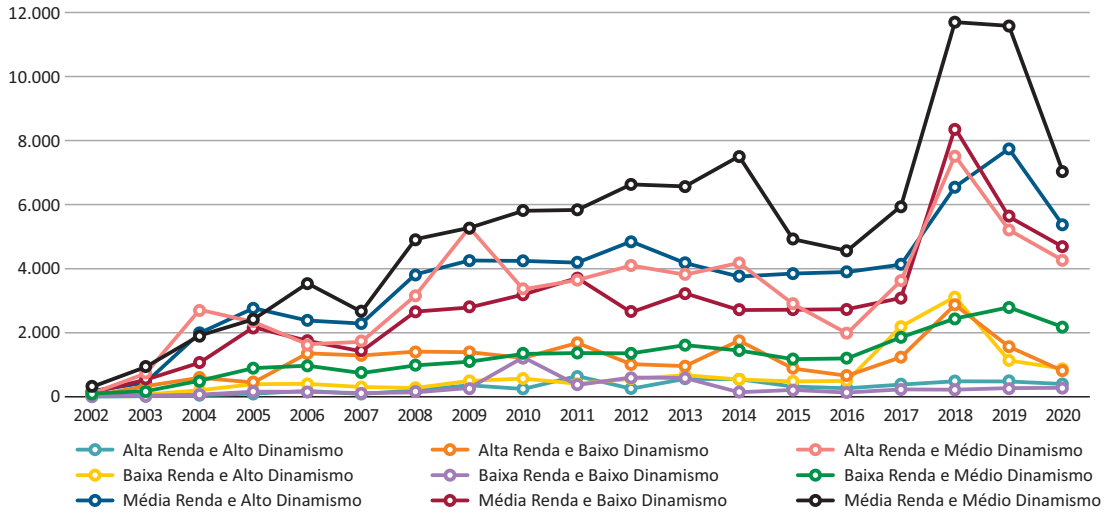
Considerando a força de atração das economias mais dinâmicas da Região, os municípios classificados como alta renda e médio dinamismo ainda demandam volume substancial de recursos, representando 17,4% do acumulado no período. Isto ocorre pelo comportamento natural da economia, cujas áreas mais densas economicamente tendem a demandar um maior volume de recursos. Apesar disto, o Banco vem trabalhando no intuito de direcionar mais recursos para as economias menos dinâmicas, conforme será observado na Tabela 73.

Vale ressaltar que ao longo do período analisado, o Banco do Nordeste tem atendido às determinações de aplicação dos recursos do FNE. Dentre elas, a exigência de aplicação mínima de 70,0% dos recursos em municípios de baixa e média rendas em qualquer nível de dinamismo. Conforme identificado na Tabela 73, o Banco sempre esteve acima deste patamar, alcançando 78,9%, em 2020.

Analisando o Gráfico 8, apenas em 2004 houve maior direcionamento de recursos para os municípios de alta renda e médio dinamismo. No restante da série histórica, percebe-se o maior volume de contratações entre os municípios de média renda e médio dinamismo, seguidos pelos de mesmo perfil de renda e demais níveis de dinamismo.

Com a expansão das ações creditícias do Banco do Nordeste, o qual vem aumentando sua base de municípios atendidos, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) também vem em intensa ascensão, devido os moldes de financiamento e os juros praticados, geralmente mais acessíveis aos tomadores de crédito, assim percebe-se maiores repasses aos municípios ao longo dos anos.

Gráfico 8 – FNE: valor contratado nos municípios da área de atuação do Banco do Nordeste, segundo a classificação da PNDR 2018



Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.
Nota: Valores atualizados pelo IPG-DI, Dez/2020.

Pode-se, então, verificar que nos últimos cinco anos, a taxa de variação média anual do período de 2016 a 2020 apresenta resultados importantes no sentido do maior empenho do Banco do Nordeste em atender aqueles municípios de economias mais vulneráveis. Entre 2016 e 2020, a taxa média de crescimento dos financiamentos para os municípios de baixa renda e baixo dinamismo alcançou 20,6% a.a., já se aproximando do melhor desempenho, que se encontra entre os municípios de alta renda e médio dinamismo, com 21,2% a.a. (Tabela 73).

Tabela 73 – FNE: Taxa de variação anual do valor contratado nos municípios da AABNB, segundo a classificação da PNDR – 2018

Classificação PNDR	2002 (R$ Milhões)	2016 (R$ Milhões)	2020 (R$ Milhões)	Média Var. Anual (%) 2002/2020	Média Var. Anual (%) 2016/2020
Alta Renda e Alto Dinamismo	1,9	265,1	398,2	34,4	10,7
Alta Renda e Baixo Dinamismo	18,6	654,0	804,4	23,3	5,3
Alta Renda e Médio Dinamismo	100,3	1.972,5	4.256,7	23,1	21,2
Baixa Renda e Alto Dinamismo	28,6	493,3	877,1	21,0	15,5
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	16,6	130,9	276,4	16,9	20,6
Baixa Renda e Médio Dinamismo	100,3	1.195,7	2.174,5	18,6	16,1
Média Renda e Alto Dinamismo	173,8	3.894,6	5.354,8	21,0	8,3
Média Renda e Baixo Dinamismo	127,4	2.732,5	4.678,2	22,2	14,4
Média Renda e Médio Dinamismo	301,5	4.552,4	7.022,4	19,1	11,4
Municípios Prioritários	**748,2**	**12.999,4**	**20.383,4**	**20,2**	**11,9**
Total Geral	**869,0**	**15.890,9**	**25.842,7**	**20,7**	**12,9**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.
Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI para Dez/2020.

Sendo os municípios prioritários aqueles com tipologia de baixa e média rendas, com qualquer grau de dinamismo, na Tabela 74 identifica-se o percentual da participação desses municípios sobre o Produto Interno Bruto (PIB) e valor contratado total de todos os municípios atendidos pelo Banco, no que diz respeito ao FNE.

Os municípios classificados como prioritários para a PNDR superam 90,0% do total atendido pelo Banco do Nordeste em sua área de atuação. No entanto, considerando a participação destes no PIB regional, historicamente essa representação encontra-se um pouco acima dos 50,0%, o que denota elevada heterogeneidade e concentração de riqueza entre os municípios atendidos pelo BNB, cujos níveis de produção e riqueza se concentram em um número reduzido deles.

Vale salientar que o Banco do Nordeste tem trabalhado no sentido de reduzir essas disparidades, atendendo aqueles municípios mais vulneráveis economicamente. Neste sentido, tem mantido sempre proporção superior de financiamentos direcionados para os mencionados municípios, em relação a sua participação no PIB regional, alcançando 81,8% em 2016, proporcionando uma relação entre as contratações do Banco e os PIB's municipais superior à unidade.

Tabela 74 – Municípios Prioritários da Área de Atuação do Banco do Nordeste, segundo a Classificação da PNDR 2018

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
% Municípios Prioritários/AABNB	96,6%	96,5%	96,5%	96,5%	96,5%	96,5%	96,5%	96,5%	96,5%
% PIB Municípios Prioritários/AABNB	53,7%	54,7%	55,4%	55,3%	55,1%	55,5%	55,6%	56,7%	57,5%
% Contr. Munic. Prioritários/AABNB	77,3%	72,7%	75,6%	76,0%	71,3%	76,5%	81,8%	76,9%	74,9%
Relação Contratações/PIB	1,44	1,33	1,36	1,37	1,29	1,38	1,47	1,36	1,30

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito; IBGE (2020).
Nota: Há obrigatoriedade de contratar no mínimo 70% dos recursos em municípios prioritários da PNDR

Ao observar a Tabela 75, é possível identificar que em Alagoas, os municípios das tipologias de alta renda e médio dinamismo, como também média renda e baixo dinamismo são responsáveis por pouco mais de 2/3 (67,97%) do valor contratado total do Estado. Na Bahia, os municípios com tipologias média renda com médio e baixo dinamismo, assim como os de alta renda e baixo dinamismo são responsáveis por cerca de 87,13% do valor contratado do Estado.

No Ceará, a concentração dos recursos ocorreu principalmente nos municípios de alta renda e médio dinamismo, com aproximadamente 40,0% do total do Estado. Os municípios de média renda e médio dinamismo vêm em seguida, com 25,83% dos recursos, enquanto aqueles de baixa renda e médio dinamismo concentraram 13,86% dos recursos.

Nos Estados do Espirito Santo e Minas Gerais, os recursos se concentraram quase que totalmente nos municípios de média renda, com 100,00% e 98,33%, respectivamente, com maior proporção naqueles de médio dinamismo (60,58% e 53,18%, respectivamente). Em Minas Gerais, tem-se ainda 0,77% dos recursos direcionados aos municípios de alta renda e médio dinamismo e 0,94% para os de baixa renda e alto dinamismo.

O Estado do Maranhão apresenta os recursos bem distribuídos pelas distintas tipologias da PNDR, com exceção dos municípios de alta renda com alto e baixo dinamismo e aqueles de média renda e baixo dinamismo. O maior volume de recursos foi destinado aos municípios de baixa renda e médio dinamismo, com 25,35% do total.

Na Paraíba, os destaques são os municípios de média renda e médio dinamismo, sendo responsáveis por 53,00% dos repasses. Destaque, também, para os municípios de alta renda e médio dinamismo, com 26,19% dos recursos totais do FNE no Estado. Em Pernambuco, os recursos estão distribuídos, em sua maioria, entre os municípios de média renda e alto dinamismo (35,97%), média renda e médio dinamismo (32,15%) e alta renda e médio dinamismo (28,57%). Os demais somam apenas 3,31% dos valores aplicados no Estado.

Tabela 75 – FNE: Volume de recursos contratados na área de atuação do Banco do Nordeste, por estado, segundo a tipologia da PNDR, anos de 2002 a 2020, em R$ milhões

Tipologia da PNDR	AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE	Total Geral
Alta Renda e Alto Dinamismo	0	0	0	0	0	0	0	0	5.527	0	0	5.527
Alta Renda e Baixo Dinamismo	0	21.274	0	0	0	0	0	165	0	0	0	21.439
Alta Renda e Médio Dinamismo	5.726	0	20.684	0	7.759	131	4.924	13.358	0	5.151	4.494	62.227
Baixa Renda e Alto Dinamismo	0	0	731	0	5.330	172	0	0	6.959	0	0	13.191
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	1.049	0	2.302	0	324	0	1.513	0	0	0	0	5.189
Baixa Renda e Médio Dinamismo	1.122	3.076	7.227	0	10.108	0	1.894	742	0	0	0	24.170
Média Renda e Alto Dinamismo	1.821	8.726	5.518	804	8.641	5.967	504	16.822	16.526	3.252	2.225	70.806
Média Renda e Baixo Dinamismo	4.045	32.366	2.198	1.029	0	2.245	0	643	0	10.150	2.494	55.170
Média Renda e Médio Dinamismo	611	26.273	13.466	2.817	7.713	9.672	9.966	15.032	0	9.179	5.277	100.006
Total Geral	**14.374**	**91.715**	**52.126**	**4.650**	**39.874**	**18.186**	**18.802**	**46.762**	**29.012**	**27.733**	**14.491**	**357.724**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.
Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI para Dez/2020.

O Estado do Piauí é o único da Região a apresentar municípios categorizados como alta renda e alto dinamismo, cujos valores contratados representaram 19,05% do total estadual. As outras tipologias que tiveram recursos do FNE direcionados para seus municípios foram a de média renda e médio dinamismo, com maior volume de recursos, na ordem e 56,96% do total e a de baixa renda e alto dinamismo, com os 23,99% restantes.

As tipologias que obtiveram recursos do FNE ao longo do período no Rio Grande do Norte e Sergipe foram semelhantes e mais concentrados naquelas de média renda. Os municípios de média renda e baixo dinamismo alcançaram 36,60% dos recursos no Rio Grande do Norte, enquanto os de média renda e médio dinamismo concentraram 36,42% dos recursos em Sergipe.

Utilizando as informações da Tabela 76, pode-se verificar que há concentração dos valores repassados nos municípios de tipologia de média renda com qualquer grau de dinamismo, como também naqueles de alta renda e médio dinamismo, considerando as empresas de grande, médio, pequeno-médio e pequeno portes.

Tabela 76 – FNE: Volume de recursos contratados na área de atuação do Banco do Nordeste, por porte, segundo a tipologia da PNDR, anos de 2002 a 2020, em R$ milhões

Tipologia da PNDR	Grande	Médio	Micro	Pequeno	Pequen -médio	Total Geral
Alta Renda e Alto Dinamismo	2.399	1.060	485	1.075	508	5.527
Alta Renda e Baixo Dinamismo	15.449	3.308	206	1.787	688	21.439
Alta Renda e Médio Dinamismo	35.380	12.445	1.935	8.701	3.766	62.227
Baixa Renda e Alto Dinamismo	5.456	525	5.401	1.566	243	13.191
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	2.767	336	1.453	528	105	5.189
Baixa Renda e Médio Dinamismo	5.656	2.177	10.886	3.947	1.504	24.170
Média Renda e Alto Dinamismo	30.216	10.137	15.739	10.296	4.417	70.806

Tipologia da PNDR	Grande	Médio	Micro	Pequeno	Pequen -médio	Total Geral
Média Renda e Baixo Dinamismo	28.946	9.500	6.868	6.122	3.735	55.170
Média Renda e Médio Dinamismo	36.909	13.745	29.160	15.309	4.883	100.006
Total Geral	**163.177**	**53.233**	**72.133**	**49.331**	**19.849**	**357.724**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.
Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI para Dez/2020.

As empresas de grande porte representaram 45,62% dos recursos contratados, principalmente nos municípios de média renda (22,62% - médio dinamismo; 18,52% - alto dinamismo e 17,74% baixo dinamismo) e alta renda e médio dinamismo (21,68%). As demais tipologias concentraram 19,44% dos recursos restantes do FNE no período em análise.

A mesma situação é percebida para o médio porte (14,88% do total), cujas contratações se concentraram nos municípios de média renda (25,82% - médio dinamismo; 19,04% - alto dinamismo e 17,85% baixo dinamismo) e alta renda e médio dinamismo (23,38%). As demais tipologias representaram 13,91% do total contrato do FNE no período.

Os portes pequeno e pequeno-médio seguem a mesma tendência, com o maior volume de recursos direcionados aos municípios de média renda, nos três níveis de dinamismo (maior proporção no médio dinamismo, com 31,03% para o pequeno porte, e 26,40% para o pequeno-médio porte), e de alta renda e médio dinamismo (17,64% - pequeno porte; 18,97% - pequeno-médio porte).

O porte micro apresenta situação distinta dos demais, uma vez que concentrou a contratação dos recursos nos municípios de média renda, principalmente naqueles de médio (40,42%) e alto (21,82%) dinamismos, bem como nos municípios de baixa renda e médio dinamismo (15,09%).

Analisando a Tabela 77, percebe-se distribuição equilibrada dos recursos nos principais setores da economia, com 19,68% para infraestrutura, 18,34% para pecuária, 18,10% para agricultura, 17,87% para indústria, 13,83% para o comércio e 10,44% para os serviços.

Tabela 77 – FNE: Volume de recursos contratados na área de atuação do Banco do Nordeste, por atividade, segundo a tipologia da PNDR, anos de 2002 a 2020, em R$ milhões

Tipologia da PNDR	Agrícola	Agro indústria	Comércio	Industrial	Infraes-trutura	Pecuária	Serviços	Total Geral
Alta Renda e Alto Dinamismo	429	126	2.077	1.022	113	329	1.431	5.527
Alta Renda e Baixo Dinamismo	28	11	3.878	5.626	6.483	19	5.393	21.439
Alta Renda e Médio Dinamismo	769	623	12.624	18.916	12.662	607	16.025	62.227
Baixa Renda e Alto Dinamismo	1.516	200	1.093	403	4.908	4.828	244	13.191
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	791	119	477	2.482	16	1.138	164	5.189
Baixa Renda e Médio Dinamismo	5.361	199	2.853	1.081	3.122	10.896	658	24.170
Média Renda e Alto Dinamismo	18.834	1.723	9.156	9.988	11.676	14.026	5.401	70.806
Média Renda e Baixo Dinamismo	20.181	1.241	3.926	7.411	13.819	6.155	2.437	55.170
Média Renda e Médio Dinamismo	16.841	1.997	13.381	16.994	17.586	27.605	5.602	100.006
Total Geral	**64.751**	**6.238**	**49.466**	**63.923**	**70.386**	**65.606**	**37.354**	**357.724**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.
Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI para Dez/2020.

O setor agrícola concentrou suas contratações nos municípios de média renda, com 31,17% para aqueles com baixo dinamismo, 29,09% com alto dinamismo e 26,01% com médio dinamismo. As demais tipologias alcançaram apenas 13,74% das contratações no período, com destaque para os de baixa renda e médio dinamismo (8,28%). Na agroindústria, se acentuam os municípios de tipologia média renda com qualquer grau de dinamismo e alta renda com médio dinamismo, os quais contrataram 79,52% e 9,99%, respectivamente, no período analisado.

Quanto ao comércio, destaque para os municípios de tipologia de média renda com médio dinamismo (27,05%), como também aqueles com alto dinamismo (18,51%). Os municípios considerados de alta renda e médio dinamismo apresentaram o segundo melhor desempenho nas contratações do FNE para o setor de comércio, no período, com 25,52%.

Com relação à indústria, as tipologias dos municípios que se sobressaem são as de alta renda com médio dinamismo e média renda com médio dinamismo, os quais receberam 29,59% e 27,05% respectivamente.

Na infraestrutura há uma distribuição equitativa dos recursos em comparação a outros setores, embora ainda que a maior parte tenha sido aplicada em municípios de tipologia de média renda (61,21%). Os municípios das demais tipologias possuem, ainda, maior porcentagem de contratação quando comparado com outros setores (38,79%).

Sobre a pecuária, pode-se enfatizar que foi repassado 42,08% dos recursos aplicados ao setor para os municípios de tipologia média renda e médio dinamismo, como também 21,38% para aqueles com alto dinamismo. Um aspecto importante a mencionar sobre a pecuária foi o maior direcionamento, comparado aos demais setores, de recursos para municípios de baixa renda, tanto para os de médio dinamismo (16,61%), quanto para os de alto dinamismo (7,36%), indo ao encontro dos perfis produtivos e de renda da maioria dos municípios desta categoria na Região.

Em relação ao setor de serviços, a maior concentração de recursos ocorreu naqueles municípios de alta renda, notadamente nos de médio (42,90%) e baixo (14,44%) dinamismos. Outros destaques para o setor foram os municípios de média renda, com médio dinamismo (15,00%) e alto dinamismo (14,46%).

9.3.6 Conclusões

O estudo teve como objetivo analisar a distribuição dos recursos do FNE nos municípios da área de atuação do Banco do Nordeste (AABNB), entre 2002 e 2020, considerando a tipologia da PNDR. Para tanto, analisou-se: a criação do FNE e da PNDR; a distribuição dos recursos do FNE aplicados nos municípios da área de atuação do Banco, segundo a classificação da PNDR, ao longo do período de 2002 a 2020; e se os objetivos da PNDR foram alcançados, no que diz respeito ao maior direcionamento dos recursos do FNE para os municípios prioritários.

As políticas de desenvolvimento regional adotadas no Brasil apresentaram modificações significativas ao longo dos anos, mais notadamente a partir da década de 1950, com a escola cepalina, período de maior efervescência deste modelo de atuação governamental. Neste período foram criados o Banco do Nordeste, a SUDAM e a SUDENE, dentre outras instituições de ação regional.

A partir de então, as políticas de cunho regional foram se reduzindo no país, principalmente devido à ascensão de regimes autoritários, crise do Estado Nacional e políticas neoliberais. Somente com a promulgação da Constituição de 1988, novas medidas foram direcionadas para reduzir as disparidades inter-regionais, adotadas principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Neste sentido, foram criados, também, os fundos constitucionais para promover o desenvolvimento destas regiões, atrás de políticas de crédito.

A PNDR, lançada em 2003, tenta dar um passo adiante como política regional. Adota novo paradigma de atuação, reconhecendo múltiplas escalas acerca das desigualdades regionais, considerando a existência de dinâmicas sub-regionais diversas. Assim, busca atuar em distintos níveis espaciais, desde contextos intra-urbanos a macrorregionais. De modo a otimizar essa atuação, criam-se tipologias específicas para grupos de microrregiões (e municípios), no intuito de direcionar ações distintas, considerando seus perfis de riqueza e dinamismo.

Os municípios se classificam, então, em de baixa, média e alta rendas e com baixo, médio e alto dinamismos, em nove combinações possíveis. Para a Região Nordeste, 73,4% se classificam como média renda, enquanto 56,0% estão na faixa de médio dinamismo. Quando considerados a riqueza e o dinamismo, a concentração se dá naqueles municípios de média renda e médio dinamismo, com 42,2% do total da área de atuação do Banco.

Partindo deste novo modelo de atuação de política pública regional, o Banco do Nordeste atende as prioridades elencadas, direcionando seus recursos para aqueles municípios considerados de baixa e média rendas, para qualquer nível de dinamismo. Conclui-se, portanto, ao analisar os dados das aplicações dos recursos do FNE, que tal objetivo foi alcançado, uma vez que os municípios prioritários concentraram entre 74,9% e 86,1% dos recursos do FNE ao longo do período estudado. Outrossim, vale ressaltar o emprenho do Banco em direcionar maior esforço para atender aqueles municípios com economias mais frágeis (baixa renda e baixo dinamismo), já que estes apresentaram a segunda maior taxa de crescimento anual, nos anos mais recentes (2016-2020), de 20,6% a.a.

Neste sentido, além de se intensificar a aplicação de recursos nos municípios prioritários da PNDR, principalmente os de baixa renda, o Banco do Nordeste deve intensificar seus esforços em direcioná-los, também, em atividades que promovam o maior encadeamento da riqueza gerada, de modo a tornar mais dinâmicas as economias destes municípios.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. **Diário oficial da [da República Federativa do Brasil]**. Brasília, DF, Seção 1, p. 17.361. Disponível em: http://www2.camara. leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7827-27-setembro--1989-365476-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 22 out. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n.º 6.047, de 22 de fevereiro 2007**. Disponível em: http://www.planalto. gov.br/ccivil_03/_ ato2007-2010/2007/decreto/D6047.htm. Acesso em: 30 jan. 2017.

CARNEIRO, W. M. A. **Espaço regional, investimento e crédito no Nordeste brasileiro: desenvolvimento regional em questão**. 2020. 429f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza: UECE, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Texto para Discussão**: proposta de atualização das tipologias da PNDR – nota metodológica e mapas de referência. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Avaliação dos efeitos econômicos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO)**: uma análise por tipologia da PNDR entre 1999 e 2011. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

MACEDO, F. C.; MATOS, E. N. O papel dos fundos constitucionais de financiamento no desenvolvimento regional brasileiro. **Revista Ensaios FEE**, v. 29, n. 2, p. 355-384. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2008.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR**. Disponível em: http://integracao.gov.br/c/ document_library/get_file?uuid=240b7eb-3-af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095& groupId=24915. Acesso em: 30 jan. 2017.

MONTEIRO NETO, A. et al. Desenvolvimento territorial no Brasil: reflexões sobre políticas e instrumentos no período recente e propostas de aperfeiçoamento. *In*: MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antônio (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégicas e perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

OLIVEIRA, C. M. S. de; VIANNA, P. J. R. **Desenvolvimento Regional**: 50 anos do BNB. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

PEREIRA JÚNIOR, E. **Território e economia política**: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

RESENDE, G. M. *Regional development policy in Brazil: a review of evaluation literature*. **Redes**, v. 18, n. 3, p. 202-225, 2013.

SOUSA, J. M. P. et al. **Avaliação de impactos do FNE emprego, massa salarial e salário médio**. Fortaleza: BNB, 2009. (Série Avaliação de Políticas e Programas do BNB, n. 6).

9.4 Estimativa dos Impactos Macroeconômicos

9.4.1 Estimativa dos impactos dos financiamentos do FNE em 2021 – considerando a MIP Regional

O Sistema de Insumo-Produto engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de valioso instrumento para fins de planejamento econômico, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento dado que, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer, de forma detalhada, os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva. Nesse sentido, a Matriz de Insumo-Produto (MIP) tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

A MIP se assemelha a uma fotografia econômica, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada setor. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar o inter-relacionamento de compras de cada setor.

Para a construção da MIP, faz-se necessário conhecer os insumos que cada setor da economia necessita, de qual setor são comprados esses insumos, e de qual estado ou região do País eles são adquiridos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim, torna-se imprescindível uma abrangente coleta de informações, inclusive sobre as empresas, no que se refere aos fluxos de vendas e das suas fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma Tabela conhecida como Tabela de Insumo-Produto.

O SIIPNE, uma aplicação espacial do Sistema de Insumo-Produto, é um instrumento de análise econômica, construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre todos estados do País, abertos em sessenta zonas. O SIIPNE utiliza dados de estoque de empregos, exportações, importações, dentre outros, fornecidos por diversas instituições de pesquisa nacionais e estaduais. Com o SIIPNE, é possível identificar setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do Banco, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste, do Norte do Espírito Santo e do Norte de Minas Gerais, e integrá-los à dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir, são necessários insumos, pagam-se impostos, importam-se produtos e gera-se valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, é claro, de se gerar emprego. Vale destacar que o consumo intermediário não inclui os bens de capital nem os serviços relacionados à transferência e instalação desses bens, os quais são contabilizados na Formação Bruta de Capital Fixo (aumento da capacidade produtiva). A demanda final, por sua vez, engloba o consumo das famílias, o consumo da administração pública, a Formação Bruta de Capital Fixo, a variação de estoques e as exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada setor da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é aquele devido às compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador devido ao aumento na demanda do consumo das famílias, decorrente do aumento de horas

trabalhadas ou novas contratações, é chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada Matriz de Leontief[13]. Para se calcular o efeito induzido é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no Modelo de Insumo-Produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerçam influência no cálculo do efeito multiplicador total.

Para a estimação das Matrizes de Insumo-Produto, os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimação.

Na construção do SIIPNE, são considerados zonas e setores econômicos. Foram consideradas 60 zonas, assim determinadas: (1) pelos estados do Nordeste subdivididos em áreas menores, computando 38 zonas; (2) pelos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais divididos em três zonas cada (uma vez que interessa ao Banco a porção norte de cada um desses estados por constituírem sua área de atuação); e (3) os outros 16 estados brasileiros, considerados de maneira agregada, ou seja, formados por apenas uma zona cada um.

Compõem o SIIPNE, 82 setores econômicos, perfazendo, apenas no que diz respeito aos insumos intermediários, uma sub-matriz de 4.920 linhas e 4.920 colunas. O SIIPNE utiliza dados das contas regionais e nacionais de 2009, e de outras fontes estaduais, mas o valor da produção deduzido o consumo intermediário de cada estado, converge para o PIB estadual do ano em questão.

É importante assinalar que, embora o quadro socioeconômico dos Estados do Nordeste tenha apresentado consideráveis mudanças na última década, as transformações na estrutura produtiva de um determinado território costumam ocorrer somente no médio ou no longo prazo.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final, ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações), teriam sobre a produção total, o emprego, as importações, os impostos, os salários e o valor adicionado. A partir dos coeficientes diretos e da Matriz Inversa de Leontief, é possível estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado direta e indiretamente de produção, emprego, tributos, valor adicionado, e salários para cada unidade monetária produzida para atender a demanda final.

Cabe ainda observar que se o aumento na demanda final persistir ao longo do tempo, os impactos passarão a fazer parte dos resultados do Valor Bruto da Produção, valor adicionado, emprego, salários e tributos. Entretanto, se o aumento na demanda final for em determinado ano, os impactos serão, principalmente, dentro desse ano. Novos impactos ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado o recurso e das demandas desse setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final. Nos anos posteriores, os impactos são residuais.

O SIIPNE, entre suas diversas utilizações pelo Banco do Nordeste, é um dos instrumentos usados na estimativa de impacto das aplicações do FNE. A mencionada ferramenta permite estimar os impactos dos financiamentos concedidos no âmbito do FNE, no Valor Bruto da Produção, no valor adicionado, na massa salarial, nos tributos e no número de empregos, nos Estados da área de atuação do FNE, além dos efeitos de transbordamento para outras regiões do País. Quanto aos impactos estimados, vale observar que os desembolsos do Banco do Nordeste atuam indiretamente como uma variação na demanda final dos setores econômicos a partir dos desembolsos dos recursos. A MIP (SIIPNE), para a geração das estimativas desses impactos, entende que o valor do desembolso é igual ao valor dos financiamentos, dado que, mesmo que

13 () Wassily Leontief recebeu o Prêmio Nobel de Economia de 1973, pelo desenvolvimento da Matriz de Insumo-Produto. O modelo tornou-se um instrumento essencial para o planejamento.

ocorram vários desembolsos, eles somarão o valor total financiado. Assume-se, então, que o ano da contratação é o ano do desembolso.

O desembolso do BNB a cada setor específico significa acréscimo indireto na produção ou demanda final de vários setores que fazem parte da cadeia produtiva do setor financiado. A hipótese de trabalho é que os recursos financiados são usados na Formação Bruta de Capital Fixo (construção e compra de máquinas e equipamentos) e para custeio.

Usando a matriz de recursos e usos, os 82 setores foram divididos para formarem os grandes setores: agricultura, pecuária, agroindústria, indústria, infraestrutura, turismo, comércio e serviços. A partir disto, avaliou-se quanto foi comprado de cada um dos 82 setores, e estes percentuais foram usados para definir quanto dos recursos financiados pelo Banco, em cada um destes grandes setores, irão gerar impactos a partir dos multiplicadores da MIP.

O volume estimado de empregos é uma variável que requer maior atenção, dada sua conotação social em termos de qualificação do trabalho, formalidade ou informalidade dentro das cadeias produtivas, sendo necessário considerar que:

a) o efeito direto é o emprego estimado no setor que deve aumentar sua produção para atender ao crescimento da demanda final. Como exemplo, temos o caso de uma empresa que para obter o financiamento, necessita atender a todos os requisitos legais, incluindo a formalização dos empregados. Assim, a qualidade do emprego gerado deve estar de acordo com o perfil médio de qualificação exigido pelas empresas dentro da atividade, inclusive por causa da concorrência, uma vez que não seguir o padrão do setor, significaria perder competitividade. As exigências feitas pelo Banco do Nordeste para o fornecimento do crédito também induzem à qualificação exigida pelo setor;

b) o efeito indireto é o emprego estimado em função do aumento das demandas intermediárias nos diversos setores que atenderão à atividade em que ocorreu aumento da demanda final. Nesse caso, a MIP estima o emprego a partir das relações intersetoriais que compõem a Matriz de Recursos e Usos do Nordeste (base para o cálculo da MIP), e não existem possibilidades de se detectar o volume de emprego e a sua qualidade em cada elo da cadeia produtiva impactada pelo aumento da demanda final. O que se tem é o total do emprego estimado pelo efeito indireto, que não pode ser detalhado por qualificação ou por outras características, como, por exemplo, a formalização do emprego. Pode-se inferir, considerando o mesmo critério da concorrência entre as empresas de um mesmo setor, que as empresas afetadas indiretamente seguem o padrão do setor para não incorrerem em custos maiores do que os dos concorrentes;

c) o efeito induzido é o emprego estimado decorrente do aumento da renda das famílias que tiveram incremento em horas trabalhadas ou por novas contratações decorrentes do aumento da demanda final (efeito direto) e das demandas intermediárias (efeito indireto). As mesmas limitações destacadas na estimação do efeito indireto, também ocorrem no efeito induzido.

9.4.2 Impactos socioeconômicos do FNE na área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil – Contratações no ano de 2021

Cabe salientar que os valores analisados nesta seção, referem-se às contratações nos estados do Nordeste, assim como no Norte do Espírito Santo e no Norte de Minas Gerais. Os valores totais contratados pelo FNE, no ano de 2021, alcançaram aproximadamente R$ 25,9 bilhões. As contratações do período foram distribuídas entre os setores Comércio e Serviços (21,9%), Rural (agricultura e pecuária), com 36,6% dos recursos, Infraestrutura (32,3%), Indústria (6,2%), Turismo (1,6%) e Agroindústria (1,4%).

Considerando apenas os efeitos dentro da área de atuação do Banco do Nordeste, sem contar com os impactos em outras regiões do País, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda) - os chamados impactos do tipo 2[14], acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional, de aproximadamente R$ 53,4 bilhões, em decorrência dos financiamentos realizados no ano de 2021[15]. O Setor que tem a maior participação no Valor Bruto da Produção regional é o Rural, com R$ 19,3 bilhões, aproximadamente, seguido pelo de Infraestrutura (R$ 17,1 bilhões), e pelo Comércio e Serviços, com R$ 11,9 bilhões (Tabela 78).

Cabe aqui salientar a importância do financiamento à Infraestrutura nesse momento de recuperação econômica, em consequência da retração ocorrida por conta da pandemia pelo Coronavírus (Covid-19), como forma de assegurar um desenvolvimento sustentável no longo prazo, bem como contribuir para a melhoria nas expectativas dos agentes econômicos privados.

O valor agregado (renda) à economia da área de atuação do Banco do Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação da parcela do PIB da Região[16], decorrente dos financiamentos do FNE), é estimado em R$ 30,3 bilhões, com expressiva representação dos três setores comentados anteriormente (Tabela 78).

Tabela 78 – Repercussões econômicas das contratações do FNE - 2021[1] (Valores em R$ mil)

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Indústria	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Turismo	Total
Valor Total Contratado	4.212,5	5.260,6	371,0	1.596,9	8.360,2	5.664,4	416,6	25.882,3
Resultados por Setor - Área de Atuação do BNB								
Valor Bruto da Produção	8.355,4	10.992,5	829,2	3.311,9	17.080,5	11.906,2	892,3	53.368,0
Valor Agregado/ Renda	5.238,1	6.021,1	325,2	1.424,1	9.648,3	7.124,4	521,5	30.302,8
Empregos	266.535	545.230	11.288	30.818	155.262	179.593	14.736	1.203.462
Salários	1.357,3	1.668,0	112,7	459,5	2.492,7	2.288,4	150,7	8.529,4
Tributos	518,5	842,3	83,5	414,7	2.269,8	882,6	89,3	5.100,7
Resultados por Setor - Brasil: Área de Atuação do BNB + Resto do Brasil								
Valor Bruto da Produção	16.477,5	21.823,9	1.640,6	6.371,9	33.160,3	22.609,9	1.685,9	103.769,9
Valor Agregado/ Renda	8.967,4	10.976,2	700,4	2.843,8	17.303,2	9.694,9	890,0	51.376,0
Empregos	311.776	610.597	16.327	47.411	244.008	240.913	19.370	1.490.402
Salários	2.642,8	3.360,0	239,3	951,2	5.108,5	4.039,5	278,8	16.620,2
Tributos	1.322,2	1.915,2	159,9	713,9	3.886,4	1.962,0	168,9	10.128,5

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração: Etene-Célula de Avaliação de Políticas e Programas. 1. Impactos estimados a partir do Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (SIIPNE), base 2009, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação de recursos. 2. Valores a preços correntes do ano de 2021.

14 () Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas. O efeito indireto se refere à produção em outros setores para atender à demanda final do setor em análise. O efeito induzido, ou de renda, refere-se ao aumento dos postos de trabalho, em razão dos efeitos direto e indireto, e o consequente aumento da renda das famílias que passam a consumir outros produtos (vestuário, eletrodomésticos, automóveis, dentre outros).

15 () A suposição é que as contratações do ano de 2021 geram investimentos e operações em custeio, realizados no mesmo período em referência, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

16 () Representa o PIB a preços básicos, sem incluir os impostos.

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 1.204 mil ocupações (formais e informais) deverão ser geradas e/ou mantidas na área de atuação do Banco do Nordeste, a partir dos investimentos realizados no ano de 2021. Isto é, na medida em que os efeitos de compra e venda sejam efetivados ao longo das cadeias de produção, essas novas ocupações serão criadas ou mantidas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores (formais e informais) ou a manutenção do trabalhador em função da contratação do financiamento, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise.

Os impactos sobre o pagamento de salários, na área de atuação do Banco do Nordeste, totalizam R$ 8,5 bilhões, cabendo ao Setor Rural a importância de R$ 3,0 bilhões. À geração de impostos (tributação), estima-se o pagamento de aproximadamente R$ 5,1 bilhões.

Cabe, ainda, comentar sobre o valor necessário de contratação do FNE para a geração ou manutenção de um emprego na economia. É um indicador que ajuda na percepção do grau de qualificação e de formalidade do emprego gerado. Quanto menor o valor necessário de contratação do FNE, para a geração de um emprego, espera-se que o setor seja menos intensivo em capital, e que tenha salários médios mais baixos que os setores mais intensivos (que necessitam de mão de obra mais qualificada e mais cara). Vale lembrar que esses números levam em consideração tanto os empregos gerados na área de atuação do Banco do Nordeste como também no resto do País, devido às contratações do FNE e aos efeitos de transbordamento.

O menor valor para a geração de um emprego encontra-se na Pecuária, que é mais intensivo em mão de obra e tem maior destaque, em sua composição estrutural do trabalho, o componente informal. A contratação de R$ 8.615,50 gera um emprego ou ocupação no Setor[17]. Para os demais setores, o custo de geração de um emprego é de R$ 34.262,00 na Infraestrutura, próximo aos R$ 33.682,70 necessários para o Setor da Indústria, R$ 23.512,40 no de Comércio e Serviços, R$ 21.508,20 no Turismo, R$ 22.726,20 na Agroindústria e R$ 17.366,00 na média das contratações.

9.4.3 Os efeitos transbordamento do FNE

Vale observar, ainda, que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE, na área de atuação do Banco do Nordeste, ocorre fora da Região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender aos acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos descritos anteriormente, as contratações do FNE possuem impactos nas demais regiões brasileiras. Sabe-se que há uma dependência da produção de bens e serviços provenientes do Resto do Brasil, tanto por parte do consumo intermediário como por parte da demanda final na área de atuação do Banco do Nordeste. Esses impactos são captados, no SIIPNE, por meio dos efeitos indiretos e induzidos. Essa dependência determina um alto índice de transbordamento dos efeitos multiplicadores da produção decorrentes de novos investimentos, principalmente no Valor Bruto da Produção e nos tributos.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que para impactos totais de R$ 103,8 bilhões na produção estimados para o País, R$ 50,4 bilhões (48,6%) ocorrem fora da área de atuação do Banco do Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 1.490 mil novas ocupações ou a manutenção delas, 19,3% devem ser geradas fora da área de atuação do Banco (Tabela 78). Com relação à geração de tributos, de um total de R$ 10,1 bilhões, R$ 5,0 bilhões (49,6%) são tributos enviados para fora da Região. Este fato aponta para uma estrutura tributária concentrada em tributos federais. Isso indica, por um lado, quanto o estímulo ao desenvolvimento da área de atuação do Banco do Nordeste beneficia conjuntamente o restante do País.

17 () Analisando-se a atividade rural como um todo, para se gerar um emprego, são necessários R$ 10.270,30, sendo que no Setor Agrícola seriam necessários R$ 13.511,10.

Também sinaliza para as deficiências da Região em manter os recursos de que dispõe em circulação na economia local, indicando baixa integração regional, seja pelo suprimento de insumos e de bens de capital para suas empresas, seja na forma de produtos para atender à demanda para consumo de sua população.

10 ÓRGÃOS DE CONTROLE

10.1 Atendimento das recomendações

As determinações e recomendações oriundas do Tribunal de Contas da União (TCU) destinadas ao Banco do Nordeste do Brasil são monitoradas pela Superintendência de Auditoria, que utiliza sistemas informatizados, os quais registram informações acerca dos responsáveis pelo cumprimento das determinações e recomendações, prazos estabelecidos e situação das providências em andamento.

O TCU não fez recomendações em relação à aplicação de recursos do FNE em 2021.

Segue abaixo o estágio de recomendações decorrentes de trabalhos realizados pelo TCU em anos anteriores envolvendo o FNE.

Em atendimento à Determinação contida no item 9.7 do Acórdão nº 308/2021-TCU/Plenário, que substituiu o Acórdão nº 1875/2017-TCU/Plenário, o Banco do Nordeste do Brasil informará, nas próximas contas do FNE, acerca do andamento das ações de execução de dívida intentadas contra a empresa objeto dos acórdãos em referência, bem assim, da Ação Anulatória visando à desconstituição do acordo extrajudicial de recomposição de dívidas.

Em relação às recomendações emitidas no Parecer Técnico Conjunto Nº 2/2021 - MDR/SUDENE, segue, abaixo, os esclarecimentos e planos de providências.

10.2 Recomendação

Considerando os prejuízos registrados pelo FNE em suas demonstrações financeiras de 2019 e 2020, que somaram um prejuízo de aproximadamente R$ 1,6 bilhão, recomendamos que o BNB apresente um estudo acerca dos principais fatores que provocaram esses elevados prejuízos para o Fundo e quais medidas poderiam ser adotadas visando mitigar esses resultados.

Para tratamento das recomendações, o BNB deverá avaliar a conveniência e a oportunidade de propor parcerias ou buscar apoio ou promover articulações com os administradores do FNE, definidos na Lei nº 7.827/89, ou com outros órgãos e entidades com atuação relevante para o desenvolvimento regional.

10.3 Plano de Providência

Os prejuízos do FNE apresentados nos exercícios de 2019 (R$ 890,8 milhões) e 2020 (R$ 799,9 milhões) estiveram relacionados com o custo das políticas públicas. Referidas despesas foram oriundas das Remunerações do Pronaf, que somaram R$ 425,4 milhões em 2019 e R$ 450,5 milhões em 2020; Rebates e Bônus de Adimplência, tendo totalizado R$ 1,1 bilhão em 2019 e R$ 1,0 bilhão em 2020; e Rebates Concedidos em Renegociações de Dívidas, cujos montantes importaram R$ 783,7 milhões em 2019 e R$ 19,8 milhões em 2020.

Diante dos resultados apresentados, fazem-se necessárias algumas ponderações relativas à finalidade e dinâmica do Fundo Constitucional, a fim de se evitar que, precipitadamente o resultado seja tomado como indicador de ineficiência. Na realidade, os resultados evidenciam a efetividade do FNE na implementação de políticas públicas para a Região Nordeste por parte do Governo Federal.

Desse modo, custos como o *del credere* e taxa de administração se tornam imprescindíveis para que o crédito de longo prazo alcance regiões mercadologicamente desinteressantes, como o Semiárido do Nordeste. Ao mesmo tempo, políticas públicas de incentivo ao Pronaf, subsídios

e instrumentos legais que fomentem a redução de desigualdades e o desenvolvimento regional devem ter seu desempenho avaliados não somente pela perspectiva meramente financeira.

De fato, o custo das Políticas Públicas, R$ 2,3 bilhões em 2019, representou 57,3% das receitas com operações de crédito naquele ano. Em 2020, referido custo totalizou R$ 1,5 bilhão, tendo impactado o resultado do FNE no exercício de 2020, representando 32,9% das receitas com operações de crédito no exercício em questão.

Portanto, os custos das políticas públicas envolvem a remuneração do Pronaf, rebates e bônus de adimplência e descontos previstos em lei. Tais resultados, no entanto, se traduzem como o custo efetivo do Fundo na execução das políticas federais diferenciadas para o Nordeste.

É importante acrescentar que o resultado de 2021 foi superavitário, totalizando R$ 1,9 bilhão, representando um crescimento de 336,3% em relação ao resultado negativo registrado no exercício de 2020 (R$ 799,9 milhões). Referido resultado decorreu da elevação das receitas com operações de crédito, da elevação da remuneração ao FNE sobre disponibilidades, da redução da remuneração ao BNB sobre disponibilidades e da redução da taxa de administração no período de maio a setembro de 2021.

As receitas de operações de crédito em 2021, com incremento de 70% em relação ao exercício de 2020, ocorreu tendo em vista a elevação das taxas de juros de operações não rurais, as quais são influenciadas pelo comportamento do IPCA. Isto significa que em um cenário de inflação elevada as receitas de operações estão suplantando todos os custos de operacionalização do Fundo, inclusive dos custos das políticas públicas.

11 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O Banco do Nordeste garante o acesso da sociedade às informações públicas, conforme previsto na Constituição Federal, facilitando o controle social das ações governamentais do Banco em consonância com a sua missão.

Os canais de atendimento, vide Quadro 8, são pontos de contato que geram experiência do cliente, tornando-se meios de interação e de identificação com os produtos ou serviços e com a marca do Banco. Tais ferramentas têm por objetivos, colocar o Banco mais próximo do cliente para melhor atender suas demandas; intensificar e aprofundar o relacionamento com o mercado; potencializar o cumprimento de sua missão; ampliar seus negócios. Estão à disposição dos vários segmentos de clientes do Banco, inclusive dos beneficiários do FNE.

Quadro 8 – Canais de atendimento

- Centro de Relacionamento com Clientes
- Serviço de Informação ao Cidadão – SIC
- Ouvidoria
- Ouvidoria FNE (Sudene)
- Fale Conosco
- Rede de Agências
- Rede de Atendimento do Crediamigo
- Rede de Atendimento do Agroamigo
- Escritórios
- Municípios Atendidos
- Internet Banking
- Terminais de Autoatendimento
- Facebook
- Consumidor.gov - solução alternativa de conflitos de consumo via internet.
- e-SIC - Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão (Lei 12.527/2011)
- Banco do Nordeste Mobile (Disponível para Android, IOS e Windows Phone)
- Serviço “Não perturbe”
- O detalhamento dessas ferramentas se encontra no link Canais de Atendimento.

Fonte: BNB-Ouvidoria

Destacam-se pelo volume de demandas a Ouvidoria do FNE e o Centro de Relacionamento com Clientes e Informação ao Cidadão (CRCIC), bem como as iniciativas de melhoria da acessibilidade para pessoas com necessidades especiais e para ampliação do acesso ao Fundo por meio de soluções digitais.

11.1 Ouvidoria do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

A Ouvidoria do FNE foi instituída pela Resolução nº 120/2018 do Conselho Deliberativo da Sudene. A ideia é atender às sugestões e reclamações dos agentes econômicos e de suas entida-

des representativas quanto às rotinas e aos procedimentos empregados em todos os processos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e acolher e dar tratamento adequado às solicitações, denúncias e elogios dos seus mutuários ativos, inativos, prospectivos e/ou potenciais, além de suas representações.

As Tabelas 79 e 80 apresentam os quantitativos de demandas recebidos pela Ouvidoria nos últimos três semestres (2020.2, 2021.1 e 2021.2).

Tabela 79 – Ouvidoria – Demandas – Comparação entre 2020.2 e 2021.1

Demandas	2020.2	2021.1	Variação %
Quantidade	221	211	-4,53%
Mês 2021.1	**Reclamação**	**Denúncia**	**Total**
Janeiro	35	0	35
Fevereiro	22	0	22
Março	36	0	36
Abril	46	0	46
Maio	34	0	34
Junho	36	2	38
Total	**209**	**2**	**211**

Fonte: BNB - Ouvidoria.

Tabela 80 – Ouvidoria – Demandas – Comparação entre 2021.1 e 2021.2

Demandas	2021.1	2021.2	Variação %	
Quantidade	211	174	-17,54%	
Mês 2021.2	**Reclamação**	**Denúncia**	**Elogio**	**Total**
Julho	34	0	0	34
Agosto	32	1	0	33
Setembro	38	0	0	38
Outubro	31	0	1	32
Novembro	25	0	0	25
Dezembro	12	0	0	12
Total	**172**	**1**	**1**	**174**

Fonte: BNB - Ouvidoria.

11.2 Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão (CRCIC)

A Lei nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI) disciplinou o direito constitucional de acesso dos cidadãos a informações. Institui, como princípio fundamental, que o acesso à informação é a regra, enquanto o sigilo é a exceção. Para garantir o exercício pleno do direito de acesso, a LAI definiu os mecanismos, prazos e procedimentos para a entrega das informações solicitadas, à administração pública, pelos cidadãos. São mecanismos da LAI, a Seção de Acesso à Informação e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Para os cidadãos que desejarem apresentar seu pedido de informação pública, o atendimento poderá ser prestado de forma presencial, em sua sede em Fortaleza; por e-mail; ou mediante contato telefônico.

O CRCIC é o canal que estabelece o relacionamento entre o Banco do Nordeste e seus clientes atuais e potenciais, orientando-os sobre assuntos relacionados aos diversos ramos de negócio (crédito, captação de recursos) e serviços (bancários, culturais, institucional e de desenvolvimento social), bem como prestando aos cidadãos informações públicas custodiadas pelo Banco, em atendimento à Lei 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto 7.724.

Dentro do portfólio de serviços do Centro de Relacionamento com Clientes e Informação ao Cidadão, destacamos:

a) Serviço de Apoio ao Cliente (SAC): atendimento receptivo voltado para serviços que envolvem a prestação de informações, esclarecimento de dúvidas e acatamento de sugestões, reclamações, denúncias e elogios. Desde 01.12.2008, em adequação ao Decreto 6.523, o SAC Banco do Nordeste presta atendimento personalizado todos os dias da semana, 24 horas por dia;

b) Serviço de Informação ao Cidadão (SIC): atendimento as demandas dos cidadãos conforme Lei nº 12.527/11, de 18/11/2011, promulgada pela Presidência da República, conhecida como Lei de Acesso à Informação(LAI), que entrou em vigor em 16/05/2012;

c) Atendimento Transacional e Reativo: envolve o fornecimento de informações sobre negócios e transações bancárias, serviços de emissão de boletos, campanhas sobre produtos e serviços, informações sobre pagamentos, atualização cadastral e orientações sobre transferências de recursos;

d) Atendimento Eletrônico: fornecimento de saldos, extratos, aplicações, bloqueios e desbloqueio de cartões;

e) Atendimento Ativo: envolve realização de serviços de aviso de reembolso, cobrança, oferta de produtos e serviços, indicação de oportunidades de relacionamento e realização de pesquisas de mercado e de satisfação;

f) Atendimento Web: orientações via fale conosco, e-mail, campanhas por meio de e-marketing e orientações aos clientes sobre Nordeste Eletrônico.

Cabe ao Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão monitorar a Seção de Acesso à Informação, mantida pelo Banco em seu site na Internet. O Objetivo da Seção é divulgar informações de interesse público. A Seção está estruturada e mantida no formato preconizado pela Controladoria Geral da União (CGU). O Centro de Relacionamento atua junto às diversas áreas do Banco para garantir a disponibilidade, atualidade e padronização das informações. Em 2021, houve 255.207 acessos à Seção de Acesso à Informação. Além disso, foram prestados pelo canal 723.309 contatos com clientes e cidadãos, conforme detalhado na Tabela 81.

Tabela 81 – FNE – Atendimentos prestados pelo CRCIC - 2021

Tipo de Atendimento	Contatos Realizados	%
A - Atendimento Receptivo - Demandas atendidas telefone e multimeios	27.586	3,8
1. Telefone (SAC/CAC)	19.095	2,7
2. Multimeios	8.491	1,1
E-mail	1.301	0,1
Reclame aqui	47	0,0
Consumidor.gov	82	0,0
Facebook	4.832	0,6
Instagram	2.201	0,3
Twitter	28	0,0
B - Atendimento Ativo - Contatos realizados por telefone e SMS	695.723	96,2
3. Telefone	133.048	18,4
Aviso de Reembolso - Contatos Via FONE	40.375	5,6
Recuperação de Crédito - Contatos Via FONE	92.673	12,8

Tipo de Atendimento	Contatos Realizados	%
4. SMS	562.675	77,8
SMS Aviso de Reembolso	236.578	32,7
SMS Recuperação de Crédito – Cobrança	120.177	16,6
SMS Campanha – Aviso Reembolso – Fies	2.111	0,3
SMS Campanha – P-Fies	13.353	1,8
Campanha SMS - Renovação Agroamigo	51.540	7,1
SMS Campanha – P-Fies	494	0,1
SMS Campanha - Prospecção C giro MPE	1.615	0,2
SMS Campanha - FNE Sol Pessoa Física – Sócios	9.875	1,4
SMS Campanha - Dia da MPE e Prêmio BNB MPE	63.252	8,7
SMS Campanha - FNE P-Fies	87	0,0
SMS Campanha - Live dia da MPE	63.234	8,7
SMS Campanha - Aditamento P-Fies	359	0,0
Total	**723.309**	**100,0**

Fonte: BNB - Relatórios gerenciais 2021 e Sistema Clarify.

11.3 Acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais de locomoção

O BNB desenvolveu e adotou diferentes medidas para garantir a acessibilidade aos seus produtos, serviços e instalações.

- capacitação dos atendentes das agências;
- terminais de autoatendimento acessíveis segundo ABNT NBR 15250;
- adaptação de mobiliário para as agências;
- disponibilização de estacionamento com vagas para clientes prioritários segundo lei municipal, calçadas, rampas e plataformas elevatórias;
- instalação de sanitários adaptados para usuário de cadeira de rodas;

11.4 Acessibilidade para cidadãos com deficiência auditiva ou de fala

O canal está disponível 24 horas, todos os dias e para utilizá-lo é necessário um aparelho especial para pessoas com deficiência auditiva ou de fala conhecido como TDD (Telephone Device for Deaf) um aparelho telefônico para surdos que transforma a comunicação oral em escrita.

O Banco, para incentivar a capacitação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), disponibiliza treinamento para prestar assistência às pessoas com deficiência auditiva, mantendo curso específico em sua ferramenta de ensino a distância.

11.5 Acessibilidade: soluções digitais

Os meios virtuais ampliam o acesso dos clientes e cidadãos ao Banco em suas diversas necessidades. Para tanto, são utilizados os padrões internacionais, recomendados para a web, de acordo com o WCAG (Web Content Accessibility Guidelines).

Consciente da necessidade de inclusão, o Portal do Banco do Nordeste é plenamente adaptado para pessoas com dificuldade visual. Esta prática está em sintonia com as ações do Governo Federal em garantir inclusão digital para todos.

O Banco do Nordeste está atualizando constantemente o seu portal, trazendo sempre para o usuário melhorias visuais e conteúdos atualizados. Estas práticas são trabalhadas nos botões do portal e na forma que seus conteúdos são dispostos. Usabilidade é garantir que uma ferramenta ou objeto possa estar disponível para o cidadão.

Há melhoria contínua dos acessos às informações mais importantes, tornando mais rápida e objetiva sua navegação. Nossa equipe possui logística de análise de acessos e resultados, e a partir delas elaboramos planos de navegação cada vez mais dinâmicos para sua melhor comodidade, garantindo clareza e objetividade.

O Banco do Nordeste vem aprimorando os seus canais de atendimento (Centro de Relacionamento com Clientes e Informação ao Cidadão (CRCIC); SIC; Ouvidoria e o Sistema de Acesso à Informação), como também suas soluções digitais para universalizar o acesso aos seus produtos, serviços e informações, como por exemplo: Internet Banking; App Banco do Nordeste; App Banco do Nordeste Cartões; App Cadastro Digital; Simuladores de crédito; Touch ID; e Pix.

Dentro do processo de sempre oferecer melhor acessibilidade na oferta de produtos, serviços e informações, o Banco do Nordeste contará, ainda no primeiro semestre de 2022, com a entrega de um novo portal de Internet, alinhado às diretrizes e padrões de acessibilidade nacionais a partir do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG) e internacionais como o World Content Accessibility Guide (WCAG).

Neste novo portal, a atenção à experiência de navegação está presente na forma e tamanho de letra, escolhidos para proporcionar um maior conforto visual e facilidade de leitura em qualquer dispositivo; na adoção da linguagem cidadã em todas as páginas do sítio; na estruturação de forma lógica e intuitiva da informação, permitindo acesso ao conteúdo de forma mais rápida e com menos cliques; e na adoção de ferramentas e atalhos de acessibilidade, pensados para atender a pessoas com deficiência não só de forma básica, mas da melhor maneira possível.